ISBN: 978-85-7267-201-6

DOI: 10.5102/978-85-7267-201-6

ANAIS DO 7º EnCUCA

7º Simpósio Internacional de Pesquisa e 22º Encontro de Iniciação Científica do CEUB



1 a 3 de outubro de 2024

APRESENTAÇÃO

O 7º EnCUCA, evento que reúne o 7º Simpósio Internacional de Pesquisa e o 22º Encontro de Iniciação Científica do CEUB, foi promovido pela Diretoria Acadêmica e pela Assessoria de Pesquisa e Extensão do CEUB com o apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF.

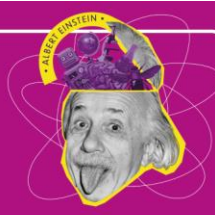
As atividades foram realizadas nos dias 1, 2 e 3 de outubro de 2024, nos turnos matutino, vespertino e noturno e ofereceu à comunidade acadêmica palestras, mesas-redondas, oficinas, rodas de conversa, dentre outras atividades, além das apresentações dos resultados de pesquisas de graduação e pós-graduação de todas as áreas do conhecimento.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Clara Coelho Paranhos Motta – Centro Universitário de Brasília/CEUB
Fernanda Costa Vinhaes de Lima – Centro Universitário de Brasília/CEUB
Fernando de Araújo Portela – Centro Universitário de Brasília/CEUB
Filipe Moura da Silva – Centro Universitário de Brasília/CEUB
Joao Victor Andrade Amaral – Centro Universitário de Brasília/CEUB
Kamila Cristina Silva Dos Santos – Centro Universitário de Brasília/CEUB
Rodrigo Penido Lages – Centro Universitário de Brasília/CEUB

COMISSÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Antonadia Moreira Borges – Faculdade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ - Brasil
Fábio Costa Morosini – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS - Brasil
Fernanda Costa Vinhaes de Lima – Centro Universitário de Brasília, CEUB - Brasil
Ivette Esis Villarroel – Universidad Finnis Terrae, UFT - Chile
João Gabriel Nunes Modesto – Centro Universitário de Brasília, CEUB - Brasil
João Hagenbeck Parizzi – Universidade Federal de Uberlândia, UFU - Brasil
Kelly Cristina Rodrigues Simi – Centro Universitário de Brasília, CEUB - Brasil
Julliane Messias Cordeiro Sampaio – Centro Universitário de Brasília, CEUB - Brasil
Luana Elayne Cunha de Souza – Centro Universitário de Brasília, CEUB - Brasil
Marcelo Dias Varella – Centro Universitário de Brasília, CEUB - Brasil
Michelle Lucas Cardoso Balbino – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí, FACTU e Centro Universitário de Patos de Minas, UNIPAM - Brasil
Nitish Monebhurrun – Centro Universitário de Brasília, CEUB – Brasil



SUMÁRIO

GRUPOS DE PESQUISA 25
MESAS-REDONDAS 36
OFICINAS E WORKSHOPS 48
PALESTRAS 67
RODAS DE CONVERSA 92
MESTRADO EM DIREITO 101
DOUTORADO EM DIREITO 170
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC 2023/2024 244

SUMÁRIO EXPANDIDO

GRUPOS DE PESQUISA..... 25

ARQUITETURA, QUALIDADE AMBIENTAL, EFICIÊNCIA E SAÚDE..... 26

CIDADE E HABITAÇÃO, NOVAS PERSPECTIVAS..... 28

COMUNICAÇÃO EM EMERGÊNCIA E DESASTRES (GP-CED) 29

DIREITO PÚBLICO E POLÍTICA URBANA – GPDPPU 30

DIREITO, LINGUAGEM E PODER 31

O BRASIL DIANTE DA GUERRA DA UCRÂNIA: NEUTRALIDADE, AUTONOMIA E EQUIDISTÂNCIA PRAGMÁTICA..... 32

REDE DE REQUISITOS..... 33

TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS: QUALIDADE E EXPERIÊNCIA DE USUÁRIO EM AMBIENTES IMERSIVOS 34

TEORIA E PRÁTICA PSICANALÍTICA..... 35

MESAS-REDONDAS..... 36

A NATUREZA DA PESQUISA CIENTÍFICA 37

ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL NA PROMOÇÃO DA SAÚDE DIGITAL..... 38

ATUAÇÕES E OPORTUNIDADES PARA O BIOMÉDICO NO MERCADO DE TRABALHO 39
AVANÇOS E TENDÊNCIAS EM CRIOLIPÓLISE: MESA-REDONDA SOBRE INOVAÇÕES E PRÁTICAS 41
MESA-REDONDA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E URBANÍSTICO 42
O FUTURO DO MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES..... 43
O INFANTILISMO NÃO É O INFANTIL 44
O LUGAR DO INFANTIL NA PRÁTICA DO PSICANALISTA 45
RESIDÊNCIA EM ENFERMAGEM: CASOS DE SUCESSO DO CEUB 46
RISCOS E BENEFÍCIOS DO USO DO FENOL PARA FINS ESTÉTICOS..... 47
OFICINAS E WORKSHOPS..... 48
"VOCÊ TRABALHA OU SÓ DÁ AULA": INGRESSO E POSSIBILIDADES NA CARREIRA ACADÊMICA 49
2º ENCONTRO DE *BOARD GAMES* 50
ANSIEDADE, DEPRESSÃO E ALIMENTAÇÃO..... 51
AURICULOTERAPIA..... 52
CIDADE, CIDADANIA E CIDADÃO: UM OLHAR SOBRE OS ODS NO CONTEXTO DE BRASÍLIA 53
CIÊNCIA DE DADOS: EXPLORANDO O FUTURO DOS NEGÓCIOS..... 55
CRIANDO UMA *STARTUP* COM IA GENERATIVA: DA IDEIA À IMPLEMENTAÇÃO..... 56
CURRÍCULO LATTES..... 57
INSERÇÃO DE DIU POR ENFERMEIRAS DO SUS: DA TEORIA À PRÁTICA..... 58
INTRODUÇÃO AO *POWERAPPS* 59
OFICINA DE BIOSSEGURANÇA PARA ESTUDANTES: BOAS PRÁTICAS EM FISIOTERAPIA HOSPITALAR 60
OFICINA DE RESSUSCITAÇÃO CARDIOPULMONAR 61

OFICINA PRÁTICA PARA BUSCA DE ARTIGOS CIENTÍFICOS: A IMPORTÂNCIA DA CONDUTA CLÍNICA BASEADA EM EVIDÊNCIA 62

TÉCNICAS INFALÍVEIS PARA APRENDER 64

TRANSFORMANDO O DIA A DIA: O USO DE IA NA ROTINA 66

PALESTRAS 67

"SAÍ DO ARMÁRIO! E AGORA?" JOVENS LGBTQIAPN+ REVELANDO A ORIENTAÇÃO SEXUAL PARA A FAMÍLIA 68

A ESTRUTURA DO ESPAÇO 69

APLICAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO *DESIGN* DE CÓDIGOS DE ABERTURA DE CÂMERAS PARA AQUISIÇÃO DE IMAGENS NO ESPECTRO INFRAVERMELHO 70

AS MÚLTIPLAS ABORDAGENS MOTIVACIONAIS NA PERSPECTIVA DA TEORIA SOCIAL COGNITIVA 71

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ENFERMAGEM FORENSE 73

CARREIRA NAS NUVENS 74

CHATGPT | COPILOT | GEMINI: QUAL É A MELHOR ESCOLHA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR? 75

CONGELAMENTO DE ÓVULOS: A OUTRA PONTA DO PLANEJAMENTO REPRODUTIVO . 76

ESPORTE DE RENDIMENTO EM FOCO 77

FISIOTERAPIA NAS DEMÊNCIAS 78

NECESSIDADES E POLÍTICAS NACIONAIS NO CONTEXTO OLÍMPICO E PARALÍMPICO ... 79

PREPARAÇÃO E RESULTADOS DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS 80

O CEUB EM PORTUGAL: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS 81

O ENSINO COLABORATIVO COMO APOIO À INCLUSÃO 82

O LUGAR DO INFANTIL NA PRÁTICA DO PSICANALISTA 83

O MEIO AMBIENTE: UM PATRIMÓNIO COMUM? 84

O PAPEL PROTETOR DO SULFETO DE HIDROGÊNIO (H2S) NAS DIVERSAS PATOLOGIAS NEUROLÓGICAS 85

O PROGRAMA LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL (LEEI) NO DISTRITO FEDERAL: OFERTA E DESAFIOS 86

PROGRAMA LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E CURRÍCULO EM MOVIMENTO: CONCEPÇÕES 87

RISCO DE QUEDA DE PESSOAS IDOSAS EM USO DE MEDICAMENTOS 88

SÍNDROME DA FRAGILIDADE NA PESSOA IDOSA 89

SOLUÇÕES DE MOBILIDADE ATIVA NO CONTEXTO DE BRASÍLIA INTELIGENTE, HUMANA E SUSTENTÁVEL A PARTIR DOS MODELOS DE VIENA E COPENHAGUE 91

RODAS DE CONVERSA 92

ENCONTRO DE EGRESSOS EMPRESÁRIOS E PESQUISADORES COM OS GRADUANDOS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: TROCA DE EXPERIÊNCIAS 93

LIBERDADES, ENCONTROS E CRIATIVIDADE: QUANDO O MENOS É MAIS? 95

OS 101 PRINCÍPIOS ESSENCIAIS DO EMPREENDEDORISMO: A JORNADA INSPIRADORA DE GUY PEIXOTO, EGRESSO DO CEUB E EMPREENDEDOR 96

PROJETO MOBILIDADE ATIVA: VIENA E COPENHAGEN 2024 97

PROJETOS DE EXTENSÃO: BIO EM FOCO 98

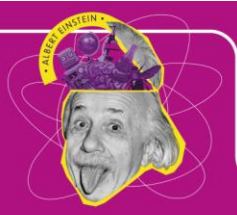
UMA LITERATURA TODA NOSSA: A CONTRIBUIÇÃO DA AUTORIA FEMININA NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA 100

MESTRADO EM DIREITO 101

A (IN)GOVERNANÇA DA PNAMPE À LUZ DAS MULHERES GESTANTES E PUÉRPERAS NO DISTRITO FEDERAL 102

A ACCOUNTABILITY INDIVIDUAL DE UNITED NATIONS MILITARY EXPERTS ON MISSION: UM ESTUDO SOBRE A DEFINIÇÃO DA JURISDIÇÃO CRIMINAL À LUZ DO DIREITO OPERACIONAL 103

A ADEQUABILIDADE DO MODELO DE DIÁLOGO COMPETITIVO EUROPEU AO DIREITO BRASILEIRO EM UM CONTEXTO DE INTERCÂMBIO CULTURAL JURÍDICO 104



A APORIA DA LIBERDADE DA VONTADE NA CULPABILIDADE FINALISTA EM UM CONTEXTO DE DESIGUALDADES SOCIAIS 105

A DINÂMICA DO DIREITO FINANCEIRO: DA ANTINOMIA ENTRE AS NORMAS GERAIS E AS LEIS ORDINÁRIAS FEDERAIS..... 106

A EFETIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO PROFERIDA NO ÂMBITO DA PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS: UM ESTUDO EMPÍRICO NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS..... 107

A FRAGMENTAÇÃO GEOCONÔMICA E O FUTURO DO MULTILATERALISMO: UMA ANÁLISE JURÍDICA E ECONÔMICA DA EXPANSÃO DO BRICS+ NA CADEIA DE PRODUÇÃO GLOBAL 108

A GOVERNANÇA CORPORATIVA APLICADA ÀS EMPRESAS PÚBLICAS: O CASO DO BANCO DO BRASIL..... 109

A INFLUÊNCIA DA INTERFACE E DO DESIGN DAS SOLICITAÇÕES DE CONSENTIMENTO NA DECISÃO DOS CONSUMIDORES E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS..... 111

A NOVA JUSTIÇA SOCIAL: UMA ANÁLISE A RESPEITO DAS CONCESSÕES DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC/LOAS) APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DOS NÚCLEOS DA JUSTIÇA 4.0 112

A POLÍTICA PÚBLICA DE CUIDADOS COMO MECANISMO DE COMBATE À DESIGUALDADE DE GÊNERO 113

A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL..... 114

A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NAS REDES SOCIAIS..... 115

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ENTES DOTADOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL..... 116

A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS TRIBUNAIS SUPERIORES 117

A SÚMULA 377 DO STF À LUZ DA MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL 118

A UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO DE CARBONO COMO POLÍTICA PÚBLICA E INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA AMBIENTAL 119

A VALIDADE TÉCNICO-JURÍDICA, NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, DE NORMAS PROCESSUAIS EDITADAS EM ÂMBITO ADMINISTRATIVO POR TRIBUNAIS DE VÉRTICE, A PARTIR DA VALIDADE SOCIAL OU DA EFICÁCIA 120

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO SANCIONADOR (ANPS) NO PROCESSO ADMINISTRATIVO: UMA PROPOSTA DE CONSENSUALIDADE À LUZ DO INTERESSE PÚBLICO 121

APLICABILIDADE DO ACORDO SOBRE SERVIÇOS DA OMC À TECNOLOGIA *BLOCKCHAIN* 122

AS DECISÕES CONSEQUENCIALISTAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIANTE DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB)..... 124

AS GERAÇÕES DO CONFISCO PENAL: UMA CRÍTICA DIRIGIDA AOS DÉFICITS NORMATIVOS E AS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA ORDEM INTERNACIONAL..... 126

AS LIMITAÇÕES IMPOSTAS À POLÍTICA DE COTA DE EMPREGO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 127

AS REDES SOCIAIS E A VIOLAÇÃO DO DIREITO DA PERSONALIDADE: O ALGORITMO E A RADICALIZAÇÃO POLÍTICA 128

ATIVISMO JUDICIAL NAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 129

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: O ACESSO À JUSTIÇA MEDIANTE O USO DA TECNOLOGIA 130

DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO PROCEDIMENTO ARBITRAL: DA NÃO RESPONSABILIZAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS NÃO SIGNATÁRIOS DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS DE CAPITAL ABERTO .. 131

DEFENSORIA PÚBLICA E GÊNERO: DESAFIOS DE SUA ATUAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS NO DISTRITO FEDERAL..... 132

DESAFIOS NO CUMPRIMENTO DA CADEIA DE CUSTÓDIA DAS PROVAS: POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CADEIA DE CUSTÓDIA NO BRASIL..... 133

DIREITO À MORADIA E COVID-19: APLICAÇÃO DAS MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS NO ÂMBITO DO TJDFT SOBRE PROTEÇÃO À MORADIA 134

DIREITO, EQUIDADE E UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA 135

EM DEFINIÇÃO: FUNDOS PÚBLICOS (REPASSE PÚBLICO) OU INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NAS EMPRESAS (DIREITO TRABALHISTA)..... 136

ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA E ENRIQUECIMENTO ILÍCITO: UM ESTUDO ANALÍTICO SOBRE SUAS DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS E APLICAÇÃO JURISPRUDENCIAL PÁTRIAS 137

ESTUDO DE CASO REFERENTE AOS EFEITOS JURÍDICOS DA APLICAÇÃO EXPANSIVA DO ARTIGO 43 DO REGIMENTO INTERNO DO STF..... 138

EXTENSÃO DA RESPONSABILIDADE AO FRANQUEADOR EM CONTRATOS DE FRANQUIA 139

FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO: UMA PESQUISA EMPÍRICA DO CONCEITO E DOS PARÂMETROS NOS ACÓRDÃOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 140

GOVERNANÇA CORPORATIVA: OS INDICADORES ESG NO COMITÊ GESTOR DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA 141

HABEAS CORPUS COMO GARANTIA DA LEGALIDADENA VALORAÇÃO DA PROVA ILÍCITA PERANTE O STF 142

INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DEFESA E SEGURANÇA PÚBLICA NA FAIXA DE FRONTEIRA: AS FORÇAS ARMADAS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍCIA NACIONAL DE FRONTEIRA 143

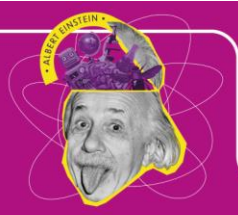
JUSTIÇA RESTAURATIVA: CONTRIBUIÇÕES PARA A POLÍTICA CRIMINAL DE CONTROLE DA GUERRA DE GANGUES EM PLANALTINA-DF..... 145

NOVO RECURSO ESPECIAL..... 146

O CONTEÚDO JURÍDICO DO PRINCÍPIO DA JURIDICIDADE ADMINISTRATIVA PARA A CONCRETIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 147

O DIREITO AO ESQUECIMENTO NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ACERCA DE SEU ÂMBITO DE APLICAÇÃO NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO NORTE E DO CENTRO-OESTE 148

O DIREITO SANCIONADOR À LUZ DO PRINCÍPIO DO NE BIS IN IDEM: PELA DEFESA DE UM SISTEMA PUNITIVO ÚNICO 149



O FAIR PLAY FINANCEIRO (FPF) COMO MECANISMO EXTERNO DE PROTEÇÃO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS NOS CLUBES DE FUTEBOL INSERIDOS EM GRUPOS DE SOCIEDADE (MULTI-CLUB OWNERSHIP - MCO) 150

O PRAZO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONSTRUTOR POR FALHAS CONSTRUTIVAS OCULTAS 151

O PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE E A NECESSIDADE DA CONSTRUÇÃO DE CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA A FASE DE JULGAMENTO NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS..... 152

O PRINCÍPIO PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF E O MODELO HERMENÊUTICO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA OS CRIMES DOS PODEROSOS 153

O USO E O ABUSO DA TEORIA DA APARÊNCIA NOS ACÓRDÃOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA..... 154

OPEN FINANCE COMO INICIATIVA SETORIAL QUE ESTIMULA A AUTONOMIA DE DADOS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES 155

OS ACORDOS DE ACIONISTAS E AS CLÁUSULAS DEADLOCK PROVISIONS 156

OS DESAFIOS DO DESENHO JURÍDICO-INSTITUCIONAL BRASILEIRO PARA A CRIAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 157

OS REFLEXOS DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA NOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO MERCADO VAREJISTA..... 158

POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL ÀS PESSOAS RECLUSAS DE LIBERDADE: ANÁLISE DO PLANO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE DO DISTRITO FEDERAL E DEBATE SOBRE O CONCEITO DE RESSOCIALIZAÇÃO 159

RECLAMAÇÃO EM EVIDÊNCIA: COMO A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL SE TEM TRANSFORMADO NO INSTRUMENTO PROCESSUAL CÍVEL MAIS EXPEDITO E EFICIENTE PARA O ACESSO À JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL?..... 160

RELATIVIZAÇÃO DA GARANTIA DA VITALICIEDADE DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO: O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 208 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 75/93 AFASTA O CONCEITO DE VITALICIEDADE? 161

RESPONSABILIDADE CIVIL DO TERCEIRO INTERVENTOR 162

RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES NO BANCO MUNDIAL 163

ROTULAGEM NUTRICIONAL FRONTAL: INSTRUMENTO DE GARANTIA AO DIREITO À INFORMAÇÃO DOS CONSUMIDORES 164

TEORIA DA TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES: UM BEM NECESSÁRIO À CONCRETIZAÇÃO EFETIVA DO SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES 165

TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL E SUA APLICAÇÃO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA..... 166

TERCEIRIZAÇÃO E NOVAS FORMAS DE TRABALHO: STF E JUSTIÇA TRABALHISTA – VISÕES E TENSÕES EM BUSCA DE UM EQUILÍBRIO JURÍDICO, ECONÔMICO E SOCIAL..... 167

TUTELA DA INFÂNCIA ONLINE: ANÁLISE JURÍDICA DOS DIREITOS DE IMAGEM E PRIVACIDADE DO INCAPAZ, OBJETO DA CRIAÇÃO DE CONTEÚDO LUCRATIVO DIGITAL, PERANTE O INTERESSE DO NÚCLEO FAMILIAR A QUE PERTENCE 168

VISÍVEIS CRIMINAIS, INVISÍVEIS SOCIAIS: A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E OS HIPERVULNERÁVEIS NO DISTRITO FEDERAL..... 169

DOUTORADO EM DIREITO 170

A (I)LEGITIMIDADE DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*: UM APORTE CRÍTICO À JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONCERNENTE À DECISÃO DE RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL EM AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA..... 171

A APLICAÇÃO DA REGRA DA AUTONOMIA DA DECISÃO EMPRESARIAL AOS DIRETORES DE ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: *BUSINESS JUDGMENT RULE* 172

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA OFENSIVIDADE COMO LIMITE À TUTELA PENAL DOS BENS JURÍDICOS COLETIVOS 173

A ATUAÇÃO CONTRAMAJORITÁRIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS EM ATOS DE PESSOAL COMO CONTRIBUTO À EFETIVAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DE PESSOAL NO SERVIÇO PÚBLICO 175

A DESTINAÇÃO, PELA VIA JURISDICIONAL, DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E CIDADANIA AMBIENTAL: UM ESTUDO EMPÍRICO EM BUSCA DA RACIONALIDADE DA SÚMULA 629 (STJ, 2019) PELA TEORIA DOS PRECEDENTES COMO MECANISMO DE CONTRIBUIÇÃO PARA A CARACTERIZAÇÃO DE SITUAÇÕES ANÁLOGAS A LITÍGIOS ESTRUTURAIS NA ESFERA AMBIENTAL 177

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA PARA A COMPREENSÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE A EFETIVIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS BRASILEIROS 178

A IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ATÍPICAS NO PROCESSO ESTRUTURAL 180

A INSTITUCIONALIDADE DAS AGÊNCIAS DE CONTROLE DAS CONTAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL POR UMA PERSPECTIVA TECNOLÓGICA DA DOGMÁTICA PENAL 181

A INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NO PROCESSO ARBITRAL E A SEGURANÇA JURÍDICA NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL 182

A LEGÍSTICA NA CRIAÇÃO DAS TESES PROFERIDAS NOS RECURSOS JUDICIAIS PARADIGMÁTICOS: PERSPECTIVAS DE ADEQUAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES NO PARADIGMA DE CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL 184

A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA E A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA LUTA CONTRA AS DESIGUALDADES SOCIAIS ... 186

A REGULAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA NO DIREITO INTERNACIONAL DOS INVESTIMENTOS 187

ABORDAGEM POLICIAL COMO FASE INICIAL DA POLÍTICA CRIMINAL DE DROGAS 188

ANÁLISE ECONÔMICA DO REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA..... 189

ANÁLISE HISTÓRICO-JURÍDICA DO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO E SOCIAL DA POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA ENTRE 1923 E 2023 E ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 190

APRIMORAMENTO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EFETIVIDADE DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL NO ESTADO DE MATO GROSSO..... 191

AS PLATAFORMAS DE *ONLINE DISPUTE RESOLUTIONS* E O ACESSO À JUSTIÇA: O PODER JUDICIÁRIO E A IDEOLOGIA NEOLIBERAL PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO REFLEXO DA APOROFOBIA..... 193

CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO PODEROSO COMO PRESSUPOSTO PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPERADAS PELA POLÍTICA PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR 194

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O ALICERÇAMENTO DO HUMANISMO JURÍDICO COMO CATEGORIA CONSTITUCIONAL NA EDIFICAÇÃO DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL 196

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO: DESENHO CONSTITUCIONAL E REALIDADE 198

DA (IM)POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO INSTRUMENTO DE *TRUST* COMO MECANISMO DE TRANSFERÊNCIA DO ESTABELECIMENTO MERCANTIL NO DIREITO BRASILEIRO 199

DA RAZOABILIDADE À PROPORCIONALIDADE: ANÁLISE DE TÉCNICAS PONDERATIVAS EM CONFLITOS NORMATIVOS EXTRASSISTÊMICOS NO STF 200

DEBAIXO DA TERRA: A AGENDA DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL 201

DEMOCRACIA: SUBSTANTIVO FEMININO 202

EFICÁCIA DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL DO DISTRITO FEDERAL 203

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ALTO VALOR AGREGADO 205

FUNDAMENTOS DO DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL 206

IMPACTOS DAS MUDANÇAS POLÍTICO-SOCIAIS NA ORGANIZAÇÃO E NO FUNCIONAMENTO DOS *THINK TANKS*: O CASO DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 207

LIMITES CONSTITUCIONAIS À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E LIMITES DOS LIMITES 208

LOBOS EM PELE DE CORDEIRO: OS JUIZADOS ESPECIAIS E O MITO DO ACESSO À JUSTIÇA 209

MIGALHAS ALÉM DA FOME: O DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 210

MIGRAÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO CIVIL ÀS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS 211

MINISTÉRIO PÚBLICO E DEMOCRACIA: ENTRE O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E O COMPROMISSO SIGNIFICATIVO 212

O ACÚMULO DO BOLSA FAMÍLIA AOS BENEFICIÁRIOS DO AUXÍLIO-RECLUSÃO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA CARCERÁRIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS 213

O BOICOTE NO MERCADO TRANSNACIONAL COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO DEMOCRÁTICA: EM BUSCA (OU RUMO À) DA EFETIVIDADE DE DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS? 214

O COMITÊ GESTOR E A REFORMA TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DOS PRINCÍPIOS DO FEDERALISMO E DA COOPERAÇÃO 215

O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: CONTRASTES ENTRE O DISCURSO E A REALIDADE NA EXPERIÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR EM DIREITO DE IMPERATRIZ/MA 217

O DIREITO HUMANO À PRIVACIDADE DIGITAL NO ÂMBITO DA ORDEM ECONÔMICA 219

O MODELO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DIFUSO ADOTADO NO DIREITO BRASILEIRO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 220

O PROCESSO CIVILIZADOR APLICADO À INSOLVÊNCIA: UMA HISTÓRIA DA FALÊNCIA 221

O SISTEMA CORRECIONAL DISCIPLINAR BRASILEIRO: UNIFORMIZAR É PRECISO, MAS HÁ LIMITES 223

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) E O ATIVISMO CONTROLADOR: O *TRILEMA* DA ECONOMICIDADE, DA LEGALIDADE E DA SEGURANÇA JURÍDICA 224

O USO DO TELETRABALHO NO JUDICIÁRIO E SEU IMPACTO NOS GRUPOS VULNERÁVEIS: UM RECORTE DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE MINEIROS-GO, APÓS A COVID-19 225

O VALOR CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE NA INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL CIVIL E A COMPENSAÇÃO DE DESIGUALDADES 227

OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS DA NATURALIZAÇÃO DE ESTRANGEIROS NO BRASIL. 228

POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PROPOSTA DE UMA *SMART CITY*: *QUO VADIS*, VITÓRIA? 229

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURA DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL DO ADOLESCENTE COM TRANSTORNO MENTAL EM CONFLITO COM A LEI 230

POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: RUMOS PARA SUA EFETIVIDADE ESTUDO DE CASO SOBRE A CIDADE DE ALTO TAQUARI/MT 232

POSSIBILIDADE DA EMISSÃO DE CRIPTOATIVOS REPRESENTATIVOS DE DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL E SEU USO NO ADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS COM O ESTADO BRASILEIRO 234

PROTEÇÃO DE DADOS NA INVESTIGAÇÃO POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA: ARRANJOS JURÍDICO-INSTITUCIONAIS PARA UMA COMPATIBILIZAÇÃO 236

TOKENIZAÇÃO DE ATIVOS: UMA PROPOSTA DE CATEGORIZAÇÃO TAXONÔMICA NO DIREITO DIGITAL PARA O MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS 237

TRÁFICO TRANSNACIONAL DE PESSOAS E REDE DE EXPLORAÇÃO SEXUAL: MECANISMOS USADOS PELO ESTADO BRASILEIRO PARA SEU ENFRENTAMENTO 239

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OFERECEM TRATAMENTO MULTIPROFISSIONAL NO DISTRITO FEDERAL 240

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE BASEADA NAS EVIDÊNCIAS FORNECIDAS PELA PCSVDF-MULHER 241

ZONAS DE AMORTECIMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: REGIME JURÍDICO, RESTRIÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS 243

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC 2023/2024 244

A ATIVIDADE PEDAGÓGICA COM ESTUDANTES ATÍPICOS E A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE TERAPÊUTICO 245

A ATUAÇÃO MÉDICA E AS TOMADAS DE DECISÕES NO ÂMBITO DOS CUIDADOS PALIATIVOS 246

A COMUNICAÇÃO COMO ELEMENTO POTENCIALIZADOR PARA A VISIBILIDADE DOS POVOS INDÍGENAS 248

A EXPANSÃO DO MERCADO VIRTUAL CHINÊS SOB O PRINCÍPIO DO *LAISSEZ-FAIRE*: UMA AVALIAÇÃO DOS RISCOS E DOS BENEFÍCIOS PARA O BRASIL NO CONTEXTO DA ECONOMIA DIGITAL 249

A FREQUÊNCIA DE ATIVIDADE FÍSICA RESISTIDA E A RELAÇÃO COM A IMPULSIVIDADE: UMA ANÁLISE DOS PADRÕES DE DESCONTO DO ATRASO 250

A INFLUÊNCIA DA ORIENTAÇÃO POLÍTICA NAS FALSAS MEMÓRIAS DE *FAKE NEWS* .. 251

A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NA RESSOCIALIZAÇÃO DE EX-PRESIDIÁRIOS 252

A INFLUÊNCIA DAS *FAKE NEWS* NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018 E DE 2022: UM ESTUDO SOBRE O DIREITO ELEITORAL BRASILEIRO 253

A INFLUÊNCIA DO *CIBERESPAÇO* NA PERCEPÇÃO DE NECESSIDADES E ADAPTAÇÃO DO ESPAÇO E DOS MEIOS URBANOS NOS CAFÉS DE BRASÍLIA..... 254

A INFLUÊNCIA DO CIGARRO ELETRÔNICO NA VARIABILIDADE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA, NA CAPACIDADE AERÓBICA E NA QUALIDADE DE VIDA DE ADULTOS SAUDÁVEIS: ESTUDO DE CAMPO..... 255

A MADEIRA NA ARQUITETURA E NO *DESIGN*: ASPECTOS FÍSICOS, ASSIMILAÇÕES NEUROLÓGICAS E NOÇÕES CONCEITUAIS..... 256

A POLÍTICA ANTIMANICOMIAL APÓS O CASO DAMIÃO XIMENES LOPES: AVANÇOS E RETROCESSOS NA DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL 257

A POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA, O EXERCÍCIO DOCENTE E OS CURRÍCULOS DE PEDAGOGIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS E ESTADUAIS DA REGIÃO SUDESTE: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO..... 258

A PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO AO HIV/AIDS EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS NO BRASIL..... 259

A RELAÇÃO ENTRE A ACUPUNTURA E OS PADRÕES DE DESCONTO POR ATRASO DE RECOMPENSAS FINANCEIRAS HIPOTÉTICAS 261

A SEXUALIDADE DE MULHERES EM CUIDADOS PALIATIVOS ONCOLÓGICOS: PERCEPÇÕES E ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE 262

AÇÃO DOS FITOCANABINOIDES NO METABOLISMO DA GLICOSE E SEU PAPEL NO TRATAMENTO DA OBESIDADE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA..... 263

ANÁLISE COMPARATIVA DOS FATORES DE RISCO PARA IDEAÇÃO SUICIDA EM ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA: UM ESTUDO QUALIQUANTITATIVO..... 264

ANÁLISE DA ATIVIDADE FÍSICA, DA FORÇA MUSCULAR, DA COMPOSIÇÃO CORPORAL, DA FUNCIONALIDADE E DA QUALIDADE DE VIDA DE MULHERES COM CÂNCER DE MAMA 266

ANÁLISE DA MORBIMORTALIDADE NA RECONSTRUÇÃO DO TRÂNSITO INTESTINAL EM PACIENTES OSTOMIZADOS EM UM HOSPITAL TERCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL 268

ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DE CAFEÍNA PARA MELHORA DE DESEMPENHO EM EXERCÍCIOS FÍSICOS RESISTIDOS 270

ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DE PACIENTES RESPONDENTES AO QUESTIONÁRIO HSS *KNEE SURGERY* BRASIL 271

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CAUSAS DE INTERNAÇÕES EM UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA EM CRIANÇAS NO HOSPITAL REGIONAL DO PARANOÁ DO DISTRITO FEDERAL NO PERÍODO DE 2020 A 2023 272

ANÁLISE DE FATORES QUE MOTIVAM A HESITAÇÃO VACINAL INFANTIL CONTRA A COVID-19 NO DISTRITO FEDERAL 274

ANÁLISE DE MOBILIDADE E FLUXO DE USUÁRIOS NA RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA, UTILIZANDO VISÃO COMPUTACIONAL 276

ANÁLISE DE PARÂMETROS NO CONTROLE DE CONDUTAS E ESTRUTURAS DAS PLATAFORMAS DIGITAIS DE *DELIVERY* A PARTIR DAS DECISÕES DO CADE 278

ANÁLISE DO PERFIL DE MORTALIDADE PELO TRANSTORNO RELACIONADO AO USO DE ÁLCOOL NA POPULAÇÃO BRASILEIRA ENTRE OS ANOS 1996 E 2023 279

ANÁLISE DO PRÉ-NATAL DE GESTANTES E PUÉRPERAS EM USO DE DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS 280

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DO ANEURISMA DE AORTA ABDOMINAL EM PACIENTES DIAGNOSTICADOS EM SERVIÇO DE SAÚDE NO DF 282

ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS ENTEROPARASITOSES EM CRIANÇAS DE 2 A 12 ANOS NO DISTRITO FEDERAL 283

ANTIBIOTICOTERAPIA COMO TRATAMENTO DE APENDICITE AGUDA NÃO COMPLICADA 284

APROVEITAMENTO INTEGRAL DOS ALIMENTOS DISPONÍVEIS NAS RUAS DE BRASÍLIA COMO ALTERNATIVA DE ENRIQUECIMENTO NUTRICIONAL E REDUÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR 285

APROXIMAÇÕES DA TEORIA DO ESTRANHAMENTE FAMILIAR APLICADAS AO ESPAÇO DOMÉSTICO DA ARQUITETURA 286

AS [DES]CONSIDERAÇÕES SOBRE DEMANDAS POPULARES E DE SALVAGUARDA CULTURAL NO CONCURSO PÚBLICO NACIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO PARA A REQUALIFICAÇÃO DA FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE, PB 287

AS CIDADES ESQUECIDAS DE BRASÍLIA, UM DESCASO DA MEMÓRIA URBANA: ESTUDO DE CASO SOBRE A VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA EM SEBASTIÃO/DF 288

AS RELAÇÕES ENTRE A ADAPTAÇÃO ACADÊMICA E AS CARACTERÍSTICAS DE PERSONALIDADE: MODELO DOS CINCO GRANDES FATORES E TRAÇOS SOMBRIOS... 289

ASPECTOS COGNITIVOS E AFETIVOS DO VEGANISMO: EVIDÊNCIAS PSICOLÓGICAS PARA A PRÁTICA DA COMUNICAÇÃO PRÓ-AMBIENTAL..... 291

ASPECTOS EMOCIONAIS DE CRIANÇAS COM DIABETES *MELLITUS* TIPO 1: IMPACTOS NO TRATAMENTO A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS CUIDADORES..... 293

AUTITRACKER: UM APLICATIVO DE INCENTIVO À ADOÇÃO DE NOVOS HÁBITOS PARA MELHORA DA ROTINA DE CRIANÇAS AUTISTAS 294

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DOS EXTRATOS DO GUARANÁ (*PAULLINIA CUPANA*), DO MARUPÁ (*ELEUTHERINE BULBOSA*) E DO PORANGABA (*CORDIA SALICIFOLIA*) EM CULTURAS DE BACTÉRIAS PATOGÊNICAS 295

AVALIAÇÃO DO EFEITO DA ASTAXANTINA NA EXPRESSÃO DE QUATRO GENES ENVOLVIDOS NA REPROGRAMAÇÃO METABÓLICA EM CÉLULAS DE ADENOCARCINOMA GÁSTRICO 296

AVALIAÇÃO *IN VITRO* DO EFEITO ANTIFÚNGICO DE EXTRATOS VEGETAIS NA SUPRESSÃO DO DESENVOLVIMENTO DE *MICROSPORUM CANIS* 297

BIOPROSPECÇÃO DE ACTINOBACTÉRIAS ISOLADAS DO SOLO DO CERRADO E AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA..... 298

BIOPROSPECÇÃO DE ACTINOBACTÉRIAS NO CERRADO BRASILEIRO..... 299

BIOPROSPECÇÃO UTILIZANDO BORRA DE CAFÉ COM POTENCIAL IMPACTO NO MEIO AMBIENTE E NA SAÚDE..... 300

BULLYING NA FICÇÃO: COMO SÉRIES DE TV BRASILEIRAS E SUL-COREANAS DENUNCIAM A VIOLÊNCIA ESCOLAR 301

CÂNCER DE MAMA: O ADOEDCER, A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO E A QUALIDADE DE VIDA EM MULHERESMASTECTOMIZADAS – UMA LEITURA INTERDISCIPLINAR..... 302

CASO FAVELA NOVA BRASÍLIA *VERSUS* BRASIL: UM ESTUDO DE CARÁTER TRANSFORMADOR DIANTE DA ANÁLISE DA ATUAÇÃO POLICIAL POSTERIOR À CONDENAÇÃO 303

CIGARRO ELETRÔNICO: IDENTIFICANDO O CENÁRIO DA RELAÇÃO DE CONSUMO E EPIDEMIOLOGIA ENTRE ALUNOS EM UM CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL 304

COMPETÊNCIA ALIMENTAR EM PESSOAS COM DOENÇA CELÍACA..... 305

COMPLICAÇÕES VASCULARES, TROMBOSES E ANEURISMAS DE ESPLÊNICA E MESENTÉRICA EM PACIENTES COM PANCREATITE: SÉRIE DE CASOS E REVISÃO DE LITERATURA 306

CONDUTAS TÍPICAS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NAS ELEIÇÕES DE 2022.... 307

CONHECENDO OS CENTROS DE INICIAÇÃO DESPORTIVA DO DISTRITO FEDERAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 308

CONSERVAÇÃO DA FAUNA NA APA DO PLANALTO CENTRAL: USO DE MODELAGEM ESPACIAL PARA PROPOSIÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA COMPATIBILIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE..... 309

CONSTRUÇÃO DE MODELO COMPUTACIONAL E IMPRESSÃO 3D EM ESCALA DE PÁS PARA AEROGERADORES PARA AUMENTO DA CAPACIDADE ESPECÍFICA DE GERAÇÃO DE ENERGIA 310

CORRELAÇÃOENTRE ESTRESSE, HORAS DE ESTUDO E TEMPO DE CURSINHO NA INCIDÊNCIA DE IDEAÇÃO SUICIDA EM ESTUDANTES PRÉ-VESTIBULANDOS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO 311

COZINHAS COMO ESPAÇOS MULTIFUNCIONAIS: UMA ANÁLISE ARQUITETÔNICA DESTE AMBIENTE NO BRASIL..... 312

CRIOPRESERVAÇÃO ELETIVA DE OÓCITOS (SOCIAL): REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA 313

DESCUMPRIMENTO DAS LEIS OU FALTA DE FISCALIZAÇÃO: UM OLHAR À RISCA SOBRE AS INFRAÇÕES AMBIENTAIS COMETIDAS NOS DESASTRES DE MIRAÍ, CONGONHAS, MARIANA E BRUMADINHO 315

DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO EM DIREÇÃO À MOBILIDADE PARA DEFICIENTES VISUAIS MEDIANTE TECNOLOGIA ASSISTIDA 317

DESIGUALDADE RACIAL NO ENLUTAMENTO MATERNO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CONTEXTO BRASILEIRO 318

DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL: IMPLEMENTAÇÃO DE MUDANÇAS NOS PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO FISCAL 320

DISCIPLINAS DE ENSINO ESPECIAL NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PEDAGOGIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E ESTADUAIS DO NORDESTE 322

EFEITO DA SUPLEMENTAÇÃO DE PROBIÓTICOS NO TRATAMENTO DE TRANSTORNOS DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO 323

EFEITO DO USO DE BEBIDAS ENERGÉTICAS EM VARIÁVEIS CARDIOLÓGICAS E NA PERCEPÇÃO DO AUMENTO DA ANSIEDADE E DA CONCENTRAÇÃO EM ESTUDANTES DE MEDICINA 324

ESPADAS, ESCUDOS E BALANÇAS: O DIREITO NOS CONFLITOS BÉLICOS DAS SOCIEDADES MEDIEVAIS 325

ESTUDO DA MORBIDADE CAUSADA PELO ATRASO DO TRATAMENTO CIRÚRGICO ELETIVO DA COLELITÍASE 326

ESTUDO DA PANCREATITE AGUDA BILIAR DECORRENTE DA DEMORA NO TRATAMENTO DA LITÍASE BILIAR 327

ESTUDO DAS INDICAÇÕES E DOS ACHADOS DO FAST E E-FAST NA DEFINIÇÃO DA CONDUTA CIRÚRGICA OU CONSERVADORA NOS TRAUMAS TORACOABDOMINAIS .. 328

ESTUDO DE VIABILIDADE DA METODOLOGIA BIM PARA GESTÃO E CONTROLE DE MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS E EDIFICAÇÕES 330

ESTUDO DOS CASOS DE ÚLCERA PÉPTICA PERFURADA ATENDIDOS NO HRAN 331

ETNOFARMACOLOGIA E ETNOBOTÂNICA: ALERTA PARA O USO CORRETO DE ESPÉCIES DE PLANTAS MEDICINAIS EM PIRENÓPOLIS-GO 332

FEBRE REUMÁTICA AGUDA E SUA DIFICULDADE DIAGNÓSTICA: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA 333

GUIA HISTOLÓGICO INTERATIVO INTERFACETADO AO SISTEMA DE LAMINÁRIO VIRTUAL DO LABOCIEN-CEUB 334

IDENTIFICAÇÃO DE DEPRESSÃO OU ANSIEDADE EM USUÁRIOS DE REDES SOCIAIS ... 336

IDENTIFICAÇÃO E MONITORAMENTO DO PERFIL DE RESISTÊNCIA BACTERIANO EM PACIENTES DE TERAPIA INTENSIVA PARA COVID-19 GRAVE NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO DF (HUB) 337

IMPACTO DA COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO COMPLEXO REGULADOR EM SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL (SES-DF) 338

IMPACTOS DOS DIFERENTES TIPOS DE CIRURGIAS DE RECONSTRUÇÃO MAMÁRIA NA QUALIDADE DE VIDA, NA DISFUNCIONALIDADE, NA SATISFAÇÃO E NA PERCEPÇÃO DE CUIDADO EM SOBREVIVENTES DE CÂNCER DE MAMA 339

IMPRESSÃO DE OSSOS E DE ESTRUTURAS ANATÔMICAS EM 3-D PARA TRATAMENTO DE FRATURAS EM IDOSOS: INOVAÇÃO NO TRATAMENTO PARA REABILITAÇÃO 341

INFERÊNCIA DE PRECIFICAÇÃO DE PLANTAS ORNAMENTAIS UTILIZANDO INTELIGÊNCIA COMPUTACIONAL COM BASE NO CICLO DE VIDA DE PLANTAS 342

INFLUÊNCIA DA CONDIÇÃO FINANCEIRA NA COMPOSIÇÃO DA DELEGAÇÃO REPRESENTANTE DO DISTRITO FEDERAL NOS JOGOS DA JUVENTUDE DE 2023 343

INSTRUMENTOS DE CONTENÇÃO DOS EFEITOS DAS SANÇÕES ECONÔMICAS SOBRE A POPULAÇÃO CIVIL EM PAÍSES-ALVO 344

INTERVENÇÕES NUTRICIONAIS E EXERCÍCIOS RESISTIDOS COMO TRATAMENTO COMBINADO NA PREVENÇÃO DA CAQUEXIA EM PACIENTES ONCOLÓGICOS 345

INVESTIGAÇÃO DOS FATORES ASSOCIADOS AO BAIXO PESO DE RECÉM-NASCIDOS EM UM HOSPITAL PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL 346

LESÕES DO APARELHO LOCOMOTOR E FATORES ASSOCIADOS EM ATLETAS DA DELEGAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL NOS JOGOS DA JUVENTUDE DE 2023 348

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DAS REGIÕES NORTE E SUL DO BRASIL: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA FORMAÇÃO DE DOCENTES QUE ATUARÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL 349

MAPEAMENTO COLABORATIVO E ABERTO SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL: INVENTÁRIO VISUAL DE BENS NATURAIS E CULTURAIS DO DISTRITO FEDERAL 350

MEDICINA LEGAL: AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO E PERCEPÇÃO ENTRE ALUNOS DO PRIMEIRO, DO TERCEIRO E DO SEXTO ANO DE MEDICINA NO DISTRITO FEDERAL 351

META-ANÁLISE DE INTERVENÇÕES PARA PROMOVER O COMPORTAMENTO PRÓ-AMBIENTAL: EVIDÊNCIAS PARA A PRÁTICA DA PSICOLOGIA NA CONCRETIZAÇÃO DOS ODS AMBIENTAIS 353

METILAÇÃO DO DNA, ESTILO DE VIDA E CÂNCER COLORRETAL: UMA RELAÇÃO SOB O OLHAR DA REVISÃO DE LITERATURA 355

MULHERES INDÍGENAS NA POLÍTICA BRASILEIRA: UM ESTUDO DA ATUAÇÃO NO LEGISLATIVO E NO EXECUTIVO FEDERAL ENTRE 2019 E 2023 356

MULHERES INVISÍVEIS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES LÉSBICAS SOBRE A VACINA CONTRA O PAPILOMAVÍRUS HUMANO 357

O BRASIL DIANTE DA GUERRA DA UCRÂNIA: NEUTRALIDADE, AUTONOMIA E EQUIDISTÂNCIA PRAGMÁTICA 358

O EFEITO DA DIMINUIÇÃO NA MAGNITUDE DO REFORÇO DA RESPOSTA ALTERNATIVA DE UM PADRÃO DE REPETIÇÃO SOBRE A RESSURGÊNCIA DA VARIABILIDADE COMPORTAMENTAL 359

O EFEITO DA MASSAGEM DO TECIDO CONJUNTIVO EM MULHERES COM DISMENORREIA PRIMÁRIA 360

O EFEITO DO PREÇO, DO TEMPO PARA ALTA E DO ESFORÇO SOBRE A ESCOLHA ENTRE AS TERAPIAS PSICOLÓGICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS E AS PSEUDOCIENTÍFICAS .. 361

O IMPACTO DO ANTROPOMORFISMO NA SAÚDE E NO BEM-ESTAR DOS CÃES DE COMPANHIA NA CIDADE DE BRASÍLA, DISTRITO FEDERAL 362

O IMPACTO DOS HÁBITOS ALIMENTARES NA SAÚDE DOS REFUGIADOS VENEZUELANOS NA CAPITAL BRASILEIRA 363

O IMPACTO PSICOSSOCIAL DA FERTILIZAÇÃO *IN VITRO* EM MULHERES COM INFERTILIDADE 364

O LUTO NA DESFILIAÇÃO RELIGIOSA: UM ESTUDO SOBRE AS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ DESASSOCIADAS 365

O *MOUNTAIN BIKE* COMO INTERFACE PARA A PSICOLOGIA AMBIENTAL E DO ESPORTE: O EFEITO DIFERENCIAL E DE INTERAÇÃO DA ATIVIDADE FÍSICA E DO CONTATO COM A NATUREZA NA SAÚDE MENTAL 367

O PROJETO DA ARQUITETURA ESCOLAR EM RELAÇÃO À PRÁTICA PEDAGÓGICA: ANÁLISE DAS ESCOLAS PÚBLICAS NO DISTRITO FEDERAL (1957-2022) 368

O USO DE TELAS E O IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO MOTOR INFANTIL DE PRÉ-ESCOLARES 369

OS CURRÍCULOS DE PEDAGOGIA, O EXERCÍCIO DOCENTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 370

OS EFEITOS DOS EXERÍCIOS FÍSICOS EM PACIENTES ONCOLÓGICOS 371

OS EFEITOS DOS FENÔMENOS DE DESCONTO POR ATRASO E DE DEMANDA COMPORTAMENTAL NAS PRÁTICAS SEXUAIS DE RISCO 372

OUTROS OLHARES: O CARÁTER SIMBÓLICO-CULTURAL E AFETIVO NAS PECULIARIDADES DA ARQUITETURA POPULAR 373

PACIENTES PORTADORES DE HIV/AIDS ATENDIDOS EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA NO DISTRITO FEDERAL: O QUE SABEMOS SOBRE ELES? 374

PERFIL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES COM ATRESIA ESOFÁGICA EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL DO DISTRITO FEDERAL 376

PERFIL DOS PRESOS DO SISTEMA CARCERÁRIO DO DISTRITO FEDERAL 378

PERSISTÊNCIA DE *PSEUDOMONAS AERUGINOSA* E *ACINETOBACTER BAUMANNII* COMPLEXO NOS LEITOS DE UTI EM HOSPITAIS DE BRASÍLIA-DF APÓS A HIGIENIZAÇÃO TERMINAL 379

PRESERVAÇÃO DA FERTILIDADE DE MULHERES COM CÂNCER DE MAMA: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA 380

PREVALÊNCIA DE LESÕES DO APARELHO LOCOMOTOR EM ATLETAS ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL 381

PREVALÊNCIA DE SÍNDROME METABÓLICA EM INDIVÍDUOS COM HIPOPITUITARISMO ACOMPANHADOS EM UM AMBULATÓRIO DE ENDOCRINOLOGIA DE UM HOSPITAL TERCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL 382

PROCEDIMENTOS DE HIGIENIZAÇÃO EM RESIDÊNCIAS: VIABILIDADE DE FORMAÇÃO DE BIOFILMES 383

PRODUÇÃO DE BIOCORANTES MICROBIANOS PARA A INDÚSTRIA TÊXTIL 385

PROPOSTA DE IMPRESSÃO EM 3-D DO OSSO FÊMUR DE PESSOAS IDOSAS VITIMADAS DE FRATURA 386

PROTÓTIPO PARA AUXILIAR A DETECÇÃO DE TDAH POR *NEUROFEEDBACK* COM A UTILIZAÇÃO DO MICROCONTROLADOR ARDUÍNO EM SUA CONCEPÇÃO 387

QUALIDADE DE VIDA E NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA EM ATLETAS DE COMBATE APOSENTADOS 388

QUANDO A MORTE É UMA CORRESPONSABILIDADE: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE VIVÊNCIAS EM UMA COMUNIDADE COMPASSIVA 389

REFUGIADOS.DOC 391

RELAÇÃO ENTRE HÁBITOS ALIMENTARES, COMPOSIÇÃO CORPORAL E PADRÕES DE DESCONTO DO ATRASO DE RECOMPENSAS FINANCEIRAS 392

RESPOSTAS FISIOLÓGICAS E PERCEPTIVAS AGUDAS DE SOBREVIVENTES DE CÂNCER DE MAMA SUBMETIDAS AO TREINAMENTO DE FORÇA DE DIFERENTES INTENSIDADES . 393

SAÍ DO ARMÁRIO! E, AGORA? JOVENS LGBTQIAP+ REVELANDO A ORIENTAÇÃO SEXUAL PARA A FAMÍLIA 394

SAÚDE DA MULHER INDÍGENA BRASILEIRA: PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO 395

SELEÇÃO DE HABITAT E USO DE ESTRATO VEGETACIONAL PELA CHOCA-DE-ASA VERMELHA (*Thamnophilus torquatus*) 396

SEXO: QUEM É MAIS IMPULSIVO? PADRÕES DE DESCONTO DO ATRASO DE INDIVÍDUOS SOLTEIROS E EM RELACIONAMENTO ESTÁVEL 397

SIMULAÇÃO COMPUTACIONAL SOBRE A TROCA DE ÓRBITAS DE UM SATÉLITE ARTIFICIAL 398

SÍNDROME DE NOONAN: UM RELATO DE CASO 399

SINTO, LOGO EXISTO – ENTRE O REAL E O ILUSÓRIO: AS TRANSFORMAÇÕES SUBJETIVAS PROVOCADAS PELO ALZHEIMER NA PERSPECTIVA DE FAMILIARES CUIDADORES E DOS PRÓPRIOS SUJEITOS DIAGNOSTICADOS COM A DOENÇA 400

SISTEMA DE COLETA DE DADOS AGRÍCOLAS UTILIZANDO MICROCONTROLADORES CONECTADOS À REDE MESH 402

SUSCETIBILIDADE DE TRANSTORNOS ALIMENTARES EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS 403

TECNOLOGIA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: APLICAÇÃO DA REALIDADE AUMENTADA 405

TESTES EM PROCESSOS SELETIVOS: EFICIÊNCIA OU BANALIZAÇÃO?..... 406

TRIBUNAL DO JÚRI: A DECISÃO DE LEIGOS ENTRE *PERFORMATIVIDADES* E RESPONSABILIDADE JUDICIAL..... 407

TUDO IMPRESSO, TUDO EXPRESSO, TUDO PELO SUCESSO: UM ESTUDO SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DE AUTORIDADES POLÍTICAS A PARTIR DE SUA COMUNICAÇÃO... 408

UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER..... 409

VARIAÇÃO SAZONAL NOS PADRÕES DE ATIVIDADE DA CHOCA-DE-ASA-VERMELHA (*Thamnophilus torquatus)* 411

GRUPOS DE PESQUISA

ARQUITETURA, QUALIDADE AMBIENTAL, EFICIÊNCIA E SAÚDE

Eliete de Pinho Araujo - CEUB, professora líder do grupo
eliete.araujo@ceub.edu.br

Este grupo, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas do Centro Universitário de Brasília (FATECS/CEUB) e do curso de Comunicação do CEUB, contém 5 linhas de pesquisa: Arquitetura e suas particularidades; Arquitetura, qualidade ambiental, eficiência, saúde; Cidade, infraestrutura urbana, tecnologia e projeto; Cidade sustentável do terceiro milênio; Tecnologia da arquitetura - qualidade ambiental, eficiência energética e reuso de água - estudos de caso; Qualidade verde. A linha de pesquisa Arquitetura e suas particularidades já publicou 4 livros, englobando 10 das 20 regiões da Itália, seu objeto de estudo. A metodologia desenvolvida foi organizada nas seguintes etapas: planejamento e coordenação; infraestrutura e organização; mobilização e sensibilização. Os objetivos da pesquisa fundamentam-se em questões, como descrição da arquitetura com suas principais obras, pontos, dicas e atrações turísticas das cidades mais importantes das 20 regiões da Itália. O objeto de estudo consiste nas cidades, nas comunas, nas províncias e nas vilas de três regiões da Itália. A justificativa formulada constitui premissas para o desenvolvimento do estudo. Assumiu-se que a Itália é, não apenas no imaginário, mas também, de fato, o país da arquitetura, do *design*, da arte, da música, da culinária, do vinho, da fala espalhafatosa, do drama e do idioma cantado em seus vários dialetos. É importante conhecer esse país que espalhou muito de suas influências não só no Brasil, nas regiões Sul e Sudeste, como também no mundo, com a sua culinária, os grandes times de futebol, os ilustres nomes da moda e a arquitetura palaciana. Nesse contexto, o trabalho apresenta uma viagem de reconhecimento de campo que introduz o berço da arquitetura e da história, o pilar do *design* e da arte, a autenticidade e a criatividade da culinária, o desenho da moda, elementos que exercem influência no mundo, passando por suas regiões, revelando seus monumentos, seus costumes e o impacto que causam mundo afora e nas telas do cinema. O livro está organizado em sete capítulos, que vão das contribuições aos subsídios. O primeiro apresenta a introdução ao tema principal, incluindo objeto, justificativa, objetivos, revisão da bibliografia, fundamentação teórica, metodologia. Por que a Itália? O que se espera deste livro? Quais são os produtos e os impactos esperados e sua importância para o Brasil e para a Itália? O segundo capítulo refere-se à Itália e engloba suas regiões, o clima, a divisão e os times de futebol. O terceiro capítulo contém o desenvolvimento dos estudos sobre as regiões com suas províncias. Os próximos capítulos tratam das regiões separadamente, com suas províncias e suas particularidades. O sexto capítulo apresenta as considerações finais. O sétimo e último capítulo mostra as referências, e, por fim, os anexos contêm imagens características da Itália. A linha de pesquisa Cidade, infraestrutura urbana, tecnologia e projeto publicou 3 livros. A linha de pesquisa Cidade sustentável do terceiro milênio foi a base para o pós-doutoramento feito em 2018, na cidade de La Coruña, Universidade na Espanha. A linha de pesquisa Tecnologia da arquitetura - qualidade ambiental, eficiência energética e

reuso de água - estudos de caso contém vários projetos de pesquisa e de iniciação científica desenvolvidos em PIC, PIBIC e PIBITI no CEUB. Por fim, a linha de pesquisa Qualidade verde também desenvolveu vários projetos de pesquisa e de iniciação científica em PIC, PIBIC e PIBITI no CEUB, produzindo um livro publicado com alunos, professores, egressos e convidados.

Palavras-Chave: arquitetura; qualidade ambiental; saúde.

CIDADE E HABITAÇÃO, NOVAS PERSPECTIVAS

Eliete de Pinho Araujo - CEUB, professora líder do grupo
eliete.araujo@ceub.edu.br

As pesquisas nesta área de concentração poderão qualificar profissionais, para atuar tanto no ensino superior como na gestão pública, com o objetivo de ampliar o campo de investigação. Este grupo do mestrado acadêmico tem como fator diferencial estabelecer uma correlação entre a área de concentração Cidade e habitação com as experiências já consolidadas do mestrado e do doutorado em direito na instituição. Tal fato revigora a investigação sobre as questões relativas à cidade e à habitação, com as análises correlatas ao campo do direito. O objetivo é buscar processos e metodologias de avaliação dos sistemas projetados em arquitetura e urbanismo. O ambiente construído ou planejado é objeto de estudo do grupo, que, desta maneira, poderá atuar no planejamento do projeto arquitetônico bem como na sua avaliação, a partir de obras concluídas. Com ênfase nas questões de natureza ambiental, as pesquisas desenvolvidas pelo grupo avaliam a sustentabilidade dos recursos naturais adotados em confronto com as decisões de projeto, considerando a ponderação com outros parâmetros de análise e de naturezas distintas ou complementares à ambiental. As linhas de pesquisa são: Cidade, infraestrutura urbana, tecnologia e projeto; Teoria, história e projeto de habitação; A cidade e a saúde com interfaces no espaço urbano e no edifício. As instituições parceiras são a Universidade de Brasília, a Universidade Federal da Bahia, a Universidade de Extremadura, o Centro Universitário de Brasília, a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade de Coruña. As linhas de pesquisas desenvolveram vários projetos nas dissertações, em parceria com a iniciação científica em PIC, PIBIC e PIBITI, no CEUB, produzindo também livros publicados com alunos, professores, egressos e convidados. O grupo elaborou atividades, como seminários, aulas magnas, informativos no número 23, cadernos de dissertações no número 6, cartilhas e revista *Cidade e Habitação*, que está em seu número 4, além de promover palestras e participações em eventos internos e externos ao CEUB. O grupo é formado por todos os professores e alunos do mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

Palavras-Chave: cidade; habitação; novas perspectivas.

COMUNICAÇÃO EM EMERGÊNCIA E DESASTRES (GP-CED)

Mônica Igreja do Prado - CEUB, professora líder do grupo
monica.prado@ceub.edu.br

O GP-CED dedica-se a estudos e pesquisas, tendo como foco as pessoas, o clima e a sustentabilidade. O referencial é a comunicação pública que entende a informação como interesse coletivo e o cidadão como construtor de sua autoproteção e atuação social, tópicos fundamentais para a comunicação de risco. No âmbito da linha de pesquisa Cidades Sustentáveis e Agenda 2030, o GP-CED promoveu palestra sobre a sinalização rústica em trilhas do DF: tecnologia social do CPC. A tecnologia social utiliza métodos preconizados pela Rede Brasileira de Trilhas, com moldes vazados e tinta *spray*. A confecção de tabuletas e mourões é realizada por voluntários a partir de entalhamento e escrita manual cursiva, para indicar as trilhas e seus traçados e a proximidade de atrativos. A tecnologia social está implementada nas trilhas da Floresta Nacional de Brasília e do Parque Nacional de Brasília. Também nessa linha de pesquisa, o GP-CED lidera o Projeto DF Trilhas com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal e aborda a trilha ecológica como instrumento de conversação e de preservação ambiental, tomando como base a Lei Distrital nº 6.892/2021, que cria o Sistema de Trilhas Ecológicas. O projeto tem o objetivo de comunicar e classificar 12 trilhas do Sistema com a participação de guias, condutores e caminhantes, tendo como referência a NBR ISO 3.021. O Projeto DF Trilhas promove a importância dos serviços ambientais que o bioma cerrado oferece à população, e a divulgação científica do projeto está em @dftrilhas. Na linha de pesquisa Plataforma Estatística, foi produzido um capítulo para a obra coletiva *Desafios e enfrentamentos da comunicação, divulgação científica, saúde e meio ambiente em cenário de grandes crises*, a ser publicada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A obra é organizada pelo Grupo de Pesquisa Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Intercom. O capítulo relata a experiência de comunicar ciência com a Plataforma JF©, que contribuiu para a redução do cenário de infodemia no ambiente local da cidade de Juiz de Fora (MG), durante a pandemia de covid-19. No campo da ludicidade (linha de pesquisa: Lúdico, Clima e Divulgação Científica), houve participação do GP-CED no Projeto GIRO, com um *game* em forma de *quiz* destinado a estudantes universitários do CEUB. Na edição de 2024, o tema foi *sustentabilidade*. Além disso, foi realizada palestra para os participantes, cujo foco foi a reconexão com a natureza e a necessidade de atuar na emergência climática com redução de emissões, fundo de apoio e transição energética. Na linha de pesquisa Formação de Profissionais de Comunicação, houve incentivo para que estudantes inscrevessem reportagens para o prêmio Expocom, no âmbito do Intercom Centro-Oeste. Houve também incentivo à publicação de reportagens na Agência de Notícias do CEUB e à produção de material de comunicação na área de jornalismo científico e ambiental.

Palavras-Chave: trilhas ecológicas; comunicação pública; emergência climática.

DIREITO PÚBLICO E POLÍTICA URBANA – GPDPPU

Paulo Afonso Cavichioli Carmona - CEUB, professor líder do grupo
paulo.carmona@ceub.edu.br

O Grupo de Pesquisa em Direito Público e Política Urbana - GPDDPU tem por objetivo estudar os fenômenos e os impactos do ambiente urbano sob a ótica do direito, notadamente o direito urbanístico, com visão multidisciplinar, buscando soluções que possam auxiliar a criação de políticas públicas adequadas à melhoria da qualidade de vida do cidadão. Assim, visa produzir e divulgar conhecimento por meio de debates, seminários, cursos de extensão e publicações na área do direito urbanístico, em especial em mobilidade urbana, planejamento urbanístico, direito à moradia, regularização fundiária, saneamento básico, instrumentos de política urbana e prevenção da violência urbana. No primeiro semestre do ano de 2024, o grupo realizou encontros mensais que contaram com a apresentação de alunos do mestrado e do doutorado do CEUB, com temas sobre *O direito fundamental urbano à participação cidadã na transformação das cidades*, pela doutoranda Tatiana Reinehr de Oliveira, *Debaixo da terra: a agenda do saneamento básico no Brasil*, pelo doutorando Marcos André Alamy, *Os desafios da REURB no Distrito Federal*, pelo mestrando Leonardo Firme e, por fim, *Regularização fundiária urbana: estudo de caso em Mato Grosso*, pelo doutorando Marco Roberto Serra Lyrio. No segundo semestre de 2024, as apresentações focalizaram os assuntos polêmicos do novo Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCub e foram realizadas pelo mestre em direito Fernando Dantas e pelo mestre em direito Carlos Frederico Maroja de Medeiros com o título *Planos e contratos urbanísticos: perspectiva luso e brasileira*, pelo doutor Fábio Scopel Vanin, da Universidade de Caxias do Sul – UCS, com o título *Tecnologias disruptivas e meio ambiente: o impacto das novas tecnologias no direito e na proteção ambiental*, e pelo doutor Franco Perazzoni da Universidade de Brasília (UnB).

Palavras-Chave: política urbana; saneamento básico; planejamento de Brasília.

DIREITO, LINGUAGEM E PODER

Rodrigo Augusto Lima de Medeiros - CEUB, professor líder do grupo
rodrigo.medeiros@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa contém três linhas de pesquisa que dialogam entre si, a saber: Administração da diferença: direito ambiental e políticas públicas; Ambientalismo, desenvolvimentismo e sociabilidades; Seletividade do direito na administração pública e o não reconhecimento das diferenças. As linhas de pesquisa propõem investigar, em perspectiva interdisciplinar, os enquadramentos analíticos em torno do nascimento do direito, não apenas a realidade histórica de sua existência relacional, mas também a necessidade de instauração no discurso e na prática de cada ato de manutenção de um direito ou a cada ato de revolução, ou invenção de novo direito. Em meio a convergências e contrapontos entre a perspectiva antropológica, jurídica e filosófica e a revisão crítica sobre os fundamentos empíricos, orientam-se dois campos de pesquisa em diálogo, na busca de esclarecer como é possível criar um direito capaz de absorver, em conteúdo e forma, a necessidade de superar e romper com o direito determinado em sua essência pela força. Diante desse contexto, o grupo tem trabalhado na relação entre mercado e Estado na transformação da estrutura fundiária brasileira. A pesquisa versa sobre as relações entre os reconhecimentos de identidades políticas, tais como povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, a distribuição de terras e territórios e os movimentos sociais ao longo da constituição da composição fundiária do Brasil e sua regulamentação jurídica nas diferentes posses e propriedades.

Palavras-Chave: interdisciplinaridade; direitos coletivos; estrutura fundiária.

O BRASIL DIANTE DA GUERRA DA UCRÂNIA: NEUTRALIDADE, AUTONOMIA E EQUIDISTÂNCIA PRAGMÁTICA

Luciano da Rosa Muñoz - CEUB, professor líder do grupo
luciano.munoz@ceub.edu.br

A presente pesquisa visa examinar a atitude do Brasil em relação ao conflito na Ucrânia, explorando conceitos históricos da política externa brasileira. A introdução posiciona o estudo no contexto dos debates sobre a política externa, destacando a importância da neutralidade, da autonomia e da equidistância pragmática. Na seção inicial, discute-se acerca do campo de estudos históricos da política externa do Brasil. São abordados o conceito de autonomia periférica e a prática da equidistância pragmática, que têm sido características marcantes da diplomacia brasileira em questões internacionais, desde a Segunda Guerra Mundial. Por conseguinte, contextualiza-se o conflito diante das dinâmicas internacionais do pós-Guerra Fria, com destaque para eventos, como a assinatura do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), a anexação da Crimeia pela Rússia e a subsequente invasão da Ucrânia. Tal parte verifica as respostas do Brasil a esses eventos e como o país se posicionou diplomaticamente. Por fim, o artigo investiga a política externa brasileira durante o fenômeno da guerra, com especial atenção ao governo Lula, em 2023. A análise crítica examina a coerência da diplomacia brasileira em manter uma atitude de neutralidade e equidistância pragmática, apesar das pressões internacionais. Surge como premissa de governança o princípio da autonomia pela diversificação, que coloca a diplomacia de Lula em um papel de protagonismo, no sistema internacional, por meio da busca de maior participação na criação das regras da governança global que, juntamente com a ênfase da temática social no âmbito interno, formula o princípio da não indiferença. Um exemplo disso, descrito ao final da pesquisa, mostra-se com o caso do G-20 da paz.

Palavras-Chave: diplomacia; política externa; relações internacionais.

REDE DE REQUISITOS

Roberto Avila Paldês - CEUB, professor líder do grupo
roberto.paldes@ceub.edu.br

O grupo tem como objetivo buscar conhecimentos relativos à engenharia de requisitos e à experiência do usuário com sistemas de informação nas suas diversas áreas de atuação, para a melhoria da qualidade do *software*. O grupo já teve artigos publicados no IEEE 25th International Requirements Engineering Conference (2017), em Lisboa, Portugal, na Conferencia Iberoamericana de Software Engineering (CIbSE 2018), no 21st Workshop on Requirements Engineering (WER 2018), na Conferencia Iberoamericana de Software Engineering (CIbSE - Havana 2019), no Simpósio Brasileiro de Engenharia de Software (SBES 2019 - Salvador) e no IEEE International Symposium on Empirical Software Engineering and Measurement (ESEM 2019 - Porto de Galinhas). Em 2020, o artigo "Functional Requirements Elicitation in IoT systems: a follow-up study" foi o *best paper* no XIX Simpósio Brasileiro de Qualidade de Software (SBQS 2020). Em 2021, o grupo acolheu, com o apoio do Centro Universitário de Brasília, o 24th Workshop on Requirements Engineering (24th WER). Desde 2023, tem-se dedicado a Campus Inteligente e IoT. A pesquisa em andamento, ainda sem resultados publicados, tem por objetivo propor recomendações e diretrizes para o desenvolvimento de um sistema de controle de atendimento às atividades acadêmicas (*smart attendance*) em um contexto de *campus* inteligente (*smart campus*), considerando a elicitação e a especificação dos requisitos de todos os *stakeholders* do sistema. Já foi realizado o mapeamento sistemático da literatura sobre o conceito de campus inteligente e os sistemas de controle de atendimento às atividades acadêmicas. A próxima etapa da pesquisa é a da identificação dos stakeholders envolvidos no sistema de controle de atendimento e a elicitação dos requisitos desses stakeholders por meio de técnicas apropriadas.

Palavras-Chave: requisitos de software; engenharia de requisitos; campus inteligente.

TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS: QUALIDADE E EXPERIÊNCIA DE USUÁRIO EM AMBIENTES IMERSIVOS

Fabrício Ofugi - CEUB, professor líder do grupo
fabricio.ofugi@ceub.edu.br
Lucas dos Santos Althoff - CEUB, professor líder do grupo
lucas.althoff@ceub.edu.br

No último ano, o grupo de pesquisa ampliou sua abordagem, para investigar a experiência do usuário em ambientes imersivos gamificados, com foco especial nas aplicações educacionais. O uso de tecnologias, como realidade virtual (VR), vídeos em 360°, realidade aumentada (AR) e realidade estendida (XR), mostrou-se promissor para criar experiências de aprendizado mais imersivas, interativas e personalizadas. Essas tecnologias têm potencial para transformar o engajamento dos usuários, conectando-os, de maneira mais profunda, a tarefas complexas e enriquecendo os processos educacionais. Diante desse contexto, desenvolveu-se um *testbed* para coleta de dados comportamentais que permite captar informações detalhadas sobre a interação dos usuários com esses ambientes, tanto no campo do entretenimento quanto na educação. Esse *testbed* é sustentado por modelos de inteligência artificial que possibilitam a análise em tempo real de fatores, como satisfação, engajamento e qualidade de experiência, ajustando automaticamente os cenários conforme o comportamento do usuário. No campo educacional, essas tecnologias imersivas são estudadas, com o intuito de melhorar o aprendizado por meio de experiências adaptativas, personalizadas e altamente envolventes, demonstrando como a gamificação e a imersão podem impactar positivamente a motivação e o desempenho acadêmico. O estudo de VR, AR, vídeos 360° e XR também se estendeu à investigação sobre como essas ferramentas podem ser integradas a currículos educacionais, otimizando a retenção de informações e o aprendizado prático em diversas disciplinas. A inteligência artificial foi crucial para o aprimoramento desses ambientes, permitindo ajustes dinâmicos e automáticos que garantem a experiência personalizada e envolvente tanto em aplicações gamificadas quanto em contextos educacionais. O avanço nessas áreas sugere um futuro promissor para o uso de tecnologias imersivas como facilitadoras de aprendizado e engajamento, destacando a importância da personalização e da adaptabilidade nas experiências do usuário.

Palavras-Chave: experiência de usuário; tecnologia imersiva; inteligência artificial.

TEORIA E PRÁTICA PSICANALÍTICA

Marcos Chedid Abel - CEUB, professor líder do grupo
marcos.abel@ceub.edu.br

Em funcionamento ininterrupto desde 2012, o grupo de pesquisa é certificado pelo CEUB no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do CNPq. Tem como tema a psicanálise fundamentada em Freud, nas suas diversas vertentes, em suas relações com a cultura, ou seja, com os campos da arte, da religião, da filosofia e da ciência. Objetiva fomentar o estudo da psicanálise em perspectiva crítica. Trata-se de Freud e de outros autores que tenham contribuído para o desenvolvimento do campo psicanalítico, privilegiando a atuação na clínica psicanalítica e no âmbito acadêmico. Os participantes são colegas e estudantes com ou sem vínculo com o CEUB, com participação livre. O método de trabalho são reuniões semanais com temas semestrais, além de subgrupos de leituras. Atualmente, o grupo trabalha com a pulsão de morte na psicanálise e na cultura. Desde 2020, são realizadas reuniões virtuais pelo Google Meet, em que são discutidos textos publicados e produções dos integrantes. Os resultados têm sido orientações de pesquisas, apresentações e publicações de trabalhos, realizações de cursos de extensão e seminários nacionais e internacionais, intercâmbios com colegas, participação no curso de pós-graduação *lato sensu* em Teoria Psicanalítica, iniciado em 2004, com a 31ª turma, coordenado por Marcos Abel, que participa também como docente. Ademais, cita-se o Grupo de Leitura em Lacan, de 2015/1 a 2016/1, com reuniões semanais, dedicado ao "Seminário 4: A relação de Objeto", dirigido por Gustavo Ribeiro, continuado por Marinês Popovic, Meiri Magalhães e Silene Lozzi, finalizado em 2016/2; o curso de extensão Psicanálise e Literatura, com 16 horas, em 2016/1, ministrado por Vera Ribeiro; o curso de extensão Introdução à Psicanálise, com 16 horas, em 2014/2, 2015/1 e 2015/2, ministrado por Marcos Abel.

Palavras-Chave: psicanálise; teoria; clínica.

MESAS-REDONDAS

A NATUREZA DA PESQUISA CIENTÍFICA

Mediadora:
Ingrid Lilian Fuhr - CEUB, professora de Psicologia
ingrid.fuhr@ceub.edu.br

Debatedores:
Elizabeth Tunes, professora do Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília
bethtunes@gmail.com
Zoia Prestes, professora da Faculdade de Educação/Universidade Federal Fluminense
81629891z@gmail.com
Jairo Werner, professor da Faculdade de Medicina/ Universidade Federal Fluminense
jairowerner100@gmail.com

Neste trabalho, é feito um tributo a dois grandes nomes da ciência psicológica: Lev Semionovitch Vigotski e Burruhs Frederic Skinner. Para justificar a homenagem, foi retomada a história da psicologia desde seu nascimento como ciência, ainda que de modo bastante breve, apresentando as principais características de cada ciclo histórico por que passou e que são comumente identificados por estudiosos como pré-determinismo, determinismo mecanicista, determinismo biológico e determinismo psicossocial. Em seguida, foram apresentadas as principais críticas de Lev Semionovitch Vigotski e de Burruhs Frederic Skinner a essas visões deterministas que adotavam, do ponto de vista do método, a ideia de causalidade eficiente, procurando demonstrar como esses dois estudiosos criticaram e romperam com esta ideia, ao propor sistemas teóricos que inauguraram, genuinamente, o campo científico da psicologia. Procurou-se demonstrar, desse modo, que a contribuição de ambos não reside apenas na mera construção e na apresentação histórica de duas teorias psicológicas importantes que figuram entre outras, em uma espécie de museu da ciência psicológica, mas também que, efetivamente, a eles deve-se a formulação de duas teorias que rompem com o passado de uma psicologia presa a ideias pré-científicas ou científicas, mas subsidiárias de outras ciências, especialmente da biologia. Trata-se de duas teorias que, efetivamente, rompem com o servilismo da psicologia às ciências historicamente mais afamadas e reconhecidas e fazem isso, mostrando que não se trata apenas de buscar novos fatos, pois o problema não se encontra neles, mas nos conceitos, ou seja, na forma de pensar os fatos.

Palavras-Chave: história da psicologia; causalidade eficiente; método científico.

ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL NA PROMOÇÃO DA SAÚDE DIGITAL

Mediador:
Roberto Nascimento de Albuquerque - CEUB, professor de Enfermagem
roberto.albuquerque@ceub.edu.br

Debatedores:
Marcela Pereira Cipriani Rufine - CEUB, professora de Fisioterapia
marcela.rufine@ceub.edu.br
Rafaela Moledo de Vasconcelos - CEUB, professora de Nutrição
rafaela.vasconcelos@ceub.edu.br
Daniel Barbieri Freitas - CEUB, professor de Psicologia
daniel.freitas@ceub.edu.br

O telefone celular é um instrumento tecnológico relativamente novo, versátil e acessível e é um artefato atrativo para a população em geral, principalmente entre os jovens. Contudo, o uso abusivo do celular pode ser um risco à saúde. Neste contexto, a convite da coordenação do curso de Enfermagem, *campus* de Taguatinga, estiveram presentes os coordenadores dos cursos de Fisioterapia, Psicologia e Nutrição, no intuito de discutir sobre os malefícios do uso abusivo do celular, na perspectiva multiprofissional. Para a coordenadora do curso de Fisioterapia, o uso abusivo do celular pode causar problemas, como alterações posturais, anteriorização da cabeça, dores cervicais, diminuição da amplitude do movimento, doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho, lesões por esforço repetitivo, hérnias e alterações do sono. Por sua vez, a coordenadora do curso de Nutrição reforçou a necessidade que deve existir durante o ato de comer, pois, atualmente, a criança já se alimenta na frente de uma tela; comentou, também, que o uso abusivo de celular faz que o jovem opte por alimentos ultraprocessados e refrigerantes, podendo causar doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e hipertensão arterial sistêmica. Por fim, o coordenador do curso de Psicologia enfatizou que o uso abusivo de celulares e redes sociais pode trazer problemas associados à saúde mental, como ansiedade, depressão, hiperestimulação, isolamento social, e ao sono; estresse e sobrecarga, como o aumento do fluxo de informações oriundas dos celulares e das redes sociais que tentem a acelerar o organismo, associados à atenção, como diminuição da capacidade de realizar multitarefas e piora da higiene de estudo; problemas com a comparação social, como diminuição da autoestima, prejuízo à autoimagem, busca incessante por *likes* e reforço social; dificuldades com empatia e habilidades sociais em pessoas menos empáticas e com dificuldades com *soft skills*.

Palavras-Chave: telefone celular; redes sociais; saúde.

ATUAÇÕES E OPORTUNIDADES PARA O BIOMÉDICO NO MERCADO DE TRABALHO

Mediadora:
Isabella de Souza Mota - CEUB, professora da FACES
isabella.smota@ceub.edu.br

Debatedores:
Juliana Rocha Madureira Azevedo, aluna egressa do ICTDF
jujurochaazevedo@gmail.com
Karina Fernandes de Araújo, aluna egressa do Autônoma
kfernandes0211@gmail.com
Krain Melo - CEUB, professor de Biomedicina
krain.melo@ceub.edu.br
Naomí Souza Rodrigues, mestranda do DASA
naomi.sr04@gmail.com

O evento foi organizado, com o intuito de apresentar aos alunos do curso de Biomedicina do *campus* de Taguatinga as diversas áreas de atuação dessa profissão. Especialistas foram convidados para compartilhar suas experiências e conhecimentos, proporcionando aos estudantes uma visão abrangente sobre as possibilidades de carreira na biomedicina, que fogem das tradicionais análises clínicas. A especialista em perfusão extracorpórea, Juliana Azevedo, foi a primeira a apresentar-se e expôs informações importantes sobre os requisitos e os caminhos para atuar nessa área. Ela detalhou o papel do profissional na equipe multidisciplinar, durante as cirurgias, e a importância da formação técnica, das especializações e das residências, além de compartilhar experiências próprias que enriqueceram a discussão. A mestra Naomí Rodrigues abordou acerca da área da citometria de fluxo. Ela destacou a relevância dessa técnica na análise celular, enfatizando suas aplicações em diagnósticos e pesquisas, principalmente no que diz respeito à identificação de leucemias e linfomas. A abordagem de Naomí foi crucial para que se compreendesse a importância da citometria no dia a dia, considerando que os alunos haviam finalizado o conteúdo de hematologia e estavam preparando-se para o estágio na área da imunologia, cuja prática também é muito utilizada. Na sequência, a mestra Karina Fernandes discutiu a área de microbiologia, seu mestrado e sua área de atuação no momento, a estética avançada. Sua apresentação incluiu informações sobre a importância dos microrganismos na saúde e nas doenças, além de suas implicações na indústria farmacêutica e na pesquisa. Karina Fernandes também ressaltou quais são as etapas necessárias de aperfeiçoamento para a atuação em estética e como os biomédicos podem enriquecer esse campo. Por fim, a doutora Amanda Carvalho apresentou a área clínica, a de pesquisa laboratorial, e a da docência. Ela discutiu a relevância da pesquisa na inovação de tratamentos e no avanço do conhecimento científico, destacando as diversas oportunidades de carreira nessa área. O evento foi muito importante para aumentar as opções de carreira que os estudantes podem seguir, por permitir que os alunos aprofundem seu entendimento sobre as várias possibilidades

de atuação na Biomedicina. Essa troca de conhecimentos foi fundamental para inspirá-los.

Palavras-Chave: biomedicina; empregabilidade; especialidades.

AVANÇOS E TENDÊNCIAS EM CRIOLIPÓLISE: MESA-REDONDA SOBRE INOVAÇÕES E PRÁTICAS

Mediadora:
Leticia Martins Paiva - CEUB, professora de Fisioterapia
leticia.paiva@ceub.edu.br

Debatedores:
Eduardo Vieira Euzébio, professor do Meraki – Escola de Estética
edukg21@gmail.com
Grazianne de Jesus Oliveira, colaboradora do Meraki – Escola de Estética
edukg21@gmail.com

A criolipólise, um tratamento estético não invasivo que visa à redução de gordura localizada por meio do resfriamento controlado, tem-se destacado nas últimas décadas como uma alternativa eficaz a procedimentos cirúrgicos. Os avanços tecnológicos têm sido fundamentais para o aprimoramento da criolipólise. Equipamentos mais modernos, como os dispositivos de criolipólise de múltiplas aplicações, permitem a realização de tratamentos em diversas áreas do corpo simultaneamente, aumentando a eficiência e reduzindo o tempo de procedimento. Além disso, a melhoria nos sistemas de controle de temperatura proporciona maior segurança e conforto ao paciente, minimizando o risco de efeitos adversos (Davis et al., 2021). A combinação do tratamento com outras modalidades estéticas, como o ultrassom de 3 Mhz e a massagem local, tem mostrado resultados promissores. Essa sinergia entre técnicas pode potencializar a redução de gordura e melhorar a flacidez da pele, oferecendo uma solução mais completa para os pacientes (Schwartz & Chang, 2020). Além disso, o reconhecimento da importância da personalização do tratamento tem ganhado destaque. A avaliação individualizada das características corporais e das expectativas dos pacientes é essencial para otimizar os resultados, ajustando o protocolo de tratamento de acordo com as necessidades específicas de cada um (Harrison et al., 2022). A mesa-redonda sobre criolipólise ressaltou a importância de acompanhar os avanços e as tendências que influenciam a prática. Com a combinação de tecnologia e a abordagem centrada no paciente, a criolipólise continua sendo uma opção viável e eficaz para a redução de gordura localizada.

Palavras-Chave: criolipólise; estética; gordura localizada.

MESA-REDONDA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E URBANÍSTICO

Mediador:
Paulo Afonso Cavichioli Carmona - CEUB, professor do programa de pós-graduação *stricto sensu* em Direito
paulo.carmona@ceub.edu.br

Debatedores:
Marcos André Alamy - CEUB, doutorando em Direito
marcos.alamy@sempreceub.com
Luciano Rosa Vicente - CEUB, doutor em Direito
luciano.rosa@rfb.gov.br
Rodrigo Bento de Andrade - CEUB, doutor em Direito
rodrigobentodeandrade@yahoo.com.br

Com a coordenação do professor doutor Paulo Carmona, alunos do doutorado em Direito e Políticas Públicas apresentaram seus projetos de tese ou teses já recentemente defendidas para alunos do mestrado e da graduação fazerem considerações, críticas e sugestões. Foram apresentados os seguintes trabalhos: *Debaixo da terra: a agenda do saneamento básico no Brasil*, do doutorando Marcos André Alamy; *O sistema correcional disciplinar brasileiro: uniformizar é preciso, mas há limites*, do doutor Luciano Rosa Vicente; *A atuação contramajoritária dos tribunais de contas em atos de pessoal como contributo à efetivação de política pública de pessoal no serviço público*, do doutor Rodrigo Bento de Andrade; *Políticas públicas e regularização fundiária urbana: rumos para sua efetividade - Estudo de caso sobre a cidade de Alto Taquari/MT*, do doutorando Marco Roberto Serra Lyrio; *Migalhas além da fome: o direito à alimentação adequada no contexto das políticas de segurança alimentar e nutricional*, da doutoranda Mariana Amorim Murta; *Aprimoramento nas políticas públicas para efetividade da regularização fundiária rural no estado de Mato Grosso*, do doutorando Thiago Cícero Serra Lyrio; *Limites constitucionais à inteligência artificial e limites dos limites*, do doutorando Amilar Domingos Moreira Martins. Destaca-se que, durante cada apresentação sucinta da tese ou do projeto de tese, o apresentador destacava os principais desafios enfrentados no desenvolvimento do trabalho, indicava o orientador e os coorientadores e estabelecia em qual fase a tese estava.

Palavras-Chave: teses de doutorado; direito administrativo; direito urbanístico.

O FUTURO DO MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Mediadora:
Larisse Lázaro Santos Pinheiro - CEUB, professora de Administração
larisse.pinheiro@ceub.edu.br

Debatedores:
Carolina de Souza Scott Mairinque - CEUB, professora de Administração
carolina.mairinque@ceub.edu.br
Fabrícia Faleiros Pimenta - CEUB, professora de Administração
fabricia.pimenta@ceub.edu.br
Abner Santos Belem - CEUB, professor de Administração
abner.santos@ceub.edu.br

A mesa redonda reuniu especialistas, para discutir as transformações que moldam o cenário profissional atual e suas implicações para o futuro. Os participantes abordaram a ascensão da tecnologia, destacando a automação e a inteligência artificial como forças disruptivas que estão reformulando funções tradicionais e criando outras demandas de habilidades. A importância da educação continuada e da requalificação foi enfatizada, uma vez que o mercado exige profissionais adaptáveis e com competências diversificadas. O papel das *soft skills*, como comunicação, empatia e trabalho em equipe, também foi um ponto central, pois essas habilidades são cada vez mais valorizadas em um ambiente de trabalho, em constante mudança. As oportunidades proporcionadas pelo trabalho remoto e as novas modalidades de emprego foram exploradas, refletindo sobre como essas mudanças podem democratizar o acesso a oportunidades, especialmente em regiões distantes dos grandes centros urbanos. No entanto, os especialistas alertaram sobre os desafios que acompanham essa transição, como a desigualdade no acesso à tecnologia e a necessidade de políticas públicas que garantam inclusão. As implicações da sustentabilidade no mercado de trabalho também foram discutidas, ressaltando a crescente demanda por profissionais capacitados em práticas sustentáveis e responsabilidade social. A mesa-redonda concluiu que, apesar dos desafios, existem inúmeras oportunidades para aqueles que buscam preparar-se para as novas exigências do mercado. A adaptabilidade, a inovação e o contínuo aprendizado são essenciais para prosperar-se em um futuro cada vez mais dinâmico e interconectado.

Palavras–Chave: mercado de trabalho; tecnologia; inovação.

O INFANTILISMO NÃO É O INFANTIL

Mediador:
Juliano Moreira Lagoas - CEUB, professor de Psicologia
juliano.lagoas@ceub.edu.br

Debatedores:
Guilherme Freitas Henderson - CEUB, professor de Psicologia
guilherme.henderson@ceub.edu.br
Lívia Campos e Silva - CEUB, professora de Psicologia
livia.campos@ceub.edu.br

O trabalho discute o papel do infantil na psicanálise, diferenciando-o do infantilismo. O infantil e o infantilismo manifestam-se nos sintomas de muitos pacientes, sugerindo que a prática psicanalítica esteja atravessada por traços infantis. No entanto, é necessário diferenciar o infantil, associado à vivacidade criativa, do infantilismo, caracterizado por uma posição subjetiva, ligada à fantasia. Freud, em *O futuro de uma ilusão*, mostra como a religião é uma resposta infantil ao desamparo, propondo que a ilusão religiosa seja uma forma de lidar com as forças incontroláveis da natureza e da vida. O sujeito busca, na religião, uma figura paterna que oferece proteção, mas essa resposta mantém o infantilismo, ao invés de superá-lo. No contexto clínico, o psicanalista não oferece um remédio, mas conduz o paciente ao reconhecimento do desamparo estrutural. A análise visa atravessar o infantilismo, permitindo que o sujeito adote nova posição diante da vida, abandonando a submissão frente ao Outro. A saída religiosa e a neurose compartilham o mecanismo de repressão e contenção das pulsões, que, no tratamento, são substituídos por um "trabalho intelectual" que possibilita nova subjetividade. A análise busca romper com o modelo infantil e permitir que o sujeito acesse o infantil em sua potência criativa, uma vivacidade que possibilita atos subversivos e criativos. Ao final do processo, o sujeito pode manter características tidas como infantis, mas atravessadas pela experiência do desamparo e pela liberdade de agir através delas criativamente. Freud propõe que a superação do infantilismo, na esfera tanto individual quanto social, é um passo necessário para o enfrentamento da realidade sem ilusões religiosas ou fantasias regressivas.

Palavras-Chave: psicanálise; infantilismo; desamparo.

O LUGAR DO INFANTIL NA PRÁTICA DO PSICANALISTA

Mediador:
Juliano Moreira Lagoas - CEUB, professor de Psicologia
juliano.lagoas@ceub.edu.br

Debatedores:
Guilherme Freitas Henderson - CEUB, professor de Psicologia
guilherme.henderson@ceub.edu.br
Lívia Campos e Silva - CEUB, professora de Psicologia
livia.campos@ceub.edu.br
Pedro Saraiva de Oliveira - CEUB, mestrando em Psicologia
pedrospsico@sempreceub.com

A mesa-redonda teve como objetivo discutir o lugar do infantil na teoria e na prática psicanalíticas, destacando suas múltiplas dimensões na constituição da subjetividade e seu papel nos sintomas psicopatológicos. O conceito de infantil foi analisado em duas vertentes: sua dimensão temporal, associada à infância, e sua dimensão estrutural, que persiste ao longo da vida adulta. Foi estabelecida uma distinção entre o infantil, entendido como um componente estruturante do sujeito e da dinâmica do inconsciente, e o infantilismo, caracterizado como uma fixação patológica a uma posição de objeto de gozo do Outro. Um ponto da discussão foi o modelo infantil subjacente às práticas autoritárias, refletido na relação entre indivíduos e líderes, evidenciando como essas dinâmicas podem ser compreendidas à luz da psicanálise. A escassez do tema do infantil na obra de Lacan também foi debatida, levantando questões sobre suas possíveis razões. No entanto, foram destacados elementos no ensino de Lacan que podem ser interpretados como alusões indiretas ao infantil, especialmente em suas formulações sobre o real. O infantil foi também relacionado à pulsão, à sexualidade, à criatividade, sendo concebido como uma fonte de renovação e inovação no psiquismo. No contexto da experiência analítica, o infantil foi abordado em sua relação com o real, com o desamparo, desafiando tanto o analista quanto o analisando a confrontar aquilo que não é passível de simbolização. A discussão enfatizou que a criatividade emerge desse contato com o real e que a prática psicanalítica deve estar preparada para acolher e trabalhar essas expressões do infantil de forma produtiva. Desse modo, o infantil foi apresentado como um conceito central tanto para a prática clínica quanto para a reflexão teórica, abrindo novas perspectivas para a compreensão da subjetividade e da experiência analítica.

Palavras-Chave: infantil; psicanálise; subjetividade.

RESIDÊNCIA EM ENFERMAGEM: CASOS DE SUCESSO DO CEUB

Mediador:
Roberto Nascimento de Albuquerque - CEUB, professor de Enfermagem
roberto.albuquerque@ceub.edu.br

Debatedores:
Flaus Limoeiro Pereira - egresso do CEUB, Escola de Governo Fiocruz Brasília
flpereira@aluno.fiocruz.br
Erika Coelho Paiva - egressa do CEUB, Hospital do Coração do Brasil - HCBr
paivaerika26@gmail.com
Sthephany Nestor da Silva - egressa do CEUB, Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF
stephany.nestor@gmail.com

Os programas de residência em saúde são modalidades de pós-graduação *lato sensu*, caracterizada por um processo de ensino-aprendizagem que ocorre no serviço, em que o residente atua sob supervisão de um preceptor, o que possibilita a aplicação dos conhecimentos obtidos durante a graduação. Nesse contexto, a formação na modalidade residência é considerada uma qualificação profissional diferenciada, pois propicia a qualificação dos serviços de saúde, incentiva a reflexão sobre a prática desenvolvida, aprimora o raciocínio clínico, além formar profissionais qualificados para o Sistema Único de Saúde. Neste contexto, graduados em Enfermagem têm procurado, cada vez mais, programas de residência uniprofissionais ou multiprofissionais, a fim de qualificar mais o cuidado. Desta maneira, a coordenação de Enfermagem do CEUB, *campus* de Taguatinga, convidou egressos do curso que foram aprovados em diferentes programas de residência de Enfermagem, no Distrito Federal. A mesa-redonda contou com a presença do enfermeiro residente Flaus Limoeiro, do programa de residência em Atenção Básica da Escola de Governo Fiocruz/Brasília; da enfermeira residente Érika Coelho Paiva, do programa de residência de enfermagem cardiovascular do Hospital do Coração do Brasil/HCBr; da enfermeira residente Sthephany Nestor da Silva, do programa de residência de Saúde do Adulto e Idoso da Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal – SES/DF. Na ocasião, os residentes puderam relatar informações sobre as estratégias de estudo, para passar nas provas de residência, as características dos programas de residência em que estão, as dicas sobre como planejar a graduação, para ser aprovados nas residências, os diferenciais do curso de Enfermagem do CEUB perante os demais cursos superiores de Enfermagem do Distrito Federal e as perspectivas após a residência.

Palavras-Chave: internato e residência; casos de sucesso; educação em enfermagem.

RISCOS E BENEFÍCIOS DO USO DO FENOL PARA FINS ESTÉTICOS

Mediadora:
Leticia Martins Paiva - CEUB, professora de Fisioterapia
leticia.paiva@ceub.edu.br

Debatedor:
Luís Eduardo Santos Barros, professor de pós-graduação e cursos livres
luiseduardo.sb.bm@gmail.com

O fenol, um composto químico amplamente utilizado em diversas indústrias, ganhou destaque no campo da estética, especialmente em procedimentos, como *peelings*. A aplicação de fenol na dermatologia busca melhorar a textura da pele, tratar cicatrizes e reduzir rugas, promovendo uma aparência mais jovem. Contudo, sua utilização não é isenta de riscos e efeitos colaterais. Um dos principais benefícios do fenol é sua capacidade de promover a renovação celular. Ao penetrar nas camadas da pele, o fenol provoca uma destruição controlada das células danificadas, estimulando a produção de colágeno e elastina, essenciais para a elasticidade e a firmeza da pele. Estudos demonstram que *peelings* com fenol podem resultar em melhorias significativas na aparência de cicatrizes de acne e hiperpigmentação (Wong et al., 2016). O tratamento com fenol também é efetivo para rejuvenescimento facial, proporcionando resultados duradouros, desde que seja realizado por profissionais qualificados (Kumar & Dhamija, 2020). Apesar de seus benefícios, o uso do fenol apresenta riscos significativos. Entre os efeitos colaterais mais comuns, estão a vermelhidão, a descamação e a irritação da pele. Em casos mais graves, pode ocorrer hiperpigmentação pós-inflamatória e cicatrização inadequada. O fenol também pode causar toxicidade sistêmica se não for utilizado adequadamente, especialmente em áreas extensas ou em concentrações elevadas (Friedman & Richey, 2018). Outro risco importante é a possibilidade de cicatrizes que podem resultar de uma reação adversa ao tratamento. A aplicação de fenol exige uma avaliação criteriosa do histórico do paciente e a escolha adequada da concentração do produto, além do acompanhamento pós-procedimento rigoroso (Harrison et al., 2021). O uso do fenol para fins estéticos pode oferecer resultados positivos significativos na melhoria da aparência da pele. No entanto, é fundamental que os pacientes estejam cientes dos riscos e que o procedimento seja realizado por profissionais experientes e qualificados. A escolha do tratamento deve ser baseada em uma avaliação individualizada, levando em conta as características da pele e as expectativas do paciente.

Palavras-Chave: fenol; estética; rejuvenescimento.

OFICINAS E WORKSHOPS

"VOCÊ TRABALHA OU SÓ DÁ AULA": INGRESSO E POSSIBILIDADES NA CARREIRA ACADÊMICA

Juliana Menêzes da Nóbrega - CEUB, professora do CEUB Carreiras
juliana.nobrega@ceub.edu.br

Uma pergunta muito dirigida aos professores do ensino superior pelos seus alunos é: "Você trabalha ou só dá aula?". Quando a faz, o estudante busca saber se o docente exerce outra atividade profissional, além da docência. Porém, com a questão, revela-se o cenário de que ainda é confusa a percepção da docência como uma atividade profissional por si só. Diante disso, a oficina e a roda de conversa abordam as diversas possibilidades de carreira no âmbito acadêmico, como o ensino, a pesquisa, a extensão, a gestão educacional, a prestação de serviços, entre outras. Além disso, examina as formas de ingresso nessas carreiras, os percursos de desenvolvimento, as competências necessárias e o dia a dia de trabalho em cada área possível. Para tanto, a oficina tem como preâmbulo, a história do conhecimento científico e da ciência moderna e como a academia se insere nesse processo, explicando também o presente e seus desafios. Apresenta os perfis formativos na academia: o generalista, o especialista e o nexialista e como eles se adaptam aos diversos cenários de atuação profissional acadêmica. O objetivo, então, é apresentar para o participante que deseja ingressar na carreira acadêmica os possíveis segmentos de atuação, bem como as formas de ingresso. Ao final, o participante deverá ter uma visão ampla e sistêmica de como é trabalhar no mundo acadêmico, para que ele possa sanar suas dúvidas, compreender a atuação na academia como uma profissão e preparar-se, com mais consciência e estratégia, para o ingresso nesse mercado de trabalho.

Palavras-Chave: carreira acadêmica; docência; mercado de trabalho.

2º ENCONTRO DE *BOARD GAMES*

Ana Gabriella de Oliveira Sardinha - CEUB, professora do Núcleo de Educação a Distância (NEAD)
ana.sardinha@ceub.edu.br

O objetivo do 2º Encontro de *Board Games* é promover a socialização e a diversão por meio de jogos de tabuleiro. A troca de experiências entre os jogadores auxilia o desenvolvimento socioemocional e cognitivo. Esta atividade é dinâmica e oferece a possibilidade e a oportunidade de os participantes apresentarem seus jogos favoritos e conhecerem outros de origem indígena, africana e chinesa, como o jogo da onça, a *mancala* e o *dou shou qi*, além de aprender novas estratégias e socializar-se com outros jogadores. Durante o encontro, é proporcionada a vivência com jogos tradicionais e modernos, que incluem desafios e estratégias, como xadrez, damas, *halma*, *hex*, jogos de cartas, jogos de mesa e incentivo ao *Role-Playing Game* – RPG. O jogo é uma atividade livre e voluntária, contém regras estabelecidas e objetivos específicos. A proposta da oficina é incentivar a cultura lúdica na instituição, o que pode auxiliar a motivação dos participantes e a criação de boas memórias. Desse modo, a cultura lúdica é composta por um conjunto de regras e significados próprios ao jogo que os jogadores obtêm e dominam, além de ser uma forma de expressão social. A diversidade propiciada pelos jogos de tabuleiro permite que os participantes ampliem seus horizontes e desenvolvam maior compreensão e apreciação pelas diferentes culturas do mundo. Por meio dessa experiência, os jogadores poderão expandir seus conhecimentos sobre história, tradições e costumes de diferentes povos, enriquecendo, assim, seu repertório cultural. O jogo de tabuleiro é uma arte que proporciona desafios estratégicos, auxiliando o desenvolvimento de habilidades de raciocínio lógico pela busca de soluções, aprimorando a criatividade, a imaginação e as relações interpessoais. Esse encontro enfatiza a importância do aspecto social do jogo como uma forma de interação humana e expressão da diversidade cultural.

Palavras-Chave: jogos de tabuleiro; cultura lúdica; expressão social.

ANSIEDADE, DEPRESSÃO E ALIMENTAÇÃO

Dayanne da Costa Maynard - CEUB, professora de Nutrição
dayanne.maynard@ceub.edu.br
Andrea Gonçalves de Almeida - CEUB, professora de Nutrição
andrea.almeida@ceub.edu.br

A relevância do tema deve-se ao número crescente de indivíduos acometidos por transtornos psiquiátricos, tais como depressão e ansiedade, os quais levam à incapacitação de muitas pessoas, assim como a elevados custos para o governo. No Brasil, a depressão afeta 11,5 milhões de pessoas, o que equivale a 5,8% da população, e os distúrbios relacionados à ansiedade já atingem mais de 18,6 milhões de brasileiros, ou seja, 9,3% da população. Em consequência da falta de informação e acesso aos tratamentos para ansiedade e depressão, estima-se que a economia global perca mais de um trilhão de dólares. O estilo de vida, em que a nutrição é determinante, pode ajudar a prevenir, tratar e curar a depressão, ainda mais se estiver sendo cuidada por uma equipe multidisciplinar. O intuito da oficina foi, portanto, apresentar elaborações culinárias com nutrientes específicos, voltados a indivíduos que sofrem de ansiedade ou depressão. As preparações foram salada de folhas e castanhas, guacamole, macarrão integral ao molho de ervas, purê de batata-doce, tilápia com alecrim e suco de melancia e bolo de banana com chocolate, ou seja, um cardápio com nutrientes, como fibras, ômega 3 e gorduras poli-insaturadas, com efeito anti-inflamatório, ajudando a preservar áreas do cérebro e melhorando a comunicação entre os neurônios, além de estimular a produção de neurotransmissores, como a serotonina, que é responsável pela regulação da sede, do apetite, do balanço energético, da regulação das emoções e dos processos comportamentais. Ademais, foram utilizados alimentos, como abacate, batata-doce, chocolate, capazes de estimular o sistema nervoso e ativar as emoções, trazendo conforto, alegria e melhora de humor.

Palavras-Chave: ansiedade; depressão; alimentos

AURICULOTERAPIA

Nataly Moriya - CEUB, professora convidada
natymit@gmail.com

O *Workshop de Auriculoterapia* foi um evento prático, ministrado por uma biomédica especialista em medicina tradicional chinesa, voltado para profissionais e estudantes interessados em terapias alternativas e complementares, como a auriculoterapia, que utiliza estímulos em pontos específicos da orelha, para promover o equilíbrio energético e tratar diversas condições de saúde, como dores, ansiedade, insônia e outros desequilíbrios físicos e emocionais. Durante o *workshop*, a biomédica introduziu os fundamentos teóricos da auriculoterapia e explicou a relação dos pontos auriculares com diferentes órgãos e sistemas do corpo. Os participantes aprenderam sobre a identificação desses pontos e suas respectivas indicações, além de conhecer as técnicas de aplicação que incluem o uso de sementes, esferas magnéticas e agulhas. A sessão prática foi o ponto alto do evento, permitindo aos participantes aplicar os conhecimentos obtidos em atividades supervisionadas pela especialista. Eles puderam exercitar o mapeamento dos pontos auriculares e praticar o posicionamento das sementes com foco na segurança e na eficácia do tratamento. O *workshop* proporcionou aos participantes uma experiência enriquecedora, unindo teoria e prática, além de oferecer uma visão sobre o potencial da auriculoterapia como uma abordagem integrada à saúde. O evento destacou-se como uma oportunidade de desenvolvimento profissional e pessoal, ampliando o conjunto de ferramentas terapêuticas dos biomédicos e dos demais profissionais da área de saúde.

Palavras–Chave: medicina tradicional chinesa; auriculoterapia; acupuntura.

CIDADE, CIDADANIA E CIDADÃO: UM OLHAR SOBRE OS ODS NO CONTEXTO DE BRASÍLIA

Rodrigo Orengo, jornalista da TV Band
Cássio de Ávila, diretor do Colégio La Salle de Águas Claras
Hudson Quintana, representante do Instituto Acolhe DF e administrador de Águas Claras
Mario Furtado, representante do TIKRÉ – consultoria ambiental
Helena Lara - CEUB, professor de integração com o ensino médio
amlibano@gmail.com
Lúcia Maria Moreira Lopes de Oliveira – CEUB, pró-reitora acadêmica
lucia.lopes@uniceub.br
Gabreilla de Mello Moreno - CEUB, aluna egressa
gabriellamelom@uniceub.br

A Pró-Reitoria Acadêmica do CEUB, por meio do Núcleo de Integração do Ensino Superior com o Ensino Médio, desenvolve atividades de integração dos estudantes das escolas de ensino médio com o ensino superior que visam contribuir com os educandos da educação básica quanto ao fortalecimento do planejamento de sua carreira profissional, com o ingresso no ensino superior, entendendo que o espaço de integração propicia maior compreensão do percurso formativo, da formação profissional no ensino superior, da escolha de carreiras e da atuação no mercado de trabalho ao longo da trajetória de formação. Entende-se que escolhas mais aderentes às habilidades individuais e às competências desenvolvidas no ensino médio podem gerar maior permanência do estudante no ensino superior, contribuindo para a redução da evasão dos cursos de graduação. Nesse sentido, a fim de aproximar o estudante do ensino médio do contexto de formação do ensino superior com base na premissa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o núcleo de integração com o ensino médio desenvolveu uma atividade piloto de organização de um simpósio para apresentação de propostas para solução de problemas socioambientais, em nível local, a partir de projetos de pesquisa dos estudantes do ensino médio, diagnóstico em campo e proposição de ações, com vistas a contribuir com a região administrativa de Águas Claras e de Taguatinga no enfrentamento de questões socioambientais, mediante a mudança de cultura. Os projetos foram planejados e desenvolvidos nas atividades dos itinerários formativos e de formação para a cidadania e foram desenvolvidos por uma escola particular de ensino médio de Brasília. Os professores do colégio orientaram o aprofundamento teórico, a metodologia de levantamento de dados e as propostas de intervenção. Os projetos necessariamente versaram sobre um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas. Os estudantes desenvolveram-nos e submeteram-nos à análise e à seleção na escola. Os seis grupos, de acordo com a relevância de seus trabalhos, foram contemplados, para participar do simpósio que reuniu diversos atores da sociedade civil e do governo do Distrito Federal. Após ouvir e apontar como cada um atua em relação aos problemas abordados, os convidados fizeram uma atividade de mentoria dos projetos, com vistas a fortalecer o desenvolvimento de perspectivas em relação à aplicação dos projetos, instruindo novas etapas e processos

em um ambiente seguro, para expressar-se, organizar as ações futuras do projetos e desenvolver perspectivas reais de impacto positivo na sociedade, por meio do estudo, da pesquisa e da extensão. O simpósio atendeu aos objetivos propostos de proporcionar ao estudante do ensino médio experienciar o cotidiano da formação no ensino superior, com base em ensino, pesquisa e extensão. A atividade aberta ao público contou com a participação de empresa de televisão que fez a cobertura do simpósio. Os convidados mentores contribuíram com os projetos e incluíram os estudantes em visitas técnicas, treinamentos e vivências em suas repartições, associações e empresas. A experiência foi exitosa, e espera-se que, se aprimorada e replicada, possa contribuir com o processo formativo e o desenvolvimento socioambiental.

Palavras-Chave: ensino médio; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; aspecto socioambiental.

CIÊNCIA DE DADOS: EXPLORANDO O FUTURO DOS NEGÓCIOS

Guilherme Fernandes Monteiro - CEUB, graduando em Ciência de Dados e *Machine Learning*
guimonteiro@sempreceub.com
Filipe Sampaio Campos - CEUB, graduando em Ciência de Dados e *Machine Learning*
filipe.sampaio@sempreceub.com

A oficina foi realizada em dois encontros distintos, abordando o tema tanto teórica quanto praticamente. No primeiro dia, foi feita uma introdução abrangente à área com enfoque nas demandas do mercado e nas diferentes funções desempenhadas por um cientista de dados. Foi discutido o papel do profissional, desde a coleta e o processamento de dados até a construção de modelos que auxiliem a tomada de decisões, sempre considerando o impacto e a relevância da análise para os objetivos estratégicos. Em paralelo, foram apresentadas as principais ferramentas de ciência de dados, enfatizando a importância de linguagens de programação, como Python e R, além de bibliotecas e *frameworks* específicos que possibilitam a manipulação de grandes volumes de dados e o desenvolvimento de modelos analíticos. Como tópico adicional, a oficina também abordou a importância das inteligências artificiais generativas e dos modelos de linguagem de grande escala (LLM), explorando como esses avanços têm impactado e expandido as possibilidades no campo da ciência de dados, permitindo a automação de processos e a criação de análises cada vez mais sofisticadas. No segundo dia, a abordagem foi prática, utilizando o *dataset* Titanic do *seaborn* como base, para ilustrar o fluxo completo de uma análise de dados, desde a exploração dos dados até a geração de *insights*. A oficina abordou as etapas fundamentais de pré-processamento de dados, análise exploratória e visualização, demonstrando como essas etapas são essenciais para entender as características e as limitações dos dados, antes de seguir para modelos de previsão. O uso do *dataset* Titanic permitiu a aplicação direta das técnicas discutidas, mostrando como identificar padrões relevantes e levantar hipóteses para análises futuras. O evento buscou não apenas apresentar conceitos, mas também capacitar os participantes a compreender a prática do cientista de dados, suas principais ferramentas e o impacto das análises baseadas em dados na solução de problemas reais.

Palavras-chave: ciência de dados, inteligência artificial, análise exploratória.

CRIANDO UMA *STARTUP* COM IA GENERATIVA: DA IDEIA À IMPLEMENTAÇÃO

Tiago Leite Pereira - CEUB, professor de Ciência da Computação
tiago.pereira@ceub.edu.br
Larisse Lázaro Santos Pinheiro - CEUB, professora de Administração
larisse.pinheiro@ceub.edu.br

A oficina ofereceu uma experiência prática e interativa a participantes interessados em empreender, utilizando tecnologias de inteligência artificial. A atividade iniciou-se com uma introdução aos conceitos fundamentais de IA generativa e suas aplicações no desenvolvimento de produtos e serviços inovadores. Os facilitadores apresentaram exemplos de *startups* bem-sucedidas que incorporaram IA generativa em suas operações, destacando o potencial dessa tecnologia, para otimizar processos, personalizar experiências e impulsionar a criatividade. Os participantes foram incentivados a explorar suas próprias ideias de negócios, passando por etapas de *brainstorming* e validação de conceito. Durante a oficina, foram abordados tópicos cruciais, como a elaboração de um modelo de negócios sustentável, a definição do público-alvo e a análise de viabilidade econômica. Os facilitadores também discutiram a importância da formação de equipes multidisciplinares e da cultura de inovação, além de compartilhar ferramentas e recursos úteis para o desenvolvimento de projetos. A oficina culminou em um exercício prático em que os participantes criaram protótipos simples de suas ideias, recebendo *feedback* dos facilitadores e dos colegas. Os resultados mostraram que a combinação de criatividade, conhecimento técnico e colaboração é essencial para o sucesso no mundo das *startups*. Ao final, os participantes saíram com uma visão mais clara do processo de transformação de uma ideia em um produto ou serviço, equipados com ferramentas práticas, para dar os primeiros passos em suas jornadas empreendedoras.

Palavras-Chave: *startup*; inteligência artificial; inovação.

CURRÍCULO LATTES

Ana Carolina Figueiró Longo - CEUB, professora da FAJS
ana.longo@ceub.edu.br

A oficina teve como objetivo orientar os participantes sobre a criação e o preenchimento do currículo acadêmico, de acordo com as diretrizes da Plataforma Lattes, ferramenta essencial para pesquisadores, professores e profissionais que desejam manter o perfil acadêmico visível e atualizado. No início, foram discutidas as informações pessoais básicas que compõem o cabeçalho do currículo, como nome completo, titulação, vínculo institucional e contato profissional. A partir disso, os participantes foram guiados sobre a importância de apresentar essas informações de forma precisa e organizada, uma vez que elas impactam a primeira impressão do currículo. Um dos principais enfoques da oficina foi a utilização de palavras-chave, fundamentais para tornar o currículo mais encontrável e atrativo em bases de dados e mecanismos de busca, dentro da plataforma. Foram sugeridas palavras estratégicas para os campos de atuação e temas de pesquisa de cada participante, além de dicas, para selecionar termos que representassem, com clareza e especificidade, as áreas de especialização. Durante essa etapa, houve um aprofundamento sobre como selecionar palavras-chave que estejam alinhadas às demandas de pesquisa atuais e aos descritores utilizados por agências de fomento e instituições acadêmicas. Além disso, a oficina destacou a importância de adicionar elementos que demonstrassem as redes de colaboração, como parcerias, grupos de pesquisa, coautorias, participação em eventos científicos e projetos em andamento. Foi explicado como registrar essas informações, de maneira a evidenciar não apenas a produtividade individual, mas também as contribuições e as sinergias com outros pesquisadores e instituições. A presença de colaborações e projetos aumenta a relevância e a visibilidade do currículo, pois sinaliza ao leitor as redes acadêmicas que o participante integra e as contribuições que se oferecem a essas redes. Por fim, os participantes receberam dicas, para manter o currículo Lattes constantemente atualizado com orientações sobre a frequência de atualização e as seções que demandam mais atenção ao longo do tempo. A oficina buscou enfatizar que a construção de um currículo Lattes eficaz é um processo contínuo e estratégico e que, ao refletir, com precisão, o perfil acadêmico e as redes de colaboração do profissional, favorece não só o reconhecimento de sua trajetória, mas também abre oportunidades de novas parcerias e financiamentos.

Palavras–Chave: currículo Lattes; informações acadêmicas; formação de rede.

INSERÇÃO DE DIU POR ENFERMEIRAS DO SUS: DA TEORIA À PRÁTICA

Evelin Rodrigues da Silva - CEUB, Fiocruz
enfermeira.evelinrodrigues@gmail.com
Marina Campos Nogueira da Silva - CEUB, Fiocruz
marinacn.nog2014@gmail.com
Julliane Messias Cordeiro Sampaio - CEUB, professora da FACES
julliane.sampaio@ceub.edu.br

A formação técnica de enfermeiras para a inserção do Dispositivo Intrauterino de cobre (DIU TCu 380A) não apenas reforça a autonomia e a competência desses profissionais, como também contribui para a ampliação do acesso das mulheres a serviços de qualidade, garantindo que seus direitos reprodutivos sejam respeitados. Desta forma, o fortalecimento da prática de inserção de DIU por enfermeiras no SUS alinha-se ao compromisso com a humanização do cuidado e à promoção da saúde reprodutiva, garantindo que todas as mulheres, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso a métodos contraceptivos seguros, eficazes e baseados em evidências. Além disso, essa prática fortalece o protagonismo das enfermeiras no planejamento familiar e na saúde sexual e reprodutiva, colaborando para a redução das desigualdades no acesso aos serviços de saúde e para a melhoria da qualidade de vida das mulheres em todo o país. A oficina de simulação realística sobre inserção e retirada do dispositivo intrauterino de cobre teve como objetivo conscientizar os estudantes de enfermagem sobre a relevância da qualificação e o desenvolvimento técnico necessário para esse procedimento, autorizado, no Distrito Federal, para ser realizado por enfermeiras. A atividade destacou o papel central das enfermeiras na saúde reprodutiva e no planejamento familiar, enfatizando a ampliação do acesso aos métodos contraceptivos de longa duração. A simulação ofereceu aos participantes a oportunidade de vivenciar todas as etapas da inserção e da retirada do DIU, desde a avaliação cuidadosa das pacientes até a execução segura e eficiente do procedimento. Foi sublinhada a importância de uma abordagem humanizada com comunicação clara e acolhedora, além da utilização de técnicas baseadas em evidências científicas, para garantir segurança e minimizar riscos. O ambiente de aprendizado prático proporcionou aos alunos o desenvolvimento de habilidades fundamentais para esses procedimentos, incluindo os cuidados antes e depois da inserção. Foram abordados também os critérios de elegibilidade, contraindicações e o manejo de possíveis complicações, reforçando a autonomia do enfermeiro no processo de tomada de decisões clínicas. Aspectos éticos e legais da prática do enfermeiro nesse contexto também foram discutidos, ressaltando a importância de seu papel no acesso equitativo aos serviços de saúde reprodutiva, conforme as normativas vigentes no Distrito Federal.

Palavras-Chave: dispositivo intrauterino; enfermagem; simulação realística.

INTRODUÇÃO AO *POWERAPPS*

Luis Filipe Campos Cardoso - CEUB, professor de Ciência da Computação
luis.ccardoso@ceub.edu.br

A oficina abordou o desenvolvimento de soluções de baixo código, utilizando a plataforma PowerApps, parte da Power Platform da Microsoft. Com foco em capacitar tanto estudantes dos cursos de tecnologia da informação e comunicação quanto os de outras áreas, a oficina explorou o processo de criação de aplicativos personalizados que podem simplificar e automatizar processos de negócios por meio de uma plataforma de desenvolvimento de baixo código. Ao apresentar a Power Platform, composta por Power Apps, Power Automate, Power BI e Power Virtual Agents, o professor destacou o valor dessas ferramentas integradas, para acelerar o desenvolvimento de soluções e permitir a conexão com diversas fontes de dados. A oficina também comparou a Power Platform com alternativas de mercado, como OutSystems, Bubble, Zoho e Mendix. Especificamente, o PowerApps demonstrou sua capacidade de integração com outras soluções da Microsoft, para serem fontes de dados, como SharePoint, Excel e Dynamics 365, além de oferecer recursos de gerenciamento de permissões fundamentais para o controle de acesso e a proteção de dados. Em relação ao SharePoint, a oficina evidenciou seu papel como fornecedora de dados, especialmente por meio das listas, que podem ser utilizadas diretamente pelos aplicativos no PowerApps. Os participantes tiveram a oportunidade de criar um aplicativo simples como parte prática, aplicando o conhecimento obtido sobre integração de dados, entre o Sharepoint e o PowerApps, e arquitetura de aplicativos nesses ambientes. A oficina foi destinada a quem buscava desenvolver habilidades práticas em PowerApps e compreender como essa ferramenta pode auxiliar processos de trabalho e viabilizar a transformação digital.

Palavras-Chave: desenvolvimento de baixo código; *powerapps*; plataforma de desenvolvimento.

OFICINA DE BIOSSEGURANÇA PARA ESTUDANTES: BOAS PRÁTICAS EM FISIOTERAPIA HOSPITALAR

Rafaella Carvalho da Silva - CEUB, professora de Fisioterapia - FACES
rafaella.csilva@ceub.edu.br
Fisioterapia Hospitalar (8° período) - CEUB, alunos graduandos de Fisioterapia - FACES

A segurança do paciente, o êxito das práticas e a qualidade da assistência dos profissionais atuantes no ambiente hospitalar estão relacionados diretamente à higienização correta das mãos e à adesão aos procedimentos de biossegurança e bioproteção. Diante do exposto, a atividade desenvolvida teve por objetivo investigar quais conceitos e procedimentos os alunos do curso de Fisioterapia aprenderam, ao participar de uma oficina pedagógica sobre a temática relacionada às boas práticas de biossegurança, no ambiente hospitalar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva em que foi realizada uma oficina com alunos de graduação do 7° semestre do curso, a respeito da higienização das mãos, da paramentação e da desparamentação, no ambiente hospitalar. A comunidade acadêmica, relativa aos alunos ingressantes no curso, realizou, de maneira prática, os procedimentos de higienização das mãos e paramentação, tendo por base a teoria da aprendizagem significativa e o uso de multimodos de representação, utilizando-se mapas mentais e um jogo dinâmico de caça-palavras ao final da oficina. Os resultados demonstram que houve o aprendizado do procedimento por parte dos alunos, não somente os participantes da oficina, mas também do grupo responsável pela condução das atividades. Isso foi observado, ao ser realizadas ações que se aproximaram do procedimento preconizado pela ANVISA, o que foi demonstrado pela atividade final realizada no jogo. Nesse sentido, enfatiza-se a importância da utilização de meios educativos e motivacionais, não apenas entre os estudantes, mas também extensivos à comunidade acadêmica, em razão da influência dos modelos profissionais na rotina clínica, no ambiente hospitalar.

Palavras-Chave: biossegurança; fisioterapia; aprendizagem significativa.

OFICINA DE RESSUSCITAÇÃO CARDIOPULMONAR

Samuel Rios Teixeira - CEUB, professor adjunto do curso de Enfermagem do CEUB
samuel.teixeira@ceub.edu.br
Letícia Seabra da Costa - CEUB, graduanda de Enfermagem
leticiaseabra2000@sempreceub.com

As doenças do aparelho circulatório estão no topo das causas de óbito no Brasil e no mundo. Nesse contexto, a parada cardiorrespiratória (PCR) é um evento comum nesse grupo de pessoas e, não sendo conduzida da melhor forma, aumenta consideravelmente os riscos de morte ou de sequelas após o episódio. Paralelamente, observa-se maior prevalência de PCR em ritmos chocáveis (fibrilação ventricular e taquicardia ventricular sem pulso), no ambiente extra-hospitalar, exigindo o conhecimento e a correta aplicação do desfibrilador externo automático – DEA quando disponível. Diante disso, objetivou-se a realização de uma oficina de reanimação cardiopulmonar (RCP) com foco no público leigo, destacando as manobras de RCP e apresentando o funcionamento do DEA. De início, após a apresentação dos participantes e do objetivo da oficina, deu-se início à programação com a explanação dos sinais clínicos de parada cardiorrespiratória para rápida identificação. Em seguida, foi feita a demonstração do uso do DEA. Para tanto, foram expostos dois aparelhos diferentes, e seu funcionamento foi ilustrado com o auxílio de vídeo instrucional de simulação. Na sequência, abordou-se o protocolo do Suporte Básico de Vida e toda a instrução das manobras de compressão torácica e ventilação. Nesse momento, foram apresentadas diferentes músicas que contribuem para a correta aplicação da frequência das compressões torácicas, a saber, na ordem de 100 a 120 compressões por minuto. Após a demonstração, os participantes foram divididos em duplas, para realização das manobras de RCP, ficando uma pessoa nas compressões e outra na ventilação, com a bolsa válvula máscara. Em seguida, houve o revezamento sob a supervisão e a orientação direta do facilitador. Durante a prática, manteve-se em curso uma das músicas selecionadas para orientar o ritmo das compressões torácicas. Estiveram presentes cerca de 30 pessoas, todos alunos da graduação, especificamente dos cursos de enfermagem, fisioterapia, biomedicina e ciência da computação, que participaram da atividade, demonstrando desempenho satisfatório e adequado, atingindo, assim, o objetivo proposto.

Palavras-Chave: parada cardiorrespiratória; suporte básico de vida; desfibrilador externo automático.

OFICINA PRÁTICA PARA BUSCA DE ARTIGOS CIENTÍFICOS: A IMPORTÂNCIA DA CONDUTA CLÍNICA BASEADA EM EVIDÊNCIA

Michele Ferro de Amorim Cruz - CEUB, professora da FACES-Nutrição
michele.amorim@ceub.edu.br
Simone Gonçalves de Almeida - CEUB, professora da FACES-Nutrição
simone.almeida@ceub.edu.br

A conduta clínica baseada em evidência utiliza o método científico para organizar e aplicar dados atuais, a fim de melhorar as decisões de saúde. O bom uso da ciência disponível, aliado à experiência clínica do profissional de saúde e às condições de cada paciente, contribui para alcançar o êxito no tratamento. Ao definir a pergunta clinicamente relevante, o profissional deve pesquisar as melhores evidências para o caso em questão, por meio da busca de artigos científicos e avaliar criticamente as informações encontradas. Esta oficina é voltada para alunos dos cursos de saúde do Centro Universitário de Brasília e objetiva despertar, nos futuros profissionais, a relevância da pesquisa científica para a prática clínica, bem como demonstrar, de maneira prática, dinâmica e participativa, os caminhos para a busca de artigos científicos, considerados relevantes para a área da saúde. Inicialmente, foram compartilhadas com os alunos participantes informações oriundas de reportagens disponíveis na internet, e questionou-se sobre a validação ou não das informações apresentadas e como eles fariam para verificar a veracidade das informações em nível científico. Após a discussão proposta, explanou-se sobre a pirâmide de nível de evidência científica, com o intuito de tratar das diferenças existentes de acordo com a metodologia utilizada em cada estudo. Em seguida, foi realizada uma abordagem sobre as etapas necessárias para que um artigo seja publicado, a atitude sobre a publicação científica e uma visão geral sobre a qualidade dos manuscritos. Com o intuito de capacitar-se, de maneira prática, sobre como encontrar os artigos científicos, foram apresentadas as bases de dados mais relevantes para área da saúde, bem como as estratégias de busca que devem ser utilizadas, tais como o bom uso dos descritores e dos operadores boleanos. As bases de dados mais exploradas foram: Pubmed, Scielo, Lilacs, Bireme. Foi apresentado o acervo virtual dos periódicos da CAPES e as ferramentas que o Centro Universitário de Brasília disponibiliza para os alunos, com o intuito de permitir que alcancem boas evidências científicas sobre diversos temas. Para facilitar a assimilação do conteúdo, foi solicitado aos alunos que definissem descritores e operadores boleanos a ser utilizados de acordo com a busca que se desejava fazer e aplicá-los em todas as bases de dados, observando as diferenças referentes ao resultado da busca. Em seguida, escolheu-se a base de dados Pubmed, para explorar todas as suas ferramentas disponíveis, bem como o uso de cada uma delas. Por fim, foi apresentada aos alunos a possibilidade da criação de alertas nas bases de dados para que seja possível o envio de publicações recentes por e-mail, de acordo com a sua necessidade, permitindo dessa maneira que os alunos se mantenham atualizados sobre a área. Cada aluno participante realizou seu cadastro na base de dados e criou seu próprio alerta de acordo com o seu interesse.

Palavras-Chave: pesquisa; evidências; decisão clínica.

TÉCNICAS INFALÍVEIS PARA APRENDER

Ana Carolina Figueiró Longo - CEUB, professora da FAJS
ana.longo@ceub.edu.br
Milena Alarcão Louzada de Sá - CEUB, graduanda de Direito
milena.sa@sempreceub.com
Maria Monteiro - CEUB, graduanda de Direito
maria.smonteiro@sempreceub.com

A oficina oferece uma abordagem abrangente e técnica sobre a aprendizagem baseada em evidências científicas. A primeira parte explora a neurociência do aprendizado, desvendando como o cérebro processa, armazena e resgata informações. A capacidade do cérebro de adaptar-se e criar outras conexões é um ponto central, destacando a importância de um ambiente estimulante e de práticas consistentes para o fortalecimento das redes neurais. Em seguida, é explorada a teoria de Bloom, que estabelece uma hierarquia de habilidades cognitivas, desde a memorização do conteúdo até a sua utilização para criação de coisas novas, traçando um quadro analítico do aprendizado. Os estudantes devem observar o seu nível de aprofundamento nos assuntos apresentados, e a escala de Bloom é eficiente para indicar as ações necessárias na construção de um conhecimento poderoso. Em seguida, propõe-se a reflexão de que, considerando a estrutura cerebral e ambiental, assim como o nível de interesse do adulto por aqueles conteúdos, cada pessoa terá processos de aprendizagem diferentes, ainda que se possam indicar alguns pontos de semelhança. Nesta senda, portanto, apresenta-se a teoria das inteligências múltiplas, de Howard Gardner, que propõe tipos diferentes para cada pessoa: lógico-matemática, linguística, espacial, musical, cinestésica, interpessoal, intrapessoal e naturalista. Compreender essas variações permite adaptar os processos para a aprendizagem mais eficaz que atende às necessidades individuais de cada um. A oficina também tratou do inventário de estilos de aprendizagem de Kolb, da teoria de Felder e Silverman, da classificação de aprendizagem de Alonso, Galego e Honey, para, finalmente, propor aos participantes que buscassem o autoconhecimento como instrumento infalível, para estruturar sua forma de aprender. A oficina propõe um exercício prático, para diferenciar os participantes em quatro categorias de aprendizes: aprendiz por etapas, aprendiz criativo, aprendiz pesquisador e aprendiz falante. O aprendiz por etapas prefere uma abordagem estruturada com sequências lógicas e metodológicas. O aprendiz criativo aprende por meio da construção e da criação do conteúdo para si ou para os outros. O aprendiz pesquisador, uma vez que tem contato com o conteúdo, precisa recolher-se à biblioteca e aos livros, de modo a buscar, por si próprio, o aprofundamento de seu aprendizado. Por fim, o aprendiz falante aprende melhor por meio de discussões e da comunicação verbal, beneficiando-se de interações sociais e debates. Reconhecer o estilo de aprendizagem predominante em cada indivíduo é essencial para o desenvolvimento de seu processo de aprendizagem. Além disso, a oficina enfatiza a importância de estratégias metacognitivas que envolvem a reflexão sobre o próprio processo de aprendizado, ajudando os alunos a desenvolver habilidades

de autoavaliação e autocorreção. Em suma, a oficina fornece uma base robusta e científica, para entender como diferentes métodos e teorias podem ser aplicados nas práticas de estudo. Ao integrar conhecimentos da neurociência, da teoria de Bloom e dos estilos de aprendizagem, os participantes são capacitados a criar ambientes de aprendizado mais eficazes e inclusivos e estão aptos a atender as suas diversas necessidades e promover o desenvolvimento contínuo.

Palavras-Chave: neurociência do aprendizado; teoria de Bloom; estilos de aprendizagem.

TRANSFORMANDO O DIA A DIA: O USO DE IA NA ROTINA

Abner Santos Belém - CEUB, doutorando de Administração
abner.santos@ceub.edu.br

A oficina, realizada no Centro Universitário de Brasília (CEUB), no dia 2/10/2024, proporcionou aos alunos uma experiência prática e imersiva sobre como diversas ferramentas de Inteligência Artificial (IA) podem ser incorporadas em suas rotinas cotidianas, com foco na melhoria da produtividade e na organização pessoal. Durante a atividade, foi destacada a versatilidade dessas tecnologias, para facilitar processos acadêmicos, como a automatização de pesquisas, a organização de materiais de estudo e o gerenciamento de prazos e tarefas, permitindo aos alunos maior controle sobre suas demandas educacionais. No contexto profissional, as ferramentas apresentadas demonstraram seu valor na simplificação de tarefas administrativas, na gestão de projetos e na otimização de fluxo de trabalho, com exemplos práticos de automação de e-mails, criação de relatórios e análise de dados. Além disso, a oficina abordou a aplicação da IA na organização pessoal, incluindo o uso de assistentes virtuais, para gerenciar compromissos, lembretes automáticos, listas de tarefas e agendas customizadas, facilitando a gestão eficiente do tempo e promovendo equilíbrio entre vida pessoal e profissional. O controle financeiro foi outro ponto central da oficina, em que foram exploradas soluções de IA que permitem monitorar despesas, prever orçamentos, gerenciar investimentos e criar relatórios financeiros de forma automática e precisa. A saúde também foi contemplada com a introdução de ferramentas que ajudam o monitoramento de hábitos saudáveis, como o controle de sono, a alimentação e as atividades físicas, permitindo aos alunos gerenciar melhor seu bem-estar. A oficina evidenciou o papel transformador da IA no cotidiano, mostrando que, além de facilitar a execução de tarefas, essas tecnologias promovem uma rotina mais organizada, produtiva e equilibrada.

Palavras-Chave: inteligência artificial; produtividade; ferramentas digitais.

PALESTRAS

“SAÍ DO ARMÁRIO! E AGORA?” JOVENS LGBTQIAPN+ REVELANDO A ORIENTAÇÃO SEXUAL PARA A FAMÍLIA

Laira Gomes Lacerda - CEUB, graduanda de enfermagem
lairaglacerda@sempreceub.com
Linda Jessica Bezerra Souza - CEUB, graduanda de enfermagem
linda.souza@sempreceub.com

O público-alvo da pesquisa foram jovens entre 18 e 29 anos de idade que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+, residem no Distrito Federal e já haviam revelado a sua sexualidade para familiares e amigos. No método, como técnica de coleta, usou-se a “bola de neve” com o Google Forms, e, ao total, foram analisadas respostas de 44 jovens. A “saída do armário” revelou as emoções dos jovens e as reações dos familiares, ao revelar-se a sexualidade. Pela análise de dados, foi possível perceber a gama de sensações vividas por esses jovens, entre elas, emoções positivas e negativas, além dos que foram “retirados do armário” contra sua vontade. Os resultados foram apontados por meio da nuvem de palavras do Pro Word Cloud®, as quais podemos destacar, em ordem decrescente: “medo”, “tranquilo”, “ansiedade”, “feliz”, “alívio”, “tristeza” e “insegurança”. No tocante às reações familiares, sobre o processo de saída do armário, categorizaram-se reações positivas, negativas e descoberta acidental da sexualidade por terceiros, e foi formulada a nuvem de palavras em ordem decrescente: “surpresa", "fase", "imaginava", "digerir", "aceitaram", "tranquila", "sabia". Foi possível apreender, durante o processo de pesquisa, que o âmbito familiar é o primeiro lugar de convívio do ser e é responsável por suas características emocionais e sociais, contribuindo com grande valia para a saúde mental futura. Quando a reação familiar é negativa, observa-se a fragilização dos laços e o prejuízo à saúde mental do jovem, podendo culminar em comportamentos autolesivos, depressão, ansiedade e risco de suicídio. Desse modo, enfatiza-se quão imprescindível é haver espaço para mais pesquisas voltadas a compreender o ponto de vista familiar e estabelecer formas para conscientização não apenas da família, mas também de toda a sociedade quanto à diversidade sexual e aos danos que a falta de apoio durante o processo de “saída do armário” pode desencadear.

Palavras-Chave: saúde mental; jovem; orientação sexual.

A ESTRUTURA DO ESPAÇO

Rossana Maria Delpino Sapena - CEUB, professora da FATECS
rossana.sapena@ceub.edu.br
Miguel Duarte - CEUB, professor da Universidade Nacional de Assunção, FADA
tdasapy@tda.com.py

As atividades ocorreram nos dias 1º, 2 e 3 de outubro e contaram com a presença dos arquitetos e professores paraguaios Violeta Perez e Miguel Duarte, personalidades de destaque na arquitetura contemporânea. Na palestra denominada "O teorema de Fermat", baseado na lógica de aprender com os erros, os arquitetos apresentaram seus trabalhos, discutiram dinâmicas e levantaram questões ligadas ao processo de concepção dos seus projetos. O pensamento projetual, aliado à compreensão dos materiais, das estruturas assim como o processo construtivo, apresenta uma ideia de como esses arquitetos abordam seus trabalhos, além da aproximação ao trabalho desenvolvido na arquitetura paraguaia, hoje. No final da palestra, os ouvintes apresentaram suas inquietações e dúvidas, resultando em uma mesa-redonda de debates bastante enriquecedora. Na manhã do dia seguinte, foi realizada uma oficina que começou no dia dois e foi concluída no dia três de outubro, com o objetivo de trabalhar, de maneira intuitiva, a lógica do peso mediante três variáveis. A oficina denominada "A estrutura do espaço" propôs uma atividade que envolvia o desafio de pensar e construir um espaço, utilizando três módulos de madeira, cada um com características distintas, conectados por ligaduras. O desafio era usar o menor número possível de apoios e conexões. Cada grupo de participantes escolheu um dos módulos, e, entre tentativas, erros e acertos, surgiram discussões sobre as diversas possibilidades de alcançar o objetivo proposto. Ao final da oficina, foi interessante observar as diferentes reações de cada grupo em relação aos seus modelos finalizados. As conversas e as reflexões que ocorreram ao longo do experimento proporcionaram momentos de aprendizado valiosos e profunda reflexão sobre o processo de criação e construção arquitetônica. Os três dias propiciaram aprendizado para professores, alunos, ouvintes e participantes. Compreender diferentes modos de pensar sobre assuntos já debatidos e conhecer novas visões contribui para que se possa refletir sobre soluções e formas de produzir arquitetura, visando ao ambiente mais justo e igualitário.

Palavras-Chave: arquitetura; experimentos; estrutura.

APLICAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO *DESIGN* DE CÓDIGOS DE ABERTURA DE CÂMERAS PARA AQUISIÇÃO DE IMAGENS NO ESPECTRO INFRAVERMELHO

Felipe Batista da Silva - CEUB, professor da FATECS
felipe.batista@ceub.edu.br

A palestra trata do *design* de códigos de abertura de câmeras para aquisição de imagens de satélite no espectro infravermelho, que contêm aplicações em muitos campos, como militares, geologia, oceanografia, biologia, física etc. Então, o modelo e a construção de câmeras que podem fazer a aquisição de imagens nesta parte do espectro são relevantes. Dada essa motivação, objetiva-se fazer o modelo de câmeras de pixel único (*single-pixel camera*). No desenvolvimento do trabalho apresentado, foram usadas técnicas de aprendizagem profunda para treinar um sistema de inteligência artificial com entradas de imagens de satélites, as quais estão disponíveis em repositório público LANDSAT7. O objetivo final é gerar, como saída da rede neural, códigos de abertura de "single-pixel" de câmeras que podem fazer a aquisição de imagens de satélite nos espectros visível e infravermelho. Foram utilizadas técnicas de "compressive sensing" e tecnologia E2E (end-to-end). A primeira permite utilizar um número reduzido de imagens como entrada, para fazer a otimização do sistema. Por outro lado, a segunda é uma técnica atrelada à aprendizagem profunda, que se destaca por atuar tanto no treinamento dos códigos de abertura na rede neural quanto na reconstrução dos parâmetros da rede neural da inteligência artificial modelada. Os resultados consistiram na geração de códigos de abertura otimizados de acordo com o tipo de imagens no espectro: visível, infravermelho próximo e infravermelho de ondas curtas. Com tais códigos obtidos com a rede modelada, foi possível fazer a reconstrução de imagens de satélite com qualidade superior a 25 decibéis. Geralmente, a reconstrução para o espectro visível é de maior qualidade, contudo, nos outros espectros, os resultados foram próximos. Várias comparações em termos de autovalores das matrizes subjacentes aos códigos de abertura foram feitas, para obter mais características intrínsecas aos próprios códigos de abertura nas partes do espectro analisadas. As redes modeladas mostraram-se inteligentes na geração dos códigos de abertura. Também se mostraram capazes de adaptar-se de acordo com a parte do espectro que foram treinadas, ou seja, visível, infravermelho próximo e infravermelho de ondas curtas.

Palavras-Chave: aprendizagem profunda; espectro infravermelho; sistemas óticos.

AS MÚLTIPLAS ABORDAGENS MOTIVACIONAIS NA PERSPECTIVA DA TEORIA SOCIAL COGNITIVA

Adriana Satico Ferraz - CEUB, professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia
adrianasatico.as@gmail.com

A teoria social cognitiva proposta pelo psicólogo canadense Albert Bandura (1925-2021) fundamenta-se nas noções sobre a agência humana para elucidar o funcionamento psicológico. Essa teoria centraliza-se nos conceitos da intencionalidade, da autorregulação, da autoavaliação e da antecipação, e este último componente detém o tempo futuro como guia, bem como um motivador do comportamento no momento presente. A teoria social cognitiva também defende a modelação social, centralizada na aprendizagem vicária. Nela, a motivação é compreendida como um conjunto de crenças sociais e pelas expectativas por resultados. Portanto, a motivação e as realizações humanas ocorrem mediante os incentivos sociais e a capacidade de autoavaliação. Ademais, a motivação detém um domínio prospectivo e é orientada por metas, assim como abrange aspectos ligados ao afeto e à ação em termos de atribuições de causalidade. As metas de realização intrapessoais é uma das formas de compreender a motivação por meio de orientações que guiam a pessoa em diversos ambientes (ex. contexto acadêmico, organizacional etc.). Nesta perspectiva, a pessoa pode ser inclinada pela orientação de três metas, a saber, meta aprender – ênfase em elevar os atributos intelectuais, propensão à curiosidade e à proatividade; meta *performance*-aproximação – necessidade de obter reconhecimento por seu desempenho, de liderar os grupos de que participa, por considerar o *status* dessa função; a meta *performance*-evitação – receio iminente de ser exposto por sua incapacidade, com um funcionamento demarcado pelo baixo autoconceito do próprio desempenho. Outra perspectiva motivacional com base na teoria social cognitiva são as atribuições de causalidade intrapessoais. Mediante resultados inesperados, a pessoa apresenta afetos positivos (resultados de êxito) ou negativos (resultados de insucesso). Na sequência, buscam-se as causas associadas ao resultado obtido, sendo as mais prevalentes a autopercepção sobre a habilidade (ou capacidade e aptidão), o esforço, as estratégias empregas, o nível de dificuldade da tarefa, a sorte, entre outras. A causa selecionada é autoavaliada a partir de três dimensões: localidade (*continuum* interno ou externo); estabilidade (*continuum* estável ou instável); controlabilidade (*continuum* controlável ou incontrolável). As consequências psicológicas são percebidas na sequência, por meio da mobilização de reações afetivas que podem envolver a sensação de orgulho, autoestima, esperança, raiva, autopiedade, culpa, vergonha etc. Por conseguinte, manifestam-se as consequências comportamentais atreladas às reações afetivas que podem variar entre o esforço, a persistência, a negligência, a retaliação, a busca por ajuda e outros aspectos. Além do corpo teórico das perspectivas motivacionais supracitadas, a palestra apresentou os estudos desenvolvidos atualmente sobre a temática, indicativos da sua relevância científica e prática na compreensão das motivações humanas, em vias de ampliar o entendimento deste

construto por meio das abordagens qualitativas da aprendizagem, as quais consideram as especificidades ligadas à construção do sujeito.

Palavras-Chave: motivações humanas; metas de realização; atribuições causais.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ENFERMAGEM FORENSE

Rosana Carlos Sales Moreira - CEUB, Instituto Médico Legal - DF
rcsm7@uol.com.br

A enfermagem forense é a fusão da ciência da enfermagem com questões judiciais, ou seja, a aplicação da ciência da enfermagem aos aspectos forenses no cuidado da saúde. De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Enfermagem Nº 556/2017, o enfermeiro forense pode atuar nos cuidados diretos às vítimas de violência sexual; no sistema prisional; na área psiquiátrica; em perícia, assistência técnica e consultoria forense; em coleta, recolha e preservação de vestígios; no pós-morte; em desastres em massa; em missões humanitárias e catástrofes; em maus-tratos, traumas e outras formas de violência nos diversos ciclos da vida. Ainda pouco conhecida no Brasil, a enfermagem forense originou-se nos Estados Unidos, na década de 1990 e expandiu-se para outros países, como Canadá, Austrália, Japão, Suécia, entre outros. Neste contexto, o curso de Enfermagem do CEUB, *campus* de Taguatinga, convidou a enfermeira forense Rosana Carlos Sales Moreira, do Instituto Médico Legal do Distrito Federal para dialogar com os alunos sobre a história da enfermagem forense, as principais atuações do enfermeiro forense no Brasil e no mundo, as perspectivas deste profissional e os principais entraves para a consolidação da profissão no país. Percebeu-se que o campo de trabalho para a enfermagem forense no Brasil precisa ser conquistado, pois é uma área muito nova e desconhecida pela população, pelos profissionais de saúde e pelos próprios enfermeiros. Por fim, observou-se que o bom enfermeiro forense auxilia todo o âmbito da urgência, ou seja, na necessidade mediata ou imediata de atender uma ocorrência, com o objetivo de prestar cuidados, o mais rapidamente possível, ao paciente vivo ou morto, de modo a minimizar a perda de evidências e a rápida identificação dos corpos e dos despojos.

Palavras-Chave: enfermagem forense; cuidados profissionais; áreas de atuação.

CARREIRA NAS NUVENS

Camila Carolina Pedra Alves - CEUB, professora da FATECS - Ciência de Dados
camila.carolina@ceub.edu.br

A palestra consiste em um panorama do mercado de *Cloud Computing* no mundo e no Brasil, enfatizando o grande número de vagas abertas *versus* a pequena quantidade de profissionais qualificados. Foram exploradas as diversas possibilidades de carreira no mundo *Cloud* (desenvolvedor, analista de infraestrutura, arquiteto, analista *devops*, *Customer Success Manager* – CSM, *Technical Account Manager* – TAM, *advisor*, vendedor, pré-vendas etc.), desmistificando a ideia de que só existe uma possibilidade de atuação em *Cloud*. Também foi fornecido o *roadmap* com o passo a passo do que é necessário para iniciar a carreira em *Cloud*, do absoluto zero, que consiste em, primeiramente, escolher uma nuvem, para ser objeto de estudo (AWS, IBM Cloud, Azure, Google Cloud etc.), criar uma conta na nuvem escolhida, estudar mediante cursos e mentorias, além da documentação do produto e da experiência prática mediante *bootcamps* e exercícios *hands-on*. Também é importante realizar as certificações introdutórias, como AWS Cloud Practitioner, Azure Fundamentals etc., dependendo da nuvem escolhida para estudo. Realizar trabalhos *freelance*, oferecidos em sites, como freelance.com, Workana, 99freelas, entre outros, também ajuda a ganhar experiência prática. Adicionalmente, é fundamental ter um perfil atrativo no Linkedin e bom posicionamento nas redes sociais, se possível, produzindo *posts*, vídeos ou artigos que documentem e comprovem o conhecimento obtido. Isso se deve, porque, tão importante quanto ser, é necessário parecer ser bem-informado no primeiro momento, a fim de conseguir a primeira oportunidade. A palestra também explorou os *skills* mais exigidos atualmente, entre os quais se citam: DevOps, contêineres, kubernetes, Terraform, multicloud e FinOps.

Palavras-Chave: cloud; mercado; carreira.

CHATGPT | COPILOT | GEMINI: QUAL É A MELHOR ESCOLHA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR?

Marcelo Carboni Gomes - CEUB, professor do NEAD - Eixo de TI
marcelo.gomes@ceub.edu.br

A palestra explora a evolução das tecnologias de inteligência artificial (IA) e seu impacto no ensino superior. Inicia-se com um panorama da história da IA, cujo foco é a análise comparativa de três ferramentas amplamente utilizadas no contexto acadêmico: ChatGPT, Copilot e Gemini. Cada uma dessas plataformas oferece soluções específicas para problemas educacionais, como a personalização do ensino, a automação de tarefas administrativas e o suporte à pesquisa acadêmica. O Copilot, por exemplo, destaca-se por suas capacidades de geração de texto, auxiliando a elaboração de conteúdos e o atendimento a dúvidas dos estudantes em tempo real. O ChatGPT, integrado a plataformas de programação, facilita o desenvolvimento de projetos, ao sugerir códigos e soluções e é uma ferramenta eficaz para disciplinas que envolvem programação e tecnologia. O Gemini, por sua vez, sobressai pela integração de dados e *insights* analíticos, oferecendo uma visão mais estratégica para instituições de ensino que buscam otimizar suas operações e processos decisórios. A personalização do ensino é um dos principais benefícios mencionados, permitindo que alunos recebam materiais adaptados às suas necessidades individuais. Além disso, a automação de tarefas administrativas, como o gerenciamento de notas e a organização de calendários acadêmicos, contribui para a redução da carga de trabalho dos professores e dos gestores. A palestra finaliza com considerações sobre a escolha da ferramenta mais adequada, destacando que essa decisão depende do contexto institucional e dos objetivos educacionais. O uso dessas tecnologias tem o potencial de transformar significativamente a maneira como o ensino superior é conduzido, promovendo maior eficiência, flexibilidade e inovação.

Palavras-Chave: inteligência artificial generativa; personalização do ensino; educação superior.

CONGELAMENTO DE ÓVULOS: A OUTRA PONTA DO PLANEJAMENTO REPRODUTIVO

Bruno Ramalho de Carvalho - CEUB, professor do curso de Medicina
bruno.ramalho@ceub.edu.br

Se, em uma ponta do planejamento reprodutivo, está a contracepção, em outra, certamente, está a preservação da fertilidade. Na primeira, decide-se o momento em que não se deseja uma gravidez; na segunda, o momento em que se pretende engravidar. Diferentemente da contracepção hormonal — que já tem mais de 50 anos — o congelamento de óvulos foi definitivamente inserido na prática clínica, há cerca de uma década, completando a autonomia reprodutiva da mulher, dando-lhe liberdade, tanto para decidir adiar o momento da gravidez quanto para não ter certeza sobre se quer engravidar um dia. Nesses casos em que se tenta preservar a fertilidade de dado período para um momento futuro, chamamos o congelamento de eletivo ou social. A decisão pode ser tomada a qualquer tempo, desde que a mulher seja orientada quanto ao potencial dos óvulos, no momento em que o congelamento é feito. Isso se deve, porque, com o aumento da idade, os óvulos também envelhecem, o que diminui a capacidade de ser fecundados ou de gerarem embriões geneticamente saudáveis. Uma pesquisa recente sugere 32 anos como o limite ideal para que o congelamento de óvulos aconteça, quando a mulher quer ter, pelos menos, dois filhos. Nessa idade, ter 10 óvulos congelados significa a chance de 70% de ter, ao menos, um filho a partir deles. É importante frisar, então, que a intenção do tratamento não é garantir a gravidez no futuro, mas aumentar as chances da maternidade biológica quando (e se) chegar a hora certa. Para tomar a decisão, o primeiro passo é consultar um médico que atue em reprodução assistida; na consulta, realiza-se a avaliação clínica criteriosa, seguida de exames complementares laboratoriais e de imagem, que permitirão a definição personalizada do protocolo de tratamento, contemplando não só as características individuais da mulher, mas também as suas expectativas.

Palavras-Chave: preservação da fertilidade; congelamento de óvulos; reprodução assistida.

ESPORTE DE RENDIMENTO EM FOCO

Leandro Carlos Mazzei - CEUB, professor da Unicamp
leandromazzei@gmail.com
Katia Rúbio - CEUB, professora da USP
katrubio@usp.br

No seminário *Esporte de rendimento em foco – Paris 2024*, realizado durante o 7º ENCUCA, a professora doutora Katia Rúbio, renomada pesquisadora da USP no estudo do esporte olímpico, e o professor doutor Leandro Mazzei, da Unicamp, coordenador do SPLISS no Brasil, apresentaram palestras sobre o desenvolvimento dos Jogos Olímpicos e uma metodologia inovadora, para observar as políticas de apoio ao esporte de alto rendimento. A professora Rúbio abordou a trajetória do movimento olímpico desde o final do século XIX, utilizando a periodização para explorar elementos culturais, políticos e econômicos que definiram fases no desenvolvimento dos Jogos Olímpicos, assim apresentadas: o estabelecimento (Atenas 1896 – Estocolmo 1912), a afirmação (Antuérpia 1920 – Berlim 1936), o conflito (Londres 1948 – Los Angeles 1984), o período profissional (Seul 1988 – Rio 2016) e a fase do neo-olimpismo, cujo foco está no atleta e na conexão com o mundo globalizado e em rede. Por sua vez, o professor Mazzei apresentou o *Sports Policy factors Leading to International Sporting Success* – SPLISS, uma metodologia internacionalmente reconhecida para análise das políticas de esportes de rendimento, composta por nove pilares essenciais: financiamento, organização, esporte de base, desenvolvimento de talentos, competições, ciência e tecnologia, preparação dos técnicos, infraestrutura e suporte pós-carreira atlética. O SPLISS permite avaliar como esses fatores contribuem para o sucesso olímpico de cada nação, oferecendo uma visão abrangente sobre o impacto das políticas públicas no esporte de rendimento. A proposta do SPLISS é mapear as melhores práticas de políticas esportivas, gerando *insights*, para aprimorar o desempenho olímpico com uma abordagem comparativa entre países, promovendo a evolução das políticas de esporte em busca de excelência olímpica.

Palavras-Chave: Jogos Olímpicos; esporte de rendimento; política de esportes de rendimento.

FISIOTERAPIA NAS DEMÊNCIAS

Izabela Azevedo Trindade - CEUB, professora do HFAB
isabela.azevedot@gmail.com
Fernanda Nelli Gomes Giuliani - CEUB, professora da FACES - Fisioterapia
fernanda.giuliani@ceub.edu.br

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial. Esse processo pode contribuir para o aumento dos casos de síndromes demenciais, como a doença de Alzheimer, que afeta a cognição, o comportamento e a funcionalidade dos indivíduos. Essas condições comprometem atividades cotidianas e exigem intervenções multidisciplinares, nas quais a fisioterapia desempenha papel essencial. Integrado em uma equipe multiprofissional, o fisioterapeuta atua, com o objetivo de preservar a independência e a qualidade de vida dos pacientes, trabalhando aspectos físicos e cognitivos comprometidos pelas demências. A abordagem fisioterapêutica a esses pacientes inicia-se com uma avaliação abrangente que inclui testes funcionais, análise de equilíbrio, mobilidade, força e flexibilidade. Além disso, é importante compreender o grau de comprometimento cognitivo, pois isso influencia a adesão ao tratamento e as escolhas terapêuticas. A avaliação permite também identificar riscos de quedas, uma das principais causas de hospitalização, e perda de autonomia em pessoas idosas com demência. A atuação do fisioterapeuta visa promover a mobilidade, melhorar o equilíbrio e a força muscular, além de prevenir o declínio funcional. Exercícios direcionados, como treinamento de marcha, fortalecimento, alongamentos e atividades que estimulam a cooperação motora, são essenciais. Além disso, metodologias ativas que integram estímulos cognitivos e físicos, como exercícios lúdicos e atividades em grupo, apresentam resultados positivos na produtividade. O fisioterapeuta deve adaptar sua abordagem à fase e às limitações individuais de cada paciente, respeitando os níveis de compreensão e engajamento. Esse cuidado permite não apenas a reabilitação mais segura, mas também a promoção de um ambiente que apoie o bem-estar físico e psicológico do paciente e de seus cuidadores, favorecendo a qualidade de vida e a autonomia ao longo do processo.

Palavras-Chave: envelhecimento; demência; exercícios.

NECESSIDADES E POLÍTICAS NACIONAIS NO CONTEXTO OLÍMPICO E PARALÍMPICO

Iziane Castro Marques - CEUB, colaboradora do Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Excelência Esportiva
snear.agenda@esporte.gov.br
Katia Rubio - CEUB, professora da USP
katrubio@usp.br

Durante o seminário *Esporte de rendimento em foco – Paris 2024*, realizado no 7º ENCUCA, a apresentação centrou-se nas políticas esportivas nacionais e na história de atletas olímpicos brasileiros, explorando as ações governamentais e os desafios enfrentados por esses atletas. A professora doutora Katia Rubio, da USP, renomada especialista em estudos sobre o esporte olímpico, e a secretária Iziane Castro Marques, da Secretaria Nacional de Excelência Esportiva do Ministério do Esporte, compartilharam suas perspectivas. Iziane Marques apresentou os principais programas da Secretaria de Excelência Esportiva, ressaltando quatro áreas prioritárias para o desenvolvimento esportivo: especialização, voltada ao aprimoramento do treinamento específico; aperfeiçoamento, que visa ao aumento das capacidades atléticas; alto rendimento, direcionado à maximização do desempenho; transição de carreira, uma iniciativa que promove a integração entre educação formal e preparação esportiva, ajudando os atletas na adaptação pós-carreira. A professora Katia Rubio discutiu sua pesquisa longitudinal com atletas olímpicos brasileiros, um estudo iniciado com medalhistas e ampliado ao longo de duas décadas, para incluir mais de 1.300 entrevistas com atletas de diferentes gerações. Rubio destacou a importância dos Jogos Olímpicos como um símbolo de grande valor cultural e histórico, refletindo sobre a formação da identidade atlética e o mito do herói esportivo. Suas entrevistas, que começaram como histórias orais e evoluíram para narrativas biográficas, captam as trajetórias únicas desses atletas, oferecendo um vislumbre do imaginário simbólico e da tradição que cerca os Jogos. A professora ressaltou que essas narrativas não apenas iluminam a vida dos atletas, mas também preservam a tradição olímpica e sublinham o valor cultural da competição, reforçando sua importância para o cenário esportivo e histórico global.

Palavras-Chave: atleta olímpico; esporte de alto rendimento; narrativas biográficas.

PREPARAÇÃO E RESULTADOS DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS

Denis Gigante - CEUB, treinador da delegação olímpica de 2024
denis.gigante@gmail.com
Ariosvaldo Fernandes da Silva - paratleta da delegação olímpica de 2024
parrebrasil@yahoo.com.br
Fabio Augusto Lima de Araújo - secretário nacional do Esporte
snpar@esporte.gov.br

No seminário *Esporte de rendimento em foco – Paris 2024*, ocorrido durante o 7º ENCUCA, o secretário nacional de Paradesporto, Fabio Augusto Lima de Araújo, o atleta paralímpico Ariosvaldo Fernandes da Silva, medalhista em Paris 2024, e seu técnico Denis Gigante, apresentaram palestras sobre as políticas públicas para o fortalecimento do paradesporto no Brasil, abordando a experiência vivenciada nos Jogos Paralímpicos de 2024, realizados em Paris. Segundo Denis Gigante, a preparação para o evento iniciou-se logo após os Jogos Olímpicos de Tóquio, ainda em um contexto pandêmico, o que exigiu os treinamentos serem, inicialmente, realizados em ambiente virtual. Ariosvaldo Silva, conhecido como Parré, conquistou a medalha de bronze na edição de Paris e compartilhou a trajetória que o levou ao paradesporto. Com sequelas derivadas da poliomielite, Parré iniciou sua participação esportiva no basquete em cadeira de rodas, migrando, posteriormente, para o atletismo. Ele enfatizou o orgulho de representar atletas e pessoas com deficiência no cenário internacional. O secretário Fabio Augusto enfatizou que o público-alvo de sua Secretaria são as pessoas com deficiência, destacando o compromisso da pasta com a democratização do acesso ao paradesporto. A Secretaria Nacional de Paradesporto atua, com o propósito de promover a inclusão social, a saúde, a diversidade e a cidadania plena por meio do esporte adaptado. Fabio Augusto apresentou as ações desenvolvidas pela Secretaria que abrangem todos os níveis do paradesporto, desde a iniciação até o desenvolvimento de paratletas de alto rendimento. Essas políticas são implementadas de forma integrada e são articuladas com outras entidades públicas e privadas, visando à criação de um ambiente inclusivo e favorável ao desenvolvimento do paradesporto no Brasil. Assim, as ações da Secretaria buscam não só elevar o nível do esporte paralímpico nacional, mas também fomentar uma sociedade mais inclusiva e equitativa para pessoas com deficiência.

Palavras-Chave: paradesporto; Paraolimpíada; política nacional de esporte.

O CEUB EM PORTUGAL: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

Marcos Giesteira - CEUB, aluno egresso de Enfermagem
marcos.giesteira@gmail.com
Sandra Marisa Pereira - CEUB, professora da Universidade de Coimbra
sandra.perreira@gmail.com

A internacionalização das universidades pode ser entendida como uma rede de conexões, firmada por acordos entre instituições que trazem diversos benefícios, como a troca de experiência entre novos padrões de ensino, a melhoria de metodologias e a quebra de barreira no acesso a experiências internacionais, na educação superior. Nesse sentido, o curso de Enfermagem do CEUB tem uma parceria com a Universidade de Coimbra, Portugal, a qual propicia ao aluno do último semestre vivenciar atividades de cuidados diretos ao paciente em terras lusitanas. Assim, a coordenação do curso de Enfermagem, *campus* de Taguatinga, convidou o egresso de Enfermagem do CEUB Marcos Giesteira para relatar sobre sua experiência em participar do Programa de Mobilidade Estudantil Internacional de Estudantes de Graduação do CEUB, como se preparou para ser aprovado no processo seletivo, as vivências que teve durante sua estada em Portugal e os diferenciais do curso de Enfermagem do CEUB. Além disso, houve a participação online, pelo GoogleMeet, da enfermeira Sandra Marisa Pereira, preceptora do egresso em Coimbra. Na ocasião, a enfermeira teve a oportunidade de conversar sobre a importância de parcerias como essa, sobre as diferenças entre a enfermagem brasileira e a portuguesa, bem como a experiência de receber enfermeiros estrangeiros em Portugal. Percebeu-se que a internacionalização trouxe benefícios em três grandes dimensões para o estudante e o cuidado em enfermagem: a internacional, com a possibilidade conhecer outras nações e culturas; a intercultural, com as diferenças culturais do cuidado em enfermagem; a global, com a globalização da profissão e suas interfaces.

Palavras-Chave: internacionalização das universidades; enfermagem; educação superior.

O ENSINO COLABORATIVO COMO APOIO À INCLUSÃO

Jefferson Diego de Paulo - CEUB, professor do EaD, Eixo Educação
jefferson.paulo@ceub.edu.br

O ensino colaborativo é uma estratégia educacional que se destaca como alternativa ao modelo tradicional de atendimento nas salas de recursos multifuncionais, com o objetivo de atender às necessidades de inclusão escolar dos estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades e superdotação. Esse modelo promove uma parceria entre os professores da classe comum e da educação especial que, conjuntamente, possuem responsabilidades no acompanhamento desses estudantes matriculados em escolas comuns. Tal discussão abrange desde o planejamento de estratégias pedagógicas até a avaliação do desempenho de estudantes. O cenário atual de políticas educacionais no Brasil reforça a implementação do ensino colaborativo como uma das modalidades do atendimento educacional especializado, sendo essencial, nesse contexto, a formação contínua dos professores para que possam atuar de maneira colaborativa e eficaz. O objetivo principal da abordagem é proporcionar a educação de qualidade para todos os estudantes, garantindo que a inclusão não seja responsabilidade exclusiva do professor de educação especial, mas uma corresponsabilidade compartilhada entre todos os educadores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o ensino colaborativo oferece suporte aos estudantes em seu turno de aula, incentivando a atitude de trabalho em equipe e reforçando a ideia de que a inclusão educacional deve ser uma meta coletiva. A atividade realizada no 7º ENCUCA visa criar um espaço de reflexão e troca de experiências entre os participantes, fornece subsídios teóricos e práticos que os capacitam a enfrentar os desafios da diversidade em sala de aula, promovendo uma aprendizagem inclusiva e compreendendo a inclusão como um dever compartilhado por todos os profissionais da educação.

Palavras-Chave: ensino colaborativo; inclusão escolar; público-alvo da educação especial.

O LUGAR DO INFANTIL NA PRÁTICA DO PSICANALISTA

Sarah Guerra - CEUB, mestranda em Psicologia
sarah.guerras@sempreceub.com
Pedro Saraiva de Oliveira - CEUB, mestrando em Psicologia
pedrospsico@sempreceub.com
Juliano Moreira Lagoas - CEUB, professor da graduação e do mestrado em Psicologia
juliano.lagoas@ceub.edu.br

O presente trabalho pretende examinar, a partir do diagnóstico lacaniano sobre o declínio da imagem paterna, composições de grupos que se identificam com discursos autoritários. Para tanto, discute-se a formação da subjetividade a partir da experiência do complexo de Édipo. Essa etapa do desenvolvimento configura duas instâncias importantes para o sujeito, a saber, o Ideal-do-Eu e o Supereu, que têm um grau normatizador no psiquismo e são a força motriz de formações de grupos, principalmente o Ideal-do-Eu. Massas floculam-se ao redor da figura de um líder. O que preocupa é a recente tomada de posição infantil em relação ao Outro, que é assumida diante da fragmentação da vida que se denomina "anômica" e que tem dificuldade de integrar aquilo que não se assemelha a si. Tomada uma posição infantil, a resposta que se observa na política contemporânea (principalmente evidenciada pelo genocídio do povo palestino perpetrado pelo Estado de Israel) é a agressividade perante o Outro, que é tomado como inimigo e tem a sua existência completamente desvirtuada, por ser-lhe imposto um desvio existencial. Tanto na sua materialidade quanto em seu simbolismo, o palestino, por exemplo, tem a sua vida expropriada. Não se trata de um processo natural, muito menos orgânico, mas é o fruto de um discurso colonizador, como o sionismo, que fabrica o árabe e, principalmente, o palestino como o obstáculo da realização de uma sociedade verdadeiramente feliz e próspera. Tomado como empecilho, o que resta é eliminá-lo, para garantir o bem-estar generalizado para os "nossos" em detrimento "deles".

Palavras-Chave: autoritarismo; psicanálise; teoria crítica.

O MEIO AMBIENTE: UM PATRIMÓNIO COMUM?

Nitish Monebhurrun - CEUB, professor de Direito
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br
Carina Costa de Oliveira - UnB, professora de Direito
carinaoliveira@unb.br

Durante a conferência, cada participante teve a oportunidade de contribuir com a sua visão sobre o conceito de patrimônio comum. Discutiu-se a abordagem flexível ao patrocínio de empresas privadas por países em desenvolvimento, particularmente os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, no contexto das atividades nos fundos marinhos e das suas limitações na prática. A principal questão que se apresentou investiga se abordagem de patrocínio flexível para os Estados em desenvolvimento garante a proteção uniforme do ambiente da zona marítima. A ideia é demonstrar que, apesar das vantagens dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, a abordagem flexível do patrocínio pode não só prejudicar a proteção uniforme do ambiente marinho, mas também expor os pequenos Estados insulares em desenvolvimento a riscos jurídicos, na medida em que, em caso de violação das obrigações por parte das empresas contratantes patrocinadoras, a responsabilidade internacional pode ser envolvida. Em resumo, o regime de patrocínio flexível permite aos Estados que não dispõem de capacidade tecnológica e econômica adequada patrocinar empresas privadas. Ao mesmo tempo, a falta de capacidade para controlar as atividades pode proporcionar às empresas privadas patrocinadas por pequenas ilhas em desenvolvimento a oportunidade de executar operações que podem expor o ambiente marinho ao risco de poluição. Foram identificadas limitações na prática, como a apropriação do espaço marinho por empresas privadas em razão da limitada capacidade de controle das pequenas ilhas em desenvolvimento. Nesse sentido, continua a ser importante melhorar as obrigações das empresas privadas, aplicando uma diligência rigorosa a todos os níveis da cadeia de abastecimento. As apresentações foram seguidas de um debate transversal sobre a evolução jurídica do conceito de patrimônio comum da humanidade.

Palavras-Chave: países em desenvolvimento; Estados patrocinadores; exploração do fundo do mar.

O PAPEL PROTETOR DO SULFETO DE HIDROGÊNIO (H2S) NAS DIVERSAS PATOLOGIAS NEUROLÓGICAS

Alberto Ferreira Donatti - CEUB, professor de Fisioterapia
alberto.donatti@ceub.edu.br

O gás sulfídrico (H_2S) é incolor, inflamável, solúvel em água e tem cheiro característico de ovo podre. Durante muito tempo, pensou-se que fosse tóxico em qualquer circunstância, sendo considerado um perigo para o meio ambiente. No entanto, recentemente, documentou-se que o gás sulfídrico pode ser produzido por ratos, bovinos e humanos, sugerindo a ação fisiológica neuromodulatória no organismo. O H_2S é produzido a partir de um aminoácido obtido pela alimentação ou liberado a partir de proteínas endógenas. A L-cisteína (substrato para produção de H_2S endógeno) é metabolizada por três enzimas: a cistationina-β-sintase (CBS), a cistationina-γ-liase (CSE) e a 3-mercaptopiruvato enxofre trasnferase (3MST). A CBS é predominantemente responsável pela geração de H_2S no sistema nervoso central, principalmente em células glia, mas também pode estar presente no íleo, no útero, na placenta, em ilhotas pancreáticas e em corpúsculo carotídeo. Além disso, a produção de sulfeto de hidrogênio no sistema nervoso revela que este gás contém funções neuromoduladoras e neuroprotetoras importantes. O H_2S é considerado um neurotransmissor gasoso, o qual, por difundir-se rapidamente através de membranas celulares, sem auxílio de transportes ativos nem específicos, tem a capacidade de exercer diversos efeitos biológicos. Entre as ações do gás sulfeto de hidrogênio, no sistema nervoso, estão: regular a sinapse no hipocampo, em modelos de aprendizado em labirinto; modular a nocicepção em modelos animais de dor, como placa quente e teste de formalina; regular os processos inflamatórios em modelos de inflamações articulares; modular o sistema de controle central da ventilação na região do bulbo rostroventrolateral. A utilização do sulfeto de hidrogênio como terapia pode ser nova ferramenta no tratamento e na prevenção de diversas doenças neurológicas.

Palavras-Chave: sulfeto de hidrogênio; neuromodulação; neurotransmissor gasoso.

O PROGRAMA LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL (LEEI) NO DISTRITO FEDERAL: OFERTA E DESAFIOS

Rhaisa Naiade Pael Farias - CEUB, professora do Núcleo de Educação a Distância - NEAD/CEUB Eixo de Educação
rhaisa.farias@ceub.edu.br
Cristina Massot Madeira Coelho - CEUB, professora da Universidade de Brasília
cristina.madeira.coelho@gmail.com

Este trabalho tem como foco o Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI), que ocorre no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e é ofertado por meio de parceria entre a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). O programa tem como objetivo ofertar a formação continuada de professoras de crianças de 4 e 5 anos e coordenadoras da educação infantil, para que possam desenvolver, com protagonismo e qualidade, o trabalho com as linguagens oral e escrita. Para tanto, realiza-se uma pesquisa qualitativa, lançando mão da análise documental. Assim, o objetivo é, a partir da legislação brasileira, dos estudos teóricos e do material do Programa, discutir as especificidades do trabalho docente na educação infantil e apresentar um panorama da oferta e da organização do LEEI no Distrito Federal. Como resultado, indica-se que a prática docente na educação infantil se refere à promoção do desenvolvimento integral da criança, considerando-a como centro do planejamento a partir do cuidado e da educação, tendo como eixos estruturantes as interações e a brincadeira. Ao mesmo tempo, identifica-se que o LEEI, no Distrito Federal, ocorre em quatorze Coordenações Regionais de Ensino, em 32 turmas sob responsabilidade de 14 professoras formadoras locais. O número total de cursistas inscritas é de 596, sendo 467 professoras de I e II período e 129 professoras que ocupam outros cargos; além disso, desse total, 522 professoras estão ligadas à rede direta, e 74 professoras são da rede parceira.

Palavras-Chave: formação de professores; educação infantil; programa Leitura e Escrita na Educação Infantil.

PROGRAMA LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E CURRÍCULO EM MOVIMENTO: CONCEPÇÕES

Andreia dos Santos Gomes Vieira - CEUB, doutoranda da Universidade de Brasília
andreia.pacp@gmail.com

Na educação infantil, o trabalho com leitura e escrita é um tema complexo, interpelado por distintas visões e resulta em ações que concorrem com os modos de conceber a educação, o currículo e a organização pedagógica. Se, por um lado, no Distrito Federal, a complexidade do trabalho pedagógico realizado com as crianças pequenas se avoluma, dado o grande número e a multiplicidade de unidades educativas que atendem a primeira infância, por outro, o Distrito Federal contém um documento norteador sólido, o Currículo em Movimento (2018), que está alinhado às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2013) e à Base Nacional Comum Curricular (2017) e tem como objetivo principal ampliar as experiências infantis, contemplando as variadas dimensões que compõem a integralidade da criança, articulando suas experiências cotidianas com os conhecimentos culturais e saberes produzidos pela humanidade ao longo do tempo. Neste ano, o Distrito Federal iniciou o Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil, que propicia a formação continuada a profissionais da educação infantil com foco na oralidade, na leitura e na escrita, para que desenvolvam práticas educativas comprometidas com o direito de as crianças participarem ativamente da cultura escrita. Assim, o presente trabalho tem como objetivo principal discutir pontos de convergência e divergência entre as concepções de leitura e escrita na educação infantil presentes no Currículo em Movimento do Distrito Federal (2018) e no Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil.

Palavras-Chave: educação infantil; currículo; leitura e escrita.

RISCO DE QUEDA DE PESSOAS IDOSAS EM USO DE MEDICAMENTOS

Andrea Dias Stephanus - CEUB, Universidade Católica de Brasília
andyy.stephanus@gmail.com
Fernanda Nelli Gomes Giuliani - CEUB, professora da FACES - Fisioterapia
fernanda.giuliani@ceub.edu.br

O envelhecimento é um fenômeno mundial. O processo de envelhecer é acompanhado por mudanças fisiológicas que alteram a absorção, a distribuição e o metabolismo dos medicamentos, aumentando o risco de efeitos adversos comparado a pessoas mais jovens. Em pessoas idosas, o uso de medicamentos especificamente inadequados (MPI) é comum e eleva a probabilidade de quedas, que representam uma das principais causas de hospitalizações e mortalidade nessa população. Os MPI incluem benzodiazepínicos, antipsicóticos, antidepressivos e anti-hipertensivos, que, em razão dos efeitos colaterais, como sedação, hipotensão e comprometimento do equilíbrio, estão associados ao risco de queda. A abordagem do risco de quedas em pessoas idosas sob tratamento farmacológico requer uma equipe multidisciplinar que inclui médicos, enfermeiros, farmacêuticos e fisioterapeutas. Médicos e farmacêuticos têm papel essencial na revisão contínua dos medicamentos, evitando prescrição excessiva e identificando alternativas seguras para condições crônicas. Ademais, a revisão farmacológica é importante para detectar e descontinuar MPI, ajustando o tratamento, para minimizar os riscos. Igualmente, a orientação ao paciente e à sua família sobre adaptações no ambiente doméstico e a conscientização sobre os efeitos adversos são necessárias. Essa abordagem integrada permite não apenas o controle dos efeitos adversos dos medicamentos, mas também a promoção da autonomia e a segurança de pessoas idosas, contribuindo para a redução dos índices de quedas e melhorando a qualidade de vida. A equipe de enfermagem auxilia o monitoramento diário, orientando sobre sinais de alerta e oferecendo suporte contínuo. A abordagem integrada visa também à promoção da segurança e à autonomia de pessoas idosas.

Palavras-Chave: envelhecimento; polifarmácia; queda.

SÍNDROME DA FRAGILIDADE NA PESSOA IDOSA

Ingridy Fátima Alves Rodrigues - CEUB, doutoranda em Gerontologia, Universidade Católica de Brasília
dra.enfermeira.ingridy@gmail.com
Fernanda Nelli Gomes Giuliani - CEUB, professora da FACES - Fisioterapia
fernanda.giuliani@ceub.edu.br
Karla Helena Coelho VIlaça e Silva - CEUB, colaboradora da Universidade Católica de Brasília
kavilaca21@gmail.com

Estima-se que a proporção de pessoas idosas no mundo ultrapasse os 30% até o final do século. O avanço no desenvolvimento de medicamentos, vacinas, equipamentos, a maior disponibilidade de métodos contraceptivos, o saneamento básico, a urbanização e a gradativa inserção da mulher no mercado de trabalho contribuíram para as transições demográfica e epidemiológica. Esses eventos promovem mudança no perfil de morbimortalidade, com diminuição proporcional de doenças infectocontagiosas e aumento da prevalência de doenças crônicas. O crescimento da expectativa de vida, importante indicador de melhores condições de vida da população, no entanto, não é vivenciado de forma homogênea, na sociedade e evidencia grandes disparidades sociais. Nesse contexto, é necessário compreender a influência dos determinantes sociais de saúde na manutenção e na recuperação da capacidade funcional, contribuindo para que o aumento da expectativa de vida seja acompanhado pela qualidade da existência. Diante do reconhecimento da grande heterogeneidade da experiência da velhice, a avaliação e o direcionamento clínicos devem incorporar estratégias que verifiquem gravidade, vulnerabilidade e estratificação de risco para desfechos adversos. A identificação de risco ou a presença de fragilidade indicam declínio da capacidade funcional, e, apesar de conter definições teóricas diversas, promove mudança de paradigma da visão de que a fragilidade é condição inerente ao envelhecimento para a de condição rastreável, evitável e passível de intervenção. Dois grupos de pesquisa têm-se destacado na busca de consenso sobre a definição do conceito e a utilização de instrumentos de avaliação. O grupo liderado por Fried, na Johns Hopkins University (EUA), estabelece critérios objetivos e mensuráveis a partir de uma definição operacional, com proposta de avaliação mediante a definição de um fenótipo (Fenótipo de Fragilidade de Fried), e o grupo *Canadian Iniciative on Frailty and Aging*, no Canadá, tem uma proposta de abordagem holística, multifatorial e dinâmica a partir de um construto multidimensional, com uso da *Edmonton Frail Scale* (Escala de Fragilidade de Edmonton - EFS). O Fenótipo de Fragilidade de Fried classifica a pessoa idosa em frágil, pré-frágil e não frágil com a avaliação dos domínios: lentidão da marcha, exaustão, nível de atividade física, perda de peso e força muscular. A EFS avalia os aspectos de cognição, estado geral de saúde, independência funcional, suporte social, uso de medicamentos, nutrição, humor, continência e desempenho funcional e classifica-os em: sem fragilidade, aparentemente vulnerável, fragilidade leve, fragilidade moderada e fragilidade severa. A utilização desses e de outros instrumentos validados contribui não somente com o desenvolvimento de

habilidades profissionais técnicas, estratégicas e adaptadas às novas demandas em saúde, como também com a melhor gestão dos recursos em saúde pública e a promoção de resultados individuais e coletivos mais súperos, com vistas à melhor qualidade de vida para a pessoa idosa, colaborando para a promoção do envelhecimento saudável a partir do alcance de metas definidas em estratégias, como a Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030, declarada pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Palavras-Chave: qualidade de vida; fragilidade; envelhecimento.

SOLUÇÕES DE MOBILIDADE ATIVA NO CONTEXTO DE BRASÍLIA INTELIGENTE, HUMANA E SUSTENTÁVEL A PARTIR DOS MODELOS DE VIENA E COPENHAGUE

Tatiana Reinehr de Oliveira - CEUB, doutoranda em Direito
tatiana.oliveira@sempreceub.com
Eliete de Pinho Araujo - CEUB, professora coordenadora do Mestrado em Arquitetura
eliete.araujo@ceub.edu.br

Os centros urbanos foram, por muito tempo, palco de multiplicação de políticas rodoviaristas, apoiadas em uma cultura automobilística. Nas cidades, proliferavam-se os modos de transportes motorizados individuais e suas indissociáveis externalidades negativas, mormente, congestionamentos, poluição, sedentarismo e fatalidades no trânsito. Como forma de driblar esse cenário, o século XXI marca uma virada na mobilidade urbana. Observa-se um movimento de maior priorização de políticas públicas promotoras de soluções de mobilidade ativa, baseadas no fomento da utilização de meios não motorizados. Dá-se especial relevância ao uso da bicicleta e da caminhada, bem como à sua integração aos modais de transporte público, de forma a propiciar a promoção de ambientes urbanos mais democráticos, sustentáveis, humanos e inteligentes. Por meio deste estudo, visa-se avaliar as vantagens da utilização de soluções inteligentes de incentivo à mobilidade ativa como forma de harmonização do convívio entre ciclistas, pedestres e motoristas e de promoção de um ambiente urbano mais democrático, inteligente, humano e sustentável e de indivíduos mais saudáveis e felizes. Nesse sentido, objetiva-se identificar elementos que fundamentem e justifiquem a priorização da elaboração de políticas públicas promotoras de soluções de mobilidade ativa em Brasília, fomentadoras da utilização de meios não motorizados, da caminhabilidade e da ciclomobilidade e de sua integração harmônica aos demais modais de transporte motorizado. O trabalho partiu da consulta bibliográfica, norteada pelo método dedutivo e mediada por uma abordagem descritivo-interpretativa. Em segundo momento, conduziu-se uma pesquisa empírica das práticas adotadas nas cidades de Viena e Copenhagen, avaliando-se as chances de sua replicação no Brasil, sobretudo em Brasília. Buscou-se comprovar a correlação entre o incentivo à mobilidade ativa e o incremento do bem-estar e da saúde dos habitantes das cidades. Como resultado, sugerem-se soluções de mobilidade ativa encontradas nas capitais austríaca e dinamarquesa, compatíveis com a realidade brasileira, sobretudo a de Brasília, que possam subsidiar os processos de tomada de decisões relacionados à sua implementação e ao fomento na capital federal. Conclui-se que o incentivo à mobilidade ativa tem relação direta com a preservação e a melhoria da qualidade de vida e da saúde da população nas cidades e que as políticas públicas correspondentes devem contemplar ações voltadas à harmonização do convívio entre ciclistas, pedestres e motoristas, para a instalação de um ambiente urbano mais democrático, inteligente, humano e sustentável.

Palavras-Chave: mobilidade ativa; soluções inteligentes; Brasília.

RODAS DE CONVERSA

ENCONTRO DE EGRESSOS EMPRESÁRIOS E PESQUISADORES COM OS GRADUANDOS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: TROCA DE EXPERIÊNCIAS

Mediadora:
Andrea Marilza Libano - CEUB, professora de Ciências Biológicas - FACES
amlibano@gmail.com

Debatedores:
Jean Lucca Muller Marcel - CEUB, graduando de Ciências Biológicas - FACES
jean.lucca@sempreceub.com
Debora Dias Silvino de Oliveira - CEUB, aluna egressa da Empreendedora - Cosméticos Naturais
deboradso@sempreceub.com
Gabriella de Melo Moreno - CEUB, aluna egressa da Integração Ensino Superior com o Ensino Médio
gabriella.melom@uniceub.br

Na graduação, o acompanhamento dos egressos é um aspecto importante da gestão do curso e do projeto pedagógico. Isso se deve, porque se faz necessária a análise da qualidade de formação oferecida pela proposta pedagógica do curso e das políticas de ensino, pesquisa e extensão, pois permite-se acompanhar a evolução do mundo do trabalho e fornecer subsídios para a evolução do projeto pedagógico. A realização de atividades com egressos que já estão no mercado de trabalho, que empreendem em suas áreas de formação e estão inseridos no contexto da produção científica e tecnológica mostra-se como uma oportunidade de diversificação de portfólio, além de estimular o acesso e o ingresso na formação continuada como ganhos aos próprios egressos. Para os estudantes em formação e os gestores de cursos possibilita identificar os elementos de acesso ao mundo do trabalho e entender as suas limitações quanto à formação. Nesse contexto, o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas do CEUB propôs uma roda de conversa entre egressos, professores e estudantes de graduação no evento 7° EnCuca, o Job Experience CEUB. Como convidados, participaram três egressos que tiveram destaque ao longo da graduação, em atividades de iniciação científica, estágios e projetos de extensão e que estão inseridos no mundo do trabalho, em diferentes áreas de atuação. Eles conversaram sobre o percurso formativo e o perfil individual que culminou em suas atuações no mundo do trabalho. A egressa destaque em pesquisa e estágio curricular externo ressaltou a importância da participação nessas atividades e no projeto de monitoria, para a escolha de carreira e o desenvolvimento de *soft skills* e *hard skills* que lhe propiciaram a continuidade na carreira acadêmica e a atuação como pesquisadora em instituição de pesquisa. Um dos egressos é empreendedor que atua em consultoria ambiental. Ele destacou seu percurso formativo com estágios extracurriculares e atividades em empresa Júnior do CEUB, o que foi um fator relevante para o fortalecimento do seu currículo, assim como as disciplinas do curso relacionadas a análises ambientais e gestão, que lhe possibilitaram o ingresso como

trainee em empresa multinacional, o que muito contribuiu para a sua atuação como empresário na área de gestão ambiental. Como licenciada e bacharel formada pelo curso de ciências biológicas do CEUB, a outra egressa compartilhou a sua atuação em gestão escolar, com ênfase no ensino médio e em divulgação de ciência e tecnologia como atividade profissional. A atividade permitiu que os estudantes do curso trocassem informações com os egressos e estabelecessem *networking*, o que é uma oportunidade de apresentação de seus projetos e empresas, de busca por talentos entre os colegas de formação e de vínculo com a instituição de formação, para conhecer as atualizações da área de formação, os cursos livres e a especialização para a formação continuada. A cultura de pertencimento e de unicidade foi reforçada, contribuindo para a formação entre pares, com foco na evolução das áreas de atuação dos profissionais biólogos.

Palavras-Chave: ensino superior; egressos; empregabilidade.

LIBERDADES, ENCONTROS E CRIATIVIDADE: QUANDO O MENOS É MAIS?

Mediadora:
Anna Luiza de Castro Gianasi - CEUB, professora do Direito
anna.gianasi@ceub.edu.br

Debatedora:
Francielly de Oliveira Muller - CEUB, professora de Psicologia
francielly.muller@ceub.edu.br

Nesta roda de conversa, os presentes foram convidados a refletir sobre a relação entre os combinados internos, as exigências externas e o quanto o indivíduo se sente ou não livre e permite-se ser criativo nos atos da vida cotidiana. Pautadas em estratégias metodológicas, fundamentadas nos pressupostos da psicologia humanista e, mais especificamente, da abordagem centrada na pessoa, propõem-se questões relacionadas às formas como se escolhe viver, seja de maneira automatizada, seja de modo mais consciente, e levantam-se possibilidades de ferramentas emocionais que capacitam o indivíduo a tornar-se mais autoconsciente e autorresponsável ao longo do processo autônomo de exercitar sua liberdade e criatividade. Partilhou-se um vídeo inspirado na história do *Pequeno Príncipe* e a música *Carne e Osso*, os quais foram disparadores de propostas e considerações a respeito da temática em questão. Foi notório o engajamento e a entrega pessoal de cada um dos participantes, os quais compartilharam histórias de vida, perspectivas pessoais, projetos futuros e trajetos já percorridos em suas vidas. Assim, juntos, construíram-se ricas reflexões sobre a importância da criatividade e da liberdade criativa para a saúde mental e a qualidade de vida e das relações estabelecidas. Essas possibilidades reais podem ser implementadas na vida de cada um, contribuindo efetivamente com possíveis mudanças efetivas que podem afetar diretamente a qualidade da existência. Finalizou-se com um convite generoso para ser mais gentil consigo mesmo e com o encorajamento para compartilhar com outras pessoas os sentimentos que, muitas vezes, parecem ser inadequados. Percebe-se que foi um momento especial, emocionante e muito potente para o grupo.

Palavras-Chave: liberdades; encontro; criatividade.

OS 101 PRINCÍPIOS ESSENCIAIS DO EMPREENDEDORISMO: A JORNADA INSPIRADORA DE GUY PEIXOTO, EGRESSO DO CEUB E EMPREENDEDOR

Mediadora:
Juliana Menêzes da Nóbrega - CEUB, professora do CEUB Carreiras
juliana.nobrega@ceub.edu.br

Debatedor:
Guy Peixoto Neto - CEUB, aluno egresso do Direito
guyrpeixoto.neto@gmail.com

Você sonha em criar sua empresa, ser dono do próprio destino e alcançar a liberdade financeira? Quer começar a empreender de maneira sólida, minimizando riscos e aplicando as melhores práticas de negócios? Ou já começou um negócio há pouco tempo e entende que pode melhorar sua forma de trabalhar estratégia, *marketing*, vendas, finanças e liderança? Se respondeu "sim" a essas questões, *Os 101 princípios essenciais do empreendedorismo* é o seu livro ideal. Ele vai ajudar você a iniciar e gerir sua empresa com confiança e da maneira correta para que ela tenha maiores chances de sucesso. Todos os princípios que você lerá são eternos, não saem de moda e foram concebidos a partir da sabedoria de dezenas de empreendedores de sucesso consultados pelo autor, além da experiência dele como fundador, gestor e investidor que gera milhares de empregos e mais de R$ 250 milhões em negócios anualmente. Escrita em um texto acessível, envolvente e bastante prático, esta obra é leitura fundamental para todos que buscam resultados consistentes e crescimento em sua jornada empreendedora. Na roda de conversa para o lançamento do livro, o autor e ex-aluno do CEUB, Guy Peixoto Neto, trata da sua experiência no empreendedorismo e de como o conhecimento obtido na jornada acadêmica foram, e são, importantes para ampliar a assertividade no processo empreendedor. Afasta-se, portanto, a ideia de que empreender é uma ação puramente prática, intuitiva e extrassensorial. Quem empreende bem sabe que a redução do grau de imprevisibilidade, a diminuição de riscos e a análise dos mercados são ações fundamentadas no conhecimento que emerge da academia, em ciências, como a economia, a administração, o direito, o *marketing* e outras.

Palavras-Chave: empreendedorismo; gestão empreendedora; conhecimento científico.

PROJETO MOBILIDADE ATIVA: VIENA E COPENHAGEN 2024

Mediadora:
Aline Stefânia Zim - CEUB, professora do mestrado em Arquitetura e Urbanismo
aline.zim@ceub.edu.br

Debatedores:
Marie Lou Madsen - CEUB, professora de Arquitetura e Urbanismo
marie.kronemberger@ceub.edu.br
Ana Carolina Netto - CEUB, professora de Arquitetura e Urbanismo
ana.drumond@ceub.edu.br
Alberto Alves de Faria - CEUB, professor de Arquitetura e Urbanismo
alberto.faria@ceub.edu.br

A roda de conversa apresenta a experiência do trabalho de campo em Viena e Copenhagen, em março de 2024, com registro fotográfico, diário de campo e análise das calçadas nas duas cidades que são referências mundiais em mobilidade ativa. Por meio da pesquisa, avaliaram-se as vantagens da utilização de soluções inteligentes de incentivo à mobilidade ativa adotadas nas cidades de Viena e Copenhagen, com chances de ser replicadas no Brasil, sobretudo, em Brasília, como forma de harmonização do convívio entre ciclistas, pedestres e motoristas e de promoção de um ambiente urbano mais democrático, inteligente, humano e sustentável com indivíduos mais saudáveis e felizes. Identificaram-se elementos que fundamentam e justificam a priorização da elaboração de políticas públicas promotoras de soluções de mobilidade ativa em Brasília, fomentadoras da utilização de meios não motorizados, da caminhabilidade e da ciclomobilidade e de sua integração harmônica aos demais modais de transporte motorizado. Para tanto, conduziu-se a pesquisa empírica nas capitais austríaca e dinamarquesa, a fim de buscar dados que possam comprovar a correlação entre: o incentivo à mobilidade ativa e o incremento do bem-estar e da saúde dos seus habitantes; o investimento em mobilidade ativa e a redução de gastos com o sistema de saúde pública como resultado da adoção de hábitos de vida mais saudável pelos indivíduos. Como resultado, vislumbra-se alcançar as soluções de mobilidade ativa austríacas e dinamarquesas mais efetivas e compatíveis com a realidade brasileira, sobretudo a de Brasília, que possam subsidiar os processos de tomada de decisões relacionados à sua implementação e fomento na capital federal. Secundariamente, visa-se encontrar respostas que permitam facilitar a gestão dos conflitos entre os vários atores envolvidos na discussão da legislação urbanístico-ambiental, relacionada à implementação de políticas públicas de incentivo à mobilidade ativa, voltadas à instalação de um ambiente urbano mais democrático, inteligente, humano e sustentável, bem como de preservação e melhoria da qualidade de vida e da saúde da população.

Palavras-Chave: mobilidade ativa; Viena; Copenhagen.

PROJETOS DE EXTENSÃO: BIO EM FOCO

Mediadora:
Andrea Marilza Libano - CEUB, professora do Ciências Biológicas- FACES
andrea.libano@ceub.edu.br

Debatedores:
Ana Carolina de Aragão Souza - CEUB, graduanda em Ciências Biológicas
asouzaa2001@sempreceub.com
Vinicius Aredes Diniz - mestrando da Universidade de Brasília - UnB
vinicius.aredes@sempreceub.com
Erika Dickel Persijn - CEUB, aluna egressa de Ciências Biológicas
erika.dp@sempreceub.com

O tripé ensino, pesquisa e extensão é um preceito dado na Constituição brasileira, para que o ensino superior cumpra seu papel de forma integral, perante a sociedade, portanto a indissociabilidade é um princípio constitucional. Historicamente, as instituições de ensino superior ocupam o campo da produção e da detenção de conhecimentos. No entanto, essa visão solidificada no início do século XX confronta-se com a necessidade do propósito social da educação superior, o de causar impactos positivos na formação dos seus estudantes e na transformação da sociedade. O conhecimento gerado precisa ser compartilhado com a sociedade, não só nas publicações acadêmicas, que muito comunica aos pares, mas também sobre a realidade, em um contexto social. Assim, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não pode encerrar-se na existência dos três pilares, em uma instituição, mas na consolidação de um projeto de universidade, em menor escala, na consolidação do projeto pedagógico. Nesse sentido, o núcleo docente estruturante do curso de Ciências Biológicas do CEUB propôs uma roda de conversa entre estudantes do curso, egressos e professores, para apresentação de projetos de pesquisa que culminaram em projetos de extensão, de projetos de extensão curriculares no contexto das disciplinas e da transformação social e na formação dos indivíduos, na prática do exercício de indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão. Os debatedores e os mediadores foram estudantes de graduação, egressos e professores. As atividades curriculares de extensão têm como base a aplicação do conjunto de conteúdos e habilidades e competências agregados pelos estudantes que culminam em projetos de extensão e que integram os conteúdos estudados com o diagnóstico da realidade dos atores sociais envolvidos em determinado contexto, a proposição e a desenvolvimento do projeto. Foram apresentados projetos de intervenção socioambientais relacionados a drenagem fluvial, reuso de águas servidas, redução de uso e de resíduos plásticos, destinação correta de resíduos orgânicos, divulgação científica e tecnológica, produção de aplicativos para uma instituição pública. A extensão curricular tem aumentado o contato dos estudantes com diversos setores da sociedade, gerando fortalecimento de instituições, transformação nas relações entre sociedade e ambiente e evolução socioeconômica dos atores envolvidos. Também tem sido um

espaço de questionamento que suscita o desenvolvimento de pesquisas a partir de temas desenvolvidos ou que surgiram no percurso das atividades extensionistas. Houve relato de proposta de estágio remunerado e trabalho para os estudantes em razão da efetividade das atividades de extensão propostas e executadas pelos estudantes. Nesse contexto, a obrigatoriedade de efetiva extensão no ensino superior como componente curricular é, antes de tudo, uma oportunidade de cumprir um princípio democrático do protagonismo da universidade na formação e na transformação social. Espera-se que a roda de conversa contribua com a consolidação da extensão curricular na medida em que a cultura extensionista se difunda entre os novos estudantes e que o projeto pedagógico se concretize em sua plenitude.

Palavras-Chave: curricularização; extensão; projeto pedagógico.

UMA LITERATURA TODA NOSSA: A CONTRIBUIÇÃO DA AUTORIA FEMININA NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA

Mediadora:
Rachel Nobrega Santa Fé - CEUB, professora do NEAD
rachel.fe@ceub.edu.br

Debatedora:
Sandra Mara Souza Bessa Fé - CEUB, professora do NEAD
sandra.bessa@ceub.edu.br

Desde a publicação do célebre ensaio *Um teto todo seu*, da escritora britânica Virginia Woolf, as discussões sobre a escrita feminina tornaram-se frequentes na crítica literária. Hoje, percebe-se que, cada vez mais, as mulheres destacam-se nas variadas artes, inclusive na escrita, de forma que a sua presença na literatura vem ganhando grande visibilidade ao longo dos últimos anos, proporcionando a construção de um espaço que, por muito tempo, foi-lhes negado. O destaque de autoras no cenário literário não só revela a multiplicidade de suas composições, mas também desafia paradigmas tradicionais, propondo novas formas de pensar a experiência humana. Com base em teorias literárias de importantes pensadoras, como Elaine Showalter, Virginia Woolf, Hélène Cixous e Julia Kristeva, a reflexão propõe examinar como a autoria feminina se tem consolidado como parte intrínseca da literatura contemporânea. A proposta vai além de discutir a construção de um campo autônomo da literatura feminina; trata-se de entender como as produções dessas autoras dialogam e enriquecem o panorama literário de modo geral. Esse fenômeno literário contribui para uma compreensão mais ampla do mundo, oferecendo perspectivas que, longe de ser restritas ao universo feminino, estão integradas à literatura universal, de modo a promover uma expressão cultural mais inclusiva e complexa. Ao consolidar a "literatura toda nossa", as obras escritas por mulheres não apenas reivindicam um espaço legítimo, como também colaboram para a literatura que propõe a pluralidade de vozes, ideias e experiências, de forma a enriquecer a visão sobre a sociedade e a condição humana em sua totalidade.

Palavras-Chave: literatura contemporânea; autoria feminina; crítica literária.

MESTRADO EM DIREITO

A (IN)GOVERNANÇA DA PNAMPE À LUZ DAS MULHERES GESTANTES E PUÉRPERAS NO DISTRITO FEDERAL

Geovanna Claudia Leite Ferreira – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
geovannac@sempreceub.com
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

Este estudo de caso analisa a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAMPE) para mulheres gestantes e puérperas em uma penitenciária feminina do Distrito Federal. A metodologia indutiva utilizada inclui a análise de documentos oficiais, entrevistas com gestores da política, profissionais de saúde e assistência social e mulheres que vivenciaram a experiência de gestação e pós-parto na prisão. Ademais, a pesquisa documental e a revisão bibliográfica abrangem a legislação e as normas que regem a PNAMPE, além de dados estatísticos sobre a situação dessas mulheres em situação de privação de liberdade no Distrito Federal. A pesquisa empírica qualitativa é realizada por meio de entrevistas individuais ou em grupo, com mulheres gestantes e puérperas que cumprem ou já cumpriram pena na penitenciária feminina do Distrito Federal. As entrevistas abordam temas, como acesso à saúde e assistência médica, condições de higiene e alimentação, assistência jurídica e social, entre outros aspectos relacionados à implementação da PNAMPE.

Palavras-Chave: políticas públicas; mulheres; gestantes; puérperas; Distrito Federal.

A ACCOUNTABILITY INDIVIDUAL DE UNITED NATIONS MILITARY EXPERTS ON MISSION: UM ESTUDO SOBRE A DEFINIÇÃO DA JURISDIÇÃO CRIMINAL À LUZ DO DIREITO OPERACIONAL

Paula Coutinho Bahia de Souza – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
paula.bahia@sempreceub.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

A deficiência na accountability do pessoal desdobrado em operações de paz, especialmente em relação à prática de atos classificados como exploração e abuso sexuais, é um problema que afeta a Organização das Nações Unidas desde a década de 1990. Esta questão complica-se ainda mais quando se considera a variedade de atores envolvidos nas operações de manutenção da paz (PKO) e a estrutura jurídica aplicável a cada um deles. No caso específico do pessoal militar, existem diversos mecanismos que definem o arranjo institucional pertinente à accountability dos componentes da tropa. No entanto, há uma lacuna significativa no que diz respeito ao regramento aplicável aos especialistas em missão, ou seja, aos oficiais e aos praças designados para missões individuais. O presente estudo explora como o direito operacional pode preencher essa lacuna jurídica e acadêmica, servindo como uma tecnologia jurídica, a fim de definir a jurisdição criminal para o processamento e o julgamento de especialistas militares da ONU em missão (UNMEM). A hipótese é que a atuação interdisciplinar e multifatorial do direito operacional pode efetivamente estabelecer um framework jurídico para a jurisdição criminal e, assim, enfrentar as falhas na accountability de militares desdobrados individualmente, em operações de paz. A pesquisa utiliza uma abordagem de direito e políticas públicas com base em pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-Chave: operações de paz; accountability; UNMEM; direito operacional.

A ADEQUABILIDADE DO MODELO DE DIÁLOGO COMPETITIVO EUROPEU AO DIREITO BRASILEIRO EM UM CONTEXTO DE INTERCÂMBIO CULTURAL JURÍDICO

Hélcio Pires de Mendonça Júnior – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
helcio.junior@sempreceub.com
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

A pesquisa pretende analisar a adequabilidade do diálogo competitivo, modalidade de licitação inserida na nova lei brasileira de licitações e contratos administrativos, importada do direito administrativo europeu à cultura jurídico-administrativa brasileira, considerando o contexto de intercâmbio jurídico-cultural e de expansão do direito administrativo global. O problema da pesquisa é fazer uma prospecção da possibilidade de estabelecimento do diálogo competitivo no direito brasileiro, considerando que o dispositivo tem como finalidade aspectos que divergem de paradigmas jurídico-administrativos brasileiros, como o aumento da discricionariedade ao gestor e o direito administrativo dialógico, relativizando o dogma da supremacia da administração sobre o particular. O método utilizado é o dedutivo com o método auxiliar comparativo. A pesquisa é teórica e explora a bibliografia sobre o tema. Inicialmente, é estudado o direito administrativo europeu, visando verificar a cultura do modelo de direito administrativo supranacional mais consolidado com enfoque no diálogo competitivo, apreciando a pertinência da importação de dispositivos de um direito supranacional para o direito administrativo brasileiro. No capítulo subsequente, são abordadas as causas para a aplicação com maior ou menor sucesso do diálogo competitivo, em diferentes Estados membros da União Europeia, concluindo sobre as principais causas de tal variação. A segunda parte da pesquisa busca responder sobre as razões de direito internacional e de direito administrativo global que motivaram ou contribuíram para a importação do diálogo competitivo pelo legislador nacional, com ênfase nas contratações públicas internacionais, nos acordos internacionais e nos interesses da política externa brasileira. Por fim, são analisadas as chances de estabelecimento do diálogo competitivo na cultura jurídico-administrativa do Brasil, apontando possibilidades, óbices e sugestões, comparando o direito administrativo europeu e o direito administrativo brasileiro sob o aspecto epistemológico e axiológico, no que se refere à finalidade e ao emprego do diálogo competitivo.

Palavras-Chave: diálogo competitivo; direito administrativo europeu; direito administrativo global; cultura jurídico-administrativa brasileira.

A APORIA DA LIBERDADE DA VONTADE NA CULPABILIDADE FINALISTA EM UM CONTEXTO DE DESIGUALDADES SOCIAIS

Raissa Geovanna Medeiros de Oliveira – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
raissa.m.oliveira@sempreceub.com
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

O trabalho é um estudo sobre a dogmática da culpabilidade enquanto elemento da teoria tripartida do crime e fundamento de legitimidade e limitação do poder punitivo estatal. Para tanto, analisa-se seu conteúdo material e avaliam-se possibilidades alternativas ao finalismo de Welzel, capazes de inserir, no conceito de culpabilidade, a perspectiva social e concreta do excluído que comete o delito. A teoria do crime estuda a infração penal por meio de uma decomposição formal, material e analítica do delito, para configurar seu conceito, elementos e definir as situações em que ocorre. A atual dogmática jurídico-penal adota a teoria tripartida, que estratifica o conceito de crime em três elementos: o fato típico, a ilicitude e a culpabilidade. O crime é a conduta humana típica (fato típico) contrária à ordem jurídica (ilicitude) e que, por ser exigível que quem o pratica aja de maneira diversa, é reprovável dentro do ordenamento jurídico (culpabilidade). Epistemologicamente, a teoria tripartida do crime, primeiro, observa a conduta e, só depois, o autor, pois o fato típico e a ilicitude são o demérito que o direito atribui à conduta, e a culpabilidade é a característica que a conduta obteve a partir de uma condição do autor que não agiu de acordo com a norma quando poderia fazê-lo, recebendo um juízo de reprovação por isso. Portanto, o trabalho aprofunda-se, exclusivamente, no estudo da culpabilidade, de sua origem e evolução dogmática de suas teorias explicativas, para que, com ênfase na teoria finalista de Hans Welzel, momento de conquista da carga valorativa e da dimensão material relacionada à liberdade da vontade, sejam analisados os problemas teóricos de aplicação. Apesar de a teoria finalista da culpabilidade ser amplamente aceita pela doutrina penal, ela ainda contém significativas limitações especialmente em contextos de desigualdades sociais, em que a liberdade da vontade individual de agir de forma diversa encontra outros obstáculos, talvez, não previstos na premissa welzeniana.

Palavras-Chave: culpabilidade; liberdade; finalista; desigualdades.

A DINÂMICA DO DIREITO FINANCEIRO: DA ANTINOMIA ENTRE AS NORMAS GERAIS E AS LEIS ORDINÁRIAS FEDERAIS

Jurandi Ferreira de Souza Neto – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
jurandi.ferreira@sempreceub.com.br
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

O tema principal da pesquisa é a relação jurídica entre as leis complementares que veiculam normas gerais sobre finanças públicas e as leis ordinárias federais. O objetivo do estudo é analisar essa interação e os conflitos existentes, para desenvolver uma fundamentação teórica robusta e oferecer soluções práticas para a formulação de políticas fiscais mais eficazes no Brasil. O método utilizado envolve uma abordagem jurídica com pesquisa legal, jurisprudencial e revisão bibliográfica detalhada. Inicialmente, é realizada uma análise da relação entre leis complementares e leis ordinárias, seguida da investigação da interação entre normas gerais nacionais e normas subnacionais. Além disso, o estudo examina a relação entre normas gerais nacionais e normas federais e, por fim, entre leis complementares que veiculam normas gerais e leis ordinárias federais. Os resultados preliminares indicam que a falta de uma teoria jurídica sólida sobre essas relações condena diversas políticas fiscais ao fracasso. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é um exemplo de que a crescente despesa obrigatória e os benefícios tributários demonstram a ineficácia das normas gerais isoladas. A pesquisa revelou que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não consolidou um entendimento firme sobre a hierarquia entre essas leis, resultando em ineficiências na implementação de políticas fiscais. As conclusões da pesquisa destacam a necessidade de uma teoria consolidada, para compreender a interação entre essas normas e prever conflitos legais, facilitando a implementação eficaz de políticas fiscais. A pesquisa sugere que a hierarquia entre as leis complementares e as ordinárias depende da previsão constitucional da função respectiva para a lei complementar. A ausência dessa previsão resulta em normas ordinárias que derrogam as normas gerais sem uma subordinação jurídica clara. Portanto, a pesquisa propõe modificações que fortalecem o regime fiscal brasileiro, oferecendo uma base teórica e prática para o desenvolvimento de políticas públicas que realmente impactem o controle de gastos e a justiça fiscal no país.

Palavras-Chave: antinomia; lei complementar; federalismo; normas gerais; direito financeiro.

A EFETIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO PROFERIDA NO ÂMBITO DA PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS: UM ESTUDO EMPÍRICO NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

José Roberto da Silva – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
jroberto.silva@sempreceub.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

Este projeto verifica a efetividade da impugnação da decisão proferida no âmbito da prisão civil do devedor de alimentos. A pesquisa empírica é o principal método utilizado, focalizando-se o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). A pesquisa analisa processos judiciais relacionados ao tema, distribuídos e arquivados entre 2019 e 2023. A categorização dos processos baseia-se no assunto específico "alimentos" mediante as Tabelas Processuais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os relatórios gerados para a primeira instância revelaram o total de 7.947 processos distribuídos, 4.201 em tramitação e 7.811 arquivados. Na segunda instância, foram identificados 843 processos distribuídos, 229 em tramitação e 495 arquivados. O corpus da pesquisa é composto pelo inteiro teor dos acórdãos disponíveis publicamente pelo TJDFT, já que as partes não são identificadas nesses documentos. Os acórdãos oferecem informações suficientes para avaliar a efetividade das impugnações das decisões em prisão civil do devedor de alimentos, visto que essas impugnações ocorrem em segundo grau de jurisdição. Portanto, a pesquisa concentra-se nos processos arquivados em segundo grau de jurisdição e desconsidera os que ainda se encontram em primeira instância.

Palavras-Chave: alimento; devedor; prisão civil.

A FRAGMENTAÇÃO GEOCONÔMICA E O FUTURO DO MULTILATERALISMO: UMA ANÁLISE JURÍDICA E ECONÔMICA DA EXPANSÃO DO BRICS+ NA CADEIA DE PRODUÇÃO GLOBAL

Mariana Cofferri Ferreira da Silva – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
mariana.cofferri@sempreceub.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

O grupo econômico do BRICS recebe seus novos membros – Argentina, Arábia Saudita, Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e Irã – em 2024. É sob essa nova configuração que é realizada uma análise inovadora com a problemática da pesquisa, que questiona como a expansão do BRICS pode impactar as novas dinâmicas geoeconômicas de comércio, jurídicas e fragmentar o multilateralismo tradicional. A hipótese prevê uma tendência dos países emergentes à prevalência de acordos bilaterais, uma vez que interações econômicas, políticas e sociais entre os atores internacionais não mais se moldam dentro de única instituição. Observa-se, com o passar dos anos, o crescente número de alianças que não são institucionalizadas, como a Organização Mundial do Comércio, mas que vêm ocupando protagonismo nas negociações comerciais e políticas, o que requer um estudo aprofundado. De acordo com dados de janeiro de 2023 do Fundo Monetário Internacional, o sistema mundial de comércio está, desde 2008, em um processo de "slowbalization". Nesse contexto, o surgimento do BRICS visa construir um sistema de governança entre os países emergentes, para elaborar uma estratégia comum no nível das organizações internacionais e resolver o problema do poder limitado e da sub-representação nas instituições globais, especialmente no FMI e no Banco Mundial. Um dos pontos-chave da pesquisa é avaliar se é possível tratar de nível de integração entre os membros do BRICS+. Embora os membros do grupo não tenham demonstrado interesse em formalizar um processo de integração, como o da União Europeia ou o do Mercosul, existe um alinhamento necessário para alcançar os objetivos estratégicos desejados. A pesquisa busca entender como a expansão do BRICS+ influencia a cadeia de produção global e quais são os desdobramentos desse processo de integração.

Palavras-Chave: integração regional; multilateralismo; geopolítica.

A GOVERNANÇA CORPORATIVA APLICADA ÀS EMPRESAS PÚBLICAS: O CASO DO BANCO DO BRASIL

Antônio Augusto Mamede – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
aamamede@gmail.com
Daniel Amin Ferraz – CEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

A propriedade pública representa a regulação em sua forma mais completa e radical, ao passo que proporciona ao ente público o domínio dos meios de produção e distribuição, eliminando a discussão acerca da legitimidade em forçar interesses privados a servir objetivos públicos. Percebe-se, então, que as empresas estatais são instrumentos de regulação econômica, por meio dos quais o poder público atua na economia e busca alterar o comportamento dos demais agentes econômicos, desde produtores até consumidores. O Estado propõe-se, cada vez mais, a dividir o risco de suas atividades, de forma a incentivar a entrada dos particulares em iniciativas de interesse público voltadas ao desenvolvimento nacional e a minimizar seus custos operacionais. Nesse sentido, a regulação é o instrumento de impor limites e diretrizes a essa realidade. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, por sua vez, deverão ser utilizadas como meio de intervenção na economia quando os particulares não tiverem interesse ou, em função dos elevados custos de investimento inicial, aliados a riscos relevantes do negócio, reduzam o interesse dos agentes econômicos. De forma geral, a regulação consiste na opção preferencial do Estado pela intervenção indireta, puramente normativa. Revela, neste caso, a concepção de que a solução política mais adequada para obter os fins buscados consiste no não exercício direto e imediato pelo Estado de todas as atividades de interesse público. As empresas estatais são muito mais do que meras sociedades comerciais. Primeiro, porque elas detêm um acionista controlador com enorme poder de mercado. O Estado tem uma capacidade de atuação robusta. Segundo, por meio do exercício desse poder de mercado, as empresas públicas e as sociedades de economia mista podem atingir os mais diversos objetivos. Um dos mais significativos, sem dúvida alguma, é alterar o comportamento dos demais agentes econômicos nos respectivos mercados relevantes, de forma direta ou indireta. A pesquisa é realizada mediante busca de normas constitucionais e infraconstitucionais, coleta de jurisprudência nacional a respeito do tema e consulta a projetos de lei em curso que tratam da possibilidade de utilização de empresas públicas, sociedades de economia mista, incluindo suas subsidiárias e controladas, como instrumentos de regulação pelo Estado e os seus efeitos na governança dessas sociedades. Especificamente, os objetivos da pesquisa consistem no exame dos seguintes aspectos: pesquisar sobre o modelo de regulação da atividade econômica pelo Estado brasileiro; analisar o papel do Estado como explorador da atividade econômica; analisar as modalidades de intervenção do Estado, especialmente fomento, disciplina e atuação direta, ou seja, os elementos considerados como boas práticas de governança corporativa; examinar se a utilização da empresa pública, para intervir no mercado, fere algum elemento essencial dessas boas práticas.

Palavras-Chave: governança corporativa; empresa pública; regulação.

A INFLUÊNCIA DA INTERFACE E DO DESIGN DAS SOLICITAÇÕES DE CONSENTIMENTO NA DECISÃO DOS CONSUMIDORES E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Clarice de Sousa Coutinho de Moura Alves – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
clarice.coutinho@sempreceub.com
Daniel Amin Ferraz – CEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

A crescente digitalização das relações de consumo e a intensificação do uso de dados pessoais pelas empresas têm levantado questões significativas sobre a proteção dos dados pessoais. No centro desse debate, está o consentimento do consumidor, frequentemente solicitado por meio de interfaces digitais, como sites e aplicativos. A forma como essas solicitações são apresentadas pode influenciar diretamente a decisão de consentimento dos usuários. Neste trabalho, é explorada a lacuna que existe entre o consentimento do usuário, como o design da interface pode interferir positivamente ou negativamente e o entendimento dos impactos deste consentimento para a privacidade dos dados pessoais.

Palavras-Chave: proteção de dados; design; consentimento.

A NOVA JUSTIÇA SOCIAL: UMA ANÁLISE A RESPEITO DAS CONCESSÕES DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC/LOAS) APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DOS NÚCLEOS DA JUSTIÇA 4.0

Rafael Martins Santos – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
rafael.ms@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

Trata-se de projeto cujo principal objetivo é averiguar as mudanças nas concessões dos benefícios de prestação continuada (BPC/LOAS), de cunho assistencial, após a implementação dos núcleos de justiça 4.0, fortemente influenciados pela justiça digital. Como metodologia, o trabalho conta com uma parte dogmática que contém bases conceituais a respeito das características centrais para a compreensão da temática. Ressalta-se que esse tipo de benefício é a resposta do Estado para a implementação de políticas públicas sociais, conforme positivado no artigo 203, V, da Constituição de 1988. O benefício será direcionado aos cidadãos em situação de miserabilidade social, com renda per capita inferior a ¼ do salário-mínimo e, conjuntamente, que possuam deficiência incapacitante ou tenham idade superior a 65 anos, ou seja, são indivíduos em evidente emergência humanitária e com direitos humanos vulneráveis. Ademais, são igualmente abordados na pesquisa os levantamentos de registros das concessões deste benefício após a implementação dos núcleos. A justiça 4.0 foi "pressionada" pela pandemia de covid-19. Portanto, o intervalo de análise das concessões deve iniciar-se em 2019 e seguir até 2024. São levantados dados da Defensoria Pública da União (DPU), do Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério da Previdência Social, do Boletim Estatístico de Benefícios (INSS), assim como levantamentos oficiais do CNJ e da AGU. Ao final, para além das promessas apresentadas no "plano piloto" da Justiça 4.0, devidamente incentivado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em conjunto com o CNJ, é possível observar, com base em dados, se, de fato, existiu melhoria no período de espera para as concessões, assim como se a justiça digital acrescentou bons resultados na prática. Também são listados os pontos que poderiam ser aperfeiçoados, para garantir a efetivação do direito que, para aquela parcela "miserável", no sentido econômico, representa o mínimo, para tentar resguardar sua dignidade.

Palavras-Chave: miserabilidade; BPC; previdenciário; justiça digital; justiça social.

A POLÍTICA PÚBLICA DE CUIDADOS COMO MECANISMO DE COMBATE À DESIGUALDADE DE GÊNERO

Thaís Mara da Costa Silva – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
thaismcostasilva@yahoo.com.br
Patrícia Perrone Campos Mello – CEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

O trabalho de cuidados doméstico, há tempos imemoriais, é associado à obrigação natural das mulheres. Em 2020, com o início da pandemia de covid-19, que levou ao fechamento das escolas, das creches e ao afastamento de babás e empregadas domésticas dos lares em decorrência do isolamento social, essa situação desigual vivenciada no cerne das famílias obteve maior repercussão na sociedade brasileira, em razão do aumento da sobrecarga de trabalho destinada às mulheres. Em razão desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar esses cuidados realizados por mulheres em favor de familiares e como essas atividades são invisibilizadas pela economia tradicional e pela sociedade, uma vez que não são consideradas um trabalho remunerado e, por consequência, não são valorizadas pela sociedade e pelo Estado, não sendo utilizadas como tempo de serviço para fins previdenciários, fator que acentua as desigualdades de gênero entre homens e mulheres. O trabalho de cuidados é considerado como algo intrínseco às mulheres, que não podem dedicar-se ou, muitas vezes, não destinam tempo suficiente ao trabalho remunerado ou ao estudo, como os homens, porque parcela das horas diárias é empregada no trabalho doméstico. A metodologia de pesquisa é a revisão bibliográfica mediante busca de artigos, trabalhos acadêmicos e livros sobre o tema. Ao longo da pesquisa, foi possível concluir que os cuidados exercidos por mulheres em benefício da família não devem ser enfrentados como um problema intrafamiliar, mas, sim, como uma questão que diz respeito ao Estado também. Portanto, é necessária a implantação de políticas públicas, para erradicar a desigualdade de gênero proveniente do trabalho de cuidados sem remuneração exercido pelas mulheres.

Palavras-Chave: economia do cuidado; políticas públicas; desigualdade de gênero.

A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Wesley Rocha – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
wesleyrocha8@gmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

Esta pesquisa visa analisar a prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal, especialmente no contexto das demandas administrativas que visam entregar decisões da administração pública mediante um prazo razoável. O estudo busca entender se há razões válidas para não aplicar a prescrição intercorrente em processos administrativos fiscais e examina a prática deste instituto em créditos de natureza tanto tributária quanto não tributária. A prescrição intercorrente tem sido amplamente debatida na esfera judicial, sendo pacificada pelo Recurso Especial REsp 1340553/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos em 12/9/2018. A decisão fixou a tese de que, havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial, findo o prazo de um ano de suspensão, inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável. Na esfera federal, a Súmula CARF 11, com efeito vinculante para toda a administração pública federal, estabelece a não aplicabilidade da prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal. O objetivo da dissertação é avaliar a aplicabilidade da prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal, seus fundamentos e motivos e determinar se há razões suficientes para sua não aplicação nas demandas administrativas. A pesquisa utiliza a abordagem empírica com análise da doutrina e da jurisprudência, na esfera tanto judicial quanto administrativa. O estudo está dividido em três partes principais. A primeira aborda a prescrição e a decadência e analisa suas ocorrências, aplicações e finalidades com uma revisão histórica dos institutos. A segunda focaliza a estrutura normativa do direito material relacionado à prescrição e sua aplicabilidade no processo executivo. A terceira parte investiga se o conceito de duração razoável do processo administrativo pode justificar a inclusão da prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal, examinando as causas de interrupção e o interesse da Fazenda Pública em impulsionar o processo. A pesquisa enfrenta desafios relacionados à dificuldade em obter dados e à complexidade do tema, mas pretende fornecer uma análise detalhada da prescrição intercorrente e sua aplicabilidade no processo administrativo fiscal.

Palavras-Chave: prescrição intercorrente; processo administrativo fiscal; decadência e prescrição.

A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NAS REDES SOCIAIS

Camila Bernardes Aniceto de Sousa dos Santos – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
camila.aniceto@sempreceub.com; camila.aniceto.adv@gmail.com
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

A dissertação é sobre a proteção das crianças e dos adolescentes nas redes sociais. O objetivo principal é analisar se o Estado brasileiro – em seus três Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – dispõe de instrumentos para a real rede de proteção destes seres vulneráveis no ambiente digital, mais especificamente, nas redes sociais mais utilizadas da atualidade, como Instagram, Facebook, WhatsApp, YouTube e TikTok. Para isso, a pesquisa demonstra quais são os riscos de exposição precoce e excessiva das crianças e dos adolescentes no mundo virtual, consequentemente, quais são os danos causados e quais são os direitos fundamentais violados, demonstrando, por conseguinte, a necessária e urgente atuação dos referidos três poderes do Estado para que haja a prevenção dos citados riscos e danos causados a estes seres ainda em desenvolvimento físico e psicológico. Ao final, na conclusão da pesquisa, é demonstrado se há instrumentos eficazes utilizados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, considerando suas funções típicas e atípicas, no sentido de alcance efetivo da proteção das crianças e dos adolescentes, por meio de projetos de lei, políticas públicas, jurisprudência, entre outros, bem como é demonstrado se há ou não um diálogo entre os referidos três poderes sobre a proteção em comento, que a doutrina conceitua como integral, esculpida no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), traçada em todos os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que confere a garantia do princípio do melhor interesse das crianças e dos adolescentes com atuação prioritária e solidária do Estado, da sociedade e da família.

Palavras-Chave: criança e adolescente; mundo digital; redes sociais; proteção integral; riscos.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ENTES DOTADOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Victória Alves Ruenreang – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
victoria.alves@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

O objetivo geral desta dissertação é analisar a responsabilidade civil dos entes dotados de inteligência artificial no Brasil, visando identificar se a norma jurídica brasileira vigente é eficaz, eficiente e efetiva, para lidar com essa questão. O problema central da pesquisa questiona qual é o regime de responsabilidade civil mais adequado para lidar com danos causados por sistemas de inteligência artificial no Brasil. Este é um problema jurídico novo que apresenta desafios ao Direito, e diversas resoluções têm sido propostas pela doutrina tanto nacional quanto internacional, com argumentos variados para a aplicação de diferentes regimes de responsabilidade civil. Alguns desses regimes já estão previstos na legislação brasileira; outros propõem alterações em aspectos existentes ou inovações completas, como regimes subjetivo, objetivo, contratual e extracontratual, classificação dos riscos, personalidade jurídica da IA, seguros obrigatórios e fundos compensatórios ou reparatórios. Atualmente, o Brasil não tem uma legislação específica para inteligência artificial, apenas projetos de lei em discussão. Entretanto, os entes dotados de inteligência artificial desempenham um papel crescente na sociedade, estando presentes em diversas tarefas cotidianas e aumentando a probabilidade de danos causados por eles. A metodologia adotada para esta pesquisa é a hipotético-dedutiva com abordagem bibliográfica para o desenvolvimento da análise.

Palavras-Chave: responsabilidade civil; inteligência artificial; risco.

A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Marcella Zarattini Martins – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
marcella.zarattini@sempreceub.com
Luis Roberto Barroso – CEUB, professor orientador
vendramin.cecilia@gmail.com

O presente estudo pretende responder ao questionamento sobre de que forma a falta de representatividade feminina nos tribunais superiores brasileiros impacta o processo de construção do Direito. Como subproblema de pesquisa, o estudo pretende compreender qual é o impacto que a falta de representatividade causa na interpretação de casos concretos e na construção do direito pelos tribunais superiores, especialmente naqueles relacionados aos direitos das mulheres.

Palavras-Chave: sub-representação; feminismo; gênero.

A SÚMULA 377 DO STF À LUZ DA MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL

Sophia Batista Rech – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
rech.sophia@gmail.com
Luis Edson Fachin – CEUB, professor orientador
luiz.fachin@uniceub.br

O enunciado da Súmula 377, implementado pelo STF em 1964, anteriormente ao Código Civil (CC) de 2002, rompe com todo o sentido de existir a separação legal de bens, levando as pessoas à insegurança jurídica e à vulnerabilidade. Diante do exposto, considerando que o Enunciado de Súmula foi promulgado em 1964, e, durante todos esses anos, diversas evoluções foram acometidas, é de suma importância verificar um indivíduo que, naquela época, possuía 70 anos ser totalmente distinto do que, hoje, possui essa idade. Com isso, surge a necessidade de modificar a interpretação e a visão sistêmica de toda relação da sociedade no mundo dinâmico e de intensa evolução, permitindo, assim, formar nova convicção com base nos novos elementos trazidos com o passar dos anos.

Palavras-Chave: direito de família e sucessões; regime de separação obrigatória de bens; Súmula 377 do STF.

A UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO DE CARBONO COMO POLÍTICA PÚBLICA E INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA AMBIENTAL

Erika Alves Vieira – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
erika.vieira@sempreceub.com
Márcia Dieguez Leuzinger – CEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

Este trabalho trata de uma análise crítica e sugestiva sobre a utilização do instituto do crédito de carbono como um instrumento de governança ambiental, mediante a formulação de políticas públicas. Atualmente, a legislação brasileira é omissa quanto à regulamentação do mercado de crédito de carbono, existindo apenas um projeto de lei ainda em tramitação. Com o agravamento da crise ambiental climática e o crescimento industrial, ter o mercado de crédito de carbono como forma de implementação de políticas públicas que favoreçam a governança ambiental é uma vantagem que o país tem e que pode lançá-lo como precursor na busca pelo desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: crédito de carbono; política pública; governança ambiental.

A VALIDADE TÉCNICO-JURÍDICA, NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, DE NORMAS PROCESSUAIS EDITADAS EM ÂMBITO ADMINISTRATIVO POR TRIBUNAIS DE VÉRTICE, A PARTIR DA VALIDADE SOCIAL OU DA EFICÁCIA

Ítalo e Silva – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
italo.s@sempreceub.com
José Levi Mello do Amaral Júnior – CEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

Esta dissertação aborda a validade técnico-jurídica, nos termos da Constituição Federal de 1988, de normas processuais editadas em âmbito administrativo por tribunais de cúpula. O órgão adotado como paradigma é o Supremo Tribunal Federal (STF), utilizando o conteúdo ou a parte processual de seu Regimento Interno como origem para a extensão simétrica da edição de normas processuais regimentais por outros tribunais. Essas normas processuais regimentais paradigmáticas do STF são analisadas a partir de sua validade formal (técnico-jurídica), que é examinada em conjunto com a validade social, permitindo, assim, verificar o cumprimento das normas constitucionais pelo STF e, consequentemente, pelos outros tribunais, ao editar administrativamente normas processuais em seus respectivos regimentos internos.

Palavras-Chave: validade constitucional; normas processuais administrativas; edição administrativa de normas por tribunais de vértice.

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO SANCIONADOR (ANPS) NO PROCESSO ADMINISTRATIVO: UMA PROPOSTA DE CONSENSUALIDADE À LUZ DO INTERESSE PÚBLICO

Eder Silva Bezerra – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
eder.bezerra@gmail.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A presente pesquisa aborda os métodos consensuais para a solução de litígios e controvérsias no âmbito do direito administrativo sancionador, buscando interrelacionar o interesse público em suas variadas vertentes, na conformação da teoria do direito público sancionador. Objetiva-se, portanto, abordar a consensualidade e o interesse público como pressupostos para o estabelecimento de acordos no âmbito da administração pública, na solução de litígios e controvérsias, no âmbito do direito administrativo sancionador, apontando nova categoria terminológica, o ANPS, para tratar do tema. Tais abordagens seguem o método dedutivo de pesquisa em base de dados existente, ao passo que se utiliza pesquisa das bibliografias de autores pátrios e estrangeiros e da jurisprudência nacional, comparando-os, apontando o enfoque dado pelos diversos estudiosos sobre o tema e, assim, extraindo conclusões sobre o tema proposto. O resultado da pesquisa aponta que é possível a adoção da terminologia ANPS como paradigma dos acordos substitutivos da sanção no âmbito da administração pública.

Palavras-Chave: direito administrativo sancionador; interesse público; consensualidade administrativa; acordo de não persecução.

APLICABILIDADE DO ACORDO SOBRE SERVIÇOS DA OMC À TECNOLOGIA *BLOCKCHAIN*

José Costa de Moraes Júnior – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
jose.costa@sempreceub.edu.br; jcmoraes12@yahoo.com.br
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

A presente dissertação analisa a aplicabilidade do acordo sobre serviços da OMC à tecnologia blockchain. A era digital alcançou amplo espaço nos mais variados segmentos da sociedade contemporânea, e a tecnologia blockchain surge como uma reação à sistemática do tradicional sistema monetário. Nesse contexto, a tecnologia blockchain foi criada para permitir que as relações comerciais ocorressem de forma independente, valendo-se de uma moeda desvinculada de entidades financeiras. Levando a questão do uso da tecnologia blockchain ao palco do comércio internacional, observa-se uma lacuna normativa no sistema jurídico da OMC. A partir daí, surge o interesse em buscar uma norma adequada à regulação da tecnologia blockchain, destacando-se dois diplomas específicos que despertam o interesse da doutrina especializada: o GATT, acordo sobre bens da OMC destinado à redução gradativa das barreiras tarifárias, e o GATS, acordo sobre serviços da OMC que incide sobre toda medida governamental que afete a área de serviços do comércio internacional. O problema a ser analisado consiste em verificar se o acordo sobre serviços da OMC é uma plataforma jurídica adequada à regulamentação da tecnologia blockchain. A problemática apresenta diferentes perspectivas: de um lado, Razon afirma que a natureza digital da plataforma blockchain permite sua categorização como serviço, possibilitando, assim, a aplicação do GATS às suas transações; de outro, Chandy argumenta que a engenharia das criptomoedas não propicia uma classificação fácil na órbita de serviços ou no campo de bens. A dificuldade de enquadramento repousa nas consequências da classificação, pois o acordo sobre serviços da OMC contém um regramento mais liberal e flexível, enquanto o acordo sobre bens parte de premissas mais rígidas. O objetivo da pesquisa é encontrar uma saída adequada para a análise da aplicabilidade do acordo sobre serviços da OMC à regulação da tecnologia blockchain, na órbita monetária. São analisados os argumentos da doutrina especializada e as possíveis consequências jurídicas a partir de uma exposição sobre a estrutura do GATS e seus objetivos. A metodologia científica é teórica, utilizando-se como fonte a análise de artigos científicos e diplomas legais integrantes do sistema jurídico da OMC, aliados a pesquisas relacionadas aos campos da filosofia e da economia. O resultado aponta para a possibilidade de aplicação do GATS à tecnologia blockchain, ainda que seja considerado um acordo flexível e liberal em comparação ao acordo sobre bens da OMC. Em conclusão, ressalta-se a necessidade de uma interpretação extensiva do anexo sobre serviços financeiros do GATS, para fins de aplicação à tecnologia blockchain e, a partir daí, de um sistema normativo adequado às transações ocorridas em ambiente virtual, voltadas à órbita monetária, reduzindo eventuais desgastes entre países participantes do comércio internacional.

Palavras-Chave: acordo sobre serviços da OMC; aplicabilidade; tecnologia blockchain.

AS DECISÕES CONSEQUENCIALISTAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIANTE DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB)

Ana Amélia Maestracci de Tolentino – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
anaameliamt@yahoo.com.br
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

O consequencialismo foi positivado no ordenamento jurídico, por meio da Lei nº 13.655/2018 (Lei de Segurança para a Inovação Pública), que incluiu novos artigos à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB (Decreto Lei nº 4.657/1942). O problema que se procura investigar é se a utilização do consequencialismo na esfera administrativa pode proporcionar segurança às decisões e fomentar a escolha da decisão ótima para a sociedade. O objetivo geral da pesquisa é analisar as inovações introduzidas pela Lei nº 13.655, de 25/4/2018, nas decisões da administração pública. Especificamente, busca-se identificar o alcance dessas inovações, examinar a liberdade proporcionada ao gestor público e verificar as considerações necessárias, ao tomar decisões baseadas em valores jurídicos abstratos. Além disso, a pesquisa visa entender o que os órgãos de controle devem considerar, ao analisar esses atos, explorando o espírito das inovações consequencialistas na gestão pública. Para tanto, é necessário examinar a correta interpretação dos novos artigos incluídos na LINDB, com ênfase na análise do artigo 20. Para chegar-se à conclusão, a metodologia utilizada foi a hipotético-dedutiva com referências, consultas e pesquisas na base bibliográfica de fontes primárias e secundárias. Assim, foi necessário adentrar nos termos do referido artigo, considerando o Decreto nº 9.830/2019, que regulamenta os artigos de 20 a 30 da LINDB, bem como na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e na doutrina relevante sobre o tema. Outros aspectos da decisão administrativa foram considerados, como a necessidade de motivar decisões discricionárias, a análise econômica do direito como norteadora das decisões e a importância de tentar salvaguardar os direitos fundamentais e o bem-estar social nas decisões administrativas. Com a confirmação da hipótese de que as inclusões na LINDB aumentaram a segurança para os gestores públicos, é essencial analisar como os órgãos de controle externo, especialmente o Tribunal de Contas da União, têm tratado dessas questões e se observam as inovações da LINDB, garantindo maior segurança nas decisões dos gestores. As resoluções do Estado têm consequências significativas na sociedade, por isso devem ser as mais técnicas possíveis, fundamentadas em evidências e nas particularidades do caso concreto, afastando a vontade e os impulsos pessoais com maior ônus argumentativo. Essa abordagem não apenas demonstra a legitimidade da atuação estatal, como também afasta o ativismo administrativo. Para garantir maior segurança ao gestor público, é fundamental que ele utilize o ordenamento jurídico para justificar as suas decisões de forma motivada e com a análise das alternativas existentes, levando em consideração o controle externo das decisões públicas. Nesse contexto, também se adentra no controle externo exercido pelos Tribunais de Contas, em especial o Tribunal de Contas da União - TCU, em relação às

diretrizes da LINDB e à análise consequencialista que lhes é imposta. O estudo revela que o TCU tem realizado análises com um enfoque nas consequências de suas decisões, demonstrando crescente alinhamento às disposições da LINDB. Assim, a pesquisa conclui que a incorporação do consequencialismo nas decisões administrativas pode contribuir significativamente para a segurança e a efetividade das políticas públicas.

Palavras-Chave: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; consequencialismo; administração pública; decisões administrativas; controle externo.

AS GERAÇÕES DO CONFISCO PENAL: UMA CRÍTICA DIRIGIDA AOS DÉFICITS NORMATIVOS E AS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA ORDEM INTERNACIONAL

Roberto Santos Costa – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
robertos.costa@yahoo.com.br
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

Trata-se de uma pesquisa direcionada a responder sobre o que falta ao atendimento dos mandados normativos internacionais pelo Brasil para cumprimento de todas as gerações de confisco já positivadas na ordem internacional. O estudo parte do pressuposto de que existam quatro gerações do confisco: criminal regular, alargado, sem condenação penal e mecanismos não explicados de riqueza. Para fazer frente à criminalidade que busca o lucro em grande escala e que depende disso para existir, os Estados e os organismos internacionais expandiram os instrumentos jurídicos, com o fim de privar os agentes de usufruir ou de reaplicar os valores obtidos ilicitamente, na engrenagem criminosa. A atualização legislativa tem como premissa que o enfrentamento a essa criminalidade deva alcançar as vantagens patrimoniais angariadas por meio do delito. Com isso, além de restaurar o status quo ante o que desestimula a sua prática, sob o viés de que o crime não deve compensar, também se evita a capitalização e a reaplicação dos recursos na cadeia criminosa. Em suma, o objeto deste estudo é avaliar se o Brasil se encontra com uma legislação moderna no que concerne ao confisco.

Palavras-Chave: confisco penal; gerações; déficit normativo.

AS LIMITAÇÕES IMPOSTAS À POLÍTICA DE COTA DE EMPREGO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Bráulio Henrique Lacerda da Natividade – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
bhlnat@gmail.com
Marcelo Dias Varella – CEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

Esta dissertação analisa a inserção dos trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho brasileiro, por meio da política de cotas de empregos e conclui que, apesar da sua importância, ela não vem atingindo toda sua eficácia em razão das limitações impostas pelos setores público e privado, as quais vêm impedindo sua concretização plena e o seu aperfeiçoamento. A política de reserva de empregos para trabalhadores com deficiência foi elaborada sob a influência do princípio da igualdade material, e faz-se necessária até o momento, tendo em vista a situação de vulnerabilidade social em que se encontra essa minoria populacional, apurada desde a pesquisa censitária de 1991. Por meio da Lei nº 8.112/90 e da Lei nº 8.213/91, a política de reserva de empregos foi inserida no ordenamento jurídico pátrio, prevendo a obrigatoriedade de contratação de candidatos com deficiência para vagas nos setores público e privado, respectivamente. Contudo, em que pesem os esforços da estrutura organizacional prevista para seu planejamento, fiscalização e defesa administrativa e judicial, à norma empregatícia são imputadas limitações e resistências que impedem sua concretização plena. Este trabalho tem por objetivo identificar essas resistências constatadas nos campos da atividade econômica privada, legislativa, executiva e judicial, com auxílio de pesquisa jurisprudencial e propor fundamentos que inspirem uma mudança de compreensão desses setores para maior eficácia da política.

Palavras-Chave: política pública; trabalhador; deficiência; integração; limites.

AS REDES SOCIAIS E A VIOLAÇÃO DO DIREITO DA PERSONALIDADE: O ALGORITMO E A RADICALIZAÇÃO POLÍTICA

Maurício Moreira Caetano – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
mauricio.moreira.caetano@gmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A dissertação parte do pressuposto de que o algoritmo de recomendação pode violar o direito ao livre desenvolvimento da personalidade do indivíduo. Diante disso, busca-se entender como tal violação ocorre. O estudo começa com a conceituação de personalidade e a definição dos aspectos que são desenvolvidos livremente. Em seguida, investiga-se a importância do livre desenvolvimento da personalidade para a sua tutela geral e os direitos da personalidade. A pesquisa revela que há uma lacuna na doutrina, sobre o livre desenvolvimento da personalidade na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a correlação com os algoritmos de recomendação. O trabalho demonstra como as recomendações fornecidas pelos algoritmos podem violar o "livre desenvolvimento da personalidade" do indivíduo. Para isso, realiza-se uma pesquisa bibliográfica de livros, artigos e dissertações de direito, visando à definição concreta do objeto em análise. Identificam-se duas formas principais pelas quais o algoritmo pode violar o livre desenvolvimento da personalidade: recomendações de teor de propaganda política; recomendações prejudiciais à saúde mental do indivíduo, mesmo que não apresentem relação com o conteúdo usualmente consumido pelo usuário. Por fim, busca-se determinar como a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) deve lidar com a violação do livre desenvolvimento da personalidade pelos algoritmos de recomendação, sendo o principal obstáculo identificado a proteção concedida aos algoritmos como segredos comerciais.

Palavras-Chave: livre desenvolvimento da personalidade; Lei Geral de Proteção de Dados; algoritmos.

ATIVISMO JUDICIAL NAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Eder José Godinho – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
edergodinho@gmail.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

O artigo trata do significado do ativismo judicial, conceito cunhado inicialmente fora do Brasil, e sua influência em algumas decisões do Supremo Tribunal Federal, com reflexos em temas relevantes para a sociedade brasileira. Utilizando algumas decisões, analisa-se se haveria indícios do fenômeno, e são apresentadas algumas recomendações, para evitar possível uso indiscriminado da atitude, no sentido de adotar uma contenção protetiva ao Direito. A conclusão que se chega é que a atitude, delimitado o significado, requer cuidados na sua aplicação, para assegurar a proteção dos princípios jurídicos fundamentais.

Palavras-Chave: STF; ativismo judicial; decisões.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: O ACESSO À JUSTIÇA MEDIANTE O USO DA TECNOLOGIA

Camila Strafacci Maia Tostes – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
cstrafacci@gmail.com
Jefferson Carús Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A presente dissertação analisa o papel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no sistema de justiça brasileiro, explorando sua criação, legitimidade e os desafios institucionais que enfrenta. Inicialmente, o estudo discute a evolução do CNJ desde sua criação, destacando as circunstâncias e as motivações que levaram à sua formação, bem como as fases de desenvolvimento que culminaram na sua estrutura atual. São abordadas as funções contemporâneas do CNJ, elucidando suas atribuições, operações internas e restrições institucionais que limitam sua atuação. Na sequência, a pesquisa concentra-se nas iniciativas do CNJ como formulador de políticas voltadas para a incorporação de tecnologia no Judiciário. A importância da inovação tecnológica é sublinhada como um meio de modernizar e tornar mais eficiente o sistema de justiça. A dissertação inclui um estudo de caso específico sobre a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, ilustrando a aplicação das políticas tecnológicas formuladas pelo CNJ. Além disso, aborda a transformação na percepção do acesso à justiça no contexto do sistema judiciário brasileiro. A análise concentra-se em como as tecnologias emergentes podem atuar como facilitadoras, para superar barreiras tradicionais ao acesso à justiça. Diferentes perspectivas sobre essa nova realidade são examinadas, avaliando o impacto concreto da tecnologia na facilitação do acesso à justiça, para a população em geral. A dissertação conclui que, embora o CNJ tenha desempenhado um papel crucial na modernização do sistema judiciário brasileiro, ainda enfrenta desafios significativos relacionados às restrições institucionais e à necessidade de contínua adaptação tecnológica. A pesquisa destaca a importância de políticas bem formuladas e da implementação eficaz da tecnologia, para assegurar o acesso à justiça amplo e inclusivo. Ademais, o trabalho ressalta que o sucesso das políticas tecnológicas do CNJ depende não apenas de iniciativas internas, mas também da colaboração entre diversas instituições e da aceitação por parte dos operadores do direito e do público em geral. Dessa forma, é essencial que o CNJ continue a promover e aprimorar suas estratégias tecnológicas, para garantir a efetividade e a acessibilidade do sistema judiciário brasileiro.

Palavras-Chave: Conselho Nacional de Justiça; tecnologia; acesso à justiça; processo eletrônico.

DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO PROCEDIMENTO ARBITRAL: DA NÃO RESPONSABILIZAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS NÃO SIGNATÁRIOS DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS DE CAPITAL ABERTO

Patrick Sathler Spinola – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
spinolla@sempreceub.com
Marlon Tomazette – CEUB, professor orientador
marlon.tomazette@ceub.edu.br

O tema sobre a personalidade jurídica e sua relação com a arbitragem é bastante polêmico e tem ganhado destaque nos estudos atinentes ao procedimento arbitral. Cada vez mais, relativiza-se a vinculação da cláusula compromissória somente àqueles que concordaram com seus termos expressamente, com base em estudos nacionais e internacionais. Este projeto visa analisar a extensão dos efeitos da cláusula arbitral, inserida nos estatutos sociais, em contraste com a cláusula compromissória e a responsabilidade dos acionistas minoritários não signatários em sociedades anônimas de capital aberto. A pesquisa aborda as construções jurisprudenciais históricas, a evolução das teorias da desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro e os meios de acesso ao procedimento arbitral com foco nos efeitos da cláusula compromissória e na responsabilidade nas sociedades anônimas de capital aberto. No âmbito do direito societário, é examinado o alcance da autonomia da vontade em relação à cláusula arbitral e suas características, além da regra de vinculação dos sujeitos ao seu teor, mediante manifestação expressa dos litigantes. É discutida a possibilidade de renúncia ao acesso à justiça constitucional, priorizando a solução de conflitos extrajudicial. Finalmente, são analisadas as circunstâncias que envolvem a extensão da cláusula compromissória aos acionistas minoritários não signatários, considerando as teorias do grupo de sociedades e o consentimento implícito como parâmetros, para aplicar a desconsideração e estender a responsabilidade pelo descumprimento patrimonial da sociedade.

Palavras-Chave: desconsideração; arbitral; sociedade anônima.

DEFENSORIA PÚBLICA E GÊNERO: DESAFIOS DE SUA ATUAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS NO DISTRITO FEDERAL

Camila Lucas Mendes – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
camila_lucasm@hotmail.com
Patrícia Perrone Campos Mello – CEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

A dissertação pretende tratar da atuação da Defensoria Pública Estadual, em especial, da Defensoria Pública do Distrito Federal, como instituição responsável pela orientação jurídica, pela promoção dos direitos humanos e pela defesa dos direitos dos necessitados e de grupos vulneráveis, principalmente levando em consideração questões relacionadas às mulheres e a todas as vulnerabilidades que permeiam as relações de gênero. Devem-se identificar os obstáculos que envolvem a temática de acesso à justiça na perspectiva de gênero, bem como analisar o papel da Defensoria Pública do Distrito Federal na efetivação de direitos das mulheres. Ressalte-se que o surgimento de Defensorias Públicas ao longo da história se deu em razão da evolução do conceito de acesso à justiça e dos movimentos da sociedade. O termo e as ações de assistência judiciária ofertadas pelo Estado aperfeiçoaram-se, de modo a culminar no conceito de assistência jurídica que hoje está intrinsecamente relacionado ao papel das Defensorias Públicas, notadamente a partir da Constituição Federal de 1988. Para além da orientação jurídica, judicial e extrajudicial, a Defensoria Pública tem, em razão da sua relação próxima e direta com a sociedade, a oportunidade de ampliar o seu eixo de desempenho em direção à participação social, na proposição e no aperfeiçoamento de políticas públicas, projetando-se como ator relevante para a definição do arranjo social. Assim, diante da necessidade de proteção de mulheres em situação de violência de gênero, a Defensoria Pública deve ser colocada como instrumento para combate a todo tipo de violência, bem como mecanismo de promoção de direitos e acesso à justiça. Este trabalho não é restritivo à prestação jurisdicional resultante das ações judiciais, mas deve significar a concretização dos seus direitos, proporcionando à mulher toda a orientação e o acompanhamento necessários ao seu exercício. Sob esse viés, a Defensoria Pública, por vezes, como último recurso, surge, para amparar essa realidade social que confirma a fragilidade e a dificuldade da mulher em ver seus direitos assegurados. Por fim, destaca-se que o método a ser utilizado é o indutivo, partindo de pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema escolhido.

Palavras-Chave: defensoria pública; acesso à justiça; assistência jurídica; violência de gênero; políticas públicas.

DESAFIOS NO CUMPRIMENTO DA CADEIA DE CUSTÓDIA DAS PROVAS: POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CADEIA DE CUSTÓDIA NO BRASIL

Andréia Susi Leardini – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
andreia.leardini@sempreceub.com; andreialear@gmail.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A dissertação examina a cadeia de custódia das provas na legislação processual penal brasileira, apontando as repercussões da Lei n. 13.964/2019, denominada de pacote anticrime, no tratamento da matéria. Para isso, emprega o método dedutivo e promove a revisão bibliográfica e a análise do posicionamento jurisprudencial. O trabalho apresenta o desenvolvimento da cadeia de custódia no ordenamento jurídico brasileiro como regramento fundamental para a confiabilidade dos vestígios, garantindo a idoneidade do processo de produção probatória a partir de sua conceituação, finalidade e abrangência. Na sequência, promove crítica quanto à inserção detalhada no Código de Processo Penal, de modo a questionar se a normatização do tema deveria observar previsão em Código ou se a questão é própria de protocolos e atos infralegais. Parte-se, em seguida, para a análise da técnica legislativa, dissociada dos parâmetros de legística. Na sequência, a dissertação aprofunda-se nos desdobramentos jurídicos processuais em caso de não observância à cadeia de custódia, ante o silêncio do legislador, no que tange aos efeitos do que se denomina quebra da cadeia de custódia. Apresentam-se as posições na literatura e na jurisprudência dos tribunais, em que se vislumbram duas correntes preponderantes com efeitos distintos para o processo. São abordados os desafios enfrentados pelas instituições para conformidade com a legislação. Para tanto, promove-se uma análise documental do relatório das Câmaras de Cadeia de Custódia, ligadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, após a formalização da temática no Código de Processo Penal. Em conclusão, são considerados os arranjos institucionais de implementação da cadeia de custódia das provas, para assegurar seu cumprimento e, enfim, garantir integridade e confiabilidade das provas.

Palavras-Chave: pacote anticrime; cadeia de custódia; dificuldades no cumprimento; fragilidades estruturais; planejamento institucional.

DIREITO À MORADIA E COVID-19: APLICAÇÃO DAS MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS NO ÂMBITO DO TJDFT SOBRE PROTEÇÃO À MORADIA

Gabriel Espíndola Chiavegatti – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
gabriel.chiavegatti@sempreceub.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

A presente dissertação propõe-se a desenvolver o conteúdo do direito à moradia no contexto extraordinário do combate à pandemia da covid-19. Além disso, busca esclarecer a formação e a escolha dos instrumentos adequados à proteção deste direito fundamental e a composição de uma agenda para política pública. Para tanto, salientam-se os embates ocorridos entre os três poderes, para a apresentação de uma definição e dos avanços comuns, na busca por essa proteção. Analisam-se os discursos e as duas principais leis promulgadas no período, a Lei n. 14.010, de 10 de junho de 2020, e a Lei n. 14.216, de 7 de outubro de 2021, bem como o impacto das Ações de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 828/2020, de relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, e da ADPF n. 976, de relatoria do ministro Alexandre de Moraes. Por fim, apresenta-se pesquisa no âmbito da 1ª instância do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para verificar a aplicação e a efetividade destes instrumentos de proteção do direito à moradia nas ações envolvendo posse e despejo, distribuídas nos anos de 2019 a 2023.

Palavras-Chave: direito à moradia; covid-19; direito fundamental; proteção; efetividade.

DIREITO, EQUIDADE E UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Igor de Sá Quaresma de Andrade – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
igorsa1997@hotmail.com
Marlon Tomazette – CEUB, professor orientador
marlon.tomazette@ceub.edu.br

Esta dissertação investiga a utilidade do duplo grau de jurisdição no Juizado Especial Cível, conforme o artigo 41 da Lei 9.099/1995 e analisa a dificuldade de uniformização jurisprudencial nas decisões proferidas por esses tribunais. O estudo aborda como a aplicação da equidade nas decisões pode comprometer a segurança jurídica e a uniformização dos julgados. Criado pela Lei 9.099/1995, o Juizado Especial Cível foi desenvolvido, para reduzir a sobrecarga do Judiciário e facilitar o acesso à justiça para aqueles com menos recursos. No entanto, a eficácia do recurso inominado e sua natureza jurídica têm sido questionadas. Este trabalho pretende demonstrar que, apesar do objetivo de fornecer justiça célere, a falta de uniformização nas decisões e a aplicação da equidade resultam em jurisprudência inconsistentes. O estudo utiliza uma metodologia dogmático-instrumental e analisa a legislação relevante, a doutrina e os precedentes. A pesquisa destaca que, apesar de a legislação prever mecanismos, para garantir um processo rápido e acessível, a prática revela uma dificuldade em assegurar decisões uniformes e seguras. A equidade, embora visada como uma ferramenta de justiça, pode levar a interpretações divergentes e aumentar a insegurança jurídica. O trabalho está dividido em partes que abordam: a utilidade do duplo grau de jurisdição nos Juizados Especiais Cíveis e a eficácia do recurso inominado; o impacto da aplicação da equidade na uniformização jurisprudencial; a análise das consequências e dos efeitos dessa falta de uniformização sobre a jurisprudência e a segurança jurídica. O estudo conclui que, embora os Juizados Especiais Cíveis busquem proporcionar a justiça rápida e acessível, a dificuldade em manter a uniformidade das decisões e a segurança jurídica evidencia a necessidade de aprimoramento na prática judicial e na legislação. A pesquisa sugere que o sistema de uniformização necessite de melhorias significativas, para alcançar maior coesão e previsibilidade nas decisões.

Palavras-Chave: equidade; justiça; jurisprudência; tribunal; legislação.

EM DEFINIÇÃO: FUNDOS PÚBLICOS (REPASSE PÚBLICO) OU INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NAS EMPRESAS (DIREITO TRABALHISTA)

Karina Inez dos Santos – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
karinasantos.adv@gmail.com
Marcelo Dias Varella – CEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

Neste momento, o tema da pesquisa está em definição, com duas opções em consideração: a primeira é relacionada aos fundos públicos e ao repasse público, e a segunda é voltada para a inteligência emocional nas empresas, no contexto do direito trabalhista. A escolha do tema determina a abordagem e a direção do estudo no âmbito da administração de recursos públicos ou na gestão emocional, no ambiente corporativo, com ênfase nas implicações jurídicas, em cada contexto.

Palavras-Chave: fundos públicos; repasse público; inteligência emocional; empresas; direito do trabalho.

ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA E ENRIQUECIMENTO ILÍCITO: UM ESTUDO ANALÍTICO SOBRE SUAS DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS E APLICAÇÃO JURISPRUDENCIAL PÁTRIAS

Clarissa Marques Brandão – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
clarissahappy75@gmail.com
Ivo Teixeira Gico Júnior – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

O trabalho em questão reside em concluir pesquisa, para estabelecer a distinção entre enriquecimento sem causa e enriquecimento ilícito. A pesquisa, assim, levanta dados que demonstram a diferença terminológica entre ambos os institutos, bem como a impropriedade com que são usados no cenário jurídico pátrio, tomando-se um pelo outro, não raras vezes.

Palavras-Chave: enriquecimento; causa; ilícito.

ESTUDO DE CASO REFERENTE AOS EFEITOS JURÍDICOS DA APLICAÇÃO EXPANSIVA DO ARTIGO 43 DO REGIMENTO INTERNO DO STF

Nathan Vinagre Augusto dos Santos – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
nathan.vinagre@sempreceub.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A dissertação explora os efeitos jurídicos da expansão interpretativa do artigo 43 do Regimento Interno do STF (RISTF) na competência jurisdicional da Suprema Corte e no sistema processual acusatório. A metodologia utilizada é qualitativa com foco no estudo de casos, para examinar o discurso presente nos inquéritos instaurados no STF, especialmente aqueles sem foro por prerrogativa de função do investigado. A dissertação realiza uma delimitação teórica, para apresentar parâmetros avaliativos dos casos estudados, identificando três critérios: o critério tradicional relaciona-se à separação das atribuições acusatórias e de julgamento; o critério subjetivo aborda impedimentos e suspeições referentes à confusão do julgador com a vítima; o critério da equidade prevê atos processuais defensivos, para equilibrar a relação processual entre acusado e acusador. O estudo analisa a competência jurisdicional do STF e constata que apenas a Constituição Federal pode alterar o rol de competências da Suprema Corte. Contudo, o artigo 43 do RISTF introduziu nova competência para a abertura de inquérito policial, originalmente criada para proteger as atribuições do STF contra interferências dos demais poderes. A norma deve ser interpretada restritivamente, exigindo que o crime ocorra nas dependências do tribunal e envolva pessoas sujeitas à sua jurisdição. No entanto, a prática demonstrou uma ampliação do escopo do artigo 43. Por exemplo, no inquérito 4696/DF, o STF estendeu a aplicação da norma a crimes ocorridos fora das dependências do tribunal, com base na relevância jurídica. No inquérito 4781/DF, ratificado pela ADPF 572/DF, foi institucionalizada a possibilidade de instauração de inquérito para crimes cometidos na internet, contra autoridades com foro. Dois efeitos jurídicos foram analisados: a institucionalização da conexão para investigação e julgamento de pessoas sem foro; a criação de um foro por prerrogativa da vítima, observado em inquéritos, como o 4.933, o 4.940 e o 4.957. A conclusão aponta que houve uma expansão indevida da competência jurisdicional da Suprema Corte, evidenciando uma política pública criminal baseada no interesse de seus membros e violando o preceito acusatório.

Palavras-Chave: estudo de caso; artigo 43 do RISTF; sistema processual acusatório; competência jurisdicional; Supremo Tribunal Federal.

EXTENSÃO DA RESPONSABILIDADE AO FRANQUEADOR EM CONTRATOS DE FRANQUIA

Marco Antonio Resende Sampaio Filho – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
marcoantoniorsampaio@gmail.com
Daniel Amin Ferraz – CEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

O trabalho envolve o estudo sobre a possibilidade, ou não, de extensão da responsabilidade ao franqueador, em contratos de franquia, em casos de inadimplência e responsabilidade civil. Geralmente, entende-se que o franqueador atualmente só responde nas hipóteses que permitem a desconsideração da personalidade jurídica previstas no Código Civil ou em situações especiais, como responsabilidade decorrente de relação trabalhista ou de relação consumerista. Todavia, pretende-se demonstrar que o franqueador deve responder, de forma subsidiária e solidária, em casos de responsabilidade civil, independentemente da existência de desvio de finalidade da pessoa jurídica.

Palavras-Chave: contrato; franquia; responsabilidade.

FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO: UMA PESQUISA EMPÍRICA DO CONCEITO E DOS PARÂMETROS NOS ACÓRDÃOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Antonio Augusto Sousa Fernandes – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
agutof@hotmail.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

Objetiva-se analisar se o Superior Tribunal de Justiça adota conceito e parâmetros para a função social do contrato, por meio de pesquisa empírica quantitativa e qualitativa, nos acórdãos que a usam como fundamento. Para tanto, questiona-se se o Superior Tribunal de Justiça adota conceito e parâmetros para a função social do contrato, nos acórdãos que a usam como fundamento. A hipótese da pesquisa é que o Superior Tribunal de Justiça não adota conceito e parâmetros para a função social do contrato, nos acórdãos que a usam como fundamento. No direito brasileiro, atualmente, os princípios contratuais básicos liberais (autonomia da vontade, obrigatoriedade e relatividade) coexistem com os princípios contratuais básicos sociais (equilíbrio, boa-fé e função social). A função social do contrato, portanto, consiste em um dos seis princípios contratuais basilares do ordenamento jurídico pátrio. Isso posto, acaso provada a hipótese do problema de pesquisa, duas conclusões de elevada importância podem emergir. Em um extremo, não havendo outro instituto usado como fundamento, a primeira conclusão é que a aplicação da função social do contrato pelo Superior Tribunal de Justiça provoca insegurança jurídica, por constituir fundamento exclusivo do acórdão. Em outro extremo, havendo outro instituto usado como fundamento, a segunda conclusão é que a aplicação da função social do contrato pelo Superior Tribunal de Justiça é inefetiva, por não constituir fundamento exclusivo do acórdão. Independentemente da conclusão, o resultado da pesquisa pode ser utilizado para embasar iniciativas do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, para dar concretude ao princípio contratual basilar da função social do contrato, munindo-o de critérios objetivos de aplicação. A pesquisa envolve uma parte periférica dogmática e outra parte nuclear empírica.

Palavras-Chave: função; social; contrato; função social do contrato; pesquisa empírica.

GOVERNANÇA CORPORATIVA: OS INDICADORES ESG NO COMITÊ GESTOR DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA

Francylange Lima Melo – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
francylangemelo@gmail.com
Márcia Dieguez Leuzinger – CEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A evidenciação da sustentabilidade tornou-se uma prática das entidades públicas, privadas e do terceiro setor. Gerir uma empresa fundamentada no princípio ambientalmente correto é uma prática imprescindível na conjuntura econômica, social e jurídica atual. A sociedade esboça um comportamento de interesse na preservação do planeta, traduzindo-se em hábitos mais saudáveis de consumo, considerando o meio ambiente e a sustentabilidade. Isso demanda às organizações um alinhamento com esse novo contexto. Diante disso, emergem com intensidade mecanismos de gestão pautados nessas perspectivas, como a governança corporativa que imprime os indicativos de Environmental, Social, and Governance – ESG, direcionados para a adoção de ações ambientalmente mais sustentáveis, socialmente responsáveis e de governança eficiente. O objetivo desta pesquisa é investigar as práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) no processo de implementação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba). Para o desenvolvimento deste estudo, são utilizadas pesquisas bibliográficas, documentais, de campo e observação participativa. Os resultados iniciais mostram que a legislação brasileira que trata da gestão dos recursos hídricos já apresenta indicativos importantes de ESG e que os comitês de bacias já implementados constituem ações orientadas para a sustentabilidade. O CBH Parnaíba, em processo de efetivação, ainda não tem diretrizes de cobrança pelo uso da água bruta, pelas atividades econômicas que se beneficiam da bacia do Parnaíba e não apresenta os vetores de planejamento e gestão dos futuros recursos oriundos dessa cobrança.

Palavras-Chave: sustentabilidade; governança corporativa; ESG; Comitê de Bacia do Rio Parnaíba; recursos hídricos.

HABEAS CORPUS COMO GARANTIA DA LEGALIDADENA VALORAÇÃO DA PROVA ILÍCITA PERANTE O STF

Rayssa Martins Escosteguy – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
rayssamartins@armadvocacia.adv.br
Marcelo Dias Varella – CEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

O Supremo Tribunal Federal tem confundido a dilação probatória com a análise da prova pré-constituída, por isso o presente trabalho aborda a discussão acerca do direito fundamental do habeas corpus, cuja aplicação está restrita a partir da jurisprudência defensiva da Suprema Corte. Por esse motivo, é necessário verificar se, no julgamento do remédio constitucional que alegue a existência de prova ilícita, há a aplicação da jurisprudência defensiva de impossibilidade de dilação probatória nos casos em que há prova pré-constituída. Para realizar esse exame, foram coletados acórdãos e decisões monocráticas no período de janeiro de 2024 a junho de 2024, a fim de verificar se a hermenêutica realizada pelos ministros tem violado a garantia individual do habeas corpus quando deixa de conhecer o writ sob o fundamento de impossibilidade de dilação probatória, ao verificar a tese defensiva de existência de prova ilícita. O problema é abordado mediante revisão bibliográfica, e, na sequência, é realizada a análise crítica de decisões judiciais proferidas em sede de julgamentos que envolvam a tese de ilicitude probatória no julgamento do habeas corpus, perante o Supremo Tribunal Federal, sendo possível constatar que a Corte Suprema tem deixado de analisar as teses defensivas de ilicitude probatória a partir de restrições formais (jurisprudência defensiva), ainda que o caso demande apenas a análise da prova pré-constituída e não se confunda com o mérito da ação penal.

Palavras-Chave: prova ilícita; STF; valoração; habeas corpus.

INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DEFESA E SEGURANÇA PÚBLICA NA FAIXA DE FRONTEIRA: AS FORÇAS ARMADAS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍCIA NACIONAL DE FRONTEIRA

Eliabe Gonçalves dos Santos – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
pqdeliabe@hotmail.com
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

A pesquisa visa examinar a viabilidade legal e fática da implementação de um regime de securitização da faixa de fronteira brasileira com fundamento na integração de políticas de defesa nacional e segurança pública, que consiste em atribuir às Forças Armadas as funções de uma Polícia Nacional de Fronteira. Exposto o tema de outra forma, significa sustentar que o princípio da soberania nacional e a previsão do § 2º, artigo 20 da Constituição Federal de 1988 justificam um regime especial de governança pública da segurança territorial das fronteiras, o qual compreende, no entendimento deste pesquisador, a criação de normas que integrem segurança pública e defesa nacional na faixa de fronteira. O recrudescimento do crime organizado transnacional, nos últimos anos, vem sendo responsável pela perda do controle dos Estados sobre determinadas áreas fronteiriças de países sul-americanos. Essa realidade ameaça chegar ao Brasil, o que mitigaria o poder do país de impor sua ordem interna em determinados espaços da fronteira e resultaria na perda parcial de sua soberania. Ao lado dessas constatações, as mudanças na geopolítica mundial, ocorridas nos últimos 40 anos, fizeram surgir questionamentos quanto à racionalidade de manter estruturas militares voltadas unicamente para ameaças externas, principalmente quando ameaças internas, notadamente o crime organizado e o terrorismo, são riscos mais representativos à soberania dos países. No Brasil, há algum tempo, a sociedade já debate o papel institucional das Forças Armadas na defesa da soberania e a melhor forma de otimizar sua presença orgânica na fronteira, mais expressiva do que a de qualquer outra instituição pública, no enfrentamento ao tráfico de drogas, armas e pessoas. As discussões acerca das missões constitucionais das Forças Armadas geraram efeitos concretos a partir de 2010, quando a Lei Complementar nº 136, que modificou a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuiu àquelas as competências exclusivas de polícia de segurança, para atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo. Entretanto, tal medida, aparentemente, mostrou-se insuficiente diante das limitações dos poderes de polícia conferidos, da complexidade do tema e do equívoco de pensar políticas de defesa nacional e segurança pública de forma isolada. Assim, o problema consiste na verificação de que as Forças Armadas desempenham, desde 2010, funções de polícia de fronteira por intermédio da execução de sucessivas operações militares, na faixa de fronteira, sem o devido arcabouço normativo para tal fim. A opção metodológica concentra-se na técnica de pesquisa exploratória por intermédio de revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa e do delineamento do tema, a partir da verificação documental

e no raciocínio por indução, no qual são apresentados argumentos a fim de que se possa verificar a viabilidade do problema e atestar a justificativa para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa.

Palavras-Chave: securitização da faixa de fronteira; Forças Armadas; Polícia Nacional de Fronteiras; segurança pública; defesa nacional.

JUSTIÇA RESTAURATIVA: CONTRIBUIÇÕES PARA A POLÍTICA CRIMINAL DE CONTROLE DA GUERRA DE GANGUES EM PLANALTINA-DF

Izabel Messias Vasconcelos – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
adv.izabel@gmail.com
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

A violência é uma realidade que sempre acompanhou a humanidade ainda que em diferentes escalas. A hipótese levantada é que existem meios capazes de reduzi-la a níveis suportáveis. O objetivo geral é a construção do conhecimento acerca do fenômeno, com o propósito de compreender a condição atual para o desenvolvimento de mecanismos eficazes no trato da violência. Entre os objetivos específicos, destaca-se a compreensão da violência sob perspectiva histórica, capaz de auxiliar o enfrentamento das questões presentes. O acesso a armas de fogo, o comércio e o consumo de drogas têm estreita relação com a violência e estão intrinsecamente ligados à quantidade de crimes de homicídio ocorridos no contexto de guerra de gangues. A violência também interfere diretamente em atividades de setores da sociedade, prejudicando-as. Por outro lado, a escola, por exemplo, pode mostrar-se habilidosa no trato da violência. Por último, importa reconhecer que existe um modelo de polícia eficaz no controle da violência. A investigação vale-se do método dedutivo e promove uma abordagem do tipo jurídico-compreensiva, na qual se realiza um procedimento analítico de decomposição de um problema jurídico em seus diversos aspectos, relações e níveis. A compreensão do fenômeno da violência é requisito básico para o desenvolvimento de ações eficazes, por meio de políticas públicas de prevenção e controle de sua escalada, objetivando uma sociedade mais civilizada e republicana.

Palavras-Chave: Justiça Restaurativa; guerra de gangues; política criminal; violência.

NOVO RECURSO ESPECIAL

Lukas de Oliveira Marinho – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
lukas.oliveira.marinho@gmail.com
Luiz Edson Fachin Barroso – CEUB, professor orientador
luiz.fachin@uniceub.br

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) passou por uma transformação significativa com a edição da Emenda Constitucional n. 125/22, que impactou profundamente o recurso especial. Este momento histórico redefinirá os rumos da atuação judicante recursal do STJ, especialmente com a introdução do filtro de relevância. A relevância da questão federal no recurso especial é dividida entre a hipótese aberta ou subjetiva do novo parágrafo 2º e as hipóteses "presumidas", nos incisos do novo parágrafo 3º, ambos do artigo 105 da Constituição Federal. Apesar de as mudanças textuais serem pequenas em termos quantitativos, com dois novos parágrafos e alguns incisos no artigo 105 da Constituição Federal, o impacto para o recurso especial e para o STJ é imenso. Muitas dúvidas surgiram sobre o instituto, como a necessidade de nova lei e a construção do que realmente será a relevância da questão federal. Diante desse contexto, o estudo sobre a relevância da questão federal no recurso especial é primordial para o entendimento do que já está positivado, para explorar os possíveis caminhos do novo instituto e buscar melhor construção de qualquer alteração futura – legislativa ou regimental. Este projeto busca contribuir com a pesquisa sobre a relevância da questão federal no recurso especial, apresentando detalhes, detectando problemas e apontando caminhos e soluções para o futuro.

Palavras-Chave: recurso especial; filtro da relevância; mudança do STJ.

O CONTEÚDO JURÍDICO DO PRINCÍPIO DA JURIDICIDADE ADMINISTRATIVA PARA A CONCRETIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ivon Jorge da Silva – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
adonias1003@gmail.com | ivon.jorge@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

As mudanças pelas quais passou a administração pública brasileira, orientadas pelas alterações no Estado, levaram ao questionamento do princípio da legalidade como norma legitimadora absoluta do seu agir, cedendo espaço ao princípio da juridicidade administrativa. A identificação do conteúdo jurídico desse princípio constitui o problema desta pesquisa e tem como fim prático permitir à administração pública atuar conforme a lei e o direito, como modo de assegurar direitos fundamentais em linha com a Constituição.

Palavras-Chave: princípio da legalidade; administração pública; constitucionalização do direito administrativo; direitos fundamentais; princípio da juridicidade.

O DIREITO AO ESQUECIMENTO NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ACERCA DE SEU ÂMBITO DE APLICAÇÃO NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO NORTE E DO CENTRO-OESTE

Isadora Silvestre Coimbra – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
isadora.silvestre@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

Esta dissertação aborda o direito ao esquecimento no Brasil, mais especificamente, nos casos dos Tribunais de Justiça do Norte e do Centro-Oeste. O tema surgiu como uma extensão da monografia anterior, uma vez que existe uma ausência legislativa acerca do direito ao esquecimento no Brasil, o que faz as jurisprudências, não só do STJ e do STF, mas também dos tribunais de justiça, serem fundamentais para definir as limitações desse direito. Embora não haja legislação específica, a temática é recorrente em jurisprudências, bem como em doutrinas nacionais e internacionais. O objetivo geral deste estudo é analisar como o direito ao esquecimento está sendo aplicado nos Tribunais de Justiça dessas regiões. Os objetivos específicos são divididos em duas partes: a primeira examina a evolução histórica do direito ao esquecimento, suas principais características, os princípios e os direitos a ele atrelados; a segunda investiga a aplicabilidade desse direito na área cível, nos tribunais escolhidos, por meio do estudo das decisões. No que se refere aos procedimentos metodológicos, são utilizados dois métodos principais. O primeiro é a análise de pesquisas bibliográficas como ponto de partida, para examinar o material teórico e identificar lacunas. O segundo é a metodologia de análise de decisões (MAD), que busca coletar e examinar decisões com parâmetros pré-estabelecidos, como lapso temporal, área cível e aplicação do direito ao esquecimento em casos concretos. Em síntese, a pesquisa busca comprovar que, mesmo na ausência de previsão legislativa do direito ao esquecimento no Brasil e com o STF considerando-o incompatível com a Constituição Federal, ele continua sendo aplicado, especialmente pelos Tribunais de Justiça do Norte e Centro-Oeste, que têm entendimento semelhante sobre as limitações de aplicação entre esse direito e os direitos à liberdade de informação, de imprensa e de expressão.

Palavras-Chave: direito ao esquecimento; liberdade de expressão; ponderação; Tribunais de Justiça.

O DIREITO SANCIONADOR À LUZ DO PRINCÍPIO DO NE BIS IN IDEM: PELA DEFESA DE UM SISTEMA PUNITIVO ÚNICO

Juliana Ferreira de Freitas – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
julianaferreirafreitas.juliana@gmail.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

Nesta pesquisa, de início, aborda-se o nascimento do direito sancionador, seus fundamentos teóricos e jurisprudenciais, delimitando-se em qual medida os princípios e as regras do direito penal podem servir-lhe de fundamentação ou base teórica. A partir daí, questiona-se se seria possível defender, mediante a sistemática do Direito, se o Estado poderia, de fato, utilizar-se das várias espécies de reprimendas para o mesmo fato ilícito, ou se, ao contrário, seria possível levantar a bandeira de uma espécie de resposta única sem hierarquização entre as instâncias cível, administrativa e penal. Assim, indaga-se se haveria, de fato, distinção ontológica entre os ilícitos civis, penais e administrativos ou seria isso mero capricho legislativo. Além disso, questiona-se se seria justificada a dupla ou a tripla penalização por mesmo fato na linha administrativa, civil e criminal; se seriam tais reprimendas necessárias ou suficientes para coibir o infrator. O método utilizado é a análise documental, bibliográfica e jurisprudencial. Objetiva-se demonstrar a possibilidade e a vantagem de utilização de um sistema punitivo único.

Palavras-Chave: direito; administrativo; sancionador.

O FAIR PLAY FINANCEIRO (FPF) COMO MECANISMO EXTERNO DE PROTEÇÃO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS NOS CLUBES DE FUTEBOL INSERIDOS EM GRUPOS DE SOCIEDADE (MULTI-CLUB OWNERSHIP - MCO)

Rafael Caputo Bastos Serra – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
rafaelcbs@sempreceub.com
Daniel Amin Ferraz – CEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

A dissertação tem como objetivo avaliar a possibilidade e a efetividade da instituição de um mecanismo de fair play financeiro (FPF) no futebol brasileiro como um mecanismo externo de proteção do acionista minoritário dos clubes de futebol inseridos em grupos de sociedade, no contexto do Multi- Club Ownership ou de redes de clubes de futebol. A importância do trabalho é evidenciada pelo cenário atual do futebol brasileiro e dos clubes de futebol enquanto negócios explorados por sociedades empresárias. Em resumo, os clubes de futebol estão passando por uma mudança de paradigma desde a aprovação da Lei n. 14.193/2021, que instituiu a Sociedade Anônima do Futebol (SAF) no Brasil, com a intenção de que os clubes abandonassem a forma histórica de associação civil sem fins lucrativos, para tornarem-se sociedades empresárias. Na realidade brasileira, o que se tem visto são as associações civis originárias criando suas SAF e vendendo a participação majoritária para investidores externos que, na grande maioria, estão inseridos em redes de clubes pelo mundo. É o que se conhece como Multi- Club Ownership, quando uma sociedade ou um fundo de investimento passa a ser o acionista majoritário de vários clubes pelo mundo e utiliza-os como verdadeira rede de empresas. O problema é que as associações civis originárias, na condição de acionistas minoritários, estão sujeitas às vontades do majoritário, que pode tomar decisões com evidente conflito de interesses, por envolver partes relacionadas, como, por exemplo, a negociação de um jogador entre clubes da mesma rede, por valores que não refletem as condições de mercado. Isso ocorre, porque o Brasil e a liga brasileira de futebol não têm um sistema de fair play financeiro, que focaliza transparência, sustentabilidade, saúde financeira e equidade competitiva, enquanto as principais ligas do mundo já têm sistemas consolidados. O resultado é que os clubes integrantes dessas redes no Brasil têm sido utilizados como mecanismos, para burlar as regras de fair play financeiro da Europa. Assim, o fair play financeiro poderia garantir ao acionista minoritário dos clubes no Brasil — quase sempre as associações civis originárias — que as operações realizadas pelo majoritário (entre partes relacionadas) estejam respeitando as condições de mercado, salvaguardando os interesses do clube e de seus torcedores. O método de pesquisa é a revisão bibliográfica com estudo descritivo a respeito dos sistemas de fair play financeiro nas principais ligas de futebol do mundo — todas na Europa — e dos mecanismos externos de proteção do acionista minoritário.

Palavras-Chave: fair play financeiro; proteção do acionista minoritário; grupo de sociedades; multi-club ownership.

O PRAZO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONSTRUTOR POR FALHAS CONSTRUTIVAS OCULTAS

Erika Regina Araujo Albuquerque Calheiros – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
acalheiros.erika@gmail.com
Ivo Teixeira Gico Júnior – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

A responsabilidade dos construtores em relação a vícios e defeitos na construção é uma questão complexa no Brasil. Isso se deve à falta de aperfeiçoamento na aplicação dos conceitos e à sobreposição de diversas normas. Essa situação tem resultado em um cenário de insegurança jurídica crítica, especialmente na aplicação dos prazos prescricionais e decadenciais cabíveis. O objetivo deste trabalho é apresentar os principais conceitos definidos tanto pelas normas quanto pela jurisprudência e pela doutrina autorizada, sobre as falhas construtivas, bem como definir as regras sobre os prazos aplicáveis para cada caso. O propósito é inserir clareza aos conceitos de vícios e defeitos construtivos alcançados pelas normas, a fim de permitir a aplicação correta das regras jurídicas específicas para cada tipo de falha e os prazos prescricionais e decadenciais aplicáveis quando se tratar de responsabilidade civil, demonstrando, sobretudo, a impossibilidade de responsabilidade civil eterna do construtor em relação à obra.

Palavras-Chave: falhas construtivas; vícios; defeitos; construção civil; responsabilidade.

O PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE E A NECESSIDADE DA CONSTRUÇÃO DE CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA A FASE DE JULGAMENTO NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS

Jefferson Rodrigues Bellomo – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
jefferson.bellomo@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

O tema principal da pesquisa é a incorporação da sustentabilidade nas licitações públicas federais brasileiras. O objetivo é investigar a aplicação do princípio da sustentabilidade nas contratações públicas, estabelecendo critérios objetivos para sua implementação. Para isso, é utilizada a metodologia que inclui pesquisa documental, mapeamento jurisprudencial, entrevistas com atores-chave do processo licitatório e pesquisa bibliográfica. Os resultados pretendidos abrangem a identificação de lacunas normativas e a proposição de critérios claros e objetivos, para garantir práticas sustentáveis nas licitações. A conclusão esperada é que a definição desses critérios contribua para a eficácia das políticas públicas de sustentabilidade, promovendo o desenvolvimento econômico equilibrado e sustentável.

Palavras-Chave: licitações; sustentabilidade; critérios; julgamento.

O PRINCÍPIO PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF E O MODELO HERMENÊUTICO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA OS CRIMES DOS PODEROSOS

Graziela Machado da Costa e Silva – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
graziela.gmcs@gmail.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A concepção contemporânea do processo como instrumento de garantias, dotado de caráter substancial e formal, tem demandado maior reflexão sobre o próprio sentido teleológico da atividade persecutória e discussão sobre a sua subordinação aos fins do direito material e em prejuízo para as partes (acusação ou defesa), a decisão de mérito e a verdade substancial. Partindo de concepções já consolidadas no aspecto da dogmática penal e da instrumentalidade do processo penal, busca-se demonstrar o caminho trilhado pela doutrina e pela jurisprudência no desenvolvimento do conteúdo jurídico do princípio do prejuízo, com especial destaque para aqueles casos que se denominam "crimes dos poderosos", relacionados a determinadas categorias de crimes ou de autores. O problema de pesquisa consiste em identificar quais são os contornos jurídicos de um método unitário equalizador das atipicidades constitucionais que mereçam o reconhecimento do adágio pas de nullité sans grief. Para tanto, são selecionados julgados por amostragem, a fim de identificar o modelo hermenêutico adotado pela Corte Constitucional, concebida como última instância recursal e com papel de traçar a palavra final no panorama jurisprudencial. A singela pretensão deste trabalho é revelar a inconsistência e o reducionismo da temática, descortinando a necessária revisitação do princípio do prejuízo como verdadeiro dogma para fins de reconhecimento das nulidades.

Palavras-Chave: adágio pas de nullité sans grief; princípio do prejuízo; crime dos poderosos; organizações criminosas; STF.

O USO E O ABUSO DA TEORIA DA APARÊNCIA NOS ACÓRDÃOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ana Cristina Figueiredo de Araujo – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
ana.cris.fa@gmail.com
Ivo Teixeira Gico Júnior – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

O trabalho busca explicar a teoria da aparência e a sua aplicabilidade mediante um estudo detalhado dos acórdãos proferidos pelo STJ, desde a sua primeira aparição, no referido tribunal, no ano de 1990, até o último dia de 2023. Para tanto, foram analisados todos os acórdãos que, utilizando-se o sistema de busca jurisprudencial do próprio STJ, atenderam ao critério de busca "teoria da aparência". Trata-se de uma pesquisa essencialmente empírica, cujo auxílio da doutrina é feito apenas para a apresentação de algum conceito basilar e a complementação de algum esclarecimento que, porventura, seja necessário.

Palavras-Chave: teoria da aparência; confiança; lei; boa-fé; erro.

OPEN FINANCE COMO INICIATIVA SETORIAL QUE ESTIMULA A AUTONOMIA DE DADOS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Diana Loureiro Maciel de Moura – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
dianalmm@hotmail.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

A pesquisa proposta visa a analisar de que forma o Open Finance se presta a estimular a autonomia de dados. O Open Finance, iniciativa setorial regulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BCB) para o compartilhamento de dados no sistema financeiro e no sistema de pagamentos, por meio do consentimento do cliente, visa ao aumento da concorrência no mercado financeiro brasileiro, nos termos da Resolução Conjunta CMN/BCB nº 1/2020. Tal política pública tem como premissa a titularidade dos dados pela pessoa a quem eles se referem conforme estabelecido pelo direito à proteção de dados pessoais, positivado no Brasil, pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. O sucesso do Open Finance depende, assim, do engajamento do público por meio de seu consentimento para o compartilhamento de seus dados, entre as instituições participantes da iniciativa. Por outro lado, a efetivação do direito à portabilidade, previsto na LGPD, depende de sua operacionalização, o que pode ser feito por meio de iniciativas setoriais, como o Open Finance. A pesquisa, assim, inicialmente, pretende avaliar a aderência da regulação e da implementação do Open Finance aos ditames do direito à proteção de dados pessoais. Na sequência, considerando o baixo conhecimento e engajamento do público à iniciativa em contraste com seu potencial, pretende-se avaliar quais medidas são necessárias para que o Open Finance estimule a autonomia de dados do público-alvo, no sentido de fazê-lo ter o melhor aproveitamento possível de seus dados diante da atual economia movida a dados e, assim, proporcionar maior adesão à iniciativa. Nesse contexto, por meio de análises feitas em outros países nos quais a iniciativa está mais avançada, sobretudo no Reino Unido, é abordada a necessidade de que ela focalize o lado do cliente. Para tanto, entende-se que se deve promover melhor comunicação com o público acerca dos benefícios do compartilhamento de dados; melhorias em aspectos de segurança cibernética; definição mais clara das responsabilidades dos participantes; inclusão do tema em iniciativas de educação financeira, entre outros itens.

Palavras-Chave: open finance; proteção de dados pessoais; autonomia de dados.

OS ACORDOS DE ACIONISTAS E AS CLÁUSULAS DEADLOCK PROVISIONS

Lucas Amaral de Morais – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
lucasamaraldm@hotmail.com
Marlon Tomazette – CEUB, professor orientador
marlon.tomazette@ceub.edu.br

Existem maneiras versáteis para a resolução de conflitos, como dispute boards e sessões de mediação. Entretanto, caso esses métodos não resultem em soluções eficazes, as chamadas deadlock provisions surgem como um amparo contratual. Os impasses intransponíveis, principalmente quando recorrentes, podem gerar danos à empresa, causando morosidade e desgaste na sua resolução, em situações que podem, inclusive, paralisar a sociedade. É nesse contexto que a incidência dessas cláusulas contratuais se mostra relevante com diversas classificações e peculiaridades em suas aplicações. As principais incluem: Call Option, Put Option, Russian Roulette, Drag e Tag Along, Texas Shoot-out, Mexican Shoot-out. O problema surge quando externalidades influenciam essas cláusulas contratuais. Dependendo da sua posição, o sócio da empresa pode ter vantagens que enviesam a equidade da cláusula, como no caso de assimetrias de informação sobre o outro sócio ou iliquidez financeira temporária. As decisões tomadas nas escolhas dessas cláusulas, no meio empresarial, passam por uma análise econômica do direito, para que sejam implementadas de maneira eficaz e pragmática. As decisões de aplicação das deadlock provisions são impregnadas de parâmetros técnicos que, se observados com cautela, podem ser benéficos ou extremamente prejudiciais à relação jurídica. Existem diversas abordagens, positivas e negativas, a ser trabalhadas e desenvolvidas acerca da temática, especialmente sua relação com o futuro das relações contratuais entre acionistas. Por isso, o desenvolvimento desta pesquisa é essencial para a evolução da doutrina e indispensável ao aperfeiçoamento do ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-Chave: direito empresarial; resolução de conflitos; cláusulas deadlock provisions.

OS DESAFIOS DO DESENHO JURÍDICO-INSTITUCIONAL BRASILEIRO PARA A CRIAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Ian Ferrare Meier – CEUB, aluno do mestrado em direito
ian.ferrare@sempreceub.com; ianferrare@gmail.com
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

As Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH) foram criadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e guiadas pelos Princípios de Paris, e o Estado brasileiro não tem nenhuma credenciada na ONU. O não credenciamento contém um motivo aparente: não há uma política pública única no país, e três grandes instituições disputam entre si, para constatar quem consegue ser reconhecida primeiro como a INDH brasileira. Há, inclusive, registro de rejeição de uma das tentativas. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa é compreender esse cenário de disputa, entender se precisamos dessa instituição no Brasil e se o nosso desenho jurídico-institucional comportaria sua existência. Para tanto, são realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, além de entrevistas.

Palavras-Chave: Instituições Nacionais de Direitos Humanos; desenho jurídico-institucional; Organização das Nações Unidas; política pública; Princípios de Paris.

OS REFLEXOS DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA NOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO MERCADO VAREJISTA

Larissa Luiza Braga e Silva – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
larissabraga7@gmail.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

O tema desta pesquisa tem por base a Reforma Trabalhista e seus impactos. O intuito é estudar, de maneira aprofundada, a regulamentação trabalhista e o impacto na atratividade do investidor estrangeiro. A pesquisa visa mensurar esses fatores e investimentos com foco específico no mercado varejista, em que há uma atração significativa de capital estrangeiro no território brasileiro. Dessa maneira, o estudo busca analisar o equilíbrio, ou a falta dele, e a correlação entre a proteção dos direitos trabalhistas e a atratividade do investidor estrangeiro no país.

Palavras-Chave: reforma trabalhista; impactos; investidor estrangeiro.

POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL ÀS PESSOAS RECLUSAS DE LIBERDADE: ANÁLISE DO PLANO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE DO DISTRITO FEDERAL E DEBATE SOBRE O CONCEITO DE RESSOCIALIZAÇÃO

Thiago Sotana Pereira – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
thiagosp87@hotmail.com
Marcelo Dias Varella – CEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

A política pública educacional destinada às pessoas reclusas de liberdade é tema relevante para toda a sociedade, especialmente ao considerar os aspectos de ressocialização e a forma como o direito à educação é ofertado nas unidades prisionais. Com o advento da Lei de Execuções Penais (Lei 7210/1984), uma gama de direitos às pessoas privadas de liberdade foi expressa, destacando-se a educação, que, conforme o artigo 17 do referido diploma normativo, abrange tanto a instrução escolar quanto a formação profissional do apenado. Dada a importância dessa matéria para o sistema prisional e para a finalidade declarada da pena, especialmente a prevenção especial positiva, é imperativo que haja uma política pública concreta para sua implementação, com definições precisas de agenda, formulação, integração entre os atores relevantes, implementação e avaliação de seu alcance e objetivos. No Distrito Federal, a política pública educacional é regulamentada pelo Plano Distrital de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade (2021-2024), que é desenvolvido por meio da escolarização e da remição de pena pela leitura, sendo a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (SEAPE/DF) responsável pelos Núcleos de Ensino. O Plano Distrital divide-se em três eixos principais: educação formal e alfabetização; educação não formal; qualificação profissional. O presente trabalho analisa e confronta, com base em dados numéricos da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), a aplicação real da política educacional nas unidades prisionais do Distrito Federal. As informações indicam a predominância de atividades educacionais não formais, como leitura e atividades complementares, em detrimento da educação escolar formal (alfabetização, ensino fundamental, ensino médio e superior). A capacitação profissional e os cursos técnicos são escassos com números irrisórios, em comparação com a população prisional total do Distrito Federal. Esse cenário revela um desvio entre a finalidade declarada da pena e a execução penal, com a educação sendo tratada de forma assistencialista, não individualizada e atendendo prioritariamente aos interesses políticos. A metodologia escolhida é a pesquisa bibliográfica e documental, seguida da análise dos dados oficiais da SENAPPEN.

Palavras-Chave: política pública; educação; sistema prisional; ressocialização.

RECLAMAÇÃO EM EVIDÊNCIA: COMO A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL SE TEM TRANSFORMADO NO INSTRUMENTO PROCESSUAL CÍVEL MAIS EXPEDITO E EFICIENTE PARA O ACESSO À JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL?

Rodrigo Déde de Castro Leite – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
rodrigo.dede@sempreceub.com
Jefferson Carlos Carús Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

O ajuizamento de reclamações constitucionais ao longo das últimas duas décadas tem experimentado um crescimento espantoso que supera, em muito, qualquer estimativa que se pudesse projetar no momento de sua incorporação ao sistema jurídico-processual. O aumento expressivo do número de reclamações ajuizadas, ano após ano, no Supremo Tribunal Federal, revela uma linha de tendência que parece sugerir a prevalência gradual da reclamação em detrimento de outros instrumentos processuais de equivalente estatura constitucional, a exemplo do recurso extraordinário. O delineamento do instituto da reclamação pela via jurisprudencial, ao longo dos anos, associado às inovações normativas que reforçaram o papel de superposição do STF e fomentaram a consolidação de uma cultura nacional de respeito aos precedentes judiciais obrigatórios, somado ao impulso tecnológico decorrente do uso massivo do Plenário Virtual, criou as condições perfeitas para expandir o uso da reclamação constitucional. A convergência desses e de outros fatores que são explorados ao longo desta pesquisa tem pavimentado o caminho para a ascensão da reclamação constitucional e seu crescente emprego pelas partes, colocando-a em evidência nos últimos anos. Este é o objeto da presente pesquisa: aferir por que a reclamação constitucional tem sido utilizada de forma crescente, nas últimas décadas, para acessar a jurisdição constitucional e quais são os riscos que sua ascensão pode ocasionar. O presente estudo busca identificar de que modo a reclamação constitucional se tem transformado no instrumento processual cível mais expedito e eficiente para o acesso à jurisdição constitucional, apurando-se de que maneira ela tem ampliado sua versatilidade e obtido musculatura no sistema processual, ao longo dos anos, expandindo seu uso como instrumento de acesso abreviado à jurisdição constitucional.

Palavras-Chave: reclamação; Supremo Tribunal Federal; teoria dos precedentes; jurisdição constitucional.

RELATIVIZAÇÃO DA GARANTIA DA VITALICIEDADE DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO: O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 208 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 75/93 AFASTA O CONCEITO DE VITALICIEDADE?

Leonardo Azeredo Bandarra – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
leonardo.bandarra@sempreceub.com; leonardo.bandarra@gmail.com
Carlos Ayres Britto – CEUB, professor orientador
nara.ayresbritto@uniceub.br

Os membros vitalícios do Ministério Público da União possuem a garantia da vitaliciedade e só perdem o cargo por sentença judicial transitada em julgado. No entanto, o parágrafo único do artigo 208 da Lei Complementar nº 75/93 determina que a protocolização da ação civil para perda do cargo importa no afastamento do membro com a perda dos seus vencimentos e vantagens pecuniárias, permanecendo os impedimentos legais. Esse dispositivo legal gera uma situação em que o membro que responde a uma ação civil permanece com dedicação exclusiva ao Ministério Público, sem poder trabalhar na área de sua formação e não recebe qualquer remuneração. Tal situação tende a levar o membro a um estado de miserabilidade, uma vez que a ação pode demorar anos, para alcançar seu trânsito em julgado, seja para absolvição, seja para condenação. O presente estudo analisa essa questão, concluindo que há grave lesão à garantia constitucional da vitaliciedade. O método de pesquisa utilizado inclui o estudo de caso do STF (MS 30.943/DF), que julgou constitucionais os termos da lei, além de uma pesquisa bibliográfica, legislativa e jurisprudencial.

Palavras-Chave: vitaliciedade; relativização; ação civil; MPU.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO TERCEIRO INTERVENTOR

José Ramalho Brasileiro Júnior – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
jose.ramalho@sempreceub.com
Ivo Teixeira Gico Junior – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

Este trabalho busca analisar a responsabilidade civil do terceiro interventor no direito brasileiro, investigando a possibilidade de sua responsabilização na legislação vigente. O estudo envolve uma análise aprofundada da legislação, da doutrina e da jurisprudência do STJ, com o objetivo de contribuir para o avanço do conhecimento jurídico e da segurança nas relações contratuais. Caso a responsabilidade do terceiro interventor esteja presente no sistema jurídico pátrio, o trabalho propõe uma metodologia lógica para sua aplicação.

Palavras-Chave: responsabilidade civil; terceiro interventor; obrigações; contratos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES NO BANCO MUNDIAL

Gabriel de Oliveira Borba – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
borba.gabriel@hotmail.com
Nitish Monebhurrun – CEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

Haja vista as mudanças na responsabilidade socioambiental do Banco Mundial, nos últimos anos e o crescente número de casos denunciando a má gestão dos projetos financiados, o presente trabalho tem por objetivo investigar o arcabouço normativo da instituição, para estabelecer parâmetros dos limites da responsabilidade do próprio Banco. A dissertação parte da teoria de *due diligence*, principalmente da professora Samantha Besson, para explorar o contexto das normas de responsabilidade socioambiental e como isso afetou a atuação da instituição.

Palavras-Chave: Banco Mundial; organizações internacionais; responsabilidade social; *due diligence*.

ROTULAGEM NUTRICIONAL FRONTAL: INSTRUMENTO DE GARANTIA AO DIREITO À INFORMAÇÃO DOS CONSUMIDORES

Ana Beatriz Caldas Melo – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
biadecaldasmelo@gmail.com
Leonardo Roscoe Bessa – CEUB, professor orientador
leonardo.bessa@ceub.edu.br

O objetivo desta dissertação é examinar o sistema de rotulagem nutricional frontal como instrumento de garantia ao direito à informação. A hipótese é que a advertência de lupa não é a mais efetiva para garantir o direito à informação. A pesquisa é bibliográfica e documental. A partir das mudanças na rotulagem executadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA, por meio da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC n° 429/2020 e da Instrução Normativa n° 75/2020, confirma-se a hipótese de pesquisa, tendo como resultado que a proteção ao direito à informação conferida pelo modelo adotado pela ANVISA é parcial. Para isso, fez-se necessária breve contextualização da proteção ao consumidor na legislação internacional, no Mercosul e no Brasil. Em seguida, aborda-se o direito à informação e seus desdobramentos, tais como vulnerabilidade informacional, informação na oferta e na publicidade e vício por diminuição da informação. Logo após, debate-se sobre as categorias alimentares e as indicações essenciais e não essenciais. Por fim, discorre-se sobre a rotulagem nutricional frontal, à luz do direito à informação, no Brasil. Espera-se que, a partir desta dissertação, sigam-se mais estudos sobre a rotulagem nutricional frontal, com vistas a aprimorar o símbolo de advertência usado no Brasil.

Palavras-Chave: rotulagem frontal nutricional; alimentos; direito à informação; direito à saúde.

TEORIA DA TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES: UM BEM NECESSÁRIO À CONCRETIZAÇÃO EFETIVA DO SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES

Monique Taborda Cavalheiro Tavares – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
monique.taborda.adv@gmail.com
Jefferson Carús Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

O Código de Processo Civil de 2015 instituiu novo modelo de precedentes no ordenamento jurídico brasileiro, marcando a introdução de decisões judiciais com efeito vinculante e a necessidade de que sejam respeitadas pelo Poder Judiciário. Com isso, as normas formais deixaram de ser os únicos paradigmas obrigatórios capazes de vincular a decisão do julgador. No entanto, a efetivação desse modelo ainda não é uma realidade observável, uma vez que o descumprimento de decisões obrigatórias persiste nos repositórios jurisprudenciais. Várias razões podem justificar essa ineficácia do modelo recente. Contudo, o ponto central do problema parece residir na interpretação que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem dado ao que a norma define como precedente, especialmente no que se refere à teoria da transcendência dos motivos determinantes. A aplicação desta teoria pelo STF tem sido desuniforme, ignorando os postulados da segurança jurídica, da isonomia e da efetividade da jurisdição. Diante desse cenário, aliado ao desenho institucional do STF e à necessidade de coerência e racionalidade na aplicação do direito, a pesquisa objetiva analisar a viabilidade da aceitação da teoria da transcendência dos motivos determinantes no âmbito do STF. A proposta é garantir a vinculação das razões de decidir dos precedentes, e não apenas de seus dispositivos, e buscar a efetiva concretização do sistema brasileiro de precedentes, conforme o CPC/2015 e a Constituição Federal. O objetivo é trazer coerência e racionalidade à aplicação do direito, assegurando a aplicação adequada dos princípios da segurança jurídica, da isonomia e da efetividade da jurisdição.

Palavras-Chave: precedentes; fundamentos determinantes; transcendência.

TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL E SUA APLICAÇÃO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Otávio Madeira Sales Lima – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
otaviomadeirasl@gmail.com
Marlon Tomazette – CEUB, professor orientador
marlon.tomazette@ceub.edu.br

O credor tem o direito de resolver o contrato diante do inadimplemento da prestação pelo devedor. A teoria do adimplemento substancial atua como um limitador desse direito do credor quando a parcela inadimplida é de escassa importância, impedindo que esse tipo de descumprimento resulte na resolução total do contrato. Esta teoria não isenta o devedor de responsabilidade, pois seu objetivo é preservar o vínculo contratual, sem afastar a responsabilidade do devedor pela prestação inadimplida e por eventuais perdas e danos sofridos pelo credor. Apesar de ser aceita pela doutrina e pela jurisprudência brasileiras, a teoria do adimplemento substancial ainda não tem previsão expressa na legislação nacional. A proposta de reforma do Código Civil, se aprovada, introduzirá a teoria no artigo 475-A, que prevê o adimplemento substancial como uma defesa do devedor, para evitar a resolução do contrato, além de estabelecer balizas para sua aplicação. A dissertação explora a aplicação da teoria do adimplemento substancial pelo Superior Tribunal de Justiça e analisa julgados de mérito que aplicaram ou afastaram a teoria nos últimos 10 anos. Também é abordada criticamente a proposta de redação do projeto de reforma do Código Civil.

Palavras-Chave: obrigações; contratos; inadimplemento; Direito Civil; adimplemento substancial.

TERCEIRIZAÇÃO E NOVAS FORMAS DE TRABALHO: STF E JUSTIÇA TRABALHISTA – VISÕES E TENSÕES EM BUSCA DE UM EQUILÍBRIO JURÍDICO, ECONÔMICO E SOCIAL

Carlos Eduardo Toniolo Silva – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
carlostoniolo@gmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

O presente trabalho busca resposta para o questionamento sobre se as intervenções judiciais operadas pelo STF, ao superar diversos entendimentos consolidados na Justiça Trabalhista, foram suficientes para compor as tensões surgidas nas novas relações de trabalho, como, por exemplo, o regime de terceirização. A pesquisa sobre tal problema encontra-se no campo do direito do trabalho, sob filtragem constitucional e no conflito entre normas e princípios constitucionais, a saber: por um lado, os princípios de proteção ao trabalho e ao emprego (CF/88, art. 7º); por outro, o princípio da livre iniciativa (art. 170 CF/88). Também são examinados os contextos dos dois atores institucionais em colisão: por um lado, o STF, cujo protagonismo é crescente; por outro, a Justiça do Trabalho, cujas raízes protetivas – e por vezes paternalistas – confrontam as velozes mudanças tecnológicas e sociais do século XXI. Como resposta à pergunta inicial, o estudo propõe que as intervenções judiciais se revelam insuficientes em face do problema. A paz social não foi alcançada, em certa medida, pela dificuldade ou, talvez, pela resistência de parte considerável do Judiciário trabalhista em acatar integralmente as decisões do STF, o que tem gerado uma tensão interna no Poder Judiciário. Ao final, como singela colaboração ao debate, o último capítulo do estudo propõe ser desejável e necessária a construção de diálogos institucionais entre o Supremo Tribunal Federal e a Justiça do Trabalho, sendo este ramo possivelmente representado por seu órgão máximo, o Tribunal Superior do Trabalho. Tais diálogos institucionais teriam como finalidade evitar, sanar ou, ao menos, suavizar as tensões existentes entre atores institucionais e integrantes do Poder Judiciário, o que é benéfico e desejável à estabilidade democrática do Brasil.

Palavras-Chave: STF; Justiça do Trabalho; terceirização; conflito de princípios; diálogos institucionais.

TUTELA DA INFÂNCIA ONLINE: ANÁLISE JURÍDICA DOS DIREITOS DE IMAGEM E PRIVACIDADE DO INCAPAZ, OBJETO DA CRIAÇÃO DE CONTEÚDO LUCRATIVO DIGITAL, PERANTE O INTERESSE DO NÚCLEO FAMILIAR A QUE PERTENCE

Júlia Martins Machado – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
jummachad@gmail.com
Marcelo Dias Varella – CEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

A pesquisa visa confirmar ou refutar a seguinte hipótese: na produção de conteúdo digital com objeto incapaz, a título remuneratório, há uma sobreposição dos interesses privados dos representantes sobre os direitos de personalidade do incapaz (privacidade e imagem). O objetivo é verificar se a criação de conteúdo digital, que tem por objeto o incapaz, a título remuneratório, é juridicamente viável quando há um embate entre os direitos da personalidade do incapaz e os interesses particulares de seus representantes. O problema é abordado de modo qualitativo, mediante revisão bibliográfica, análise de decisões judiciais, artigos, legislações, doutrinas e outros materiais relevantes. Por enquanto, o trabalho não contém resultados ou conclusões finais, pois está em fase inicial de desenvolvimento.

Palavras-Chave: direito; imagem; criança; trabalho digital; privacidade.

VISÍVEIS CRIMINAIS, INVISÍVEIS SOCIAIS: A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E OS HIPERVULNERÁVEIS NO DISTRITO FEDERAL

Gabriel Morgado da Fonseca – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
gabrielmfonseca@uol.com.br
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

O presente trabalho desenvolve-se, com o objetivo de construir um modelo de proteção social aos hipervulneráveis no âmbito da audiência de custódia do Distrito Federal. Com base em pesquisas empíricas junto à população apresentada em audiência de custódia, além de, quase nove anos, lidar diariamente com pessoas encarceradas, constatou-se que a repressão penal é o primeiro contato estatal desse grupo. Essa "clientela" apresenta-se, em grande maioria, como pessoas pardas, pretas e pobres com uma quantidade razoável de indivíduos em situação de rua, além de, na sua maioria, serem usuários de entorpecentes ou álcool, muitas vezes, sem acesso à documentação civil. Com base nessa premissa, utilizando programas de transferência de renda já existentes, com foco na população encarcerada, dando voz aos vencidos do sistema repressivo penal, busca-se a construção de um modelo de proteção social, de forma a iniciar algum vínculo estatal não somente por meio da repressão criminal. Assim, objetiva-se começar pelo acesso aos programas de transferência de renda, aos meios de tratamento para os diversos vícios, além de um canal para emissão e expedição de documentação de identificação civil que, em última análise, possa gerar diminuição dos índices criminais, principalmente daqueles de pequena monta, cometidos por pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Com a tentativa de mapear suas necessidades e evitar o reingresso penal, o acesso aos recursos básicos oferecidos mostra-se, nesse cenário, como o grande gargalo estrutural.

Palavras-Chave: audiência de custódia; políticas públicas; hipervulneráveis; proteção social; Distrito Federal.

DOUTORADO EM DIREITO

A (I)LEGITIMIDADE DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*: UM APORTE CRÍTICO À JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONCERNENTE À DECISÃO DE RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL EM AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Elder Loureiro de Barros Correia – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
elderhb@gmail.com
Marcia Dieguez Leuzinger – CEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A presente tese visa à análise da legitimidade, ou não, da incidência do princípio *in dubio pro societate* no âmbito da ação de improbidade administrativa. Para cumprir esse desiderato, examina-se a jurisprudência selecionada do Superior Tribunal de Justiça quanto à incidência do brocardo, na ação de improbidade administrativa, com 84 acórdãos, um informativo de jurisprudência e uma jurisprudência em teses. Para assegurar melhor entendimento sobre o tema, esclarecem-se, outrossim, as temáticas concernentes à improbidade administrativa, contemplando as diversas esferas independentes de responsabilidade, os elementos constitutivos, as espécies, as sanções, a apuração e a prescrição. Ademais, detalha-se a distinta caracterização entre regras e princípios e a maneira diferenciada de resolver conflitos entre regras e entre princípios, além de esmiuçar os princípios da presunção da inocência, do *in dubio pro reo*, do *in dubio pro societate*, do *in dubio pro misero*, do *in dubio pro matrimonio*, do *in dubio pro salute*, do *in dubio pro contribuinte*, do *in dubio pro judicato*, do *in dubio pro suffragium* e do *in dubio pro natura*. Como resultado do estudo, procuram-se tecer críticas à aplicação da lógica do tudo ou nada ao princípio *in dubio pro societate* e propugnar formas de promover sua efetiva ponderação perante o Direito.

Palavras-Chave: princípio *in dubio pro societate*; improbidade administrativa; recebimento da ação.

A APLICAÇÃO DA REGRA DA AUTONOMIA DA DECISÃO EMPRESARIAL AOS DIRETORES DE ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: *BUSINESS JUDGMENT RULE*

Laila José Antônio Khoury – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
laila.khoury@sempreceub.com
Marlon Tomazette – CEUB, professor orientador
marlon@direitocomercial.com

A regra de autonomia da decisão empresarial, aplicada ao direito societário para fins de apuração da responsabilidade civil dos conselheiros de administração, pode ser também voltada aos dirigentes das entidades fechadas, considerando que sejam também administradores das mencionadas entidades. Os conselheiros de administração, de acordo com a Lei da Sociedade dos Ações (LSA), respondem pessoalmente pelas decisões que tomam no exercício das suas funções se violarem a lei ou o estatuto, e os dirigentes dos Fundos de Pensão são responsáveis solidários pelas deliberações da Diretoria Executiva conforme preceituam as Leis Complementares 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001. Não há, no segmento de previdência complementar, regra que isente de responsabilidade o dirigente do referido Fundo, tal como há na LSA e, em especial, no seu artigo 159, §6º. Na LSA, a existência da aplicação da regra da autonomia da decisão empresarial – *business judgment rule* – é um mecanismo de defesa do administrador da companhia quando observados os requisitos necessários para a tomada de decisão negocial. Assim, o objetivo do presente estudo é verificar a possiblidade de aplicação da regra da autonomia da decisão empresarial aos diretores indicados e eleitos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar quando da tomada da decisão de alocar os recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pelas referidas entidades, nos segmentos autorizados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre as diretrizes da aplicação dos recursos das referidas entidades. O método científico utilizado no presente estudo é a pesquisa bibliográfica a partir da qual são feitas análises e sínteses de informações relevantes, disponíveis em fontes bibliográficas e artigos científicos acerca dos conceitos e dos posicionamentos doutrinários de determinados autores.

Palavras-Chave: responsabilidade civil; dirigentes de fundos de pensão; *business judgment rule*.

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA OFENSIVIDADE COMO LIMITE À TUTELA PENAL DOS BENS JURÍDICOS COLETIVOS

Túlio Arantes Bozola – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
tulio.bozola@uemg.br
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

A tutela penal dos bens jurídicos coletivos vem-se intensificando nas últimas décadas, gerando uma política de criminalização no âmbito prévio, o que tem causado intermináveis controvérsias entre os estudiosos que defendem o direito penal compatível com o Estado Constitucional e Democrático de Direito. Diante de tal circunstância, a pergunta norteadora da pesquisa indaga se a tutela penal dos bens jurídicos coletivos se coaduna com o princípio constitucional penal da ofensividade, sendo uma forma legítima de combater as novas espécies de criminalidade surgidas com a sociedade de riscos, na busca do direito penal eficaz e norteado pela proteção de interesses necessários à garantia da dignidade da pessoa humana. Isso ocorre, porque o Direito Penal contemporâneo vem sofrendo fortes críticas de parte da doutrina especializada, entre as quais a de que deveria fixar seu alicerce de legitimação somente nas incriminações relacionadas à proteção de bens jurídicos individuais, evitando a intervenção penal que ultrapasse essa visão individualista, como no caso dos bens jurídicos coletivos. Entretanto, é possível defender, como hipótese central, a legitimidade do direito penal na tutela dos bens jurídicos coletivos, coadunando-se com o princípio da ofensividade, desde que sejam traçados determinados fundamentos dogmáticos para que tal tutela seja compatível com o Estado Democrático de Direito. A intervenção penal clássica não teria aptidão suficiente, para conservar o meio ambiente equilibrado para as gerações futuras, assim como proteger a saúde pública ou a segurança rodoviária, citando-se apenas alguns exemplos de bens jurídicos coletivos. Nesse sentido, defende-se a abertura do Direito Penal às transformações sociais, sendo a teoria do bem jurídico o epicentro dessa dinâmica transformativa. Para cumprir o mister proposto neste trabalho, elegeu-se a pesquisa teórica, pautada na análise da doutrina nacional e estrangeira, em especial a doutrina italiana, a espanhola e a alemã, com a compilação e a revisão de material bibliográfico acerca dos temas propostos. Para essa análise, faz-se necessário empreender um estudo jurídico pautado na investigação dos contextos dogmáticos que permita analisar o objeto escolhido como resultado de um processo dialético realista, social e histórico, imprescindível para os contornos constitucionais do Direito Penal. Paralelamente ao estudo teórico, adota-se a pesquisa documental com análise em profundidade da legislação pertinente e da jurisprudência pátria e internacional. Além disso, o raciocínio dedutivo marca o desenvolvimento desta pesquisa, que está planejada em quatro etapas, da seguinte forma: levantamento, leitura e fichamento da literatura, como documentos oficiais, decisões judiciais e normas correlatas aos temas supramencionados; submissão da pesquisa ao crivo do Laboratório de Metodologia do CEUB e do grupo de pesquisa “Dogmática Penal e Políticas Públicas”; estruturação do

sumário da tese, publicação de artigos científicos sobre a temática e redação dos rascunhos do texto; redação da tese e participação em eventos científicos nacionais e internacionais.

Palavras-Chave: teoria do bem jurídico; dano social; ciências criminais.

A ATUAÇÃO CONTRAMAJORITÁRIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS EM ATOS DE PESSOAL COMO CONTRIBUTO À EFETIVAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DE PESSOAL NO SERVIÇO PÚBLICO

Rodrigo Bento de Andrade – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
rodrigo.bento@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A apreciação da legalidade, para fins de registro, dos atos de admissão e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão no serviço público dá origem a um ato administrativo cujo debate jurídico transcende o disposto no artigo 71, inciso III, da CF/1988. A tese em questão percorre as nuanças da decisão administrativa que registra o ato de admissão e aquele relacionado à inativação de servidores públicos, principalmente no que diz respeito à interpretação do texto normativo por parte dos tribunais de contas e à subsequente possibilidade de melhor contribuir para a implementação de políticas públicas de pessoal. São vários os caminhos transcorridos pelo servidor público no que diz respeito à presente análise, haja vista que se iniciam com a sua admissão no serviço público e, na maior parte das vezes, também darão origem posterior a um ato de aposentação, de reforma ou de pensão, todos esses envolvendo decisões administrativas. Em face da dinamicidade das relações entre os servidores e o Estado que os remunera, envolvendo a análise de diversas situações fáticas e textos normativos relacionados à legislação de pessoal, é fato que os tribunais de contas geram, por vezes, certa apreensão nos gestores quando necessitam decidir casos concretos, cujas situações jurídicas ultrapassam a simples interpretação literal da norma, e, na análise de atos de pessoal, isto se mostra de forma manifesta, diante do fato de os tribunais de contas procederem ao registro. A pesquisa tem como problema desvelar se a atuação dos tribunais de contas deve ser orientada para uma decisão que preserve os paradigmas antigos e a literalidade da norma ou se necessita de ser dirigida a uma atuação decisória contramajoritária e inovadora, no que diz respeito à apreciação da legalidade, para fins de registro, de atos de pessoal. A tese perpassa aspectos essenciais relacionados à construção dessas decisões complexas, inovadoras e contramajoritárias, avaliando elementos intrínsecos a elas, como os princípios do Direito Público relacionados a essa atribuição do controle externo, bem como exterioridades dos signos constitucionais utilizados nos debates e nas aplicações do novel direito extraído de interpretação de textos normativos regulamentadores da matéria. Os objetivos, quanto à apreciação destes atos de pessoal, são investigar os princípios constitucionais presentes nessas decisões, avaliar as principais normas infraconstitucionais que as orientam, posicionar o controle externo e os tribunais de contas no sistema jurídico relacionado com a sua natureza jurídica e analisar, sob a luz da hermenêutica constitucional e da filosofia do direito, os limites interpretativos que são impostos às decisões então expedidas pelos tribunais de contas. Depara-se com a primeira hipótese, ao avaliar se os tribunais de contas, no que diz respeito à apreciação dos atos de pessoal para fins de registro, devem-

se manter adstritos a uma interpretação literal do texto normativo ou, em contrapartida, assentar-se prontos à produção de norma contramajoritária. A pesquisa teórica consiste no principal método de pesquisa em conjunto com a apreciação de normas constitucionais e legais, bem como a utilização de jurisprudências relacionadas ao tema, com a subsequente avaliação jurídica crítica, quando necessária. Ao fim, a pesquisa evidencia ser imperiosa a atuação contramajoritária por parte dos tribunais de contas, quando apreciam a legalidade dos atos de admissão e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, para fins de registro, haja vista ser essa uma prática que melhor contribui para as políticas públicas de pessoal no serviço público.

Palavras-Chave: apreciação para fins de registro; servidor público; atos de admissão; aposentadoria; reforma e pensão.

A DESTINAÇÃO, PELA VIA JURISDICIONAL, DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E CIDADANIA AMBIENTAL: UM ESTUDO EMPÍRICO EM BUSCA DA RACIONALIDADE DA SÚMULA 629 (STJ, 2019) PELA TEORIA DOS PRECEDENTES COMO MECANISMO DE CONTRIBUIÇÃO PARA A CARACTERIZAÇÃO DE SITUAÇÕES ANÁLOGAS A LITÍGIOS ESTRUTURAIS NA ESFERA AMBIENTAL

João Felipe da Silva Fleury – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
jfelipe.contato@gmail.com
Patrícia Perrone Campos Mello – CEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

Reflete-se, pela perspectiva decolonial, sobre um problema estrutural ambiental, a partir do estudo de caso da Súmula 629 (STJ, 2019), que autoriza a cumulação de danos morais coletivos em questões ambientais, para identificar uma racionalidade jurídica fundamentada no princípio ambiental da responsabilidade intergeracional e de segurança jurídica que caracterize demandas ambientais como parte de litígios estruturais, favorecendo a implementação de políticas públicas em educação e cidadania ambiental, por meio do poder jurisdicional, como mecanismo de transformação social, política e de acesso e garantia de direitos ambientais.

Palavras-Chave: precedentes; Súmula 269 STJ; litígios estruturais; danos ambientais.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA PARA A COMPREENSÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE A EFETIVIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS BRASILEIROS

Jackelline Fraga Pessanha – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
jackellinepessanha@yahoo.com.br
Márcia Dieguez Leuzinger – CEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A educação ambiental é um pilar constitucional importante ao desenvolvimento sustentável. Isso ocorre, porque o ponto ideal é que a sociedade seja parte do processo de manutenção e construção do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. Mas, para isso, é preciso que a educação formal (dentro da escola) e a não formal (na sociedade) sejam capazes de gerar o cidadão crítico às questões e aos problemas ambientais existentes. É necessária a educação ambiental crítica, pautada na ecopedagogia e na cidadania planetária com a atuação conjunta da educação com a sociedade, uma vez que a educação ambiental crítica deve gerar a consciência de que o ser humano é pertencente à natureza e precisa dela para sua sobrevivência. Assim, a presente tese pretende responder de que forma a educação ambiental crítica pode auxiliar o desenvolvimento sustentável que seja capaz de gerar a conscientização para o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Por isso, considerando que a educação ambiental critica pode auxiliar o desenvolvimento sustentável, pergunta-se como a Política Nacional de Educação Ambiental e as legislações para a educação ambiental estão sendo efetivadas pelos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas públicas de ensino médio brasileiras? Para isso, o presente trabalho concentra-se na hipótese de que as legislações ambientais brasileiras, ao que tudo indica, não são efetivas aos projetos políticos pedagógicos das escolas de ensino médio brasileiras e, com isso, não prepara os alunos para a educação ambiental sustentável, pois o direito ambiental – nacional e internacional – sozinho, não é capaz de fazer que a coletividade compreenda a importância da preservação e da tutela do meio ambiente. É preciso uma mudança de concepção ecológica e educacional sobre a crise planetária que se vive, sendo a educação ambiental importante ferramenta da conscientização para o meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável. Os objetivos que a presente pesquisa pretende alcançar são: compreender o direito fundamental à educação ambiental com o estudo das legislações da Política Nacional do Meio Ambiente, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Política Nacional de Educação Ambiental; definir o desenvolvimento sustentável como primado indispensável à qualidade de vida digna da coletividade; explorar as técnicas existentes nos estudos atuais, sobre a efetividade da educação ambiental crítica para a busca de desenvolvimento sustentável; investigar a efetividade da educação ambiental por meio da análise de três projetos políticos pedagógicos da capital de cada estado federado e do Distrito Federal, para verificar se se concretizam as regras legislativas sobre a educação ambiental e a formação de um cidadão crítico sobre questões ambientais; por fim, propor

novos caminhos para a efetividade da educação ambiental crítica para o desenvolvimento sustentável. Pretende-se usar o método indutivo, verificar a efetividade da educação ambiental local e as práticas pedagógicas por meio da análise do Projetos Políticos Pedagógicos e de outros projetos internos educacionais, para verificar a existência fática da educação ambiental e, principalmente, analisar o cumprimento da Política Nacional de Educação Ambiental nos currículos escolares. A técnica de pesquisa busca o fundamento na doutrina, na legislação, nas jurisprudências, nas dissertações de mestrado e nas teses de doutorado.

Palavras-Chave: educação ambiental; desenvolvimento sustentável; projeto político pedagógico.

A IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ATÍPICAS NO PROCESSO ESTRUTURAL

Filipe Bastos Nogueira – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
filipebastos1987@hotmail.com
Jefferson Carlos Carús Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.carus@hotmail.com

O presente trabalho tem como força motriz analisar se as medidas atípicas se revelam como o instrumento processual apto a promover a efetividade da execução do processo estrutural. O objetivo geral da pesquisa é o alcance de um paradigma teórico que subsidia a aplicação das medias atípicas no processo estrutural. A metodologia é a pesquisa bibliográfica e a análise jurisprudencial que abordam a aplicação das decisões estruturantes e das medidas atípicas de execução no sistema brasileiro e estrangeiro, especialmente do sistema norte-americano e do latino-americano.”

Palavras-Chave: processo estrutural; medidas atípicas; processo civil.

A INSTITUCIONALIDADE DAS AGÊNCIAS DE CONTROLE DAS CONTAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL POR UMA PERSPECTIVA TECNOLÓGICA DA DOGMÁTICA PENAL

Fábio Macedo Nascimento – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
fabiompdft@gmail.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

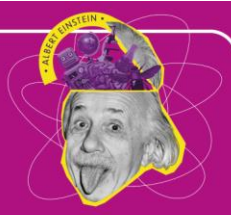
Analisando-se os arranjos institucionais em torno dos crimes contra as finanças públicas, é possível constatar se o controle penal brasileiro tem sido efetivamente orientado a dar respostas a esses desvios? Considerando as institucionalidades tradicionais dos tribunais de contas e dos ministérios públicos de contas, bem assim a incipiente incursão do Ministério Público comum nos dados da contabilidade pública e a forma como se articulam as autonomias dessas instituições e suas específicas e isoladas agendas, não existe, hoje, para além de alguns voluntarismos, a real e eficaz institucionalização de mecanismos de investigação e apuração de responsabilidades criminais em torno da gestão fiscal. A pesquisa, portanto, para além de comentar os problemas dos arranjos postos – por meio de análise de documentos públicos e revisão bibliográfica, a partir da doutrina e da jurisprudência correlata – objetiva propor algumas ideias, em vista a sugerir a padronização de trabalho na busca de uniformização eficaz que consiga alavancar a persecução em nível racional. Com efeito, cuida-se de preocupação não apenas de controle penal, mas também do controle para coibir a malversação do dinheiro público, a falta de estudo e de planejamento dirigidos aos gastos e, em última análise, ao déficit na concretização de direitos sociais que dependem do bom uso da coisa pública. Para tanto, pretende-se buscar, junto ao CNMP (ou ao CNJ), a partir das tabelas de taxonomia, quantas ações criminais foram ajuizadas, considerando os códigos-fonte que alimentam os sistemas do PJe, para os crimes previstos no artigo 359, de A a H, do CP. Além disso, é aplicado um questionário qualitativo em grupo de procuradores de contas, visando obter a percepção deles acerca da capacidade e da autonomia do MPC, para lidar com os dados que circundem estes possíveis delitos, e serão realizadas entrevistas exploratórias com membros do MPDFT e do MPC junto ao TCDF que trabalharam com a matéria, a fim de perquiri-los sobre os aspectos sensíveis ligados a este tipo de persecução penal.

Palavras-Chave: finanças públicas; agências de controle; institucionalidade; tecnologia; dogmática penal.

A INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NO PROCESSO ARBITRAL E A SEGURANÇA JURÍDICA NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

João Paulo Santos Borba – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
joao.borba@sempreceub.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

A preservação da autonomia do método de solução de disputas relacionadas a contratos administrativos complexos tem relevância na decisão estratégica de o setor privado investir em empreendimentos públicos, visto que a longa duração dos contratos, os vultosos recursos financeiros a ser aplicados e a complexidade da matéria representam fatores que são avaliados racionalmente pelos agentes econômicos. Logo, a criação de ambiente negocial confiável é imprescindível para a atração de recursos privados oriundos dos grandes agentes econômicos que pretendem investir em empreendimentos públicos, como, por exemplo, contratos de concessão de serviços públicos. Destaque-se que a opção de utilização da arbitragem em contratos administrativos complexos reduz os custos financeiros e os riscos jurídicos do negócio, o que representa fator positivo na avaliação estratégica do agente econômico que pretende realizar investimentos em empreendimentos públicos. A celeridade na resolução do litígio e a competência técnica dos julgadores, entre outras características, fazem que a arbitragem represente fator a estimular o setor privado a disputar concessões de serviços públicos, na medida em que atende o interesse dos agentes econômicos na proteção dos investimentos realizados. Assim, a utilização da arbitragem como elemento da política pública de atração de investimento privado deve ser aprimorada, no sentido de manter e ampliar a criação de ambiente negocial favorável com a administração pública. Diante desse contexto, a possibilidade de o Poder Judiciário intervir no processo arbitral, inclusive, anulando as sentenças arbitrais, fragiliza a utilização da arbitragem como instrumento de política governamental de atração de investimentos. Diante desse contexto, a pesquisa perquire se é necessário reformular os limites legais de interferência do Poder Judiciário no processo arbitral, como forma de preservar a opção de utilização da arbitragem como elemento da política pública de atração de investimentos privados para realização de grandes empreendimentos públicos. A análise que se pretende realizar é baseada na avaliação metodológica qualitativa e na análise de conteúdo. A coleta de dados é efetuada mediante pesquisa de decisões judiciais proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), sobre as situações de intervenção do Poder Judiciário no processo arbitral. A delimitação da pesquisa ao STJ decorre de que a citada Corte é responsável por uniformizar a interpretação da legislação federal em todo o Brasil, inclusive da legislação de arbitragem. A pesquisa inicial demostra que as decisões emanadas pelo STJ foram no sentido de preservar a autonomia da arbitragem como método escolhido voluntariamente pelas partes para a resolução de disputas contratuais. O objetivo geral do estudo que se pretende abordar é investigar se a utilização da arbitragem como política pública para atração de investimentos privados requer aperfeiçoamento da



legislação da arbitragem sobre os limites legais de atuação do Poder Judiciário no processo arbitral.

Palavras-Chave: arbitragem; política pública; Poder Judiciário; limites de intervenção.

A LEGÍSTICA NA CRIAÇÃO DAS TESES PROFERIDAS NOS RECURSOS JUDICIAIS PARADIGMÁTICOS: PERSPECTIVAS DE ADEQUAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES NO PARADIGMA DE CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL

Renato Cesar Guedes Grilo – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
renatogrilu@hotmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

O objeto da pesquisa do doutorado tem como foco o problema da reclassificação das fontes primárias do direito e da política judiciária no contexto da formulação de teses repetitivas e de repercussão geral. A pesquisa está concentrada no contexto do julgamento de demandas repetitivas, sob a ótica das fontes formais do direito e da teoria da separação dos poderes. Constata-se que o Supremo Tribunal Federal já contém quase 1.300 temas submetidos à análise da sistemática da repercussão geral, tendo firmado teses com aparente forte carga normativa primária. Nesse contexto, durante a presidência do ministro Luiz Fux, foi editada Recomendação n. 134, de 9/9/2022, que, em seu artigo 1º, estabelece o sistema de precedentes representar nova concepção de jurisdição, em que o Poder Judiciário procura não apenas resolver, de modo atomizado e repressivamente, os conflitos já instaurados, mas preocupa-se em fornecer, de maneira mais estruturada e geral, respostas às controvérsias atuais, latentes e potenciais, a fim de propiciar a efetiva segurança jurídica. Diante disso, o problema de pesquisa questiona se os temas de repercussão geral do supremo tribunal federal são fonte formal primária do direito, interferindo na concepção de separação dos poderes. Se sim, indaga-se se o protagonismo do Judiciário recomenda mudança de comportamento institucional. Nesse contexto, constata-se que, diferentemente do controle de constitucionalidade, no qual o Supremo comunica ao Legislador a sua decisão, o tema de repercussão geral é a comunicação direta entre STF e cidadão. Como exemplo, o problema a ser solucionado no Tema 1.236 indica que a pessoa natural com mais de 70 anos que resolva casar-se, por força do Código Civil, tem como regime obrigatório de bens o de separação. Entretanto, para os casos de união estável iniciada após os 70 anos, nada diz a Lei. Assim, questiona-se qual é o regime de bens aplicável àqueles que iniciam uma união estável após os 70 anos. O legislador não solucionou esse problema, mas o Supremo Tribunal Federal indicará, *erga omnes*, dizendo o direito. A questão central da pesquisa, portanto, está focalizada na teoria geral do direito, especificamente sobre os temas de fontes do direito e de separação dos poderes. Em uma frase, indaga-se como o sistema de teses impacta a tradicional visão das fontes do direito e da separação dos poderes. Por hipótese, compreende-se que as teses judiciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça são fonte formal primária do direito, interferindo na concepção clássica de separação dos poderes, a recomendar a adoção de técnicas de legística para a sua produção, na ambiência de uma ética fraternal de alteridade.

Palavras-Chave: legística; teses judiciais; separação dos poderes; constitucionalismo fraternal.

A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA E A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA LUTA CONTRA AS DESIGUALDADES SOCIAIS

Giselle Feliz Santiago – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
gisellesantiago1501@gmail.com
José Levi Mello do Amaral Júnior – CEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

A presente tese tem como objetivo a sugestão de novas políticas públicas, para melhor atender as mulheres com deficiência, que, frequentemente, são marginalizadas em todos os campos da sua vida. Isso faz que a luta seja apoiada na não discriminação e na igualdade material, pois as diferenças existem, e elas devem ser respeitadas e representadas na sociedade. O objetivo é elucidar as medidas necessárias para garantir que essas mulheres não apenas sobrevivam, mas também prosperem em seus anseios e que a sociedade as respeite e valorize-as em todas as suas dimensões. No primeiro capítulo, aborda-se a proteção constitucional dos direitos das mulheres com deficiência e, conseguintemente, os contornos dados ao Estatuto da Pessoa com deficiência, Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, assim como as críticas tecidas, e sintetizam-se alguns obstáculos enfrentados a ser esmiuçados ao longo da pesquisa. No segundo capítulo, trata-se da questão da igualdade constitucional, referente às mulheres com deficiência, dos direitos da cidadã, da proteção social no trabalho e da exclusão. Em seguida, no terceiro capítulo, a tratativa no contexto dessas mulheres é no contexto mundial, adentrando o multiculturalismo, as minorias, as perspectivas inclusivas e o estigma social que circundam a vida delas. Logo, no quarto capítulo, a abordagem é mais abrangente na relação de gêneros e no enfrentamento das vulnerabilidades, da violência em geral no contexto feminino, assim como na superação e na resiliência por parte delas. Adiante, no quinto capítulo, examina-se a situação no mercado de trabalho, a escolarização, o acesso ao trabalho e a questão do capacitismo enfrentado por essas mulheres. Por fim, no sexto e último capítulo, a tese apresenta o ineditismo com uma proposta de criação de política pública inclusiva voltada para as mulheres com deficiência. A CF/88 estabelece os direitos e os deveres de seus cidadãos e orienta o funcionamento do Estado. Nela, refletem-se os valores mais profundos de uma sociedade e a visão de mundo que ela deseja construir.

Palavras-Chave: mulheres; política pública; igualdade constitucional; Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A REGULAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA NO DIREITO INTERNACIONAL DOS INVESTIMENTOS

Leonardo Vieira Arruda Achtschin – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
leovarruda@sempreceub.com
Nitish Monebhurrun – CEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

A pesquisa busca analisar o instituto da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) em tratados de investimentos, investigando seu papel na interpretação dos direitos conferidos a investidores estrangeiros, em tratados bilaterais de investimentos (TBI). Até então concebido para proteger os interesses dos investidores, o regime do direito internacional dos investimentos passa por um processo de revisitação, no sentido de conferir maior equilíbrio à relação entre o Estado receptor de investimentos e os investidores. Nesse processo, encontra-se o instituto da RSC voltado para a busca de uma contribuição dos investidores para a promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países receptores de seus investimentos. Embora se caracterize como um parâmetro com *status* de *soft law*, não ensejando deveres vinculantes para as empresas estrangeiras, o referido instituto, presente expressamente em alguns TBI, não pode ser compreendido como destituído de qualquer funcionalidade no âmbito de um tratado de investimentos. Assim, ainda que guarde a característica de voluntariedade, é avaliada a potencial utilização da RSC como mecanismo de interpretação dos direitos dos investidores estrangeiros. Nessa compreensão, a RSC funcionaria como vetor analítico do grau de proteção jurídica a ser conferida ao investidor em dois sentidos: interpretação dos próprios padrões de tratamento (garantias substanciais); interpretação para a adjudicação de direitos em nível de solução de controvérsias (garantias procedimentais). A análise dessa função da RSC dá-se a partir da investigação decomposta de seus principais objetos de tutela jurídica: a proteção do meio ambiente; a proteção das relações de trabalho; a proteção dos direitos humanos; as medidas anticorrupção. Para a testagem da hipótese, a pesquisa vale-se do método empírico em suas dimensões quantitativa e qualitativa. A dimensão quantitativa dá-se mediante a coleta, a manipulação e a análise de dados obtidos, permitindo determinar a relevância de diferentes fatores de evolução do direito dos investimentos. A dimensão qualitativa dá-se por meio de pesquisa de campo (entrevistas e questionários), possibilitando uma avaliação da dinâmica de mudança de comportamento no cenário do direito dos investimentos, por vezes, inviável de captação por meio do método quantitativo. Faz-se a pesquisa bibliográfica de livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, capazes de aportar descobertas recentes.

Palavras-Chave: tratados de investimentos; responsabilidade social corporativa; regulação.

ABORDAGEM POLICIAL COMO FASE INICIAL DA POLÍTICA CRIMINAL DE DROGAS

Antonio Carlos Alves Linhares – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
aca.linhares@gmail.com
Bruno Tadeu Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

O estudo objetiva avaliar as abordagens policiais, incluindo buscas pessoais e ingressos domiciliares como fase inicial da política criminal de drogas no país. Tendo em conta que o tipo penal de tráfico de drogas é responsável por cerca de trinta por cento dos encarceramentos do país, associado ao fato de que, majoritariamente, tais prisões são realizadas em flagrante delito, em decorrência de abordagens domiciliares ou em via pública e que o processo ocorre sob a forma de cilindro, inviabilizando hipóteses de defesa processual, eis que basta, para o início do procedimento, o depoimento do policial condutor do flagrante e a apreensão de droga. Assim, o estudo da forma como ocorrem as abordagens é crucial para a compreensão do processo de criminalização secundária da espécie. A avaliação é realizada mediante dados de abordagens policiais daqueles estados que deles dispõem e que já estejam veiculados em estudos pregressos bem como em dados da SSP/DF. É realizada também a análise dogmática das buscas pessoais como meio de obtenção de prova de natureza cautelar, com regulação no CPP e como medida atinente ao poder de polícia de cariz discricionário pela PM. Além disso, é feita a análise crítica da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, do STF e do STJ sobre a temática. É examinada a política criminal como política pública, e são avaliados os resultados de tal política veiculada mediante a Lei de Drogas e sua implementação, tomando a abordagem policial como burocracia em nível de rua.

Palavras-Chave: abordagem policial; busca pessoal; política criminal; drogas.

ANÁLISE ECONÔMICA DO REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA

Arthur Lachter – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
alachter@gmail.com
Ivo Teixeira Gico Júnior – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

A tese é focalizada na análise do regime jurídico da magistratura nacional a partir das disposições regulamentares previstas na Constituição, na Lei Orgânica da Magistratura e nos Atos Normativos expedidos pelo CNJ, sob a ótica exoprocessual, em busca de meios de alcançar a maior eficiência produtiva possível na atividade adjudicativa. Para tanto, é realizada uma discussão científica sobre o impacto de determinados incentivos regulamentares na atuação dos julgadores, além da análise profunda da organização industrial do Poder Judiciário. Ademais, é usada como base a teoria dos incentivos e especificamente a relação entre os incentivos efetivamente disponíveis, para o julgador alcançar o melhor resultado possível do ponto de vista da eficiência produtiva. A regulação da atuação dos magistrados, fora do âmbito jurisdicional, também leva em consideração a relação entre os colegas (agentes) a partir da teoria dos times, para tentar entender se os membros do Poder Judiciário efetivamente trabalham em equipe e como sua atuação interfere na melhor qualidade do resultado atualmente entregue à população. Além de incentivos gerais, como regras de remuneração e regras de movimentação na carreira (promoção e remoção), são analisados os incentivos específicos, como a carga horária desempenhada e o veto a atividades concorrentes ao exercício da judicatura. Da mesma forma, são abordados a criação e o cumprimento das metas impostas aos julgadores e qual é o seu resultado concreto. Ao fim, são analisados os resultados à luz dos critérios e das diretrizes da análise econômica do direito, para, efetivamente, apontar se o regime jurídico, como o existente, funciona da melhor forma possível e, caso não funcione, qual é o caminho mais adequado para aprimorá-lo.

Palavras-Chave: eficiência; regime jurídico; magistratura.

ANÁLISE HISTÓRICO-JURÍDICA DO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO E SOCIAL DA POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA ENTRE 1923 E 2023 E ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Fabrício Augusto da Silva Martins – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
contato@fabriciomartins.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva– CEUB, professor orientador
frederico.barbosa@ipea.gov.br

Este projeto de pesquisa de doutorado tem como foco a análise histórico-jurídica das instituições democráticas na política pública previdenciária. Para tanto, busca-se avançar no conhecimento específico e oferecer conhecimento inovador acerca da evolução da política previdenciária à comunidade acadêmica e profissional, abordando questões relacionadas às instituições do Estado democrático de direito e ao desenvolvimento político e social. A metodologia inclui pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo com revisão detalhada da literatura jurídica vigente entre 1923 e 2023 e outras fontes. Propõe-se a identificação dos padrões e a evolução das instituições democráticas na gestão da política social previdenciária. A pesquisa tem relevância, ao mostrar mudanças e conquistas sociais na política, auxiliando a formulação de políticas inovadoras e eficazes para a sociedade, ao enfrentar desafios e melhorar as normas no contexto previdenciário.

Palavras-Chave: análise histórico-jurídica; política pública previdenciária; desenvolvimento político e social; evolução institucional; gestão previdenciária.

APRIMORAMENTO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EFETIVIDADE DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL NO ESTADO DE MATO GROSSO

Thiago Cícero Serra Lyrio – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
tcsl7@hotmail.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

A análise das funções da administração pública, do Poder Judiciário, do Registro de Imóveis e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) evidencia a interação destes atores sociais na política pública da regularização fundiária. Nessa esteira, almeja-se entender se as elaborações e os debates das políticas públicas estão avançando na efetivação da regularização fundiária rural. As antípodas forças caracterizadas pelos latifundiários e pelos assentados lutam incessantemente, para obter benefícios e vantagens para a sua categoria na elaboração das políticas públicas de regularização fundiária rural. Entretanto, esse procedimento afeta, macula e adia direitos e garantias postos aos cidadãos tanto na obtenção de um crédito rural quanto na aquisição de um lote de assentamento. A efetividade na implementação pode ser influenciada negativamente, pela falta de possibilidade de ação do Incra e pela falta de acesso de financiamento junto às instituições financeiras, em razão de conflitos oriundos da elaboração das políticas públicas em instâncias superiores, muito longínquas da terra em debate. Pretende-se expor que, na verdade, o conflito nas políticas públicas da regularização fundiária rural é complexo e farto de interesses, que há avanço de efetividade nesta esfera, entrementes o potencial que se vislumbra é o de resultados mais expressivos. Busca-se consolidar a política de ordenamento territorial com a produção sustentável, garantindo a segurança necessária à regularização e preservando os interesses do Estado no atendimento aos anseios sociais. O objetivo é pesquisar se há avanços portentosos e consideráveis nos elementos da funcionalidade e da efetividade da política pública para a implementação da regularização fundiária rural no estado de Mato Grosso. De forma mais específica, os objetivos descrevem-se em estudar e facilitar a viabilização de: verificar as ações empreendidas para a elaboração e a execução da política pública da regularização fundiária rural; atualizar os instrumentos de política de regularização fundiária rural; analisar criticamente as ações e as contribuições do Incra, do Poder Judiciário e do Registro Imobiliário para a implementação da regularização fundiária rural; investigar a situação fundiária da região e os avanços alcançados com a implementação da regularização fundiária rural; examinar se o direito à propriedade, o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas foram alcançados com a implementação da regularização fundiária rural. O trabalho fundamenta-se no estudo da Constituição e de leis federais relativas às políticas públicas na regularização fundiária rural e às leis dos Registros Públicos mediante análise instrumental, com enfoque normativo e jurídico. São utilizados o método dedutivo e o monográfico. Como técnica de pesquisa, são utilizadas a pesquisa documental e a bibliográfica. Em seguida, analisa-se o vínculo e o campo em que se encontram e partilham informações sobre as políticas

públicas e os registros públicos, elaborando-se uma pesquisa empírica, documental e normativa.

Palavras-Chave: regularização fundiária rural; INCRA; registro de imóveis; estado de Mato Grosso.

AS PLATAFORMAS DE *ONLINE DISPUTE RESOLUTIONS* E O ACESSO À JUSTIÇA: O PODER JUDICIÁRIO E A IDEOLOGIA NEOLIBERAL PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO REFLEXO DA APOROFOBIA

Marcelo Sant'Anna Vieira Gomes – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
marcelo.vgomes@sempreceub.com
Jefferson Carlos Carús Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br
Flavia Pereira Hill - UERJ, professora coorientadora

A utilização da tecnologia no Poder Judiciário vem, cada vez mais, influenciando o formato com que as soluções de conflitos ocorrem no cenário jurídico. O artigo 196 do CPC estabelece que o Conselho Nacional de Justiça tem como função a implementação gradativa de avanços tecnológicos nos tribunais. No entanto, o que se percebe, na atualidade, é que a preocupação com a quantidade em detrimento da qualidade se torna a mola propulsora de toda a discussão. Com uma ideologia neoliberal, pretende-se estabelecer que a utilização de tecnologia tem sido a chave para a solução de conflitos. Em detrimento disso, está a falta de acesso da população pobre a condições básicas de conectar-se com todo esse aparato, para buscar o acesso à justiça. A partir disso, observa-se a utilização de políticas públicas despreocupadas com essa parcela da população, transparecendo serem políticas públicas aporofóbicas. Em outras palavras, se a perspectiva do acesso à justiça pensado desde os debates trazidos por Mauro Cappelletti e Bryant Garth era incluir a tentativa de solucionar conflitos latentes de maneira efetiva, a tecnologia pode não estar cumprindo seu papel de maneira efetiva. Com isso, em uma perspectiva preliminar, diante de alguns questionamentos realizados ao Conselho Nacional de Justiça, não aparenta ser essa uma preocupação de nossos gestores, o que demonstra grave estigma que vem sendo criado. Com base nesse debate, pretende-se realizar uma abordagem sistêmica, de modo a questionar se a utilização do *Relatório Justiça em Números* como paradigma de efetividade do Poder Judiciário, de fato, demonstra um avanço em termos de redução de conflituosidade.

Palavras-Chave: acesso à justiça; *online dispute resolution*; aporofobia; políticas públicas digitais; conflituosidade.

CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO PODEROSO COMO PRESSUPOSTO PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPERADAS PELA POLÍTICA PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR

Ana Carolina Figueiró Longo – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
ana.longo@ceub.edu.br
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

As políticas públicas para o ensino jurídico estabelecem que os cursos devem constituir currículos que permitam preparar indivíduos capacitados para compreender o universo que os cerca, com um olhar humanizado e sensível às diferenças sociais, de modo a resolver os complexos desafios da sociedade, ainda que desconhecidos, neste momento. A doutrina tem-se mostrado sempre atenta às necessidades de mudanças no sistema de ensino e nas adaptações fundamentais às mudanças sociais, e as evidências produzida pelos expertos têm influenciado os decisores nas definições orientadoras do trabalho das instituições de ensino. A academia critica essa abordagem, defendendo a educação que estimule o pensamento crítico e capacite os estudantes, para implementar mudanças sociais. No entanto, mesmo com mudanças estabelecidas pelo Estado, com a influência das evidências científicas, a qualidade dos cursos de Direito ainda está centrada no conteúdo técnico, refletindo em métodos de avaliação que priorizam a memorização de conhecimento em detrimento do desenvolvimento de habilidades e competências. O que se percebe, contudo, é que as políticas públicas para a educação jurídica não observam a integralidade das críticas que influenciam suas alterações. Enquanto a crítica feita à política pública se volta à forma como os alunos devem ser expostos a um conhecimento poderoso e, portanto, de que forma o currículo ativo ou a pedagogia devem ser estruturados, as políticas públicas concentram-se na edição de atos normativos com a eleição dos conteúdos técnicos mais importantes para a formação profissional. Do que se percebe, portanto, é que os currículos devem conciliar elementos normativos com uma pedagogia ativa para realmente promover o conhecimento poderoso e desenvolver a capacidade crítica dos alunos. O enfoque apenas no currículo formal indica a prevalência de critérios avaliativos – intrínsecos e extrínsecos – que observam a compreensão destes conteúdos estabelecidos nos atos normativos estatais, deixando pouco espaço para que a pedagogia seja objeto de conformação pelo sistema de avaliação dos cursos. A consequência direta, pois, é a concentração da atividade, nas faculdades de Direito, no acúmulo de conteúdo, dada a necessidade de atender os critérios de qualidade do curso, estabelecidos pela menção que os alunos obterão nas provas a que se submeterão ao final do curso. A abordagem pedagógica crítica fica em segundo plano, pois não há exigência de observá-la nos critérios de avaliação das instituições de ensino. Portanto, é necessário avaliar as políticas públicas e as práticas dos cursos de Direito, de modo a compatibilizar, igualmente, as ações de implementação voltadas tanto para a construção de currículos formais, que elegem conteúdos poderosos, quanto, em igual monta, o currículo ativo, fomentando a prática docente

estimuladora da crítica. A pesquisa também investiga a matriz curricular do curso de Direito do CEUB em vigor desde 2021, cuja opção explícita é a implementação de um conhecimento poderoso para o currículo formal e o currículo ativo, de modo a verificar de que forma a concretização das alterações do paradigma do ensino se refletem no comportamento do aluno no cenário de avaliação estabelecido.

Palavras-Chave: educação jurídica; implementação de políticas públicas para a educação superior; conhecimento poderoso; currículo formal e ativo.

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O ALICERÇAMENTO DO HUMANISMO JURÍDICO COMO CATEGORIA CONSTITUCIONAL NA EDIFICAÇÃO DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

Alex Pires Andrade – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
alxpires@hotmail.com
Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto – CEUB, professor orientador
nara.ayresbritto@uniceub.br

A pesquisa intitulada "Contribuições da educação para a efetivação dos direitos fundamentais e o alicerçamento do humanismo jurídico como categoria constitucional na edificação de uma sociedade sustentável" fundamenta-se na premissa de que a educação é uma ferramenta essencial, para promover a efetivação dos direitos fundamentais e o desenvolvimento de uma sociedade sustentável. Mediante a análise das Escolas Famílias Agrícolas, a pesquisa explora como a educação pode contribuir para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capacitados para exercer a cidadania ativa e participativa. As Escolas Famílias Agrícolas, que combinam educação formal com práticas agrícolas, oferecem um modelo educacional que integra conhecimentos técnicos, habilidades socioemocionais e valores éticos e promove a formação dos indivíduos, preparando-os não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a vida em sociedade. Ao proporcionar a educação que valoriza tanto o conhecimento acadêmico quanto as práticas agrícolas, essas escolas ajudam a desenvolver cidadãos que são capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável. A pesquisa busca compreender como a educação, especialmente no contexto das Escolas Famílias Agrícolas, pode efetivar os direitos fundamentais, que incluem a educação, a saúde, o trabalho e a moradia e são essenciais para a dignidade humana e a justiça social. Ao investigar o papel da educação na efetivação desses direitos, a pesquisa pretende fornecer subsídios teóricos e práticos para a formulação de políticas públicas e práticas educacionais que promovam a garantia dos direitos fundamentais. Além disso, a pesquisa aborda o conceito de humanismo jurídico como categoria constitucional que enfatiza a centralidade da dignidade humana e dos direitos fundamentais na interpretação e na aplicação do direito. Ao alicerçar o humanismo jurídico como uma categoria constitucional, a pesquisa busca fortalecer a ideia de que a educação deve promover não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também o desenvolvimento ético e moral dos indivíduos. Em suma, destaca-se a importância da educação como um meio para promover a justiça social e a sustentabilidade. Ao analisar o modelo das Escolas Famílias Agrícolas, a pesquisa oferece *insights* valiosos sobre como a educação pode contribuir para a formação de cidadãos conscientes e participativos, capazes de construir uma sociedade mais justa e sustentável. Esses *insights* podem ser utilizados para orientar a formulação de políticas públicas e práticas educacionais que promovam a efetivação dos direitos fundamentais e o fortalecimento do humanismo jurídico.

Palavras-Chave: educação; democracia; fundamento constitucional.

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO: DESENHO CONSTITUCIONAL E REALIDADE

Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
jacquelineoliveira@sempreceub.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

Por meio do presente estudo, pretende-se buscar respostas acerca do verdadeiro papel exercido pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, verificando se está ou não conforme o desenho que lhe foi dado pelo texto constitucional. Após o período ditatorial, durante o qual garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público foram cassadas, a Constituição de 1988 conferiu ao Parquet o papel de instituição permanente, essencial à função jurisdicional, incumbindo-o da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, valores solapados durante o período de exceção. Resultante do controle abusivo exercido sobre o Ministério Público no período que precedeu a redemocratização do país, considerando a relevância dos valores cuja defesa lhe incumbiu o poder constituinte, não prevaleceram possíveis tentativas de criar formas de controle da atividade finalística de seus membros durante a elaboração da Constituição Federal de 1988, que conferiu ao Ministério Público autonomia funcional, administrativa e financeira e aos seus integrantes garantias e prerrogativas que permitissem exercer seus misteres livres de ingerências externas. Com o passar dos anos, constatou-se, todavia, a necessidade de criação de órgão de controle do Ministério Público, alavancado pelo movimento que crescia também em relação ao Poder Judiciário, o que, após longas discussões, resultou na criação do Conselho Nacional do Ministério Público e da Corregedoria Nacional, incumbida, entre outras ações, de receber reclamações e denúncias contra os membros da Instituição. Por meio de revisão bibliográfica e documental, busca-se analisar os fatos históricos e os principais projetos legislativos que precederam a criação do Conselho Nacional do Ministério Público e da Corregedoria Nacional, bem como suas atribuições e competências. Sequencialmente, pretende-se examinar a modelagem institucional da Corregedoria Nacional, as atribuições do corregedor e seu processo de escolha, assim como seus instrumentos de atuação e a relação com as Corregedorias locais. Em seguida, passa-se ao estudo das atribuições atípicas desenvolvidas pela Corregedoria Nacional, para analisar se se configura desvirtuamento de sua função constitucional e, ao final, concluir se a Corregedoria Nacional, em sua atual conformação, exerce, a contento, suas funções orientativa e fiscalizadora.

Palavras-Chave: Constituição Federal; Corregedoria Nacional do Ministério Público; arranjo institucional.

DA (IM)POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO INSTRUMENTO DE *TRUST* COMO MECANISMO DE TRANSFERÊNCIA DO ESTABELECIMENTO MERCANTIL NO DIREITO BRASILEIRO

João Paulo Vieira Deschk – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
jp.deschk@gmail.com
Daniel Amin Ferraz – CEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

O instituto anglo saxão denominado *trust* surgiu na Idade Média, como meio de transmissão de propriedade de terras e, após longo e intenso processo de transformação, apresenta-se na sociedade contemporânea como instrumento apto à administração de bens e direitos. Na configuração moderna, o *trust* ajusta-se perfeitamente ao dinamismo da atual noção de patrimônio, possibilitando melhor exploração do potencial de bens com razoável delimitação de riscos, propiciando maior segurança e inúmeras atividades típicas da sociedade contemporânea, entre elas, a securitização de créditos, as aplicações em fundos de investimento e os negócios imobiliários. O objetivo do trabalho é, além da pesquisa do instituto do *trust*, modelo advindo do direito anglo-saxão, mediante o disposto na Convenção de Haia, estudar e entender sua adaptação no direito da *Civil Law*, mais precisamente no direito brasileiro.

Palavras-Chave: *trust*; estabelecimento empresarial; transferência.

DA RAZOABILIDADE À PROPORCIONALIDADE: ANÁLISE DE TÉCNICAS PONDERATIVAS EM CONFLITOS NORMATIVOS EXTRASSISTÊMICOS NO STF

Jefferson David Azevedo Ramos – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
ramos.jefferson.br@gmail.com
José Levi Mello Do Amaral Júnior – CEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

O presente estudo explora a técnica ponderativa como um mecanismo fundamental para a resolução de conflitos normativos extrassistêmicos no contexto do direito constitucional brasileiro, com ênfase na análise das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). A partir da conjugação do critério da razoabilidade com o princípio da proporcionalidade, que, ambos, constituem a ponderação, esta pesquisa busca compreender a dinâmica que envolve a aplicabilidade destes elementos na solução de dilemas jurídicos, particularmente aqueles que envolvem as chamadas normas-princípios entre direitos fundamentais. O trabalho detalha como a razoabilidade e a proporcionalidade são atualmente empregadas no tocante a interferências em sede de direitos fundamentais e investiga a atual demanda social que vindica a ampliação de um esforço argumentativo para o aumento da aceitação das soluções levadas a efeito pelo STF. A pesquisa enfatiza o papel da argumentação racional dos ministros do STF, ressaltando como ela contribui para o controle social efetivo das decisões judiciais, particularmente em casos complexos que requeiram a argumentação robusta e a fundamentação rigorosa, para evitar arbitrariedades e reforçar a segurança jurídica. Utilizando a metodologia qualitativa com a abordagem indutivo-dedutiva, o estudo analisa relatos de casos, literatura especializada e decisões judiciais, enfocando conflitos normativos extrassistêmicos. A análise das legislações nacional e internacional proporciona uma base sólida para a revisão bibliográfica e a pesquisa documental. Os resultados esperados apontam para a possibilidade de que melhorias na aplicação da técnica ponderativa possam facilitar a resolução de conflitos normativos de maneira mais justa e equilibrada, reforçando a integridade do sistema jurídico e promovendo práticas mais transparentes no Brasil. O estudo visa contribuir para o aprimoramento da ponderação, propondo que a compreensão mais profunda e a uso criterioso de seus componentes podem conduzir à prática jurídica que responda, de forma mais consentânea, às necessidades e às expectativas da sociedade brasileira.

Palavras-Chave: ponderação; razoabilidade; proporcionalidade; argumentação.

DEBAIXO DA TERRA: A AGENDA DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL

Marcos André Alamy – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
malamy@terra.com.br
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

O objetivo da tese é analisar até que ponto o novo modelo regulatório do saneamento básico e as estratégias priorizadas pela Lei 14.026/2020 (Prestação de serviços regionalizada e incentivo à maior participação da iniciativa privada) se revelam mecanismos hábeis a promover, a partir de uma visão holística e estratégica, a universalização do saneamento básico no Brasil. A omissão governamental em relação a esse item pode ser percebida em metas repetidamente postergadas e longe de ser cumpridas, a exemplo, a persistência de inúmeros lixões. O pequeno volume de recursos públicos aplicados para a solução de problemas de drenagem urbana e o pífio montante destinado ao saneamento no Orçamento da União levam à baixa expectativa quanto à eficácia das novas diretrizes legais. De início, apresenta-se estudo crítico do ciclo de políticas públicas de saneamento básico no Brasil, destacando possíveis causas para a não priorização de tal agenda. Em seguida, passa-se a analisar pontos de tensionamento nos arranjos institucionais e territoriais do saneamento básico, antes e depois do Novo Marco Legal do Saneamento. A questão das metas de universalização do acesso e da efetiva prestação dos serviços é abordada com enfoque para os aspectos relacionados ao planejamento e à gestão de riscos. Conclui-se que o ciclo das políticas públicas é coberto de falhas. A edição e a reedição de marcos legais, por si sós, não implicam solução para a questão do acesso universal ao saneamento básico. Para alcançar o proposto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e teórica, priorizando a análise de conteúdo. A relevância do estudo está ligada à necessidade de repensar a agenda da política de saneamento básico no Brasil e, principalmente, adotar medidas efetivas condizentes com a modernidade da legislação.

Palavras-Chave: políticas públicas; universalização; saneamento básico; economia circular.

DEMOCRACIA: SUBSTANTIVO FEMININO

Nara Pinheiro Reis Ayres de Britto – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
nara.ayresbritto@gmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

O presente trabalho busca desenvolver a definição de democracia paritária. Tem como premissa as revoluções liberais. Para tanto, indaga-se sobre a democracia sem mulher, sobre o que é democracia. Como objetivo primário, a pesquisa busca construir o conceito epistemológico de democracia paritária. Também é desenvolvido no trabalho o que seria a Constituição de 1988 pela semântica, na perspectiva feminina, e busca-se encontrar o que seria feminismo e feminista de acordo com a Constituição. Por fim, o trabalho aborda a jurisprudência feminista dentro do STF e quando o STF começou a ser feminista sobre temas constitucionais difusos.

Palavras-Chave: democracia; feminismo; Constituição de 1988.

EFICÁCIA DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL DO DISTRITO FEDERAL

Paulo Rogério Santos Giordano – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
paulosgiordano@gmail.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

Na literatura especializada descreve-se uma série de causas que embaralham a questão da punição como fator de dissuasão da violência. Entre elas, especificamente em relação à ocorrência de homicídios, destacam-se os efeitos da sazonalidade – o modo de as pessoas relacionarem-se socialmente, aumentando ou diminuindo as oportunidades de práticas de crimes, é influenciado pelas diferentes estações do ano –, a relatividade da aceleração da criminalidade, que é diferente do aumento da taxa da criminalidade, pois, mesmo quando o crime ocorre, fazendo-se a comparação com outros períodos similares de tempo, é possível restar caracterizada a redução ou a desaceleração do crescimento da taxa e os fatores sociais facilitadores da criminalidade externos à ação do Estado, como desastres naturais, crises econômicas, aumento do percentual de pessoas jovens na população. Os efeitos profícuos das políticas de segurança podem também, paradoxalmente, arrevesar as conclusões sobre os resultados da política pública. O aumento geral de confiança no trabalho da polícia, muitas vezes, redunda em acréscimo no registro de crimes, embaçando a visão sobre os impactos, na verdade, positivos, produzidos nos índices de criminalidade. Efeitos não desejados ("perversos") das ações sociais igualmente têm o condão de confundir possíveis conclusões sobre a conveniência e o proveito das ações estatais. É o caso da destinação de recursos maiores, para ser aplicados em áreas mais conflagradas, que pode servir de incentivo ao fracasso na ânsia dos gestores em obter mais recursos públicos. Bons resultados obtidos a partir da política de segurança, não raro, geram o que se classifica de "resultados paradoxais", como a mudança geográfica da atividade criminosa, ou mesmo o tipo de crime, bem como o desenvolvimento de novas técnicas pelos criminosos, tudo de modo a confundir as avaliações sobre o cabimento e a indicação das ações estatais. Os autores Sachsida et al. avaliaram o impacto das políticas públicas de repressão nas taxas de homicídios de diferentes estados da federação brasileira, fazendo uso de dados referentes aos anos de 2003 a 2009. Para alcançar o objetivo a que se propuseram, elaboraram um quadro com todas as variáveis que podem influenciar as taxas de homicídios; em seguida, consideraram, na equação, apenas aquelas especificamente relacionadas a políticas de repressão do Estado, ou seja, taxas de homicídios ocultos, taxa de policiais militares por cem mil habitantes, taxa de policiais civis por cem mil habitantes e taxas de encarceramento. A conclusão a que chegaram é que, em alguns estados brasileiros, a variação positiva na taxa de policiamento, efetivamente, contribuiu com a redução dos homicídios, mas, em outros, não houve efeitos práticos substanciais, o que esbarra nas perorações de estudo clássico sobre o assunto, de Levitt, segundo o qual haveria direta proporção entre o aumento do número de policiais e a baixa no número de homicídios.

Palavras-Chave: eficácia; sistema judicial; efeitos.

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ALTO VALOR AGREGADO

Andrea Karla Cavalcanti da Mota Cabral de Oliveira – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
andreakarlacavalcanti@gmail.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

A finalidade da tese é investigar a razão de a pauta brasileira não se basear em produtos de alto valor agregado, ou seja, aqueles que foram alvos de vários processos industriais. Preliminarmente, analisam-se os mercados para o comércio exterior brasileiro, quanto a produtos altamente industrializados, apontando dificuldades no financiamento, na obtenção de garantias e de seguros à exportação, além da questão tributária e tarifária. Agregue-se a isso a investigação das dificuldades de governança no tocante à exportação, como também a incompreensão de parte das autoridades sobre as características do comércio exterior de bens de alto valor agregado, o que leva a decisões ineficientes. A partir do retrato da exportação brasileira de produtos de alto valor agregado, apresenta-se diagnóstico das principais falhas, e evidenciam-se possíveis saídas para os imbróglios da exportação, no Brasil. O comércio internacional brasileiro indica forte retração nas exportações dos itens de maior valor agregado, que são considerados essenciais para ratificar o grau de avanço tecnológico na economia de um país. Destaca-se que há elevada concentração de produtos primários e extrativistas na pauta de exportações brasileiras. O comércio exterior é de fundamental importância para o desenvolvimento econômico, e a existência de programas de apoio estruturado, o conhecimento e o acesso a eles podem auxiliar as empresas em sua expansão internacional. Conclui-se que a falta de programa governamental estruturado para exportação de produtos de alto valor agregado e as dificuldades na governança prejudicam o avanço dessa pauta de exportação. Ademais, a incompreensão de parte das autoridades sobre as características do comércio exterior de bens de alto valor agregado leva a decisões ineficientes.

Palavras-Chave: exportação; produtos de alto valor agregado; financiamento; garantias; programa governamental estruturado.

FUNDAMENTOS DO DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL

Bernardo Pablo Sukiennik – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
pablo.sukiennik@yahoo.com
Marcia Dieguez Leuzinger – CEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A questão do fundamento do Direito Internacional tem a função prática de entender o motivo pelo qual os Estados nacionais respeitam esse direito. Geralmente, há três mecanismos aos quais as pessoas de DI obedecem: a coerção, o autointeresse e a percepção por parte do Estado de que certa regra ou instituto deve ser respeitado. Cada um deles pode influenciar o mesmo Estado, dependendo da matéria. Cada caso concreto indicará qual mecanismo prevaleceu na tomada de decisão. Não se pode estabelecer um padrão para todos os Estados, em todos os assuntos, em todos os tempos. Diante disso, filiar-se à corrente jusnaturalista-objetivista é subestimar os mecanismos da coerção e do autointeresse. Por outro lado, adotar o voluntarismo positivista é negligenciar a capacidade constitutiva do Direito Internacional, uma vez que se insere no conjunto de crenças jurídicas dos Estados. Logo, conjectura-se que, isoladamente, ambas as hipóteses apresentam limitações, resultando em uma compreensão incompleta e parcial do fenômeno jurídico em questão. Em suma, as teorias em debate não se excluem, pelo contrário, complementam-se. Há que se mudar o método de observar a questão do fundamento do Direito Internacional: ao invés de filiar-se a uma corrente e tentar encaixar o fato à teoria, há que se avaliar, em cada situação, qual mecanismo explica a tomada de decisão. A necessidade de estudos multidisciplinares sobre os fenômenos mundiais é explorada, considerando a possibilidade de que conhecimentos provenientes de fora do âmbito jurídico possam oferecer novos elementos ao debate sobre o fundamento do DIP. Acredita-se que esta metodologia de análise contribua para entender a obrigatoriedade da aplicação do Direito Ambiental Internacional.

Palavras-Chave: auto-autointeresse; coerção; *opinio juris*.

IMPACTOS DAS MUDANÇAS POLÍTICO-SOCIAIS NA ORGANIZAÇÃO E NO FUNCIONAMENTO DOS *THINK TANKS*: O CASO DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reinaldo Rossano Alves – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
reinaldorossano@yahoo.com.br
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

O campo de estudo político-criminal no Brasil tem despertado o interesse de pesquisadores. O mapeamento da produção legislativa penal evidencia os diferentes interesses envolvidos na produção do direito penal e processual penal. Certamente, há uma diversidade de visões de penalistas e criminólogos sobre a intervenção penal. Além disso, é desejável que as políticas públicas sejam submetidas a instrumentos e parâmetros para a avaliação de resultados, o que reforça o papel que a *expertise* pode desempenhar tanto no momento da idealização dos projetos quanto na avaliação das formas de implantação. Nesse contexto, os *think tanks* são instituições que operam na fronteira entre o mundo acadêmico e a esfera governamental. Assim, remete-se à discussão entre intelectuais e poder, ou seja, são centros de formação, radiação e difusão de ideias que, por meio da *expertise* política, estabelecem uma luta pela hegemonia, permitindo focalizar o nexo do poder e do conhecimento para melhor compreensão da gama de atores que desempenham um papel na produção e na reprodução de discursos politicamente relevantes. No Brasil, a literatura vem reconhecendo alguns órgãos estatais como *think tanks*, como o IPEA. No campo da política criminal, vislumbra-se o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) como um dos *think tanks* mais influentes, pois trata-se de uma organização sem fins lucrativos cuja missão é atuar como um espaço permanente e inovador de debate, articulação e cooperação técnica para a segurança pública no Brasil; além disso, estrutura suas atividades em torno de um pensamento estratégico que valoriza a informação como eixo de transformação e mudança social. A influência desses grupos no campo da política criminal, em especial na produção legislativa, é tema pouco explorado na literatura. Ademais não foram identificadas discussões acerca dos impactos das mudanças político-sociais, como, por exemplo, a transição de governos, na organização e no funcionamento desses grupos, ou seja, como eles se organizam e atuam em face dessas mudanças. Assim, o objetivo geral do trabalho é identificar os impactos das mudanças político-sociais na organização e no funcionamento dos *think tanks*, especificamente o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). A pesquisa pretende demonstrar a hipótese de que as mudanças político-sociais impactam a organização e o funcionamento dos *think tanks*, abordando a atuação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública nesses períodos, no campo da política criminal e na produção legislativa penal e processual penal.

Palavras-Chave: *think tanks*; políticas públicas; fórum; segurança; pública.

LIMITES CONSTITUCIONAIS À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E LIMITES DOS LIMITES

Amilar Domingos Moreira Martins – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
amilar.martins@sempreceub.com
Jefferson Carlos Carús Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.com.br

A tese propõe uma análise detalhada dos desafios e das restrições constitucionais relacionados ao uso da Inteligência Artificial (IA) na sociedade brasileira. Inicialmente, a pesquisa debruça-se sobre a definição e a conceituação da IA, explorando suas diversas aplicações e o impacto crescente na vida cotidiana e nas estruturas sociais. Em seguida, aborda-se o conceito de limites constitucionais, fundamentando-se na teoria dos limites dos limites, que busca identificar não apenas as restrições impostas pela Constituição, mas também as possíveis limitações a essas restrições. Essa teoria é fundamental, para entender a elasticidade dos direitos e das garantias constitucionais, especialmente em um contexto de rápidas inovações tecnológicas. O estudo examina como os princípios constitucionais, quais sejam a dignidade da pessoa humana, a privacidade, o direito autoral, a liberdade e a igualdade, são afetados pela introdução de tecnologias de IA. Além disso, são explorados os desafios éticos e legais que emergem com o uso de algoritmos, como discriminação algorítmica e a necessidade de transparência e responsabilidade nas decisões automatizadas. A tese conclui com uma reflexão sobre a necessidade de um marco regulatório robusto que equilibre a inovação tecnológica com a proteção dos direitos fundamentais, reconhecendo, contudo, os limites que o próprio sistema jurídico impõe ao controle da IA. Essa discussão inclui a análise crítica de como o direito pode, ou não, acompanhar o ritmo das inovações tecnológicas, destacando a importância de uma abordagem dinâmica e adaptativa na interpretação e na aplicação das normas constitucionais.

Palavras-Chave: inteligência artificial; limites; Constituição Federal.

LOBOS EM PELE DE CORDEIRO: OS JUIZADOS ESPECIAIS E O MITO DO ACESSO À JUSTIÇA

Victor Hugo Gebhard de Aguiar – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
gebhard.vh@gmail.com
Jefferson Carlos Carús Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@uniceub.br

A pesquisa tem como objetivo analisar a efetividade dos Juizados Especiais como meio de promover o acesso à justiça em litígios de menor complexidade e valor econômico. Para isso, são explorados e desvendados os contornos históricos, sociais e jurídicos da criação dos Juizados Especiais, que foram apresentados como uma alternativa, para corrigir deficiências estruturais do Poder Judiciário no tratamento desse tipo de litígio. Além disso, abordam-se os desafios enfrentados pelos Juizados Especiais, incluindo o risco de arbitrariedades por parte dos magistrados e as possíveis inconstitucionalidades relacionadas à sua criação. Também se desenvolve análise a respeito do impacto socioeconômico da criação dos Juizados Especiais na forma de prestação da atividade jurisdicional, com enfoque em possível segregação das classes sociais de menor renda. Outro aspecto relevante da pesquisa é a análise do enraizamento dos Juizados Especiais na cultura social e jurídica brasileira, com destaque para sua associação com demandas de consumo e sua estrita relação ao fenômeno da "litigiosidade contida". Em um viés sociojurídico, fazem-se apontamentos sobre as particularidades dos Juizados Especiais que incentivam a litigiosidade e proporcionam um esvaziamento de meios alternativos de solução de conflitos. Ademais, a tese examina a falibilidade dos Juizados Especiais como instrumento de promoção do acesso à justiça efetivo, sobretudo quando considerada a condição desigual à qual o procedimento sumaríssimo submete as partes. Nesse contexto, também se questiona a prometida simplicidade dos Juizados Especiais, onde ainda há forte apego às tradições jurídicas e aplica-se um procedimento lacônico com um sistema recursal exageradamente complexo e sem um órgão efetivo de uniformização da jurisprudência. Ao final, são apresentados elementos, indicando que os Juizados Especiais são inadequadamente utilizados como instrumento de desafogo do Poder Judiciário em detrimento do acesso efetivo à justiça. Em linhas gerais, a pesquisa busca fornecer uma avaliação crítica dos Juizados Especiais, destacando suas limitações como mecanismo para garantir efetivamente o acesso à justiça, permitindo reflexões para o aprimoramento do procedimento sumaríssimo e do tratamento das causas de menor complexidade ou valor econômico.

Palavras-Chave: juizados especiais; procedimento sumaríssimo; acesso à justiça; litigiosidade.

MIGALHAS ALÉM DA FOME: O DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Mariana Amorim Murta – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
mariana_murta@hotmail.com
Marcelo Dias Varella – CEUB, professor orientador
marcelodvarella@gmail.com

O presente trabalho tem por objetivo entender se as políticas brasileiras de segurança alimentar e nutricional (San) são efetivas ou não. Importante faz-se a compreensão das políticas de San brasileiras quando se diz respeito ao direito humano à alimentação adequada. O objetivo da tese consiste em analisar a construção do quadro normativo-jurídico do direito à alimentação no desenho das políticas públicas de San, bem como os riscos oferecidos pelos alimentos, como fatores decisivos para as condições de saúde e nutrição da sociedade. Para tanto, pretende-se analisar normas, diretrizes e principais temáticas atinentes ao assunto por meio de pesquisa instrumental, para a subsequente categorização dos atores sociais e estatais, de acordo com suas respectivas estruturas institucionais, a fim de analisar a gestão e a implementação das políticas públicas de San. Por fim, é estudada a relação entre os ciclos de formação das políticas de San e o processo decisório dos gestores envolvidos para a compreensão da substantivação do direito humano à alimentação adequada, realizando-se uma pesquisa empírico-documental e normativa. Conclui-se que a agenda de nutrição e alimentação no país vem sendo proposta e defendida de maneira transversal às demais ações de saúde, tendo em vista que, embora sua formulação, execução e avaliação se encontrem inseridas nas atividades e nas responsabilidades do sistema de saúde, são apresentados contornos e intersecções próprios do campo amplo e intersetorial da Segurança Alimentar e Nutricional. Assim, recomenda-se a adoção, por parte de instituições públicas e privadas, de novas medidas capazes de orientar as escolhas alimentares das pessoas rumo a direções que irão melhorar sua saúde.

Palavras-Chave: direito humano à alimentação adequada; política de segurança alimentar e nutricional; riscos oferecidos pelos alimentos; implementação e monitoramento de programas alimentares e nutricionais; análise de política pública.

MIGRAÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO CIVIL ÀS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

Natália Granja Machado – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
nataliagranjamachado@gmail.com
José Levi Mello do Amaral Júnior – CEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

A tese trata da desjudicialização do processo de execução civil às serventias extrajudiciais de notas e registros de acordo com o PL6204/2019, que estabelece a desjudicialização do processo de execução aos tabelionatos de protesto de títulos. Além disso, analisam-se as políticas públicas sobre desjudicialização, o que se alinha ao programa de Doutorado do CEUB. Pesquisam-se os impactos dessa transformação no Processo Civil, sob o viés do aprimoramento das instituições ao cidadão, sua viabilidade jurídica e econômica, com análise de custo-benefício, perquirindo se tal modificação será mais eficiente, célere e menos onerosa aos jurisdicionados, ao mesmo tempo em que se preservam as garantias constitucionais do devido processo legal, e quais procedimentos da execução poderiam ser migrados às serventias extrajudiciais, além de outros pontos relevantes. O tema proposto representa significativa transformação na legislação processual civil.

Palavras-Chave: processo de execução; cartórios; serventias extrajudiciais.

MINISTÉRIO PÚBLICO E DEMOCRACIA: ENTRE O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E O COMPROMISSO SIGNIFICATIVO

Vanessa Wendhausen Cavallazzi – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
vanessacavallazzi@gmail.com
Luís Roberto Barroso - CEUB, professor orientador
lrbarroso@uol.com.br
Patrícia Perrone Campos Mello – CEUB, professora coorientadora
patricia.mello@ceub.edu.br.

A partir da constatação da insuficiência das ferramentas procedimentais empregadas pelo Ministério Público para a resolução de problemas estruturais ligados à implementação de direitos sociais fundamentais, o que inclui o Inquérito Civil e o Compromisso de Ajustamento de Conduta , a tese procura investigar se a utilização pela instituição dos paradigmas aplicados ao Compromisso Significativo, modelo utilizado pela Corte Constitucional da África do Sul para tal intento, pode contribuir para a maior efetividade e legitimidade da atuação do MP na sua garantia. O método empregado é o dedutivo, estando o trabalho divido em três capítulos. O primeiro cuida de identificar o papel do Ministério Público como catalisador das transformações sociais apontadas pelo artigo 3º, da Constituição Federal, intimamente ligadas à guardiania do regime democrático e à crise de efetividade que se abate sobre a atuação da instituição; conceitua o que venha a ser problemas estruturais, estabelecendo os desafios para a sua garantia; caracteriza o déficit instrumental para tanto, indicando a inadequação arquetípica do Inquérito Civil e do Compromisso de Ajustamento de Conduta como instrumentos aptos a viabilizar a tarefa. O segundo capítulo apresenta o Compromisso Significativo como experiência decisional dialógica, trazendo à mesa seus problemas e potencialidades. Por fim, o terceiro capítulo conclui pela possibilidade de transplante da experiência sul-africana como paradigma para atuação do Ministério Público, na garantia de direitos sociais fundamentais, no contexto de problemas estruturais, estratifica proposta metodológica para tanto, ressaltando as suas limitações e horizontes.

Palavras-Chave: Ministério Público; democracia; direitos sociais; participação social; compromisso significativo.

O ACÚMULO DO BOLSA FAMÍLIA AOS BENEFICIÁRIOS DO AUXÍLIO-RECLUSÃO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA CARCERÁRIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS

José Henrique Ferreira Bona – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
jose.bonna@sempreceub.com
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

O presente trabalho pretende defender a possibilidade do acúmulo do bolsa família aos beneficiários do auxílio-reclusão como instrumento de política carcerária e efetivação de direitos humanos e sociais. Desta forma, surge a possibilidade de remodelação das políticas públicas do sistema prisional brasileiro, que promoverá a mitigação da desigualdade social mediante os impactos financeiros aos familiares dos encarcerados. Tal medida aprimorará o mínimo existencial, garantindo a dignidade da pessoa humana nos moldes exigidos na Constituição Federal do Brasil, de 1988. Desta feita, a pesquisa busca garantir o acúmulo do benefício previdenciário com o assistencial às famílias dos presos. Em contrapartida, o preso deverá apresentar bom comportamento, alcançando-se, assim, a provável diminuição da violência entre muros nos presídios. Ao mesmo tempo, o recebimento de ambos os benefícios proporcionará melhor qualidade de vida aos familiares dos internos pelo aumento da renda familiar. A base empírica da pesquisa consiste em verificar a efetividade do acúmulo do auxílio-reclusão e do bolsa família pelos familiares dos internos do sistema prisional do Distrito Federal como política pública carcerária satisfatória. Também é realizada uma comparação desse modelo de política carcerária com a de outros países, buscando-se sempre demonstrar os impactos positivos e negativos que o acúmulo dos benefícios, quando ocorre, pode promover na vida dos presos e de seus familiares. As informações são coletadas por meio de um questionário elaborado e uma entrevista sistematizada, aplicada aos internos e aos seus familiares. São também utilizadas pesquisas bibliográficas, documentais, descritivas, analíticas e de campo, com a finalidade de demonstrar a efetividade do acúmulo do benefício previdenciário e do auxílio assistencial como política pública carcerária.

Palavras-Chave: auxílio-reclusão; bolsa família; política carcerária; política pública; direito previdenciário.

O BOICOTE NO MERCADO TRANSNACIONAL COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO DEMOCRÁTICA: EM BUSCA (OU RUMO À) DA EFETIVIDADE DE DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS?

Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
henriqueta_chaves@yahoo.com.br
Patrícia Perrone Campos Mello – CEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br
Nitish Monebhurrun – CEUB, professor coorientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

Volvendo o olhar aos exemplos de boicote desde a África Sul, passando por Israel até desembocar na realidade brasileira, observa-se que, embora tenha causado efeitos distintos – naqueles dois, se observam impactos políticos significativos de reestruturação de organização social; no Brasil, há o destaque ao problema ambiental e a premência de mudança de atitude, sobretudo, política quanto ao enfrentamento a problemas globais – revela-se, a priori, como instrumento de intervenção democrática – quer por ampliar a arena de debate, quer por impactar a economia social, injetando ou deslocando investimento. Assim, o boicote no mercado transnacional deve ser captado tecnicamente pelo direito, enquanto indutor de políticas públicas, inclusive, do investimento. Conquanto os exemplos mais comuns encontrados seja boicote do consumidor ou da sociedade civil, sendo mais incomuns atitudes das empresas investidoras ou de Estados, observam-se instrumentos, tais como o painel de inspeção do Banco Mundial, dos quais se depreende a ampliação de cenários de participação mais democráticos, de atuação em rede, em que preocupações com direitos socioambientais se impõem. A participação política não institucionalizada da sociedade civil, das empresas e dos Estados contra práticas consideradas incompatíveis com a lógica de mercado transnacional, em que a preocupação tão somente com o lucro se revela insuficiente, urgindo um olhar voltado à proteção de direitos, de valores democráticos, não para, embora o arcabouço jurídico a sua efetividade seja ainda tênue. Assim, o objetivo geral da tese é pesquisar a função do direito enquanto indutor de políticas públicas, na efetivação do boicote como instrumento de intervenção democrática, em aproximação integrada dos direitos humanos, internacional econômico e do investimento, utilizando o método da revisão bibliográfica e os estudos de casos. De modo incipiente, a pesquisa demonstra que, entrementes as ambições do direito internacional de regular o poder global e garantir a ordem mundial pacífica, sofrem-se restrições significativas ante a incapacidade de fazer-se cumprir seus comandos, pondo em risco a efetivação de direitos, como o meio ambiente saudável, de relevo ao desenvolvimento sustentável e à democracia. Daí, impõe-se a rediscussão do papel dos atores sociais nesse cenário e a "captura" pelo direito de fenômenos, como o boicote, ante seu potencial de intervenção democrática.

Palavras-Chave: boicote; mercado transnacional; intervenção democrática; efetividade; direitos socioambientais.

O COMITÊ GESTOR E A REFORMA TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DOS PRINCÍPIOS DO FEDERALISMO E DA COOPERAÇÃO

Rachel Nogueira de Souza – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
rachel.n.souza@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

O sistema tributário brasileiro, mesmo em períodos de crescimento econômico e grande endividamento dos estados, tem mantido um cenário crônico de desigualdade de renda, especialmente, entre as regiões do país. Diversos grupos sociais, mediante interesses entrincheirados, perpetuaram essas desigualdades. As transferências governamentais, como o Fundo de Participação dos Estados, distribuído inicialmente por critérios políticos, não atenderam às necessidades socioeconômicas, gerando distorções, principalmente, na distribuição de recursos, entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Mecanismos regressivos no sistema tributário neutralizam os esforços de redistribuição e inclusão social, racial e de gênero. A burocracia estatal tem um papel decisivo no jogo de poder, e as decisões sobre orçamento e tributos influenciam diretamente o modelo de capitalismo e a distribuição social do ônus pelo financiamento do Estado. Esta tese pretende discutir esta questão, tendo em vista a recente aprovação da reforma tributária (Emenda Constitucional nº 132, de 2023) com a criação do Comitê Gestor do IBS e o seu papel na efetiva cooperação entre os entes federativos, de modo a fornecer uma resposta mais eficiente para a concreção do Estado Democrático de Direito brasileiro. Contudo, verifica-se que a manutenção de estruturas tradicionais de poder sugere resistência a mudanças que favoreçam a redistribuição de renda e a inclusão social. Para promover um sistema mais justo e igualitário, é necessário pensar em arranjos institucionais que, de fato, induzam práticas cooperativas. O modelo cooperativo adotado pela Constituição de 1988 descentralizou a autonomia decisória e os recursos para os governos subnacionais, promovendo a gestão de políticas e programas definidos no nível federal. A concretização de direitos depende de escolhas políticas e alocações financeiras, que decorrerão deste novel órgão colegiado, destacando a interdependência entre política social e fiscal. A Emenda Constitucional nº 132, de 2023, trouxe avanços institucionais, estabelecendo um Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, para promover a cooperação federativa. No entanto, a experiência recente da regra de unanimidade no Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) demonstra que a esfera deliberativa pode ser um obstáculo, causando paralisia decisória e favorecendo comportamentos oportunistas. A legislação recente, como a Lei Complementar nº 160, de 2017, buscou regularizar os benefícios fiscais concedidos sem a devida coordenação, o que demonstra a persistência de desafios na promoção de verdadeira cooperação federativa. Em suma, o sistema tributário e o federalismo brasileiro necessitam de reformas que incentivem a cooperação e reduzam as desigualdades regionais. A adoção de práticas cooperativas e a reavaliação de arranjos institucionais são cruciais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-Chave: federalismo; reforma tributária; cooperação; comitê gestor.

O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: CONTRASTES ENTRE O DISCURSO E A REALIDADE NA EXPERIÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR EM DIREITO DE IMPERATRIZ/MA

Clóvis Marques Dias Júnior – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
clovisjrs@gmail.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

O tema principal desta tese é o direito fundamental à educação em direitos humanos, com foco nos contrastes entre o discurso e a realidade, na experiência do ensino superior em Direito, na cidade de Imperatriz/MA. O objetivo central da pesquisa é analisar como a educação em direitos humanos é abordada nos cursos de Direito das instituições de ensino superior dessa cidade, confrontando o discurso oficial com a prática efetiva. A metodologia adotada envolve a abordagem qualitativa crítica, que incluiu a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas a discentes, docentes e coordenadores de curso. O exame dos dados coletados é realizado por meio de análise de conteúdo, permitindo uma compreensão aprofundada das percepções e das práticas relacionadas à educação em direitos humanos nas instituições investigadas. Os resultados indicam uma discrepância significativa entre o discurso oficial sobre a importância da educação em direitos humanos e a realidade observada nos cursos de Direito. Constata-se que, embora as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação incluam a educação em direitos humanos, a sua implementação é frequentemente superficial e insuficiente. As estruturas sociais, culturais e econômicas, juntamente com a falta de formação adequada dos docentes, as resistências institucionais e a indisponibilidade de recursos, contribuem para essa lacuna. Entre os desafios identificados para a concretização dos objetivos da política curricular de direitos humanos, destacam-se a resistência cultural às ideias relacionadas aos direitos humanos, a precarização do trabalho docente e a falta de priorização dos direitos humanos como pilar da prática educacional. No entanto, a pesquisa também identifica experiências exitosas na promoção da educação em direitos humanos, como práticas junto a comunidades vulneráveis, núcleos de pesquisa e extensão, produção acadêmica voltada para o tema e a realização de eventos temáticos. A conclusão da pesquisa aponta para a necessidade de uma política curricular mais robusta e eficaz, que inclua uma base nacional comum com diretrizes curriculares mínimas em direitos humanos aplicáveis a todos os cursos de graduação. Sugere-se a criação de um banco de boas práticas, para auxiliar a atividade pedagógica dos docentes e a integração entre agentes institucionais e sociais, para promover a educação em direitos humanos que gere emancipação humana. Esta tese contribui para a compreensão das lacunas existentes entre o discurso e a prática da educação em direitos humanos no ensino superior de Direito, em Imperatriz/MA, oferecendo caminhos, para superar as limitações e fortalecer a formação dos estudantes em direitos humanos.

Palavras-Chave: educação em direitos humanos; direito fundamental à educação; ensino jurídico; educação superior.

O DIREITO HUMANO À PRIVACIDADE DIGITAL NO ÂMBITO DA ORDEM ECONÔMICA

Jacqueline Salmen Raffoul – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
jsalmenraffoul@gmail.com
Nitish Monebhurrun – CEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

A presente tese trata do direito humano do consumidor à privacidade digital no âmbito da ordem econômica, restrita ao direito do consumidor e ao direito da concorrência. Busca-se avaliar como a ordem econômica pode contribuir para a proteção do direito humano à privacidade digital do consumidor, especialmente considerando que tal proteção não é o objetivo primordial do Direito da Concorrência e que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é o órgão responsável pela proteção de dados pessoais, abrangendo os consumidores. Pondera-se, contudo, que não é possível confundir os conceitos de dados pessoais com privacidade. Assim, a tese apresenta padrões jurídicos mínimos de proteção conforme a pesquisa realizada, com base na metodologia indutiva.

Palavras-Chave: direito humano à privacidade digital; direito do consumidor; direito da concorrência; proteção de dados; ordem econômica.

O MODELO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DIFUSO ADOTADO NO DIREITO BRASILEIRO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

João Batista Perígolo – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
perigolo11@gmail.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

O modelo de controle difuso de constitucionalidade adotado no direito brasileiro, com supedâneo na doutrina e na jurisprudência, parece mostrar-se ligeiramente afastado do modelo verdadeiramente instituído pelas Constituições brasileiras, especialmente pela Carta cidadã de 1988. Com enfoque nas pesquisas preliminarmente realizadas na doutrina constitucional-histórica e nas normas jurídicas correlatas, lastreado nos métodos de interpretação jurídica, bem como na jurisprudência de nossa Corte Suprema, parece ser bastante possível afirmar e conceber que nossa Lei Magna não contém autorização expressa para que o juiz exerça incidentalmente o controle de constitucionalidade. Na Carta federal, tal competência jurisdicional foi atribuída expressamente apenas aos Tribunais, órgãos judiciários colegiados. No piso infraconstitucional, constata-se que a mesma singularidade normativa ocorre nos Códigos de Processo Civil (CPC), de Processo Penal (CPP), de Defesa do Consumidor (CDC), Tributário Nacional (CTN), na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN) e na Leis dos Juizados Especiais, neste caso, tanto aqueles ditos juizados comuns quanto os federais ou de fazenda pública. Historicamente, apenas na Lei n. 221, de 20/11/1894, encontrava-se prevista tal autorização normativa, que, sequer, era pacificamente aceita. Por isso, não caberia ao juiz de primeiro grau decidir ou declarar a inconstitucionalidade incidental de normas jurídicas, ainda que em casos concretos, sob sua jurisdição, como corriqueiramente admite a doutrina e a jurisprudência, sob pena de esvaziar-se o desenho do sistema jurídico constitucional delineado pela Constituição Federal. Assim, é possível cogitar, de modo absolutamente provisório, que o modelo difuso de controle de constitucionalidade pretendido para nosso país seria verticalizado, mediante o qual, como regra, caberia ao Supremo Tribunal Federal a competência para dirimir tais conflitos, quando estivesse presente o dissenso com a norma federal, e, apenas por exclusão, tal tarefa seria de competência dos Tribunais de Justiça dos estados quando o objeto fosse uma norma estadual ou municipal.

Palavras-Chave: controle de constitucionalidade; modelo difuso; interpretação constitucional; segurança jurídica; competência.

O PROCESSO CIVILIZADOR APLICADO À INSOLVÊNCIA: UMA HISTÓRIA DA FALÊNCIA

Bruno Sampaio da Costa – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
brunosampaiodacosta@gmail.com
Marlon Tomazette – CEUB, professor orientador
marlon.tomazette@ceub.edu.br

O presente trabalho objetiva demonstrar que sociedade e direito evoluem em um padrão que pode ser descrito com precisão, em sua organicidade e coesão, ainda que, a rigor, não possa ser direcionado por qualquer de seus atores. Tal processo civilizador não se restringe ao conceito sociológico aplicável tão somente à vida social, mas abrange a ciência jurídica, eis que os mesmos mecanismos dinâmicos se aplicam ao direito, que se constitui como relevante espaço da vida social, destinado à prevenção e à solução de conflitos. Isso ocorre pelo fato de o ordenamento jurídico de certa civilização refletir a sociedade que disciplina, portanto as evoluções e as involuções das sociedades civilizadas e seus respectivos ordenamentos jurídicos caminham historicamente, lado a lado, refletindo-se mutuamente. Assim, é possível verificar o polimento das relações sociais e a complexificação das instituições e dos comportamentos interpessoais no caminhar da história. O método consiste na aplicação do processo civilizador, na concepção de Norbert Elias, à insolvência, ramo do direito privado, em particular, sobre como as regras e os princípios aplicados a esse instituto se modificaram com o passar do tempo. Mais detidamente, analisa-se a evolução da disciplina legal, aplicada à insolvência, partindo dos primórdios do Direito romano, passando pela Idade Média europeia até os dias atuais, no Brasil. O resultado é a aparente evolução. Inicialmente, havia regras reputadas desumanas para os padrões contemporâneos: primeiro, com a perda da vida; depois, com a perda da liberdade do devedor, considerado incivilizado; até os dias atuais, nos quais o devedor perde o seu patrimônio, mas mantém sua vida e dignidade. Discute-se que, tanto no universo social como no jurídico, os indivíduos se adaptam a comportamentos desejados, o que faz surgir, a longo prazo, o *habitus* social, percebido como inerente ao ser humano pelo observador desatento, todavia, fruto de uma internalização paulatina por toda a comunidade. Do mesmo modo, dá-se com as instituições, que adaptam a resposta às infrações cometidas pelos integrantes no meio social conforme ditam as expectativas e os anseios de determinado tempo. Para tanto, nesta tese, aplica-se a metodologia da pesquisa documental e a revisão bibliográfica disponível sobre os autores referenciais em Direito Empresarial, notadamente na história desse ramo acadêmico, bem como a literatura circundante sobre questões relevantes e pungentes das sociedades estudadas, ao longo dos séculos de aperfeiçoamento do instituto objeto de análise. Mediante o método dedutivo, busca-se demonstrar a incidência do processo civilizador elisiano como fenômeno abrangente em toda a sociedade, inclusive no âmbito do ordenamento jurídico, em especial, na seara da insolvência, eis que manifestação única da vida social. Ao final, conclui-se que é aplicável o conceito de processo civilizador a diversas áreas do comportamento humano, notadamente ao direito e, em especial, à história da insolvência no ordenamento jurídico

ocidental, mais particularmente, no brasileiro, o que se evidencia pela evolução constatada nesses sistemas, a partir da análise da história das penas e das sanções aplicadas aos devedores inadimplentes ao longo do tempo.

Palavras-Chave: processo civilizador; insolvência; falência; direito.

O SISTEMA CORRECIONAL DISCIPLINAR BRASILEIRO: UNIFORMIZAR É PRECISO, MAS HÁ LIMITES

Luciano Rosa Vicente – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
luciano.rosa@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A falta de uniformidade no sistema correcional disciplinar brasileiro gera desrespeito ao princípio da isonomia entre os servidores públicos civis e desatende a unidade e a coerência que caracterizam os sistemas jurídicos. Há muitas diferenças materiais e processuais entre os entes, a exemplo da possibilidade de apurar e punir os atos praticados na vida privada, como a participação nos atos antidemocráticos de 8/1/2023 e o recebimento indevido de benefícios sociais do governo federal por servidores públicos. Alguns estados permitem tal apuração, enquanto outros e a União não a autorizam. Assim, a pesquisa trata das diferenças materiais e processuais no sistema correcional disciplinar brasileiro, com o objetivo de descobrir o grau de uniformidade entre os entes pesquisados, para propor medidas uniformizantes que permitam a todos os servidores receber tratamento similar do Estado na esfera disciplinar. O estudo justifica -se pela importância de identificar os pontos não alinhados para que o referido sistema preserve as características de unidade e coerência, respeitando o princípio da isonomia. A pesquisa é exploratória, bibliográfica e qualitativa com técnica de documentação indireta. Os dados foram coletados no Painel Correição em Dados, da CGU; nas consultas aos órgãos correcionais estaduais e da União; na doutrina; na jurisprudência. O estudo estrutura-se em quatro partes e onze capítulos. A parte I trata da unidade do poder punitivo estatal; a parte II aborda a falta de uniformidade em temas que antecedem o PAD; a parte III dedica-se à falta de uniformidade em temas de PAD; a parte IV investiga os limites à uniformização do sistema. Conclui-se que o nível de uniformidade é muito baixo entre os entes investigados, é desprovido das características de unidade e coerência que devem marcar os sistemas jurídicos e é despreocupado com o princípio da isonomia, pois servidores que praticam infrações similares recebem tratamento diferente do Estado. Conclui-se, também, que a falta de uniformidade pode ser minimizada com uma lei geral nacional sobre a correição disciplinar para as administrações públicas da União, dos estados, do DF e dos municípios. Conclui-se, por fim, que há um limite para a uniformização no pacto federativo e que a lei geral deve ter como limite-ancoragem os direitos constitucionais fundamentais.

Palavras-Chave: sistema correcional disciplinar brasileiro; falta de uniformidade; desrespeito ao princípio da isonomia entre os servidores civis; pacto federativo como limite da uniformização; direitos fundamentais como ancoragem de lei geral nacional uniformizadora.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) E O ATIVISMO CONTROLADOR: O *TRILEMA* DA ECONOMICIDADE, DA LEGALIDADE E DA SEGURANÇA JURÍDICA

Karina Amorim Sampaio Costa – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
karinakasc@gmail.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A tese tem como objetivo principal investigar a preponderância do princípio da economicidade em detrimento do princípio da legalidade, na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como as repercussões do prestígio de um em face do outro geram na segurança jurídica necessária em qualquer processo administrativo, em especial os relacionados às licitações que são realizadas e aos contratos que são firmados no país todos os dias. O ativismo controlador é comportamento pernicioso que causa efeitos contrários aos pretendidos, gerando disfunção e insegurança jurídica. A pesquisa envereda por essa análise. A hipótese central indica que esse tipo de comportamento interpretativo do TCU, em vez de contribuir para o aperfeiçoamento do sistema de compras públicas no Brasil, tem efeito contrário, desacreditando-o, uma vez que os licitantes que participam de certames cotidianamente deixam de seguir o regramento fixado pelo edital – para atendimento das condições de habilitação e qualificação exigidas de todos os participantes – para focalizar apenas o preço, que é um dos elementos de avaliação. A opção metodológica adotada para o desenvolvimento da tese situa-se nos limites da linha jurídico-dogmática, empregando o raciocínio dedutivo, e especialmente no debruçar sobre 358 acórdãos do Tribunal de Contas da União que envolvem diretamente o objeto de estudo. Trata-se, além disso, de uma pesquisa documental e de levantamento. A contribuição central da pesquisa consiste em identificar os potenciais riscos no afastamento do princípio da legalidade, nos certames públicos, em homenagem ao princípio da economicidade, demonstrando que o eventual prestígio da potencial economia de recursos públicos nas licitações, na verdade, desacredita todo o arcabouço normativo que foi desenvolvido, para sustentar a igualdade entre os concorrentes, culminando em distorção e insegurança jurídica. Se um desses participantes, por exemplo, por ter apresentado o menor valor, descumpre as regras fixadas no edital – de ordem legal e normativa – e, ainda assim, pode ser chancelado por entendimento da Corte de Contas federal, perde-se toda a lógica de exigências de habilitação e qualificação indicadas na legislação em vigor.

Palavras-Chave: ativismo controlador; Tribunal de Contas da União; segurança jurídica; legalidade; economicidade.

O USO DO TELETRABALHO NO JUDICIÁRIO E SEU IMPACTO NOS GRUPOS VULNERÁVEIS: UM RECORTE DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE MINEIROS-GO, APÓS A COVID-19

Romulo Renato Cruz Santana – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
romulorenatos@sempreceub.com
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

A tese intitulada "O uso do teletrabalho no Judiciário e seu impacto nos grupos vulneráveis: um recorte da assistência judiciária gratuita no contexto do município de Mineiros-GO após a covid-19" explora as transformações no sistema judiciário brasileiro aceleradas pela pandemia de covid-19, com foco específico nos desafios enfrentados pelos grupos vulneráveis no acesso à justiça. A pesquisa é embasada na problemática de como efetivar a assistência judiciária gratuita por meio dos Núcleos de Práticas Jurídicas, diante das mudanças impostas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante e após a pandemia. A hipótese central sugere que o Poder Judiciário, após a covid-19, não conseguiu alinhar-se completamente com as políticas sociais para acesso à internet e de letramento digital dos hipossuficientes, criando barreiras significativas no acesso à justiça para esses grupos. A metodologia adotada é qualitativa e descritiva, concentrando-se na análise das políticas judiciárias voltadas para o acesso à tecnologia, implementadas no Brasil, de 2010 a 2021. A tese avalia a eficácia das medidas emergenciais, como o teletrabalho e as audiências virtuais, e seus impactos na tramitação processual e na prestação de serviços judiciais. Um ponto central do estudo é a crítica à narrativa de produtividade do Judiciário, que, segundo a tese, não considera as dificuldades enfrentadas pelos grupos vulneráveis, especialmente em termos de infraestrutura tecnológica e letramento digital. A tese discute como a falta de acesso tecnológico adequado tem impedido efetivamente a realização da justiça, contrastando com a imagem de eficiência projetada pelas autoridades judiciais. Também se examina o papel das instituições de assistência judiciária gratuita, como a Defensoria Pública e a advocacia dativa, e como elas se adaptaram às circunstâncias pós-pandêmicas. A análise destaca os desafios de implementação dessas instituições, especialmente em áreas menos urbanizadas, como Mineiros-GO. Além disso, a tese incorpora uma revisão teórica rica, utilizando obras de teóricos críticos, como Louis Althusser, Jurgen Habermas e Michel Foucault, para discutir a relação entre ideologia, poder e práticas judiciais no contexto do teletrabalho. Este *framework* teórico ajuda a entender como as estruturas ideológicas e de poder influenciam a operacionalização e a eficácia das práticas judiciais durante a pandemia. Finalmente, o estudo propõe alternativas e recomendações, para superar as barreiras ao acesso à justiça, sugerindo a necessidade de políticas públicas mais robustas, para melhorar o letramento digital e a infraestrutura tecnológica, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica, possam acessar o sistema de justiça de maneira igualitária e eficaz. Por fim, a tese oferece uma contribuição significativa ao debate sobre os impactos da pandemia no sistema judiciário, fornecendo

insights sobre como as medidas adotadas podem ou não servir aos interesses dos grupos mais vulneráveis na sociedade brasileira.

Palavras-Chave: teletrabalho; acesso à justiça; vulnerabilidade; assistência judiciária gratuita; pandemia.

O VALOR CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE NA INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL CIVIL E A COMPENSAÇÃO DE DESIGUALDADES

Maurício Alves Santana – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
eitamauricio@gmail.com
Jefferson Carlos Carús Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

As desigualdades sociais produzem vulnerabilidades em todas as relações sociais. Assim, por exemplo, podem afetar o ensino, a cultura, a saúde e o direito. As sociedades modernas buscam assegurar, na legislação, formas de redução de desigualdades sociais. Então, é comum que a legislação discipline meios de redução de desigualdades nos diversos campos de atuação, inclusive com previsão de ações afirmativas e de instrumentos de políticas públicas de redução de desigualdades sociais. Também no âmbito do processo civil, existem políticas públicas de redução de desigualdades previstas na legislação. Algumas delas têm como foco afastar vulnerabilidades e hipossuficiências que, inclusive, podem atingir entes e entidades públicas. Assim, embora existam previsões legislativas como formas de redução de desigualdades sociais, ainda se verificam desigualdades de fato ou materiais. A legislação processual civil não está imune à irradiação das desigualdades sociais. Assim, embora a legislação processual civil corrija e compense desigualdades, o dever constitucional de redução de desigualdades exige do intérprete atuação concreta, para efetivar tais correções, tendo como vetor interpretativo o valor constitucional da igualdade. Então, o dever constitucional de redução de desigualdades exige a atuação concreta dos Sistemas de Justiça, no sentido de compensar desigualdades processuais injustas que possam retroalimentar desigualdades sociais. A busca pela eficiência dos Sistemas de Justiça exige que a interpretação da legislação processual civil seja fruto do valor constitucional da igualdade como um dos vetores interpretativos.

Palavras-Chave: desigualdade; processo; interpretação; eficiência; compensação.

OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS DA NATURALIZAÇÃO DE ESTRANGEIROS NO BRASIL

André Pereira Crespo – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
andrepcrespo@gmail.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

O objetivo desta tese é analisar a governança da política pública da naturalização de estrangeiros no Brasil, bem como a insuficiência das políticas públicas de integração de naturalizandos brasileiros. Para tanto, explora-se a regulamentação normativa e a governança da naturalização brasileira. Utiliza-se a metodologia qualitativa e quantitativa, e parte-se da hipótese de que as políticas públicas brasileiras são insuficientes à integração de naturalizandos brasileiros. Esta pesquisa pretende responder à pergunta sobre como a insuficiência de políticas públicas pode prejudicar a integração de naturalizandos brasileiros. O texto analisa os fluxos de imigrantes ao Brasil, no século XXI, aborda a presença de imigrantes na composição da sociedade brasileira e conclui que a insuficiência de políticas públicas de integração de naturalizandos brasileiros perpassa a falta de governança.

Palavras-Chave: naturalização; estrangeiros; governança; políticas públicas; cidadania.

POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PROPOSTA DE UMA *SMART CITY*: *QUO VADIS*, VITÓRIA?

Sayury Silva de Otoni – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
sayuryotoni@gmail.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

O foco do trabalho é, pois, a análise da dimensão da inclusão social da mulher e a garantia do seu exercício pleno do direito de ser, estar e conviver, que deve ser considerada no âmbito da cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, classificada como *smart city*, mediante a propositura de ações de política pública para promoção da igualdade pretendida, conforme preconizado na Lei municipal 9271/2018 (PDU). Nesse sentido, busca-se responder ao seguinte problema: indaga-se em que medida as políticas públicas aplicadas no município de Vitória/ES podem tornar efetivo o direito fundamental à igualdade na apropriação, pelas mulheres, da cidade de Vitória, considerando, assim, a sua transformação em *smart city* a partir da adoção do conceito amplo da expressão. Assim, o objetivo do trabalho consiste na análise do estado da arte no que tange à implementação de políticas públicas que visem ao combate à violência de gênero, com mapeamento de necessidades e apresentação de propostas para efetivação do direito fundamental à igualdade nos diversos aspectos da vida da mulher, no *hogar*, no labor, na corte e em todo o lugar, pela implementação de políticas públicas, com indicadores adequados, contribuindo para atender o terceiro eixo de sustentação da *smart city*, qual seja, a melhoria de vida dos cidadãos e, particularmente, das mulheres da cidade de Vitória/ES, contribuindo, assim, para que a cidade possa caminhar rumo ao reconhecimento de *smart city*, no sentido amplo da expressão. Quanto à metodologia adotada, a presente pesquisa parte, portanto, do estado da arte por meio de pesquisa documental, com coleta e análise de dados, considerando como base o estado do Espírito Santo e como cidade passível de intervenção a capital, Vitória, configurando estudo de caso sobre a cidade com a utilização do método hipotético-dedutivo, com a interpretação sistemática como forma. Quanto aos fins, a pesquisa será aplicada pela necessidade de resolução de problema concreto e intervencionista, pela possível intervenção na realidade estudada, utilizando-se o conhecimento multidisciplinar

Palavras-Chave: violência de gênero; política pública; patriarcado.

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURA DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL DO ADOLESCENTE COM TRANSTORNO MENTAL EM CONFLITO COM A LEI

Esmar Custodio Vencio Filho – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
esmarfilho@uol.com.br
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A presente tese investiga o sistema estatal de atendimento e acompanhamento de adolescentes com transtorno mental em conflito com a lei e as políticas públicas voltadas à estruturação da rede de atendimento. O Brasil, com base em protocolos internacionais, iniciou a construção de arcabouço normativo cujo objetivo era regulamentar os direitos das crianças e dos adolescentes. Essa gênese veio, fundamentalmente, mediante o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, cujas diretrizes pavimentaram a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do qual restou instituído o princípio da proteção integral. Nessa linha, a Lei 12.594/2012 (SINASE) pormenorizou as salvaguardas, especialmente no que se refere à atenção à saúde mental do adolescente inserido no sistema socioeducativo. O problema a ser enfrentado busca responder a quais são as implicações da inexistência de estrutura estatal minimamente padronizada para o atendimento a esse adolescente e de políticas públicas direcionadas à atenção a sua saúde mental. Para tanto, o percurso metodológico busca perquirir se a ausência ou a fragilidade das políticas públicas destinadas ao atendimento do adolescente com transtorno mental em conflito com a lei e a frágil rede de atendimento o expõem à inadequada execução de medidas socioeducativas, o que ameaça sua reintegração social e prevenção da reincidência. O presente estudo adota estrutura metodológica da análise de conteúdo qualitativa que proporciona dados aprofundados a respeito da temática investigada. Primeiramente, realizar-se intensa revisão bibliográfica com a discriminação e a sistematização de todo o material analisado. O processo metodológico investigativo dá-se mediante livros e normativas nacionais e internacionais, periódicos, revistas especializadas na área estudada e outras fontes documentais. Os assuntos expostos são tratados sob a perspectiva da multidisciplinaridade de áreas e ciências (sociológica, psicológica, biológica etc.). A análise de conteúdo, conforme Bardin (2011, p. 229), consiste em técnica de classificação dos componentes de significado de determinado tema por meio da descrição objetiva, qualitativa e sistemática do assunto trabalhado e sua pertinente interpretação. A pesquisa não pretende esgotar os possíveis enfrentamentos no tratamento e no acompanhamento da fenomenologia investigada ou mesmo limitá-la à esfera jurídica, mas, sim, conciliar os ensinamentos nos campos da psicologia, da sociologia, da biologia, entre outras ciências. Esses conhecimentos relacionados à temática do adolescente com transtorno mental em conflito com a lei contribuem para nova visão de estrutura estatal, apta a garantir uma perspectiva ressocializadora.”

Palavras-Chave: políticas públicas; rede de atenção; adolescente; conflito com a lei; transtorno mental.

POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: RUMOS PARA SUA EFETIVIDADE ESTUDO DE CASO SOBRE A CIDADE DE ALTO TAQUARI/MT

Marco Roberto Serra Lyrio – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
serralyrio@hotmail.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

O avanço na implementação da Regularização Fundiária Urbana (Reurb) é claro em determinadas Comarcas do estado de Mato Grosso, em razão de: formação de Comissões de Regularização Fundiária locais, integradas pelo Poder Executivo local, pelo Poder Judiciário, pelo Poder Legislativo, pelo Ministério Público, pela OAB e pelo Serviço de Registro de Imóveis, que estuda quais são as diretrizes a ser tomadas para o bom andamento da Reurb da Comarca; cooperação entre Prefeitura e Serviço de Registro de Imóveis para levantamento da base documental (matrículas ou transcrições) dos imóveis urbanos atingidos; aprovação do Plano Diretor local pelos vereadores da Câmara Municipal; possibilidade legal de distinção das modalidades da regularização fundiária urbana em regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população de baixa renda (Reurb-S) e regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na Reurb-S (Reurb-E). Porém, em determinadas Comarcas do estado de Mato Grosso, há entraves que geram problemas para implementação da Regularização Fundiária Urbana, como: reuniões extremamente espaçadas das Comissões de Regularização Fundiária locais em razão da morosidade de algumas Prefeituras para a elaboração obrigatória do projeto de regularização fundiária; ausência de apresentação de algumas Prefeituras do auto de demarcação urbanística (base do levantamento da situação da área a ser regularizada); divergência fática entre os Planos Diretores aprovados e as realidades urbanas; falta de estudo pelos poderes públicos locais, para distinguir os núcleos urbanos informais ocupados por população de baixa renda ou não; falta de acesso à informação aos beneficiários da regularização, mormente aos cidadãos hipossuficientes. O objetivo deste projeto de tese é analisar a efetividade das políticas públicas para a regularização fundiária urbana. De forma mais específica, os objetivos do presente projeto são: verificar a efetividade da implementação da Reurb a partir da Lei nº 13.465/2017; levantar e analisar as ações dos Poderes Executivos locais para concretização da Reurb; mapear os motivos pelos quais os núcleos urbanos informais a ser regularizados não estão sendo concluídos; identificar e analisar o papel dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário na política pública urbanística, à luz da legislação pertinente; observar o diálogo entre os poderes públicos locais (atores) para a implementação efetiva da política pública urbana. A metodologia utilizada avança na pesquisa, indo das fontes mais objetivas às mais subjetivas. A matéria-prima deste projeto é o texto jurídico, a legislação. Assim, faz-se a análise normativa, seguida de um levantamento de dados documentais junto aos poderes públicos locais. Por fim, busca- se a interpretação doutrinária, feita por revisão

bibliográfica, com papel fundamental para o estudo do direito, que é um observador, um vigilante do trabalho dos legisladores e dos tribunais.

Palavras-Chave: regularização fundiária urbana; políticas públicas; efetividade.

POSSIBILIDADE DA EMISSÃO DE CRIPTOATIVOS REPRESENTATIVOS DE DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL E SEU USO NO ADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS COM O ESTADO BRASILEIRO

Victor Valença Carneiro de Albuquerque – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
victor.albuquerque@gmail.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

O presente trabalho busca examinar a possibilidade de emissão de criptoativos representativos de dívida pública federal e seu uso para o adimplemento de obrigações pecuniárias, envolvendo o Estado no Brasil. O primeiro criptoativo moderno foi proposto em 2008 como um sistema de dinheiro ponto a ponto, intitulado *bitcoin*. Sua construção baseia-se em registro descentralizado de transações eletrônicas, utiliza tecnologia chamada *blockchain* e propõe substituir a dependência de intermediários de confiança por controle de transações fundado em criptografia avançada e mecanismos algorítmicos de funcionamento automático. O sistema criou, igualmente, um ativo criptográfico nativo da rede descentralizada utilizada, denominado também *bitcoin* (BTC). Desde seu lançamento, o BTC pretendeu-se um ativo paralelo ou substituto de moedas estatais circulantes no sistema financeiro tradicional. Nos 15 anos desde o lançamento do BTC, milhares de projetos derivados surgiram, e os valores associados aos chamados criptoativos já alcançaram 1 trilhão de dólares em julho de 2023, em queda em relação ao máximo de 3 trilhões em novembro de 2021. A proposta tem sido estudada por Estados como meio complementar a suas moedas estatais, dando origem às chamadas moedas digitais emitidas por bancos centrais (Central Bank Digital Currencies - CBDC). A proliferação de criptoativos trouxe consigo debates jurídicos sobre sua natureza e uso, em especial para efeitos de adimplemento de obrigações pecuniárias. A pesquisa a ser desenvolvida faz um recorte do tema, para avaliar a juridicidade no Brasil de seu uso para o adimplemento de obrigações pecuniárias, envolvendo o Estado. De fato, como sujeito de Direito, o Estado, em suas diversas esferas, contrai rotineiramente obrigações pecuniárias, seja como devedor, seja como credor. O modo normal de adimplemento de tais obrigações é a entrega (quando devedor) ou o recebimento (quando credor) de moeda estatal, ou seja, de reais. Nada obstante, o ordenamento brasileiro não desconhece a possibilidade da entrega (ou recebimento) de bens distintos de dinheiro para o adimplemento das obrigações, sejam eles imóveis, créditos ou serviços. É, pois, sob esse contexto geral que se propõe investigar se, atualmente, a ordem jurídica brasileira permite o adimplemento no país de obrigações pecuniárias, envolvendo o Estado com criptoativos. O trabalho revisa a literatura jurídica nacional sobre criptoativos, obrigação pecuniária e relações de crédito e débito entre o Estado e particulares no Brasil. Levanta, de igual modo, a incipiente atividade normativa nacional sobre criptoativos, sua classificação e uso no país, assim como sua compreensão por entes federais, como a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e o Banco Central do Brasil – BCB. Ainda que não se utilize propriamente metodologia de direito comparado, o

trabalho examina textos jurídicos estrangeiros, provenientes de países com forte influência sobre o mercado financeiro, como os Estados Unidos da América e os membros da União Europeia. Por fim, são analisados também textos para discussão e relatórios produzidos sobre criptoativos por organismos internacionais, como o Banco Internacional de Compensações – BIS, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial.

Palavras-Chave: criptoativo; dívida pública; moeda; obrigações pecuniárias; *blockchain*.

PROTEÇÃO DE DADOS NA INVESTIGAÇÃO POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA: ARRANJOS JURÍDICO-INSTITUCIONAIS PARA UMA COMPATIBILIZAÇÃO

Dhiego Melo Job de Almeida – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
dhiego.job@sempreceub.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A tese tem como problema de pesquisa avaliar, na perspectiva de proteção de dados pessoais, quais são os arranjos jurídico-institucionais que norteiam (ou deveriam nortear) a atuação das polícias na prevenção e na repressão de infrações penais. As hipóteses são no sentido de que os arranjos devem contemplar os seguintes fatores: i) a multiplicidade de regimes jurídicos de proteção de dados, tendo em vista a conformação peculiar do direito à privacidade no contexto nacional; ii) o papel da legislação e do STF na conformação dos regimes jurídicos; iii) as intervenções informacionais distintas de acordo com a tecnologia de vigilância, a fase do ciclo de tratamento de dados, a instituição policial e a finalidade do tratamento (investigação, segurança pública ou inteligência); iv) a interpretação sistemática dos princípios e dos direitos da LGPD; v) a atuação da ANPD, dos órgãos policiais e do Poder Executivo federal na conformação de um regime de proteção de dados, no contexto da prevenção e da repressão de infrações penais. Emprega-se o raciocínio dedutivo sobre o tema Direito e Políticas Públicas, com ênfase na análise documental e na análise de conteúdo categorial.

Palavras-Chave: segurança pública; polícias; proteção de dados; arranjos.

TOKENIZAÇÃO DE ATIVOS: UMA PROPOSTA DE CATEGORIZAÇÃO TAXONÔMICA NO DIREITO DIGITAL PARA O MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS

Antonio Marcos Fonte Guimarães – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
antoniomfguimaraes@gmail.com
Daniel Amin Ferraz – CEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

As operações de *tokenização* de ativos têm sua origem e desenvolvimento no advento da tecnologia *blockchain* e na sua utilização na integração dos contratos inteligentes (*smart contracts*), que têm promovido ganho de escala e eficiência na negociação de ativos atinentes aos mercados financeiro e de capitais. Ocorre, todavia, que o mercado de *tokenização* de ativos, em razão de sua complexidade operacional e tecnológica, além do seu ineditismo como modelo de negócio, apresenta inúmeras dúvidas para os profissionais de direito e, como não poderia ser diferente, para os reguladores que têm a obrigação legal de lidar com esse novo cenário operacional. Uma evidência da complexidade desse debate verifica-se na constituição, por intermédio da Resolução nº 273, de 12 de dezembro de 2022, no Banco Central do Brasil, de um grupo de trabalho dedicado a estudar esse modelo de negócio, bem como sua integração no mercado financeiro e de pagamentos constituídos. Nesse mesmo sentido, verifica-se a dificuldade de classificar essa nova sistemática em face do arcabouço jurídico vigente, por meio das manifestações públicas apresentadas pela Comissão de Valores Mobiliários, por intermédio do Parecer de Orientação CVM nº 40, de 11 de outubro de 2022, do Ofício-Circular nº 4/2023/CVM/SSE, de 4 de abril de 2023, e do Ofício-Circular nº 6/2023/CVM/SSE, de 5 de julho de 2023. Essas declarações, nas quais o regulador do mercado de capitais tenta esclarecer quais operações de *tokenização* estariam sujeitas a sua jurisdição, evidenciam, entre outras questões, a dificuldade que os órgãos do Estado identificam em enquadrar os novos modelos de negócio em conformidade com a ordem legal e infralegal em vigor. Em contrapartida, o mercado de *tokenização* de ativos tem o potencial de impulsionar a economia em diversos segmentos da sociedade. Dessa forma, faz-se urgente a mitigação de toda a insegurança jurídica a respeito de a quais aspectos jurídicos, legais e infralegais, cada modalidade de operacionalização de *tokens* negociados deveria estar subordinada no território nacional. Dessa forma, neste projeto de pesquisa para tese de doutoramento, propõe-se o desenvolvimento de análises que visam a atacar os seguintes problemas que, hodiernamente, encontram-se presentes no universo da *tokenização* de ativos: a) a construção de uma classificação taxonômica para as modalidades de *tokenização* de ativos que se desenvolvem no mercado de negociações de recebíveis financeiros, operações de securitizações de recebíveis e contratos de investimentos coletivos; b) a análise de aprimoramento da segurança jurídica para a negociação *tokenizada* de ativos representativos de bens imóveis no Brasil; c) a viabilidade jurídica da *tokenização* de ativos no Brasil, bem como a eventual necessidade de ajustes regulatórios.

Palavras-Chave: *tokenização*; mercado financeiro; mercado de capitais; taxonomia.

TRÁFICO TRANSNACIONAL DE PESSOAS E REDE DE EXPLORAÇÃO SEXUAL: MECANISMOS USADOS PELO ESTADO BRASILEIRO PARA SEU ENFRENTAMENTO

Jinny Nice Brandão Bitar – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
jinnybitar@hotmail.com
Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto – CEUB, professor orientador
nara.ayresbritto@uniceub.br

O tráfico internacional de pessoas caracteriza-se pelo recrutamento, pelo transporte, pela transferência, pelo alojamento ou pelo acolhimento de indivíduos por meio de ameaça ou uso da força, para a exploração. Nesse contexto, a presente pesquisa busca fazer um levantamento bibliográfico sobre o tema, com o objetivo de analisar as principais formas de combate ao tráfico de pessoas e suas consequências. Para atingir o objetivo proposto, realizou-se a revisão bibliográfica em artigos científicos, livros e documentos oficiais, a fim de obter dados e informações sobre o tráfico internacional de pessoas. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, que busca o levantamento de dados e interpretações sobre o tema. Mediante a análise dos materiais coletados, foi possível constatar que o tráfico internacional de pessoas é uma violação grave dos direitos humanos e uma forma de crime transnacional que afeta milhões de pessoas no mundo. Além disso, existem diversas formas de exploração, como a sexual, o trabalho escravo e o tráfico de órgãos, que geram lucros bilionários para as redes criminosas envolvidas.

Palavras-Chave: tráfico internacional; crime transnacional; direitos humanos; cooperação entre países.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OFERECEM TRATAMENTO MULTIPROFISSIONAL NO DISTRITO FEDERAL

Joel Sousa do Carmo – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
joel.carmo@sempreceub.com.br
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

O presente eixo de pesquisa busca analisar a complexidade de políticas públicas para pacientes com transtorno do espectro autista, cujo tratamento exige, além da educação escolar de qualidade direcionada à especificidade das pessoas autistas, ações multidisciplinares em diversas áreas, entre elas, terapia ocupacional, psicologia, psicopedagogia, fonoaudiologia, fisioterapia. A complexidade dá-se não apenas pelo volume intenso de terapias indicado como tratamento de melhoria das habilidades sociais, mas também pela necessidade de as ações serem coordenadas entre si, de modo que os diversos profissionais envolvidos se comuniquem e façam planos em conjunto, em prol de alcançar melhores resultados interdisciplinares. Diante disso, a presente pesquisa investiga como se dá, no âmbito do Distrito Federal, a plena efetividade do direito dos autistas ao tratamento multiprofissional previsto na Lei n° 12.764/12, notadamente, diante do expressivo aumento de casos. Para responder a essa investigação que se elegeu como problema da pesquisa, elege-se como objetivo demonstrar a importância das políticas públicas multiprofissionais, para atender ao mínimo indispensável de que as pessoas com autismo precisam, para ter uma vida digna. Para tanto, ultrapassam-se as seguintes etapas do projeto: a) identificar, no âmbito do Distrito Federal, os núcleos onde são ofertadas os tratamentos em fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, terapia ocupacional e fisioterapia para as pessoas autistas; b) investigar se os centros que oferecem terapias para as pessoas autistas têm vagas em quantidade suficiente à atual demanda, se as diversas terapias são realizadas no mesmo local e se há diálogo entre os profissionais; c) analisar o Projeto de Lei de n° 3.630/2021, que estabelece a obrigatoriedade de implementação, em todas as unidades da Federação, de centros de assistência integral à pessoa com transtorno de espectro autista, em prol de verificar se essa solução melhor atenderia aos direitos dos autistas ao tratamento multiprofissional, objeto desta pesquisa em andamento. Levanta-se, por fim, como hipótese de pesquisa, o fato de que as políticas públicas voltadas ao tratamento multidisciplinar dos autistas não estão sendo plenamente efetivas no âmbito do Distrito Federal, merecendo aperfeiçoamento legal, sobretudo, em sua estruturação e execução. A presente pesquisa justifica-se pela importância social da temática que envolve os direitos das pessoas com transtorno do espectro do autismo, que, apenas no Distrito Federal, já somam mais de 15 mil.

Palavras-Chave: autismo; políticas públicas; efetividade.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE BASEADA NAS EVIDÊNCIAS FORNECIDAS PELA PCSVDF-MULHER

Raphaella Karoline de Freitas Camargos – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
raphaellakfc@sempreceub.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor coorientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br
Thiago André Pierobom de Ávila – UnB, professor coorientador

A violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil é um problema grave, crônico, complexo e envolve não apenas a questão criminal, mas também o acesso ou não ao atendimento em rede, desde o sistema de saúde pública até o sistema de justiça. Esta pesquisa tem por objetivo analisar, a partir de dados coletados pela PCSVDF-Mulher, a possível correlação entre atuação em rede e observância de protocolos, em face dos índices de mortes violentas de mulheres, em contexto doméstico e familiar. Especificamente, analisam-se fatores de risco de feminicídio nos dados coletados e a observância ou não de pronta e articulada resposta institucional com medidas protetivas de urgência. A pesquisa inicia-se com um capítulo teórico, para revisão de literatura sobre violência doméstica e familiar contra a mulher e seus entrelaçamentos com o campo das políticas públicas. Para tanto, abordam-se: criminologias feministas; interseccionalidades sob a perspectiva do Sul Global; fatores de risco para violência doméstica e familiar contra a mulher e feminicídio; medidas protetivas de urgência e expectativas externadas pelas mulheres; eixos de enfrentamento e prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher. O capítulo subsequente apresenta a *Pesquisa de condições socioeconômicas e violência doméstica e familiar contra a mulher* (PCSVDF-Mulher), desde sua origem, desdobramentos, desafios até a seleção do *corpus* para a presente análise jurídica. Em seguida, o capítulo final dedica-se à pesquisa empírica e tem ponto de partida nos dados coletados pela PCSVDF-Mulher, bem caracterizada pela transdisciplinaridade e adequada à complexa análise do fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher. As possíveis assimetrias entre regiões pesquisadas, do ponto de vista não só geográfico, mas também racial e socioeconômico, são o mote da análise qualitativa desses dados. Pretende-se realizar a categorização de dados coletados pela PCSVDF-Mulher, conforme as variáveis de interesse, para identificar, quantitativamente, os índices de deferimento ou indeferimento das medidas protetivas e, em caso de deferimento, o *quantum* de cumprimento ou descumprimento. Na sequência, planeja-se eleger duas localidades diametralmente opostas nos níveis quantitativos descritos na etapa anterior, para, depois, realizar a triangulação com dados obtidos do sistema judiciário das respectivas localidades pesquisadas. Ademais, selecionam-se casos significativos de feminicídios em ambas as localidades eleitas, para verificar a possível correlação entre as mortes violentas de mulheres em contexto doméstico e familiar, em face da atuação protocolar em rede ou intersetorial e a celeridade na concessão das medidas protetivas de urgência. Por fim,

pensa-se em realizar entrevistas em profundidade ou em grupos focais, com profissionais das localidades em análise, a fim de rastrear eventual aderência a protocolos para concessão de medidas protetivas de urgência. Como a pesquisa se encontra em fase de análise e categorização de dados, os resultados e as conclusões podem ser explicitados no futuro.

Palavras-Chave: violência contra a mulher; feminicídio; fatores de risco; medidas protetivas; atendimento em rede.

ZONAS DE AMORTECIMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: REGIME JURÍDICO, RESTRIÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Lorene Raquel de Souza – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
lorene.raquel@sempreceub.com
Márcia Dieguez Leuzinger – CEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@uol.com.br

As Zonas de Amortecimento (ZA) são as áreas que ficam em torno das Unidades de Conservação (UC). Nelas, a fim de minimizar os impactos negativos nas UC, que são espaços obrigatórios, as atividades humanas estão sujeitas às limitações administrativas. Apesar disso, esse instituto não é suficientemente regulado pelo arcabouço legal brasileiro, havendo dúvidas sobre a sua natureza jurídica, a forma de sua instituição, a competência para fiscalização e as suas reais implicações sobre o direito de propriedade. Trata-se, portanto, de um instituto pouco prestigiado no ordenamento jurídico brasileiro. Por isso, indaga-se se a frágil regulamentação jurídica das ZA de UC coloca em risco a efetividade desse instrumento. Nesse sentido, o objetivo geral é dirimir essas dúvidas por meio da realização de pesquisa teórica e empírica, a partir do método hipotético-dedutivo. Para tanto, é imprescindível a subdivisão em objetivos específicos, quais sejam: levantar o arcabouço teórico, normativo e jurisprudencial sobre as zonas de amortecimento; identificar as Unidades de Conservação federais, pertencentes ao grupo de proteção integral, que contêm zonas de amortecimento, a fim de levantar as principais restrições e desafios; propor medidas e ações legais, para tornar as zonas de amortecimento de unidades de conservação efetivas; construir uma ligação entre as políticas públicas ambientais abordadas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Como a ideia é explorar e analisar a política pública ambiental de criação de espaços territoriais protegidos, especialmente na parte que toca as unidades de conservação e as zonas de amortecimento e contribuir com um modelo de desenvolvimento que pretende ser diferente do atual, já que tem como base a sustentabilidade, entende-se que a pesquisa é aderente à linha Políticas Públicas, Constituição e Organização do Estado. Por fim, a pesquisa contribui para o possível equacionamento de conflitos entre a utilização de recursos naturais e a proteção da biodiversidade, por meio do fomento de iniciativas e condutas desejáveis a ser recompensadas, produzindo, ao mesmo tempo, benefícios sociais e ambientais.

Palavras-Chave: zona de amortecimento; unidade de conservação; espaço territorial especialmente protegido; regime jurídico; desafios.

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC 2023/2024

A ATIVIDADE PEDAGÓGICA COM ESTUDANTES ATÍPICOS E A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE TERAPÊUTICO

Ana Caroline Almeida Ramos Assunção - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
ana.assuncao@sempreceub.com
Ingrid Lilian Fuhr - CEUB, professora orientadora
ingrid.fuhr@ceub.edu.br

Este projeto de iniciação científica tem como foco investigar a contribuição da atuação do assistente terapêutico (AT) na inclusão escolar de estudantes atípicos, especificamente no contexto da interação com o professor regente. O interesse pela temática surgiu da experiência da pesquisadora como assistente terapêutica em diferentes contextos, incluindo clínica e ambiente escolar, onde observou desafios significativos na execução efetiva das práticas inclusivas. A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como a presença do AT pode potencializar ou comprometer as estratégias pedagógicas do professor regente, visando ao desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes atípicos. A fundamentação teórica abrange desde a caracterização de desenvolvimento atípico e suas implicações neurobiológicas e comportamentais até as políticas educacionais que orientam a inclusão escolar no Brasil. Os objetivos específicos incluem a análise das competências do AT, a avaliação das práticas docentes na inclusão, a identificação das funções do AT em sala de aula e a investigação dos impactos dessa interação na dinâmica pedagógica e social da turma. A metodologia adotada é qualitativa, envolvendo análise documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas com professores e AT. Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para o aprimoramento das práticas inclusivas nas escolas, fornecendo *insights* práticos e teóricos sobre como melhorar a colaboração entre profissionais para o benefício educacional e emocional dos alunos atípicos.

Palavras-Chave: desenvolvimento atípico; assistente terapêutico; inclusão escolar.

A ATUAÇÃO MÉDICA E AS TOMADAS DE DECISÕES NO ÂMBITO DOS CUIDADOS PALIATIVOS

Gabriela Olívia Santos Chaves - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
gabriela.olivia@sempreceub.com
Keyla Cooper - CEUB, professora orientadora
keyla.cooper@ceub.edu.br

O contexto atual é de aumento da expectativa de vida, o que resulta em pacientes com doenças crônicas vivenciadas por maiores períodos. Em resposta a este cenário, surgem os cuidados paliativos, abordagem que visa à promoção da qualidade de vida aos pacientes com doenças incuráveis, respeitando sua autonomia, oferecendo cuidados a sua rede de apoio e demais áreas da vida, como os aspectos psicológicos e espirituais, além de atentar-se para possíveis perdas (físicas, sociais), bem como considerar a finitude da vida. Entretanto, o conhecimento técnico dos profissionais de saúde em conjunto com fatores culturais, sociopolíticos e morais pode acarretar conflitos vivenciados durante o acompanhamento de pacientes em CP. Assim, esta pesquisa buscou avaliar como se dá o exercício da autonomia do médico diante dos processos de tomadas de decisões, no âmbito dos cuidados paliativos. O objetivo geral é compreender os limites e as possibilidades da autonomia do profissional de medicina no contexto em que um paciente se encontra em cuidados paliativos. Os objetivos específicos são conhecer os impactos da relação entre a visão técnica e os processos subjetivos do médico que realiza o acompanhamento de pacientes em cuidados paliativos; compreender a existência de conflitos vivenciados e qual o seu manejo por parte dos profissionais da saúde diante da retirada do suporte vital de pacientes em cuidados paliativos. Para tanto, foram entrevistados três médicos paliativistas com mais de um ano de atuação, utilizando o método qualitativo de análise temática para a discussão dos resultados. Os dados apontam para um contexto em que a autonomia do paliativista é perpassada por questões de diferentes facetas, como biológica, social, cultural, política e familiar. Isso indica que a tomada de decisão neste contexto ultrapassa a dimensão ética e técnica, tornando-se, assim, um fenômeno multideterminado. No âmbito dos cuidados paliativos em que vida e morte se tornam um processo que ocorre a partir de escolhas (plano terapêutico, retirada ou não do suporte vital etc.), o processo de tomada de decisão torna-se muito mais do que somente um planejamento técnico, visando ao bem-estar do paciente e de seus familiares. Os dados coletados indicam que este processo é atravessado pela tensão entre o modelo curativista e o modelo paliativista de cuidados, uma vez que a tomada de decisão em CP depende, em larga escala, do momento do referenciamento de uma equipe para a outra, o que é comumente marcado pela obstinação terapêutica e pela medicina defensiva. Isso impacta diretamente a qualidade de vida e a finitude dos pacientes, contribuindo para o sofrimento psíquico de familiares. Além disso, os dados indicam que a tomada de decisão por parte do profissional médico envolve dilemas e é um processo solitário, em que a preocupação com a qualidade de vida e de morte dos pacientes não encontra espaço para expressão ou compartilhamento. Por fim, a pesquisa revelou desafios quanto à tomada de decisão

acerca da retirada do suporte vital, indicando que, no contexto de cuidados paliativos, a educação e a comunicação tornam-se instrumentos fundamentais de trabalho.

Palavras-Chave: cuidados paliativos; tomada de decisão; médico paliativista.

A COMUNICAÇÃO COMO ELEMENTO POTENCIALIZADOR PARA A VISIBILIDADE DOS POVOS INDÍGENAS

Ana Clara Beccari de Azevedo Viana - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
ana.beccari@sempreceub.com
Sandra Araújo de Lima da Silva - CEUB, professora orientadora
sandra.silva@ceub.edu.br

A comunicação é uma ação que acontece desde que o ser humano existe; sempre houve a necessidade de expressar-se, para pedir, contar, informar ou falar. A comunicação evoluiu com o passar dos anos e é cada vez mais utilizada a favor de visibilizar diversas lutas, informações, desigualdades, conquistas e estudos, pois contém uma gama de assuntos diversos. Com a evolução do assunto, é importante estudar como essa ferramenta pode ser utilizada para impulsionar e visibilizar a importância dos povos indígenas. Sem a comunicação, o ser humano viveria em um mundo próprio, sem comunidade e pensamento crítico, ideias e sentimentos, uma vez que é por meio da interação que a humanidade compartilha experiências, novas ideias e sentimentos. Esta pesquisa investigou como a comunicação, em específico a plataforma de comunicação e a rede social Instagram, pode ser um instrumento de potencialização para a visibilidade indígena. O estudo teve como objetivos investigar como as comunidades indígenas podem utilizar os meios de comunicação, para comunicar-se de forma efetiva; aumentar a visibilidade indígena; promover a representação mais autêntica e justa; canalizar as inúmeras denúncias de garimpo e invasão territorial. Utiliza-se o estudo bibliográfico para compreender melhor os termos *comunicação* e *cultura*, tendo em vista que o assunto da pesquisa é um tema atual. Com isso, os métodos empregados são pesquisa documental e bibliográfica. Com os resultados encontrados, é possível identificar a forma com a qual os seguidores atuam nas redes, ou seja, com um posicionamento menos institucional e mais direto e íntimo, mostrando o dia a dia e falando de cultura e ativismo, há melhor e maior receptividade pelos seguidores. Neste estudo, são analisados três perfis, um governamental, uma associação e uma ativista, mostrando que o perfil ativista, mesmo com quantidade menor de seguidores, tem a melhor taxa de engajamento em comparação às contas analisadas.

Palavras-Chave: comunidades indígenas; comunicação; redes sociais.

A EXPANSÃO DO MERCADO VIRTUAL CHINÊS SOB O PRINCÍPIO DO *LAISSEZ-FAIRE*: UMA AVALIAÇÃO DOS RISCOS E DOS BENEFÍCIOS PARA O BRASIL NO CONTEXTO DA ECONOMIA DIGITAL

Eduardo Anderson dos Santos Sousa - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
eduardo.ssousa@sempreceub.com
João Paulo Santos Araujo - CEUB, professor orientador
joao.araujo@ceub.edu.br

Este artigo analisa a expansão do mercado virtual chinês sob a perspectiva do princípio do *laissez-faire*, avaliando os riscos e os benefícios que essa dinâmica representa para o Brasil no contexto da economia digital. A pesquisa destaca como a China, ao adotar uma abordagem que combina liberdade econômica com intervenções estatais pontuais, conseguiu tornar-se um líder no comércio digital, com um crescimento significativo em sua infraestrutura logística e inovação tecnológica. Dados da International Trade Administration indicam que as vendas online na China alcançaram US $2,29 trilhões em 2020, com projeções de crescimento para US $3,56 trilhões, em 2024. No entanto, após análise, essa expansão levantou preocupações sobre práticas, como o *dumping* social e a falta de fiscalização das condições de trabalho, levantando questões de cunho social e ético. Para o Brasil, foi constatado que a crescente presença do *e-commerce* chinês significa tanto oportunidades quanto desafios, especialmente em um cenário onde o governo brasileiro impõe barreiras tarifárias, com o intuito de proteger a indústria nacional. Essas medidas, embora justificadas como proteção ao mercado interno, resultaram em diminuição do poder de compra dos consumidores brasileiros e em recuo no consumo em plataformas digitais. A análise sugere que o Brasil deve buscar um equilíbrio entre a proteção de sua indústria e a promoção de um ambiente competitivo que favoreça a inovação. Além disso, a pesquisa destaca a importância de iniciativas governamentais, como a Estratégia Nacional de Governo Digital, que reconhecem o potencial do mercado digital, mas que ainda não abordam, de forma abrangente, o comércio eletrônico. O artigo conclui que, para que o Brasil possa beneficiar-se da expansão do mercado virtual chinês, é essencial adotar uma abordagem que considere tanto a proteção da indústria nacional quanto a necessidade de um ambiente que estimule a competitividade e a inovação em um contexto global cada vez mais interconectado.

Palavras-Chave: economia digital; *laissez-faire*; Brasil.

A FREQUÊNCIA DE ATIVIDADE FÍSICA RESISTIDA E A RELAÇÃO COM A IMPULSIVIDADE: UMA ANÁLISE DOS PADRÕES DE DESCONTO DO ATRASO

Tales de Queiroz Loia - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
talesloia@sempreceub.com
Paulo Roberto Cavalcanti - CEUB, professor orientador
paulo.cavalcanti@ceub.edu.br

Estudos sugerem que a prática de atividade física é capaz de influenciar o comportamento impulsivo. Na análise comportamental, utiliza-se o desconto do atraso para conseguir mensurar os comportamentos ditos impulsivos mediante o coeficiente *k*. O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a prática de atividade física e o comportamento impulsivo pelo desconto do atraso. O estudo realizou um experimento com três grupos de adultos (idade de 18 a 30 N=90), definidos por um questionário de atividade física internacional IPAQ. Os indivíduos foram distribuídos em nível baixo, intermediário e alto, em relação a frequência, duração e intensidade de suas atividades físicas, de acordo com o questionário. Ambos os grupos realizaram tarefas de desconto do atraso quando deveriam escolher entre valores hipotéticos em reais, receber esse valor de maneira imediata ou aguardar certo tempo, para obter uma recompensa melhor. Também foram aferidas medidas biológicas dos participantes, como o IMC, a classificação do IMC e a porcentagem de gordura corporal. Utilizando um teste não paramétrico de variáveis independentes Kruskal-wallis, foram feitas comparações entre os valores de *k* de cada grupo, e correlações Pearson entre esses valores e as medidas biométricas dos participantes. Não foram achadas diferenças significativas entre o os valores de *k* de cada grupo. Para o teste de Pearson, não foram encontradas relações significativas entre *k* e as medidas biométricas. Não foram observadas influências significativas entre os comportamentos impulsivos e a prática de atividade física. Assim, são necessários novos experimentos, a fim de reafirmar os resultados ou aproximar-se de resultados passados da literatura.

Palavras-Chave: desconto do atraso; atividade física; impulsividade.

A INFLUÊNCIA DA ORIENTAÇÃO POLÍTICA NAS FALSAS MEMÓRIAS DE *FAKE NEWS*

Lucca André de Souza - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
lucca.leao@sempreceub.com
João Gabriel Nunes Modesto - CEUB, professor orientador
jg.modesto@gmail.com
Gabriela de Miranda Ribeiro - Centro Universitário de Brasília, colaboradora
gabider@sempreceub.com

As *fake news*, ou seja, notícias que apresentam conteúdos falsos, têm sido utilizadas como o principal mecanismo de distorção da realidade, com intuito de beneficiar projetos políticos. Essa prática demonstra ter consequências na memória, podendo desencadear a produção de falsas memórias, isto é, lembranças que podem ou não ter certa materialidade na realidade. Além disso, observa-se que a orientação política pode auxiliar a produção de falsas memórias a partir de *fake news* fabricadas. Sendo assim, o objetivo deste estudo é investigar a influência do posicionamento político na formação de falsas memórias de *fake news*. Foram expostas oito notícias falsas, e quatro foram criadas para o estudo. Solicitou-se que o participante respondesse se lembrava ou não das notícias e expusesse a sua ideologia política. Participaram desta pesquisa 384 pessoas (M=32,19; DP=10,76). Os resultados obtidos demonstraram que uma parcela dos participantes afirmou lembrar-se das *fakes news* criadas, e duas *fake news* fabricadas, uma pró-direita e outra pró-esquerda, demonstraram significância. Pode-se notar que os fenômenos das falsas memórias vieram a ocorrer a partir das notícias falsas criadas para a pesquisa, mesmo a amostra tendo apresentado alto índice de confiança na memória. Verifica-se que a orientação política demonstra alguma influência na produção de falsas memórias, principalmente quando ligadas ao espectro político à direita. Entre as principais limitações encontradas nesta pesquisa, estão a distância entre a disputa eleitoral ocorrida em 2022 para coleta realizada ao final de 2023 e a quantidade considerável de *fake news* expostas ao participante, gerando a variável da fadiga durante a coleta de dados. Por fim, este estudo mostra-se importante agregador das pesquisas realizadas nos campos de falsas memórias, *fake news* e orientação política, principalmente no Brasil, podendo servir como auxílio, para melhor compreender a relação entre não lembrança e notícias falsas, em contextos políticos.

Palavras-Chave: falsas memórias; *fake news*; orientação política.

A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NA RESSOCIALIZAÇÃO DE EX-PRESIDIÁRIOS

Geovanna Moreira Bastos - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
geovanna.bastos@sempreceub.com
Leonardo Cavalcante de Araújo Mello - CEUB, professor orientador
leonardo.mello@ceub.edu.br

A religião é um fator significativo da socialização na cultura brasileira, influenciando a subjetividade e o simbolismo do indivíduo. Entre os aspectos que são alterados pela interação simbólica com a religião, há a criminalidade e a ressocialização. A presente pesquisa tem como objetivo compreender e analisar como a religião interage simbolicamente com os processos de produção subjetiva de ex-detentos, principalmente no seu processo de ressocialização. Este estudo foi feito a partir de uma análise qualitativa e exploratória, mediante entrevistas individuais, online, com três ex-presidiários religiosos e residentes do Distrito Federal. Assim, tal tema foi analisado por meio da descrição, da compreensão e da interpretação de fatos e fenômenos, a partir da teoria do interacionismo simbólico de Erving Goffman, da psicologia social. Os resultados e a discussão indicaram que a religião apresenta uma carga afetivo-simbólica significativa na interpretação de experiências dolorosas, como o cárcere. A religião também foi analisada como um fator de alto potencial para o desenvolvimento do bem-estar mental e espiritual, ajudando a estabelecer uma identidade social forte e estável, que se utiliza de um processo de desvinculação da criminalidade e vinculação a uma ética religiosa associada às leis da Constituição brasileira. No entanto, foi percebido que a estigmatização em ex-presidiários pode gerar sofrimento psíquico a partir do processo de exclusão social geográfico e do constrangimento. Dessa forma, faz-se necessária a existência e o desenvolvimento de programas que realizem acolhimento e apoio à ressocialização. As implicações práticas deste estudo constatam-se no desenvolvimento de programas de apoio e ressocialização a ex-presidiários.

Palavras-Chave: ressocialização religiosa; ex-presidiários; interacionismo simbólico.

A INFLUÊNCIA DAS *FAKE NEWS* NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018 E DE 2022: UM ESTUDO SOBRE O DIREITO ELEITORAL BRASILEIRO

Gisele Santos de Queiroz - CEUB, PIC Direito/FAP, aluna bolsista
gisele.queiroz@sempreceub.com
José Levi Mello do Amaral Júnior - CEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

O fenômeno das *fake news* tem sido amplamente discutido em todo o mundo, especialmente no contexto político, em razão do surgimento das redes sociais e da facilidade de compartilhamento de informações. *Fake news* são notícias falsas que se apresentam como verdadeiras e provocam grande repercussão sobre diversos assuntos, principalmente na política. Em períodos eleitorais, é comum que candidatos e seus apoiadores usem essas informações enganosas para prejudicar a imagem dos adversários, influenciando, assim, as decisões dos eleitores e criando uma visão distorcida sobre os políticos. No Brasil, as eleições presidenciais de 2018 e 2022 foram marcadas por uma disseminação sem precedentes de desinformação, o que gerou intensos debates sobre a integridade do processo democrático. Este projeto visa analisar a influência das *fake news* nas eleições de 2018 e 2022, explorando o conceito e a evolução desse fenômeno, seus impactos e desafios.

Palavras-Chave: *fake news*; desinformação; eleições.

A INFLUÊNCIA DO *CIBERESPAÇO* NA PERCEPÇÃO DE NECESSIDADES E ADAPTAÇÃO DO ESPAÇO E DOS MEIOS URBANOS NOS CAFÉS DE BRASÍLIA

Gabriela Castro da Silva - CEUB, PIC Arquitetura e Urbanismo/FAP, aluna bolsista
gabriela.csilva@sempreceub.com
Ana Carolina Netto Gomes Drumond - CEUB, professora orientadora
ana.drumond@ceub.edu.br

Esta pesquisa visa obter uma compreensão mais aprofundada sobre o tema. Para isso, foram explorados os conceitos de *cibercultura*, sob a perspectiva de Pierre Levy, e a sociedade do espetáculo apresentada por Guy Debord. Além disso, com o objetivo de investigar melhor a temática, foram feitos seis estudos de caso em cafeterias de Brasília, especificamente, no Plano Piloto, onde foram observados os seguintes pontos: localização, entorno, descrição geral do espaço, conectividade, mobiliário, presença de espaços *instagramáveis*, iluminação, espaços de confraternização e descontração e programação visual, com o intuito de observar como e se houve adaptação dos espaços influenciados pela cibercultura. Nesta perspectiva notou-se que os cafés, contemporaneamente, tiveram sua função de encontro modificada, pois passaram a ser lugar de conexão tanto física quanto virtual. Este espaço, também incorporou novas atividades, como a do trabalho, sobretudo após a pandemia de covid-19, e a de lugar fotogênico ou *instagramável*. Sob esta ótica, pode-se notar o quão relevante se tornou a percepção estética na cibercultura, formando espaços baseados em tendências. Por fim, tendo em mente, em especial, o aumento de consumo de redes sociais em decorrência da pandemia de covid-19 e a crescente população nativa digital, tem-se a formação de opiniões e a naturalidade de expor hábitos e rotinas cotidianas nas mídias digitais, bem como a disposição atual de consumir espaços e produtos que tenham algum vínculo com a internet. Esse fenômeno corrobora a ideia de alienação descrita por Debord em sua obra *Sociedade do espetáculo*.

Palavras-Chave: *cibercultura*; café; arquitetura.

A INFLUÊNCIA DO CIGARRO ELETRÔNICO NA VARIABILIDADE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA, NA CAPACIDADE AERÓBICA E NA QUALIDADE DE VIDA DE ADULTOS SAUDÁVEIS: ESTUDO DE CAMPO

Celline Alessandra Oliveira Martins - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
celline.am@sempreceub.com
Bruna dos Santos Azevedo Soares - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
brunna.soares@sempreceub.com
Alessandra Vidal Prieto - CEUB, professora orientadora
alessandra.prieto@ceub.edu.br

A prevalência do tabagismo entre jovens, no Brasil, é cerca de 9,5% e, mundialmente, de 22,7%. Estudos indicam que os cigarros eletrônicos, apesar de promovidos como alternativa segura, apresentam riscos significativos para a saúde, incluindo danos cardiovasculares e respiratórios, além de impactos na qualidade de vida. O objetivo deste trabalho constitui-se na comparação do impacto do cigarro eletrônico quanto à variabilidade da frequência cardíaca (VFC), à capacidade aeróbica e à qualidade de vida (QV) de indivíduos usuários e não usuários de cigarro eletrônico. Este estudo é quantitativo recrutou participantes que foram divididos em dois grupos: usuários e não usuários de cigarros eletrônicos. Foram realizadas avaliações com oxímetro, esfigmomanômetro e cinta transmissora cardíaca Polar H10, além do questionário WHOQOL-*bref* para qualidade de vida. Os dados foram analisados no *software* SPSS, considerando o nível de significância de $p<0,05$ para o teste T independente. Foram selecionados 55 participantes divididos em grupo não usuário (NU), com 35 participantes, e grupo usuário (U), com 20 participantes. As características sociodemográficas foram semelhantes entre os grupos. As análises relacionadas a VFC e VO2máx revelam diferenças significativas em PNN50% e LF, enquanto outras variáveis não mostraram diferenças. Apesar da amostra reduzida, podem ser observadas alterações significativas, como a hiperativação do sistema nervoso simpático no grupo dos usuários de cigarro eletrônico. A qualidade de vida (QV) foi afetada, especialmente, no domínio físico dos indivíduos.

Palavras-Chave: cigarro eletrônico; variabilidade da frequência cardíaca; qualidade de vida.

A MADEIRA NA ARQUITETURA E NO *DESIGN*: ASPECTOS FÍSICOS, ASSIMILAÇÕES NEUROLÓGICAS E NOÇÕES CONCEITUAIS

Morgana Manbavaran Ferreira Franca - CEUB, PIC Arquitetura e Urbanismo/FAP, aluna bolsista
morgana.mff@sempreceub.com
Sávio Tadeu Guimarães - CEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br

Esta pesquisa aborda a importância da utilização da madeira na arquitetura, tanto como estrutura quanto em sua forma natural, sem interferência humana, destacando suas características mediante a neuroarquitetura, um tema recente com aplicações em diferentes espaços residenciais, comerciais e clínicos. O estudo investiga como a arquitetura pode influenciar e auxiliar esses espaços, provocando diferentes sensações nos pacientes de clínicas, principalmente, em neuropacientes que possuam diferentes níveis de suporte e sensibilidade. O estudo busca responder sobre como o ambiente pode ser adaptado, para atender a essas necessidades, utilizando uma abordagem multidisciplinar que integra arquitetura e neurociência. Além disso, por meio de abordagens ambientais, o artigo explora como a biofilia e a arquitetura sensorial, que promovem interação harmoniosa entre o construído e a natureza, podem ser ferramentas eficazes para criar espaços terapêuticos, que não apenas auxiliam a concentração e a gestão de emoções, como também proporcionam um ambiente de tranquilidade e segurança. A pesquisa levanta questões sobre a relevância do contato com a natureza para o bem-estar de pessoas com TDAH, autismo e dislexia, propondo que essa relação pode ser altamente benéfica para a melhoria dos tratamentos.

Palavras-Chave: neuroarquitetura; neurodivergência; ambientes clínicos.

A POLÍTICA ANTIMANICOMIAL APÓS O CASO DAMIÃO XIMENES LOPES: AVANÇOS E RETROCESSOS NA DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL

Lílian Angélica Martins Silva - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
lilian.angelica@sempreceub.com
Hector Luís Cordeiro Vieira - CEUB, professor orientador
hector.vieira@ceub.edu.br

O presente Projeto de Iniciação Científica propõe realizar uma análise a partir do caso Damião Ximenes Lopes *versus* Brasil, levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos - CIDH, pelos familiares de Damião com vistas à responsabilização do Estado brasileiro. O trabalho realizou uma pesquisa histórica, desde a idade clássica até o século das luzes, com o objetivo de esclarecer como cada época compreendia os pacientes psiquiátricos. Especialmente, é apresentado o panorama brasileiro a partir dos séculos XIX e XX, bem como a morte de Damião Ximenes, para entender a dimensão do que esta condenação representou para o Brasil. O projeto também revela os passos dados até a instituição da lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, mais conhecida como a Lei da Reforma Psiquiátrica, que busca implementar nova política de tratamento aos transtornos mentais no Brasil, como essa política tem sido aplicada e se tem, de fato, efetividade. Há uma análise da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS que busca a desinstitucionalização dos pacientes psiquiátricos, concedendo um atendimento humanizado, com a finalidade de garantir a liberdade destes pacientes, em contrapartida a uma análise crítica a respeito das comunidades terapêuticas e dos hospitais psiquiátricos, com fundamento no Relatório de Inspeção Nacional, realizado em 2018. Ademais, são apresentadas as medidas recentes assumidas pelo Estado brasileiro, as consequências da condenação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos - CIDH e a análise acerca de como a Resolução n. 487, de 15 de fevereiro de 2023 - Política Antimanicomial do Poder Judiciário, tem impactado o âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança. Por fim, é elaborado um exame a respeito da condenação sofrida pelo Brasil e em que alcance foram adotados os requisitos impostos para o arquivamento da sentença.

Palavras-Chave: direitos humanos; Damião Ximenes Lopes; transtornos mentais.

A POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA, O EXERCÍCIO DOCENTE E OS CURRÍCULOS DE PEDAGOGIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS E ESTADUAIS DA REGIÃO SUDESTE: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO

Clara Wanderley Ramos - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
clara.wanderley@sempreceub.com
Ingrid Lilian Fuhr - CEUB, professora orientadora
ingrid.fuhr@ceub.edu.br

A presente pesquisa, ao identificar uma carência histórica, advinda de uma sociedade ocidental contemporânea, organizada para o padrão de normalidade instituído, analisa se os currículos de pedagogia das universidades públicas federais e estaduais capacitam adequadamente seus alunos, futuros docentes, para oferecer a educação inclusiva a estudantes com deficiência. É importante destacar que a análise do presente projeto não engloba a educação especial para alunos do ensino superior. O objetivo perseguido é compreender se são ofertados subsídios teórico-metodológicos que proporcionem a aplicação efetiva das políticas educacionais para além da mera apresentação de leis, decretos e portarias. Ademais, identificam-se as lacunas que impactam negativamente a construção de uma rede de educação básica inclusiva efetiva no Brasil. À luz de uma pesquisa qualitativa, foram analisados dados da região Sudeste por meio do ENADE e de ementas de cursos, para avaliar a inclusão de disciplinas sobre educação especial. A análise das ementas de 66 universidades públicas demonstrou que, em função de fatores, como a ausência de disciplinas de educação especial, a falta de obrigatoriedade, a carga horária insuficiente e a bibliografia desatualizada, apenas 35 instituições atendem às exigências da legislação de educação especial. Por essa constatação, foram evidenciadas falhas na formação dos pedagogos que implicam a importância de perseverar na luta pela inclusão mais efetiva nas escolas e na sociedade. Também, fica claro que, por si só, leis, como as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, a Lei Brasileira de Inclusão e a Declaração de Salamanca, não são suficientes para assegurar a igualdade de direitos e a educação que atenda às necessidades individuais de cada aluno.

Palavras-Chave: educação especial; região Sudeste; formação acadêmica; pedagogos.

A PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO AO HIV/AIDS EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS NO BRASIL

Mariana Marques Coelho - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
mariana.marques@sempreceub.com
Giovanna Etchechurry Barros - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
giovanna.ebarros@sempreceub.com
Gerson Fernando Mendes Pereira - CEUB, professor orientador
gerson.pereira@ceub.edu.br

A profilaxia pré-exposição ao HIV (PrEP) consiste no uso diário de antirretrovirais antes do possível contato com o vírus da imunodeficiência humana (HIV) e tem como objetivo reduzir o risco de infecção. Como parte da prevenção combinada, estratégia que associa um conjunto de medidas preventivas ao HIV, a PrEP está disponível no Brasil, desde 2018 e é indicada, principalmente, para as populações com maior risco de entrar em contato com o agente infeccioso, as chamadas populações-chave, que incluem os *gays* e outros homens que fazem sexo com homens (HSH), pessoas transgênero e trabalhadores(as) do sexo. Assim, o objetivo desta pesquisa é descrever a evolução do uso da PrEP de 2018 a 2023, segundo características sociodemográficas e populações-chave, além de discorrer sobre os problemas de acesso enfrentados por esses grupos, propondo medidas para solucionar esses problemas. Trata-se de uma análise descritiva em que foram utilizados, para a coleta e a análise dos dados, os sistemas de informação oficiais do Ministério da Saúde: Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Painel de Monitoramento da Profilaxia Pré-Exposição, Boletins Epidemiológicos de HIV/Aids e Sistema de Informação de Mortalidade. Como meios de fundamentação teórica, utilizaram-se as bases de dados PubMed e Scielo por meio dos descritores “HIV AND Brazil”, “HIV AND Pre-Exposure Prophylaxis” e “HIV AND Social Stigma”. Também foram utilizados materiais disponibilizados no site do Ministério da Saúde. Desse modo, a presente pesquisa demonstrou que a PrEP apresentou crescente aceitação de seu uso pelas populações-chave desde a sua implementação, no Brasil, até o ano de 2023, com o aumento de 580% na adesão, passando de 8.199 usuários em PrEP, em 2018, para 55.800, em 2023. Porém, as populações-chave ainda representam a maioria dos novos casos de infecção pelo HIV. Nos últimos anos, a principal categoria de exposição ao agente infeccioso, no sexo masculino, foi a de HSH e, no sexo feminino, mulheres heterossexuais. Atualmente, a PrEP concentra-se em *gays* e outros HSH cis, brancos, amarelos, na faixa etária de 30 a 39 anos de idade e com alta escolaridade. Ao comparar a evolução da adesão à profilaxia ao longo dos anos, travestis e homens trans permanecem como os grupos com o menor número de usuários em PrEP. Portanto, pode-se concluir que diversas barreiras podem interferir no processo de adesão à profilaxia e na descontinuação do seu uso, como a falta de conhecimento, a baixa utilização de métodos de prevenção ao HIV e o atendimento inadequado e discriminatório em unidades de saúde. Com isso, campanhas educativas e de conscientização acerca do HIV/aids e das populações mais vulneráveis

devem ser prioridade de políticas públicas, a fim de combater o estigma e a discriminação e ampliar o acesso à PrEP.

Palavras-Chave: aids; HIV; profilaxia pré-exposição.

A RELAÇÃO ENTRE A ACUPUNTURA E OS PADRÕES DE DESCONTO POR ATRASO DE RECOMPENSAS FINANCEIRAS HIPOTÉTICAS

Isabela Colepicollo de Souza Maduro - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
isabela.maduro@sempreceub.com
Paulo Roberto Cavalcanti - CEUB, professor orientador
paulo.cavalcanti@ceub.edu.br

Este estudo propôs-se a investigar o padrão de desconto por atraso de pessoas que se submetem ou não ao tratamento com acupuntura, com o objetivo de analisar se os participantes que fazem acupuntura são menos impulsivos em comparação aos que não fazem. A metodologia incluiu a aplicação de um questionário de tarefas monetárias hipotéticas e a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os resultados indicaram que os níveis de impulsividade (valores de *k*) foram equivalentes entre os três grupos. Nesse sentido, algumas dificuldades metodológicas influenciaram não só a aplicabilidade da pesquisa, como também a validade e a confiabilidade dos dados. Este estudo tem uma contribuição vultosa no que diz respeito ao fator originalidade. Estudos anteriores exploram a linha de pesquisa desconto por atraso em diálogo com outras áreas da saúde, entretanto não foi possível encontrar, na literatura, análises que relacionassem desconto do atraso com acupuntura, ou seja, o que evidencia possíveis lacunas teórico-científicas. Entretanto, limitações de cunho amostral diante da coleta de dados pequena e não significativa enfatizaram a importância de haver futuras pesquisas com tamanhos de amostras substanciais, para garantir resultados robustos e aplicáveis ao entendimento das escolhas impulsivas entre participantes que se submetem ou não ao tratamento proposto.

Palavras-Chave: desconto do atraso; acupuntura; impulsividade.

A SEXUALIDADE DE MULHERES EM CUIDADOS PALIATIVOS ONCOLÓGICOS: PERCEPÇÕES E ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Maria Thereza Mendes Barbosa - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
maria.thereza@sempreceub.com
Janaína de Fátima Vidotti - CEUB, professora orientadora
janaina.vidotti@ceub.edu.br

Os cuidados paliativos são uma modalidade em saúde pautada na integralidade e na abordagem multidisciplinar que visa à promoção da qualidade de vida a pessoas com uma doença que ameaça a continuidade da vida. A sexualidade, como uma das dimensões da saúde humana, deve ser devidamente contemplada pela equipe nos cuidados paliativos, mas fatores, como estigmas, desconhecimento e despreparo para a abordagem do tema, prejudicam a atuação desses profissionais. O objetivo do presente estudo é conhecer como a vivência da sexualidade de mulheres em cuidados paliativos oncológicos é percebida e abordada pelos profissionais paliativistas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e exploratório. Para coleta de dados, foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas com profissionais de saúde, transcritas e submetidas ao método da análise temática. Os resultados foram divididos em quatro categorias, sendo elas: a abordagem do tema *sexualidade* durante a formação dos profissionais de saúde; a abordagem da sexualidade em cuidados paliativos oncológicos, dividida em duas subcategorias: comunicação entre profissional e paciente e estratégias utilizadas pelos profissionais paliativistas na comunicação com as pacientes; a experiência da sexualidade de mulheres em cuidados paliativos oncológicos na perspectiva de profissionais de saúde; o relacionamento das pacientes com seus parceiros pela perspectiva dos profissionais de saúde. Observou-se, a partir das entrevistas, que a sexualidade é uma dimensão altamente negligenciada e invalidada na vida de pacientes oncológicas e paliativas. Com isso, foi possível identificar que a educação permanente dos profissionais, somada ao estabelecimento de vínculo e à adoção de uma comunicação ativa, acessível e acolhedora com essas mulheres e com sua rede de apoio, é uma ferramenta imprescindível ao cuidado integral e humanizado.

Palavras-Chave: cuidados paliativos; sexualidade; mulheres.

AÇÃO DOS FITOCANABINOIDES NO METABOLISMO DA GLICOSE E SEU PAPEL NO TRATAMENTO DA OBESIDADE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ana Clara Limeira da Cruz - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
a.limeira@sempreceub.com
Eduardo Henrique Ribeiro Nogueira - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno voluntário
eduardo.nogueria@sempreceub.com
Renata Uchôa Alves - CEUB, professora orientadora
renata.alves@ceub.edu.br
Alexandre Miziara - CEUB, colaborador
alexandre.miziara@uniceub.br
Jefferson Lessa Soares de Macedo - docente de Medicina na ESCS, colaborador

A obesidade é uma preocupação de saúde mundial com aumento significativo nos últimos anos, considerando sua etiologia multifatorial e mudanças nos hábitos de vida das novas gerações. A doença é um dos principais problemas de saúde enfrentados atualmente, uma vez que atinge crianças, adultos e idosos. Nesse sentido, novas terapias surgem constantemente, para solucionar o problema, incluindo o uso de substâncias derivadas da *Cannabis sativa*. O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos da ação de fitocanabinoides na perda de peso, a fim de demonstrar seu papel benéfico no tratamento da obesidade, além de identificar seus possíveis benefícios e compostos no tratamento da resistência insulínica, na diminuição dos fatores de risco cardiovascular e na sua ação perante o manejo da síndrome metabólica. O presente estudo consistiu em uma revisão de literatura nas bases de dados Google Scholar, PubMed/MEDLINE, LILACS e The Cochrane com os seguintes descritores: "diabetes mellitus"; "obesity"; "weight loss"; "metabolic syndrome" ("diabetes mellitus", OR "obesity", OR "weight loss", OR "metabolic syndrome"); "cannabinoids"; "cannabis" ("cannabinoids" OR "cannabis"). Ao total, 130 artigos foram encontrados, e, após aplicação dos fatores de exclusão, foram selecionados 14 textos com diferentes metodologias, descritos em tabela, separados em dois principais grupos: estudos em animais e estudos em humanos. Após a leitura de cada artigo, foi possível constatar que os ensaios clínicos realizados em animais permitem técnicas mais rebuscadas sobre a ação dos fitocanabinoides, em órgãos específicos, cuja relevância implica maior compreensão de sua ação em relação à perda de peso *in vivo*. Por outro lado, os estudos em humanos consistem exclusivamente em análises epidemiológicas. O presente trabalho mostra que o uso de fitocanabinoides contribui com a perda e a manutenção de peso mesmo em dietas hipercalóricas, pela sua ação no sistema endocanabinoide, no controle do apetite e pela ação no metabolismo da glicose e de lipídios. Estudos em seres humanos ainda são necessários, principalmente para definir doses e vias de administração.

Palavras-Chave: síndrome metabólica; resistência à insulina; emagrecimento.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS FATORES DE RISCO PARA IDEAÇÃO SUICIDA EM ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA: UM ESTUDO QUALIQUANTITATIVO

Pedro Faria Ruelli - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
pedro.ruelli@sempreceub.com
Carolina Ponchio Ferreira - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
carolina.ponchio@sempreceub.com
Eliana Mendonça Vilar Trindade - CEUB, professora orientadora
eliana.trindade@ceub.edu.br
Sérgio Luiz da Costa - CEUB, colaborador
sergio.costa@ceub.edu.br

O ingresso no ensino superior representa fase de mudanças importantes, proporciona autonomia e liberdade ao universitário, mas também implica responsabilidades diante de cobranças acadêmicas. No âmbito da formação na área da saúde, soma-se a vivência cotidiana de dilemas específicos da profissão escolhida que, culturalmente, envolve mais compromissos. Assim, este projeto investiga a prevalência de ideação suicida entre estudantes universitários de seis cursos da área da saúde de uma instituição privada, com foco na avaliação da saúde psíquica desses indivíduos. O estudo foi conduzido em duas etapas: uma quantitativa, utilizando-se uma adaptação da Escala de Ideação Suicida de Beck (BSI) e a *Columbia-Suicide Severity Rating Scale* (C-SSRS) para medir a incidência de ideação suicida, e uma qualitativa, baseada em resultados obtidos por meio de grupos focais. A triangulação de métodos é empregada como estratégia central, garantindo credibilidade, confiabilidade e maior rigor científico pelo fato de utilizar múltiplos métodos, teorias, fontes de dados e investigadores, permitindo uma compreensão abrangente e multifacetada do fenômeno, minimizando vieses e proporcionando uma análise mais robusta e detalhada. Observou-se que o curso com mais ideação suicida é a medicina veterinária, seguida da medicina. Há números significativamente superiores no gênero feminino, comprovando o "paradoxo do suicídio". Os resultados são mais expressivos entre estudantes até 20 anos, fase marcada por incertezas e início da vida universitária. Curiosamente, a idade também traz surpresas: aqueles com mais de 25 anos apresentam uma tendência menor à ideação suicida, embora essa observação seja limitada por uma amostra reduzida. O estudo revela *insights* importantes sobre os fatores que influenciam a ideação suicida em estudantes da área da saúde. Práticas simples, como manter uma rotina regular de exercícios físicos e garantir um sono de qualidade, mostraram-se poderosas aliadas à redução do risco de ideação suicida. Entre os participantes que mantinham atividades físicas regulares, 85,4% não relataram ideação suicida no último mês. Da mesma forma, 77,8% daqueles que desfrutavam de um sono de qualidade excelente também se mostraram livres desse risco. Curiosamente, o sedentarismo emerge como um vilão silencioso, já que 53% daqueles apontados como sedentários relataram ter passado por ideação suicida, reforçando a urgência de adotar um estilo de vida mais ativo, para proteger a saúde mental dos estudantes. Em contrapartida, o tabagismo destaca-se como um fator alarmante: 63,6% dos fumantes já

apresentaram ideação suicida. Por outro lado, a abstinência mostra-se protetora com 88,8% daqueles que se mantiveram longe do tabaco por mais de três meses, permanecendo livres desses pensamentos no mês anterior ao estudo. Nas relações interpessoais, emerge um quadro complexo: a falta de conexão com os colegas e a cultura de rivalidade em alguns cursos são frequentemente citadas como fontes de ansiedade e estresse. Esses achados trazem à tona nuanças importantes da saúde mental estudantil e oferecem pistas valiosas para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes no futuro.

Palavras-Chave: estudantes de ciências da saúde; fatores de risco; saúde mental.

ANÁLISE DA ATIVIDADE FÍSICA, DA FORÇA MUSCULAR, DA COMPOSIÇÃO CORPORAL, DA FUNCIONALIDADE E DA QUALIDADE DE VIDA DE MULHERES COM CÂNCER DE MAMA

Ana Beatriz Maciel Monteiro - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
mrs.monteiro@sempreceub.com
Amanda Ashton Baeta Barros - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
amanda.ashton@sempreceub.com
Mateus Medeiros Leite - CEUB, professor orientador
mateus.mleite@ceub.edu.br
Isabel Pinto Ferreira de Miranda - CEUB, colaboradora
isabel.miranda@sempreceub.com

O câncer de mama é uma das principais causas de morte entre mulheres, em todo o mundo. A prática de atividade física tem sido associada a benefícios significativos na qualidade de vida e na recuperação de pacientes oncológicos. Esta pesquisa analisa o nível de atividade física, força muscular, composição corporal, funcionalidade e qualidade de vida de mulheres com câncer de mama. Trata-se de um estudo transversal, realizado com 12 mulheres, com idade média de 52,50 (± 9,39 anos), diagnosticadas com câncer de mama. As participantes preencheram um questionário de anamnese que coletou dados sobre variáveis sociodemográficas (idade, estado civil, escolaridade), clínicas (comorbidades) e hábitos de vida (tabagismo, etilismo). O Questionário Internacional de Atividade Física (versão curta) foi utilizado para avaliar os níveis de atividade física. A qualidade de vida foi avaliada pelo questionário WHOQOL-BREF. A força muscular foi avaliada por um dinamômetro hidráulico, e a funcionalidade, pelo teste de sentar-se e levantar-se de 30 segundos. A maioria das mulheres tinha até 59 anos (66,67%), era casada (66,67%), tinha ensino médio (41,67%) ou pós-graduação (41,67%). Quanto às características do câncer, a maioria encontrava-se em remissão (58,33%), com até 9 anos de tempo de diagnóstico (66,67%), variando entre 6 e 24 anos, com média de 10,7 anos e com idade de diagnóstico acima dos 40 anos (66,67%). Não foram observadas diferenças significativas para percepção da qualidade de vida, satisfação com a saúde e demais domínios entre mulheres irregularmente ativas, em comparação com aquelas ativas ou muito ativas ($p>0,05$). Foram verificadas correlações positivas da idade, no diagnóstico, com satisfação com a saúde ($r=0,582$; $p=0,047$) e com domínio psicológico ($r=0,606$; $p=0,037$), da idade com satisfação com a saúde ($r=0,637$; $p=0,026$) e com domínio físico ($r=0,619$; $p=0,032$), positiva entre IMC e %GC ($r=0,876$; $p<0,001$), positiva do %MM com FPMR ($r=0,729$; $p=0,007$), correlação negativa do IMC com %MM ($r=-0,581$; $p=0,047$) assim como entre FPMR e %GC ($r=-0,681$; $p=0,015$). Neste estudo, foi possível identificar que a prática regular de exercícios físicos esteve mais presente nas mulheres mais idosas. As principais considerações indicam que a maior idade no diagnóstico esteve associada à satisfação com a saúde e com o domínio psicológico, assim como a maior idade, à satisfação com a saúde e com o domínio físico. Além disso, a composição corporal das mulheres evidenciou uma relação positiva da massa magra com a força muscular relativa, enquanto o maior percentual de gordura se associou a menores

valores de força muscular relativa. Por fim, torna-se relevante o acompanhamento dos parâmetros antropométricos, da composição corporal, da força e dos funcionais no contexto da verificação dos índices de saúde, em mulheres sobreviventes ao câncer de mama.

Palavras-Chave: câncer de mama; força muscular; qualidade de vida.

ANÁLISE DA MORBIMORTALIDADE NA RECONSTRUÇÃO DO TRÂNSITO INTESTINAL EM PACIENTES OSTOMIZADOS EM UM HOSPITAL TERCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

Rafaella de Andrade Ferraz Ribeiro - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
rafaella.ferraz@sempreceub.com
Rebecca Reis de Sousa - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
beccahsousa@sempreceub.com
Guilherme Pinto Bravo Neto - CEUB, professor orientador
guilherme.neto@ceub.edu.br

Estomas intestinais são anastomoses entre o tubo digestivo e a pele, com a finalidade de desviar o conteúdo entérico para o meio externo, de forma temporária ou permanente. Estomas intestinais temporários são procedimentos comuns, realizados tanto na urgência abdominal, quando as condições locais e gerais do paciente impedem uma anastomose colônica primária, quanto em cirurgias eletivas, em geral, para proteção de anastomoses de alto risco de deiscência, envolvendo o intestino grosso. A reconstrução do trânsito intestinal destes pacientes requer nova intervenção cirúrgica, com morbimortalidade associada variável. O objetivo deste trabalho é analisar a morbimortalidade na reconstrução do trânsito intestinal, em um hospital terciário do Distrito Federal. Secundariamente, a pesquisa procura avaliar as condições que determinaram a realização dos estomas intestinais, o tempo transcorrido entre o diagnóstico e a confecção da ostomia e o tempo entre a realização da ostomia e seu fechamento, assim como os aspectos epidemiológicos e demográficos relacionados. Foi realizada uma análise retrospectiva, observacional e longitudinal dos prontuários de pacientes submetidos à reconstrução de trânsito intestinal na unidade de proctologia do Hospital de Base do Distrito Federal (IGES-DF), em um período de 10 anos (2013-2023). As informações colhidas foram registradas em um protocolo pré-estabelecido. No período analisado, 120 pacientes foram elegíveis para o estudo, dos quais 75 (62,5%) eram homens, 45 (37,5%), mulheres, e 55 (45,8%) eram portadores de comorbidades, entre as quais as mais prevalentes foram representadas por hipertensão arterial sistêmica, diabetes tipo II, doenças autoimunes e cardiopatias. A média de idade entre os homens foi de 55,6 anos e, entre as mulheres, de 61,8 anos. Os principais estomas realizados foram as colostomias terminais (50 casos, 41,7%) e as ileostomias em alça (31 casos, 25,8%). As condições determinantes para realização dos estomas foram as cirurgias eletivas para tratamento de neoplasias colônicas (33,3%), especialmente as de reto, seguidas de traumatismo penetrante do abdome em caráter de urgência. Dos 59 pacientes operados em caráter de urgência, em 39 deles, o tempo transcorrido entre a admissão hospitalar e o procedimento cirúrgico pôde ser computado, tendo sido maior que 24 horas em 42,4%, o que pode ter gerado maior necessidade de desvios de trânsito intestinal ao invés de procedimentos mais conservadores. Dos 120 pacientes ostomizados, 97 (80,8%) foram submetidos à reconstrução do trânsito intestinal. O índice de morbidez pós-operatória foi de 34%, e o de mortalidade, 9,8%. As principais complicações pós-operatórias foram as infecções do sítio cirúrgico associadas às

deiscências de anastomoses (10,3%). O índice geral de complicações pós-operatórias, determinadas tanto na cirurgia de confecção das ostomias quanto nas reconstruções do trânsito intestinal, foi elevado, porém comparável com aqueles da literatura, especialmente nacional, que chega a 58% e enfatiza a importância de indicações precisas para realização dessas ostomias. O tempo médio transcorrido entre a realização da ostomia e a reconstrução do trânsito intestinal foi maior que 12 meses em 68% dos pacientes, com impacto direto na qualidade de vida deles.

Palavras-Chave: reconstrução de trânsito intestinal; reversão de ostomias; estomas intestinais.

ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DE CAFEÍNA PARA MELHORA DE DESEMPENHO EM EXERCÍCIOS FÍSICOS RESISTIDOS

Antônio Prudente Demes - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
antonio.prudente@sempreceub.com
Bruno Catem Vianna - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno voluntário
bruno.catem@sempreceub.com
Alexandre Sampaio Rodrigues Pereira - CEUB, professor orientador
alexandre.pereira@ceub.edu.br

A busca por motivação de treinamento aumenta a cada dia, de modo que muitos procuram meios para atingir tal objetivo, incluindo o uso de produtos que impulsionam a prática de exercícios físicos. Desse modo, a cafeína é uma substância almejada, por proporcionar tais efeitos incentivadores e por reduzir efeitos de fadiga após a atividade física. É abundante no cotidiano, está presente em diversos alimentos e produtos, é de fácil obtenção e manipulação. No corpo humano, induz o aumento da força, da resistência e da recuperação muscular e produz maior estado de alerta. Exercícios físicos são excelentes medidas preventivas para diversas doenças e condições crônicas de saúde, de modo que todo incentivo a sua prática é bastante benéfico. Grande parte dos indivíduos que praticam ou começam a praticar exercícios físicos desejam resultados significativos rápida e eficientemente, de forma que procuram meios para atingir esse objetivo. O uso da cafeína pode auxiliar essa prática. Em razão do seu fácil acesso, consumo e potenciais efeitos benéficos, tornou-se uma das principais substâncias utilizadas tanto por atletas de elite quanto por praticantes recreativos e amadores de exercícios físicos. Cada indivíduo possui uma sensibilidade diferente à substância, portanto deve-se avaliar a dose ideal de consumo diário para cada caso. Outro aspecto importante a considerar durante seu uso é o efeito de tolerância ocasionado por um mecanismo de adaptação do organismo, exigindo constante reavaliação das doses necessárias. De modo geral, a cafeína pode ser uma substância eficaz para a melhora do desempenho físico em exercícios resistidos, desde que usada de forma correta. Neste estudo, dois grupos de indivíduos foram analisados quanto aos seus respectivos desempenhos e sinais vitais, durante quatro sessões, em dois tipos de exercícios resistidos: supino reto com barra e agachamento livre com barra. Um grupo fez uso de cápsulas de cafeína de 210 mg, enquanto outro recebeu placebo.

Palavras-Chave: cafeína; exercícios físicos; atividade física.

ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DE PACIENTES RESPONDENTES AO QUESTIONÁRIO HSS *KNEE SURGERY* BRASIL

Isabela Felix Alencar de Sousa - CEUB, PIC Parceiros - IPE-HOME, aluna bolsista
isabelafsousa14@sempreceub.com
Tácio Rodrigues da Silva Santos - CEUB, professor orientador
tacio.santos@ceub.edu.br

É possível observar uma relação positiva entre as expectativas do paciente e a satisfação com os resultados do procedimento cirúrgico. Em razão disso, ter um instrumento de avaliação de alta qualidade é fundamental para a otimização do entendimento da expectativa do paciente diante do resultado do tratamento. O HSS *Knee Surgery* possibilita quantificar tal expectativa. Analisar as variáveis demográficas, para entender melhor diferenças nas expectativas pré-cirúrgicas dos pacientes é de grande importância, para melhor orientar e modular as expectativas de tais pacientes. Este estudo tem como objetivo avaliar as características sociodemográficas, como sexo, idade, peso, altura, IMC, presença ou ausência de sobrepeso (IMC SP), escolaridade (presença ou ausência de diploma de ensino superior), e comparar essas variáveis com o escore do HSS *Knee Surgery*, para avaliar as expectativas de diferentes grupos. A versão traduzida e adaptada culturalmente para o Brasil do questionário HSS *Knee Surgery* foi aplicada em 29 indivíduos indicados para a cirurgia de joelho, no Hospital Ortopédico e Medicina Especializada (HOME), e, assim, as características sociodemográficas foram analisadas estatisticamente com Test T e Qui-quadrado. Com relação ao escore do questionário HSS *Knee Surgery*, foram observadas diferenças significativas com relação ao sexo ($p = 0,047$), em que é possível verificar que homens possuem expectativas pré-operatórias mais elevadas quando comparados às mulheres. Não houver diferenças significativas com relação a idade, altura, peso, IMC (presença ou ausência de sobrepeso) e escolaridade (posse de diploma de ensino superior ou não). Otimizar as expectativas dos pacientes melhora a eficácia dos tratamentos médicos e a satisfação com os resultados cirúrgicos. Instrumentos de avaliação de alta qualidade são importantes para melhor compreensão dos pacientes pelos profissionais de saúde. No entanto, este estudo é limitado por uma amostra restrita de único hospital, não permitindo generalizações. Pesquisas futuras com amostras maiores são necessárias.

Palavras-Chave: cirurgia; joelho; expectativas.

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CAUSAS DE INTERNAÇÕES EM UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA EM CRIANÇAS NO HOSPITAL REGIONAL DO PARANOÁ DO DISTRITO FEDERAL NO PERÍODO DE 2020 A 2023

Lucas Carvalho Dabadia - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
lucas.dabadia@sempreceub.com
Murillo Carvalho Dabadia - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno voluntário
murillo.carvalho@sempreceub.com
João de Sousa Pinheiro Barbosa - CEUB, professor orientador
joao.barbosa@ceub.edu.br

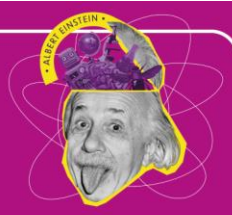
Cuidar de pacientes internados, especialmente os que estão em unidades de terapia intensiva, é uma parte essencial da saúde. Essa tarefa exige uma equipe multidisciplinar, já que as intervenções médicas são complexas e incluem monitoramento clínico, administração de medicamentos e suporte respiratório. No Brasil, as taxas de internação infantil são alarmantes. Elas não apenas afetam o desenvolvimento das crianças, mas também aumentam o risco de complicações e geram altos custos para o sistema de saúde, impactando a qualidade de vida das famílias. Entender as taxas e as causas de internação pediátrica é crucial para desenvolver estratégias de prevenção e tratamento. Ao identificar as principais razões para essas internações, é possível planejar intervenções mais eficazes e avaliar a eficiência dos programas de saúde. Além disso, a análise desses dados produz informações valiosas para a criação de políticas públicas, ajudando a direcionar recursos de maneira mais eficiente e a planejar serviços de saúde voltados para crianças. É vital que haja uma conscientização sobre as principais causas de internação na pediatria. Isso permite que profissionais e estudantes da área da saúde intervenham de forma mais eficaz, minimizando riscos e melhorando a saúde infantil. Este estudo epidemiológico, ecológico e transversal foi feito no Hospital da Região Leste, no Distrito Federal, abrangendo o período de 2020 a 2023, e investigou as principais causas de internação em crianças de 0 a 14 anos. Os dados mostraram que as internações são mais frequentes entre os meninos na faixa etária de 0 a 1 ano, o que pode estar ligado a fatores sociais e à maior vulnerabilidade imunológica dos bebês. As causas de internação mais recorrentes foram icterícia neonatal, bronquite aguda, pneumonia bacteriana, asma e problemas relacionados ao período perinatal. Notavelmente, a icterícia neonatal foi a causa mais comum durante todos os anos analisados. Além disso, os procedimentos mais realizados incluíram o tratamento de distúrbios hemorrágicos em recém-nascidos e os atendimentos de urgência na pediatria. Esses resultados ressaltam a importância de melhorar a atenção primária à saúde, especialmente em relação à infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e ao acesso a cuidados preventivos, que podem reduzir significativamente as internações por condições que poderiam ser evitadas. A análise das internações pediátricas também mostrou que fatores socioeconômicos e de risco ambiental influenciam a frequência das hospitalizações. Portanto, é fundamental dar continuidade a essa e outras pesquisas, para contribuir com melhorias na saúde pública, ajudando a reduzir as causas e as internações pediátricas.

Palavras-Chave: internações pediátricas; saúde da criança; morbidade infantil.

ANÁLISE DE FATORES QUE MOTIVAM A HESITAÇÃO VACINAL INFANTIL CONTRA A COVID-19 NO DISTRITO FEDERAL

Juliana Ribeiro Costa - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
juliana.ribeiroc@sempreceub.com
Lavínia Barbosa da Terra Perígolo - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
lavinia.perigolo@sempreceub.com
Aline Garcia Islabão - CEUB, professora orientadora
aline.islabao@ceub.edu.br

A vacinação é uma das medidas mais efetivas de combate a doenças infecciosas, sobretudo na população infantil, e essa foi uma das estratégias utilizadas no combate à pandemia de covid -19. Entretanto, a hesitação vacinal infantil é uma realidade, a qual impacta diretamente o controle das infecções, bem como o número de hospitalizações e complicações pela doença, como a síndrome inflamatória multissistêmica pediátrica. A meta de cobertura vacinal infantil contra a covid -19 não foi atingida na maioria dos estados, inclusive no Distrito Federal (DF). O objetivo deste estudo consiste em analisar os fatores que motivam a hesitação vacinal infantil contra o Sars-Cov-2, no DF. Trata-se de um estudo descritivo e qualitativo em que, inicialmente, aplicou-se um questionário online pela plataforma Google Forms direcionado a voluntários que sejam pais e residentes do DF, por meio do método Snowball. Os resultados principais foram divididos em dois perfis gerais para análise dos dados obtidos na aplicação do questionário: indivíduos que não vacinaram seus filhos e indivíduos que os vacinaram, mas mantêm crenças sobre a hesitação. Entre esses perfis, foi possível identificar responsáveis que ainda não vacinaram seus filhos, mas mantêm esse interesse e responsáveis que não vacinaram e não querem vacinar seus filhos. Além disso, foi realizada uma análise comparativa entre os dados obtidos e a literatura atual. Nesse sentido, a pesquisa buscou identificar perfis sociodemográficos dos voluntários, assim como comportamentos e atitudes no que tange à pandemia e à imunização contra a covid -19. Acerca do primeiro perfil analisado, nota-se que a maioria dos pais receberam a vacina contra a covid -19 (85,71%), entretanto não vacinaram seus filhos, e 77% deles mantêm a decisão de não vaciná-los. Os voluntários desses dois perfis, em sua maioria, questionam a eficácia das vacinas disponíveis, sobretudo, no que tange aos seus efeitos na saúde das crianças e à velocidade de fabricação dos imunizantes. Ademais, os responsáveis que não vacinaram, em sua totalidade, não se sentem seguros, ao vacinar seus filhos, além de acreditarem na ausência de benefícios na sua aplicação. Ao contrário da literatura, as questões políticas e religiosas pouco influenciaram a decisão de vacinar ou não os seus filhos nesta pesquisa. Por fim, a hesitação vacinal infantil contra a covid -19 é multifatorial, ou seja, esta pesquisa concluiu que os fatores contribuintes para isso são diversos, especialmente no que tange ao nível de informação acerca da imunização, bem como ao nível de confiança dos pais em relação à eficácia e à segurança das vacinas. Outrossim, os fatores identificados permitem o desenvolvimento de estratégias favoráveis à adesão às



campanhas de vacinação e a consequente melhoria nos casos de infecções e complicações pelo Sars-Cov-2.

Palavras-Chave: covid-19; hesitação vacinal; pais.

ANÁLISE DE MOBILIDADE E FLUXO DE USUÁRIOS NA RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA, UTILIZANDO VISÃO COMPUTACIONAL

Guilherme Dias Barbosa - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno bolsista
guilherme.dbarbosa@sempreceub.com
Pedro Henrique Rodrigues Mendes - CEUB, professor orientador
pedro.rmendes@ceub.edu.br

A mobilidade urbana é um elemento crucial e dinâmico na vida das cidades, influenciando diretamente a qualidade de vida e a sustentabilidade de uma cidade. À medida que as cidades crescem, a necessidade de otimizar o fluxo de passageiros e garantir a eficiência dos sistemas de transporte torna-se cada vez mais evidente. Neste contexto, a análise de fluxo de usuários na rodoviária de Brasília mediante visão computacional emerge como uma abordagem inovadora e promissora, com o objetivo de compreender os padrões de movimento e comportamento dos passageiros em tempo real. A aplicação de técnicas avançadas de visão computacional oferece uma perspectiva minuciosa da concentração de usuários, permitindo não apenas a identificação de pontos críticos de congestionamento, mas também a detecção de comportamentos anômalos e a previsão de tendências emergentes. Essas informações são inestimáveis para o planejamento e a gestão eficazes do transporte público, pois possibilitam a otimização da infraestrutura existente e dos recursos disponíveis, além de melhorar a experiência geral dos usuários do sistema. O estudo propõe a integração dessas tecnologias avançadas de visão computacional com dados de fluxo de usuários coletados na Rodoviária de Brasília, com o intuito de desenvolver modelos de inteligência artificial (IA) que possam ser aplicados, para aprimorar a eficiência operacional do terminal e a experiência dos passageiros. Para tanto, serão utilizados conhecimentos de estudos pregressos na área de análise de fluxo de usuários que serão combinados com métodos analíticos, para avaliar a precisão dos modelos e a qualidade das inferências geradas. A expectativa é que o projeto não apenas contribua significativamente para a melhoria da infraestrutura e dos serviços de transporte em Brasília, mas também crie precedentes para o uso de tecnologias de visão computacional em outros contextos de mobilidade urbana. A aplicação dessas tecnologias pode proporcionar novo patamar de eficiência e segurança nos sistemas de transporte público, ao permitir um monitoramento contínuo e uma resposta ágil às necessidades dos usuários, reforçando a capacidade das cidades de gerenciar o crescimento urbano de maneira sustentável e eficaz. Os principais resultados indicam que, embora o modelo tenha atingido a acurácia de 75% na detecção de grandes aglomerações, há desafios relacionados à variação de resolução das imagens e à capacidade do modelo em lidar com aglomerados de passageiros em ambientes de baixa resolução. Para mitigar esses problemas, foram propostas estratégias de segmentação das imagens, permitindo uma análise mais precisa e eficiente do fluxo de passageiros. A redistribuição sugerida pelo modelo baseia-se na classificação das plataformas em termos de lotação, buscando minimizar o índice de dispersão e a sobrecarga nas áreas mais críticas da rodoviária. A aplicação do modelo desenvolvido nesta pesquisa

possibilitou a extração de *insights* e dados significativos, permitindo uma análise das principais variáveis associadas às aglomerações. Além disso, os dados obtidos proporcionam subsídios para o planejamento e a implementação de estratégias de mitigação de grandes congestionamentos na rodoviária.

Palavras-Chave: redes neurais convolucionais; visão computacional; logística.

ANÁLISE DE PARÂMETROS NO CONTROLE DE CONDUTAS E ESTRUTURAS DAS PLATAFORMAS DIGITAIS DE *DELIVERY* A PARTIR DAS DECISÕES DO CADE

Marina dos Santos Braga - CEUB, PIC Direito/FAP, aluna bolsista
marinabraga@sempreceub.com
Marina Meneses Macedo Dutervil Colás - CEUB, PIC Direito/FAP, aluna voluntária
marinadutervil@sempreceub.com
Ricardo Victor Ferreira Bastos - CEUB, professor orientador
ricardo.bastos@ceub.edu.br

Esta pesquisa explora o ambiente concorrencial do mercado de *delivery* no Brasil, fortemente liderado pela iFood, analisando os casos específicos e os aspectos dos mercados digitais que influenciam a operação dessas plataformas. O estudo investiga as práticas adotadas pela iFood, como exclusividade e fusões, e seus impactos sobre a concorrência e os consumidores, destacando como essas ações contribuem para a concentração de poder no setor. Mediante essa análise, a pesquisa busca oferecer uma compreensão abrangente das dinâmicas que moldam o mercado de *delivery* no Brasil e suas implicações para a concorrência. A regulação de aplicativos de *delivery* é um tema complexo e cada vez mais relevante, dado o crescimento acelerado dessas plataformas no mercado global, especialmente no Brasil. Os aplicativos, como iFood, Uber Eats e Rappi, têm revolucionado o setor de serviços, ao conectar consumidores à ampla gama de restaurantes e estabelecimentos comerciais. A regulação desses aplicativos envolve a criação de normas e diretrizes que garantam uma competição justa, protejam os direitos dos trabalhadores, como entregadores e prestadores de serviço, e assegurem a transparência e a equidade nas relações comerciais entre as plataformas e os restaurantes.

Palavras-Chave: plataformas digitais; direito da concorrência; CADE.

ANÁLISE DO PERFIL DE MORTALIDADE PELO TRANSTORNO RELACIONADO AO USO DE ÁLCOOL NA POPULAÇÃO BRASILEIRA ENTRE OS ANOS 1996 E 2023

Marcela Aya Coelho Matsunaga - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
marcela.aya@sempreceub.com
Davi Medeiros de Morais - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno voluntário
davimdemorais@sempreceub.com
João de Sousa Pinheiro Barbosa - CEUB, professor orientador
joao.barbosa@ceub.edu.br

O uso abusivo de drogas lícitas ou ilícitas é um dos principais problemas de saúde mundial, e, entre elas, a mais comumente utilizada é o álcool, substância depressora do sistema nervoso central que inibe atividades cerebrais e causa sensação de relaxamento e sedação. O transtorno relacionado ao uso do álcool ocorre quando a pessoa passa a apresentar tolerância, abstinência e desejo obsessivo por essa substância. Essa enfermidade afeta a vida do indivíduo de diversas maneiras, e seu consumo abusivo é associado a patologias do trato gastrointestinais, aumento da incidência de doenças cardiovasculares e comportamentos de risco, que podem causar acidentes automobilísticos e episódios de violência. Entre as consequências mais graves, existe a morte relacionada a transtornos mentais e comportamentais pelo uso abusivo de álcool. No Brasil, o impacto do transtorno relacionado ao uso de álcool é alarmante e necessita de maior atenção do Sistema Único de Saúde. Os objetivos específicos deste estudo foram entender o contexto das pessoas expostas ao consumo de álcool, rastrear o uso dessa substância e compreender os efeitos negativos do abuso dessas substâncias na saúde. Foi realizado um estudo epidemiológico descritivo, baseado em dados populacionais, com características ecológicas. As informações sobre os óbitos causados por transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool, nos anos de 1996 a 2023, foram coletadas da plataforma eletrônica do Ministério da Saúde, desenvolvida pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), por meio do Sistema de Mortalidade do Sistema Único de Saúde, SIM/SUS. Foi constatado que houve 117.084 mortes sob o registro do CID-F10, cuja maioria era constituída por homens (90.15%), com idade média de 40 a 59 anos, pardos (41,9%), solteiros (48%) e com nível de escolaridade até o ensino fundamental. Não foi possível obter dados sobre as causas específicas de morte, entre as relacionadas ao uso de álcool. O presente estudo destacou a prevalência epidemiológica do perfil de indivíduos em óbitos causados por transtornos mentais e comportamentais pelo uso de álcool, dados que influenciam a intervenção e as alternativas de enfrentamento do combate ao abuso de drogas

Palavras-Chave: transtornos induzidos por álcool; registros de mortalidade; mortalidade.

ANÁLISE DO PRÉ-NATAL DE GESTANTES E PUÉRPERAS EM USO DE DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS

Milagres Araújo Nascimento - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
milagres.araujo@sempreceub.com
Mariana Arruda Pontes - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
mariana.arruda@sempreceub.com
João de Sousa Pinheiro Barbosa - CEUB, professor orientador
joao.barbosa@ceub.edu.br

O consumo abusivo de álcool e outras drogas entre mulheres, especialmente durante a gestação, tem-se tornado um problema global crescente. Isso pode causar danos irreversíveis ao binômio mãe-feto, incluindo abortos e outras complicações graves. Este estudo visa analisar o pré-natal, no Hospital Regional de Ceilândia (HRC), de gestantes, puérperas e mulheres em situação de aborto que utilizam álcool e outras drogas. Os objetivos específicos foram rastrear o consumo de substâncias, observar os danos à saúde relacionados ao uso dessas substâncias e investigar as consequências fetais. A pesquisa, de caráter descritivo e quantitativo, foi conduzida no HRC, envolvendo gestantes, puérperas e mulheres em situação de aborto atendidas no centro obstétrico, na maternidade e no pronto-socorro de ginecologia e obstetrícia. Participaram do estudo mulheres com idades entre 12 e 40 anos que usavam álcool e outras drogas durante a gestação. A coleta de dados incluiu análise retrospectiva dos prontuários, para verificar o número de consultas pré-natais, a idade, o uso de medicações e se a gravidez foi planejada. Além disso, aplicou-se o questionário ASSIST, para rastrear o consumo de substâncias. Das 30 pacientes abordadas, 12 recusaram-se a participar, resultando em uma amostra final de 18 participantes. A média de idade das participantes foi de 28,4 anos, consistente com dados da literatura. A maioria das pacientes (55,55%) não fez o número mínimo recomendado de consultas pré-natais. Antibióticos foram a classe de medicamentos mais utilizada (22,22%). A idade gestacional predominante foi de 39 a menos de 41 semanas, diferentemente da literatura que mostra maior taxa de partos pré-termo. Não foram encontrados dados sobre o planejamento da gestação, o que pode impactar o início do pré-natal e o uso dos serviços de saúde. O questionário ASSIST revelou que a bebida alcoólica foi a substância mais consumida ao longo da vida das participantes, enquanto, durante a gestação, o tabaco foi o mais utilizado. Isso está alinhado com estudos anteriores que mostram a aceitação social do tabaco durante a gravidez. A maioria das participantes tentou reduzir o consumo, sugerindo que a descoberta da gestação pode motivar a diminuição do uso de substâncias. A droga ilícita mais comum foi a maconha, confirmando dados da literatura, e nenhuma participante usou drogas injetáveis. O estudo indicou que algumas participantes necessitam de intervenções, com o CAPS-AD sendo recomendado para casos graves. É crucial garantir acesso a essa rede de atendimento. O presente estudo destacou a falta de assistência pré-natal apropriada para muitas mulheres, e, apesar do consumo de drogas, a maioria apresentou partos a termo. No entanto, em razão da abrangência dos dados disponíveis,

do tempo limitado e da amostra pequena, não foi possível incluir as consequências materno-fetais decorrentes do uso. Além disso, a ausência de estudos brasileiros que utilizam o ASSIST em gestantes limita a compreensão e o desenvolvimento de uma intervenção apropriada. Dessa forma, a continuidade desta pesquisa é essencial para melhorar a assistência pré-natal e orientar as intervenções, para minimizar os riscos associados ao uso de substâncias na gravidez.

Palavras-Chave: substâncias psicotrópicas; gestantes; pré-natal.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DO ANEURISMA DE AORTA ABDOMINAL EM PACIENTES DIAGNOSTICADOS EM SERVIÇO DE SAÚDE NO DF

Antônio Vitor Farias Martins - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
aantoniovitor@sempreceub.com
Ana Luiza Oliveira Barreto - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
ana.barreto@sempreceub.com
João de Sousa Pinheiro Barbosa - CEUB, professor orientador
joao.barbosa@ceub.edu.br

O relatório final do Projeto de Iniciação Científica (PIC) trata da análise epidemiológica do aneurisma de aorta abdominal (AAA) em pacientes atendidos no Instituto Hospital de Base do Distrito Federal (IHBDF), entre os anos 2019 e 2023. O objetivo principal foi analisar o perfil epidemiológico dos pacientes diagnosticados com AAA, focalizando os fatores de risco principais descritos na literatura, como sexo, idade, tabagismo, hipertensão arterial sistêmica (HAS), aterosclerose e histórico familiar de doenças cardiovasculares. A pesquisa foi de caráter quantitativo, retrospectivo e descritivo, baseada em prontuários médicos. A amostra incluiu 200 pacientes com diagnóstico de AAA, cujos prontuários foram analisados quanto a dados demográficos e clínicos. O estudo confirmou a maior prevalência do AAA em homens idosos e tabagistas, alinhando-se com dados da literatura, embora com limitações, como a falta de informações completas nos prontuários. A pesquisa sugere que programas de rastreamento para AAA poderiam ser ampliados no sistema público de saúde, considerando o perfil de risco observado.

Palavras-Chave: aneurisma de aorta abdominal; perfil epidemiológico; fatores de risco.

ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS ENTEROPARASITOSES EM CRIANÇAS DE 2 A 12 ANOS NO DISTRITO FEDERAL

Ana Flávia Moura Marques - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
ana.marques@sempreceub.com
Fernanda Magalhães Zendersky - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
fernanda.zendersky@sempreceub.com
Aline Garcia Islabão - CEUB, professora orientadora
aline.islabao@ceub.edu.br
Agenor de Castro Moreira dos Santos Junior - SES-DF, colaborador
agenor.unb@gmail.com
Samuel Dias Araujo Junior - SES DF, colaborador
samueldaj@gmail.com

As parasitoses intestinais são um problema grave de saúde pública no Distrito Federal (DF), especialmente em áreas com baixa infraestrutura sanitária. Regiões administrativas mais vulneráveis sofrem mais intensamente com essas infecções, refletindo as desigualdades socioeconômicas e a insuficiência do saneamento básico. A coleta e a análise de dados epidemiológicos são cruciais para entender a extensão e a distribuição das parasitoses intestinais no DF. Esses dados permitem a identificação das regiões mais afetadas e as possíveis causas, como a falta de saneamento básico e de educação em saúde, fatores que agravam a vulnerabilidade da população. A investigação epidemiológica desses dados no DF demonstram que a desigualdade é um fator determinante na incidência dessas infecções, com regiões de menor renda e infraestrutura precária, apresentando maiores taxas de parasitoses. A falta de saneamento básico adequado é uma das principais causas da alta prevalência de parasitoses intestinais. Regiões com esgoto a céu aberto ou com acesso limitado à água potável são mais suscetíveis a essas infecções, o que afeta especialmente as crianças, que são mais vulneráveis a essas doenças. Entre os parasitos mais prevalentes, o *Endolimax nana* destaca-se. Embora não seja patogênico, é frequentemente encontrado e serve como indicador de condições sanitárias inadequadas, destacando a importância da análise epidemiológica, para prevenir essas doenças.

Palavras-Chave: enteroparasitoses; Distrito Federal; crianças.

ANTIBIOTICOTERAPIA COMO TRATAMENTO DE APENDICITE AGUDA NÃO COMPLICADA

Izabella Sena de Oliveira - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
izabellasenadeoliveira@gmail.com
Mateus Coelho Paiva - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno voluntário
mateus.paiva@sempreceub.com
Milton Rego de Paula Júnior - CEUB, professor orientador
milton.junior@ceub.edu.br

A apendicite aguda, caracterizada pela inflamação do apêndice cecal, é uma das principais causas de dor abdominal intensa e importante fator cirúrgico especialmente em crianças e jovens. O tratamento padrão para apendicite não complicada é a apendicectomia, realizada por cirurgia aberta ou videolaparoscopia (VLP), com a VLP sendo preferida, por gerar menos complicações e melhor estética. A apendicite aguda pode ser classificada como complicada ou não complicada, dependendo da presença de complexidades, como peritonite, abscessos ou fleimão. Embora alguns especialistas considerem que essas condições possam ter diferentes causas, a apendicectomia é geralmente o tratamento preferido quando complicações estão presentes. Contudo, quando ausentes, a apendicite pode melhorar espontaneamente ou responder bem ao tratamento conservador com antibioticoterapia. Recentemente, a antibioticoterapia tem surgido como uma alternativa à cirurgia para casos não complicados. Embora os antibióticos possam ser eficazes para pacientes não aptos para cirurgia, há um risco de recidiva que pode necessitar de futura intervenção. Sendo assim, o presente trabalho visou à investigação da literatura produzida entre outubro de 2023 e agosto de 2024, para revisar e elucidar o tratamento conservador em casos de apendicite não complicada. Foram identificados 2.657 artigos, dos quais 2.556 foram filtrados e 27 selecionados, por atender aos critérios de qualidade. A revisão busca avaliar a eficácia da antibioticoterapia em adultos com apendicite aguda, analisando o prognóstico, a taxa de melhora, os riscos e os benefícios dessa abordagem. Conclui-se que, embora a apendicectomia seja muito eficaz a curto prazo e tenha menos complicações a longo prazo, a terapia com antibióticos, embora menos invasiva e mais barata, pode levar a complicações e recidivas que aumentam os custos futuros. A decisão entre tratamento conservador e cirurgia deve considerar a gravidade da apendicite, a saúde do paciente e os recursos disponíveis.

Palavras-Chave: apendicite; cirurgia; tratamento.

APROVEITAMENTO INTEGRAL DOS ALIMENTOS DISPONÍVEIS NAS RUAS DE BRASÍLIA COMO ALTERNATIVA DE ENRIQUECIMENTO NUTRICIONAL E REDUÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR

Camila Faeda Vilela de Souza - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
camila.faeda@sempreceub.com
Paloma Popov Custódio Garcia - CEUB, professora orientadora
paloma.garcia@ceub.edu.br

O aproveitamento integral dos alimentos tem grande potencial no auxílio ao combate ao crescimento do índice de segurança alimentar do Distrito Federal. A quantidade abundante de árvores frutíferas da capital do país possibilita o desenvolvimento de receitas com frutos que não geram custos adicionais à economia doméstica da população mais vulnerável. A pesquisa tem o objetivo principal de avaliar como o uso integral das cascas de manga pode contribuir para a redução do desperdício alimentar e o enriquecimento nutricional das dietas locais, além de discutir o real impacto na insegurança alimentar. Utilizando uma abordagem mista, a pesquisa combinou métodos quantitativos e qualitativos, incluindo revisão de literatura e análise sensorial com participantes locais. A metodologia de desenvolvimento da pesquisa é a revisão de literatura, com seleção de artigos de 2014 a 2024. As bases de dados utilizadas para consulta foram SCIELO, EBSCO, CAPES, PUBMED. Foram necessários cinco experimentos, para desenvolver uma receita de bolo que incorporasse as cascas de manga como ingrediente principal. Os resultados da análise sensorial indicaram uma aceitação positiva do bolo, ressaltando o potencial de ingredientes não convencionais, para enriquecer a dieta e promover práticas de consumo mais sustentáveis. Além disso, os participantes demonstraram crescente conscientização sobre a importância do aproveitamento integral dos alimentos para a segurança alimentar. A pesquisa destaca a necessidade de políticas públicas que incentivem o uso de partes comestíveis geralmente descartadas, promovendo a alimentação mais sustentável e saudável. Ainda que exista grande quantidade de estudos acerca do assunto, o estímulo ao desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas na área é sempre bem-vindo e enriquece o tema com inovações e técnicas que contribuem para os achados já existentes. Conclui-se que a integração de práticas de aproveitamento integral pode reduzir significativamente o desperdício alimentar e melhorar a segurança nutricional, servindo como um modelo para outras regiões urbanas que enfrentem desafios semelhantes.

Palavras-Chave: aproveitamento integral dos alimentos; segurança alimentar; nutrição sustentável.

APROXIMAÇÕES DA TEORIA DO ESTRANHAMENTE FAMILIAR APLICADAS AO ESPAÇO DOMÉSTICO DA ARQUITETURA

Bárbara Leandro de Araujo - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
barbara.leandro@sempreceub.com
Rossana Maria Delpino Sapena - CEUB, professora orientadora
rossana.sapena@ceub.edu.br

Esta pesquisa visa analisar o conceito "estranhamente familiar" nos espaços domésticos, considerando a relação entre familiaridade, inquietude, devaneio e topoanálise. Busca-se compreender como esses fenômenos influenciam a experiência estética humana, afetam a percepção e a interação das pessoas com os ambientes que habitam, em consonância com as teorias psicanalíticas de Freud, que indica o "uncanny" como uma sensação de estranheza decorrente da transformação do familiar em algo perturbador, desencadeado por elementos que evocam memórias reprimidas. Paralelamente, Anthony Vidler amplia essa análise para a arquitetura, evidenciando como elementos, como repetição e simetria perturbada, podem despertar emoções reprimidas nos ocupantes dos espaços. Bachelard, por sua vez, ressalta a influência simbólica dos locais na experiência humana, incluindo a relação entre devaneio, memória e familiaridade do espaço doméstico. Ademais, são explorados conceitos, como *topoanálise*, que revela a topofilia, ou seja, o amor pelo lugar, enfatizando a importância de estudar os abrigos e os aposentos na medida em que refletem a valorização dos espaços de intimidade, reforçando a perspectiva da psicanálise, ao investigar as conexões entre os espaços de nossa vida e as memórias que neles residem, verificando os centros de condensação de intimidade da psique. Esses devaneios, semelhantes aos espaços complexos do lar, abrigam refúgios para as lembranças mais distintas e marcantes, revelando a primitividade dos refúgios emocionais e a forma como a imaginação se entrelaça com a estrutura psicológica dos indivíduos. Assim, a pesquisa almeja aprofundar a compreensão da complexa interação entre o ambiente físico e o mundo interior do ser humano, abordando o papel do devaneio e da topoanálise na configuração e na experiência dos espaços domésticos.

Palavras-Chave: *uncanny*; espaço; topoanálise.

AS [DES]CONSIDERAÇÕES SOBRE DEMANDAS POPULARES E DE SALVAGUARDA CULTURAL NO CONCURSO PÚBLICO NACIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO PARA A REQUALIFICAÇÃO DA FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE, PB

Ana Gabriella Reis de Souza - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
ana.gabriella@sempreceub.com
Paulo Victor Borges Ribeiro - CEUB, professor orientador
paulo.vribeiro@ceub.edu.br

A centenária Feira Central de Campina Grande (PB), local de sustento e expressão cultural de milhares de campinenses ao longo de sua história, apesar de seu prestígio de outrora, enfrenta inúmeros desafios, para continuar sendo local de protagonismo e sustento digno das pessoas de classes populares. Tendo sido registrada, em 2017, como Patrimônio Imaterial Cultural do Brasil pelo IPHAN, por seu relevante valor simbólico e continuidade histórica, a Feira vem recebendo uma série de projetos arquitetônicos por diferentes prefeitos, sendo o último de 2023, por meio do Concurso Público Nacional de Arquitetura e Urbanismo para a Requalificação da Feira Central de Campina Grande, PB, promovido pela Prefeitura de Campina Grande, organizado pelo IAB-DN, com apoio do CAU/BR, do CAU/PB, do IAB/PB e do IPHAN. Esta pesquisa objetiva analisar como as demandas populares e as ações de salvaguarda cultural foram [des]consideradas no certame e tecer uma reflexão crítica sobre como arquiteta(o)s e urbanistas vêm abordando as sensíveis pré-existências culturais populares em suas atuações profissionais. Metodologicamente, fez-se um levantamento da legislação patrimonial brasileira, para compreender os principais instrumentos jurídicos de reconhecimento patrimonial e de salvaguarda cultural; dos processos administrativos públicos do IPHAN, para investigar o processo de Registro e Salvaguarda Cultural da Feira; dos documentos técnicos disponíveis no portal eletrônico do Concurso de Requalificação da Feira, para compreender suas regras, participantes e escolhas de projetos vencedores; das fontes jornalísticas e acadêmicas para compreensão e análise crítica tanto da Feira quanto de atitudes profissionais de arquitetas e urbanistas, ao lançar propostas de intervenção em delicados contextos culturais.

Palavras-Chave: Feira Central de Campina Grande - PB; salvaguarda de bens registrados como patrimônio imaterial cultural do Brasil; concurso público de projeto de arquitetura e urbanismo.

AS CIDADES ESQUECIDAS DE BRASÍLIA, UM DESCASO DA MEMÓRIA URBANA: ESTUDO DE CASO SOBRE A VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA EM SEBASTIÃO/DF

Clara Gontijo Salomão Vicente - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
clara.gontijo@sempreceub.com
Paulo Victor Borges Ribeiro - CEUB, professor orientador
paulo.vribeiro@ceub.edu.br

Brasília foi a primeira capital moderna, projetada para representar o futuro e unir todas as regiões do Brasil e, apesar de trazer desenvolvimento para o interior do país, a cidade tornou-se segregada em razão de uma série de políticas públicas tomadas à época de sua fundação. Sendo assim, o idealismo de ser uma cidade que conecta pessoas de diferentes classes e que visava descentralizar a administração e coordenar serviços públicos, resultou em gerar problemas de mobilidade urbana e saneamento. Além do mais, com o crescimento desordenado e a má gestão governamental da época, houve consequências, como o descaso com culturas existentes, resultando em uma violência cultural e socioespacial enraizada em políticas de apagamento cultural. Desse modo, o artigo propôs uma visão abrangente da constituição de Brasília, detalhando as etapas para seu concurso, os ideais que buscava alcançar e a realidade da cidade. Para isso, analisam-se as políticas e os pensamentos que pairavam naquela época e que levaram ao descaso cultural e às consequências desse fenômeno. Além disso, discute-se a importância da valorização da história e da memória cultural para o desenvolvimento socioeconômico da cidade. O tema focaliza o estudo de caso específico em São Sebastião, uma cidade que surgiu como um núcleo essencial para a produção de tijolos, durante a construção de Brasília. Sendo assim, o objetivo é valorizar a memória deste lugar, explorar a memória oleira de São Sebastião, mostrar como essa atividade central influenciou a formação da cidade e o cotidiano dos moradores. A história da concepção de São Sebastião foi caracterizada pela transição das fazendas desapropriadas para um espaço urbano emergente, impulsionado pelo trabalho manual e pela determinação dos pioneiros. Assim, mediante entrevistas com antigos oleiros, evidencia-se a história de uma época de trabalho árduo e resiliência, documentam-se as condições desafiadoras de vida e celebra-se a comunidade e as redes de apoio que surgiram entre os trabalhadores e suas famílias. São Sebastião, com sua rica tradição oleira e comunidade resiliente, serviu como um exemplo da potência que a memória pode fazer: unir pessoas em nome de um bem maior. Nesse sentido, faz-se não apenas uma homenagem aos esforços dos oleiros, mas também se reflete sobre a importância de preservar e celebrar as memórias coletivas que constituem a identidade cultural de uma cidade.

Palavras-Chave: memória; patrimônio histórico e cultural; oleiros.

AS RELAÇÕES ENTRE A ADAPTAÇÃO ACADÊMICA E AS CARACTERÍSTICAS DE PERSONALIDADE: MODELO DOS CINCO GRANDES FATORES E TRAÇOS SOMBRIOS

Marina Cerceau Silva - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
marina.cerceau@sempreceub.com
Adriana Satico Ferraz - CEUB, professora orientadora
adriana.ferraz@ceub.edu.br
João Gabriel Nunes Modesto - Centro Universitário de Brasília - CEUB e Universidade Estadual de Goiás – UEG, colaborador
joao.modesto@ceub.edu.br

A entrada, a permanência e a conclusão da formação no ensino superior compreendem aspectos intrínsecos e extrínsecos, envoltos pela adaptação acadêmica, construto que diz respeito à capacidade do estudante em integrar-se ao sistema de ensino, sendo implicado e explicado por variáveis, como a personalidade, especificamente pelos traços que compõem o modelo dos cinco grandes fatores e o fator sombrio da personalidade ou traço D. Diante do exposto, o objetivo geral desta pesquisa é investigar as possíveis relações entre a adaptação acadêmica e a personalidade, tendo em vista o modelo dos cinco grandes fatores e o fator sombrio da personalidade, em estudantes universitários. Com os objetivos específicos, buscou-se analisar se a personalidade do estudante universitário tem potencial de predizer a adaptação acadêmica e averiguar se existem diferenças na adaptação acadêmica, em razão de níveis mais altos e baixos dos traços de personalidade. Para tanto, contou-se com a participação de 231 universitários provenientes das cinco regiões do Brasil, com idade mínima de 18 anos, matriculados e frequentando o ensino superior. Utilizou-se como instrumentos o questionário de adaptação ao ensino superior, os marcadores reduzidos da personalidade e o D-theme 16. Realizou-se a coleta de dados de forma remota e assíncrona, por meio do formulário Google. Os dados foram analisados por meio dos *softwares* JASP e Mplus, utilizando-se estatísticas descritivas (medidas de tendência central e análise de *quartis*), análise fatorial confirmatória, coeficiente de confiabilidade composta, análise de correlação *r* de Pearson e análise de regressão linear (método de entrada). Os resultados mostraram variação na média da adaptação acadêmica, a depender da dimensão e do traço de personalidade analisado; correlações estatisticamente significativas de baixa, média e forte magnitude e direção positiva ou negativa, tendo em vista diferentes traços de personalidade; relações preditivas entre os dois modelos de personalidade, para a adaptação acadêmica. Os achados fornecem indicativos de que o autoconhecimento e a autorregulação orientam os estudantes a uma experiência positiva no âmbito acadêmico. Nessa perspectiva, sugere-se a incorporação de fatores intrínsecos aos estudantes, como é o caso da personalidade, para a formulação de intervenções por parte das instituições de ensino superior, voltadas à adaptação ao ensino superior em suas multidimensões que perpassam o estudo, os aspectos pessoais, emocionais, sociais, institucionais e o planejamento de carreira.

Palavras-Chave: vivências acadêmicas; modelo *big five*; traço D.

ASPECTOS COGNITIVOS E AFETIVOS DO VEGANISMO: EVIDÊNCIAS PSICOLÓGICAS PARA A PRÁTICA DA COMUNICAÇÃO PRÓ-AMBIENTAL

Diego Rodrigues da Silva Moreira - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
diego.moreira@sempreceub.com
Amanda Vaz Dutra Cavalcanti - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
amanda.dcavalcanti@sempreceub.com
Ligia Abreu Gomes Cruz - CEUB, professora orientadora
ligia.abreu@ceub.edu.br
Leonardo Cavalcante de Araújo Mello - CEUB, professor coorientador
leonardo.mello@ceub.edu.br

O presente trabalho tem por objetivo identificar qual é o viés cognitivo e afetivo na ideologia compartilhada pelo grupo social que defende o estilo de vida vegano no Brasil. O intuito é que essa informação possa ser utilizada para guiar práticas em psicologia, as quais tenham como objetivo promover o veganismo como estratégia para cumprir o papel do país na agenda ambiental contida nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pela ONU. Qualquer estilo de vida guiado por um sistema de crenças tem o caráter necessário para tornar-se objeto de estudo da psicologia. O veganismo, em especial, é investigado pela psicologia ambiental, visto que este campo tem grande interesse nos estudos sobre comportamentos pró-ambientais. Pato e Tamayo (2006) dividiram as crenças ambientais em ecocêntricas e antropocêntricas. No entanto, além do estudo de variáveis cognitivas como representantes de ideologias, pesquisadores cognitivistas vêm destacando a importância de considerar o aspecto afetivo que se liga às cognições. Watson, Clark e Tellegen (1988) dividem duas motivações, consagrando essa divisão entre afetos positivos e negativos. Foram realizados dois estudos, com o propósito de mapear o viés cognitivo e o afetivo do veganismo. O estudo 1 é uma pesquisa qualitativa, a ser realizada por meio de entrevista semiestruturada, com análise dedutiva dos dados. O estudo 2 é uma pesquisa de método misto, com o objetivo de realizar uma análise temática de conteúdo levantado de fontes secundárias. O primeiro estudo teve seu corpo de verbalizações analisado por meio da técnica de análise temática proposta por Minayo (2008). No estudo 2, foi realizado um agrupamento temático em uma tabela e outro em duas tabelas, contendo a frequência e a porcentagem de comentários racionais, afetivos positivos, afetivos negativos, ecocêntricos e antropocêntricos. O estudo 1 mostrou o papel das crenças antropocêntricas na preocupação com saúde pessoal e bem-estar e o das ecocêntricas, no respeito à natureza. Os afetos positivos surgiram nos argumentos dos participantes, como alívio da culpa e sensação de paz, e foram associados à manutenção do veganismo, enquanto afetos negativos, como culpa e revolta, motivaram a adoção do veganismo. O estudo 2 revela que argumentos a favor do veganismo são majoritariamente ecocêntricos (85%), enquanto argumentos contrários tendem a ser antropocêntricos (89,48%). As crenças ecocêntricas estão associadas a comportamentos pró-ambientais, enquanto as

antropocêntricas justificam a exploração da natureza, para satisfazer necessidades humanas.

Palavras-Chave: psicologia ambiental; comportamento pró-ambiental; afetos; crenças.

ASPECTOS EMOCIONAIS DE CRIANÇAS COM DIABETES *MELLITUS* TIPO 1: IMPACTOS NO TRATAMENTO A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS CUIDADORES

Emily Cabral Vaquero - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
emilyvaquero@sempreceub.com
Júlia Luque Botelho - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
juuluquebot@sempreceub.com
Tania Inessa Martins de Resende - CEUB, professora orientadora
tania.resende@ceub.edu.br

O objetivo desta pesquisa consiste em analisar as questões emocionais de crianças com diabetes *mellitus* do tipo 1, a partir da perspectiva dos cuidadores. Trata-se de um estudo de metodologia qualitativa. Mediante entrevistas semiestruturadas e um grupo focal, as informações qualitativas geradas foram analisadas sob o embasamento metodológico da hermenêutica da profundidade. Entre os aspectos ressaltados nos resultados, destacam-se certa dificuldade dos pais, para equilibrar a carga emocional, e a promoção da autonomia no tratamento do DM1 para as crianças. Porém, crianças que compreendem melhor sua condição parecem ter maior participação no tratamento. Assim, percebe-se que a falta de entendimento sobre a doença parece reduzir a autonomia das crianças, além de gerar tendências nocivas, como a procura, por exemplo, pela hipoglicemia para a ingestão de doces. Questões alimentares, sociais e sobre o tratamento parecem ser as principais dificuldades enfrentadas por crianças diabéticas. Além disso, o isolamento social foi um desafio referido a familiares e colegas. A relação entre a glicemia e os aspectos emocionais foi percebida como complexa e multifatorial com destaque para as singularidades de cada caso. Nesse contexto, algumas mães observaram uma ligação entre emoções, como raiva, ansiedade, tristeza ou euforia, e glicemia elevada, enquanto outras salientaram a complexidade, para interpretar os sentimentos das crianças. Por fim, destaca-se a importância de aprofundar-se no impacto emocional do DM1 na infância e considerá-lo no tratamento das crianças com DM1, além de incluir o impacto emocional dos cuidadores. É necessário reconhecer a complexidade do tema e a demanda por mais estudos que possibilitem, inclusive, o desenvolvimento de intervenções mais eficazes, voltadas para a promoção do bem-estar biopsicossocial dessa população.

Palavras-Chave: diabetes *mellitus* do tipo 1; crianças; aspectos emocionais.

AUTITRACKER: UM APLICATIVO DE INCENTIVO À ADOÇÃO DE NOVOS HÁBITOS PARA MELHORA DA ROTINA DE CRIANÇAS AUTISTAS

Alex Silva Duarte - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluno bolsista
aalexsd@sempreceub.com
José Wellington Cunha da Silva - CEUB, professor orientador
jose.wellington@ceub.edu.br

Este estudo acompanha o desenvolvimento e, posteriormente, analisa a eficácia do aplicativo AutiTracker no apoio à formação de novos hábitos e à organização da rotina diária de crianças com transtorno do espectro autista (TEA). O AutiTracker consiste em uma ferramenta tecnológica gratuita para dispositivos Android e iOS, cujo objetivo principal é auxiliar crianças e seus cuidadores no monitoramento e na melhoria de suas atividades diárias, por meio do uso de técnicas de gamificação. A pesquisa segue uma abordagem metodológica que inclui a análise de métodos de aprendizado, a seleção de técnicas adequadas e os testes com usuários reais, para validar a eficácia do aplicativo. Por meio da testagem, foi possível concluir que, com a utilização prolongada e frequente, os resultados sejam mais positivos do que os observados, impactando positivamente o bem-estar das crianças a longo prazo. As considerações finais indicam que, apesar dos resultados preliminares, o AutiTracker tem o potencial de preencher uma lacuna existente no mercado, oferecendo uma solução acessível e adaptada às necessidades de crianças com TEA e suas famílias. A continuidade do uso e novas pesquisas poderão revelar uma eficácia maior, contribuindo para a inclusão digital e social desse público.

Palavras-Chave: transtorno do espectro autista; hábitos; gamificação.

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DOS EXTRATOS DO GUARANÁ (*PAULLINIA CUPANA*), DO MARUPÁ (*ELEUTHERINE BULBOSA*) E DO PORANGABA (*CORDIA SALICIFOLIA*) EM CULTURAS DE BACTÉRIAS PATOGÊNICAS

Thiago da Silva Lima - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
thiago.lima2002@sempreceub.com
Ana Letícia Sousa Mendes Barros - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
ana.leticiab@sempreceub.com
Anabele Azevedo Lima Barbastefano - CEUB, professora orientadora
anabele.lima@ceub.edu.br

A resistência antimicrobiana é reconhecida como uma ameaça pública com urgência cada vez maior e trata de um problema mundial que ocorre quando as bactérias não reagem ao tratamento antimicrobiano. O uso de plantas na prevenção, no tratamento e na cura de enfermidades está presente desde o advento das primeiras sociedades humanas, consolidando-se como uma das formas mais antigas de prática medicinal. Diante desta temática, alguns estudos observaram que as propriedades antimicrobianas, advindas de substâncias naturais encontradas em plantas, estão servindo como novas alternativas para o tratamento destes patógenos. Diante desta perspectiva, o presente estudo tem por finalidade investigar o potencial de ação antimicrobiana do guaraná (*Paullinia cupana*), do marupá (*Eleutherine bulbosa*) e da porangaba (*Cordia salicifolia*) em cultura de células de bactérias patogênicas, como *Escherichia coli*, *Staphylococcus aureus* e *Enterococcus faecalis*. Para isto, foi utilizada a folha e a casca da porangaba, o bulbo do marupá e o pó do guaraná, que foram triturados, homogeneizados em 40 ml, nos solventes álcool etílico e acetona, e o extrato obtido foi ressuspenso em água destilada. Por fim, as bactérias foram cultivadas em placas de *petri*, contendo discos de papel filtro estéreis, onde 10 ml de cada extrato foram adicionados e armazenados por 48 h em estufa bacteriológica a 37° C. Assim, após a realização da pesquisa e dos experimentos, constatou-se a presença de halos de inibição ao redor dos discos, com o extrato do bulbo do marupá extraído tanto com acetona quanto com álcool etílico, nas placas semeadas com *Enterococcus faecalis*. Entretanto, fazem-se necessários outros testes amostrais para a verificação mais eficiente de inibição do crescimento bacteriano. Assim, fica evidente que plantas são promissoras para a proposta estabelecida neste estudo, contendo moléculas potenciais para fins de produção de insumo humano e animal.

Palavras-Chave: resistência bacteriana; antibióticos; plantas da Amazônia.

AVALIAÇÃO DO EFEITO DA ASTAXANTINA NA EXPRESSÃO DE QUATRO GENES ENVOLVIDOS NA REPROGRAMAÇÃO METABÓLICA EM CÉLULAS DE ADENOCARCINOMA GÁSTRICO

Julia de Souza Moretzsohn - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
julia.moretzsohn@sempreceub.com
Rafael Rodrigues de Almeida Rego Oliveira - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno voluntário
rafael.raroliveira@sempreceub.com
Luciana Ramalho de Farias - CEUB, professora orientadora
luciana.farias@ceub.edu.br
Sônia Nair Baó - UnB, colaboradora
snbao@unb.br

O câncer de estômago é a mais frequente neoplasia que acomete o aparelho digestivo e a quinta mais comum no mundo, com etiologia multifatorial, quase sempre resultante de interações entre fatores ambientais e genéticos, sendo o adenocarcinoma gástrico o subtipo mais prevalente. Ademais, apresenta elevada taxa de mortalidade, representando a segunda maior causa de morte entre as neoplasias, no mundo, atrás apenas do câncer de pulmão. Nesse sentido, o câncer gástrico apresenta diversas adaptações metabólicas que promovem vantagens para sua sobrevivência e crescimento. Entre elas, destacam-se processos, como a glicólise anaeróbica, o metabolismo da glutamina e o incremento do metabolismo de ácidos graxos, nos quais a expressão de genes, como GRINA, LPCAT1, SCD1 e SLC1A3, exerce importante papel. Assim, trata-se de uma doença de difícil manejo, sendo atualmente a ressecção cirúrgica a opção mais eficaz, geralmente associada a quimioterápicos. Portanto, por serem tratamentos invasivos e que afetam a qualidade de vida do paciente, nota-se a necessidade do desenvolvimento de novas opções terapêuticas. Sob essa ótica, a astaxantina vem sendo alvo de diversos estudos que evidenciam efeito antioxidante e ação sobre o metabolismo das células do adenocarcinoma gástrico. Tal medicação provém do grupo dos carotenoides, é um fator de pigmentação presente em crustáceos e algas, responsável por sua coloração de tom rosa-alaranjado e tem uma ação antioxidante 10 vezes maior quando comparada com outros carotenoides mais conhecidos. Com o desenvolvimento deste trabalho, foi possível perceber que a astaxantina tem efeito citotóxico para as células do adenocarcinoma gástrico, além de reduzir a expressão de genes que promovem a reprogramação metabólica e favorecem a proliferação celular e a adaptação do microambiente tumoral.

Palavras-Chave: adenocarcinoma gástrico; astaxantina; expressão gênica.

AVALIAÇÃO *IN VITRO* DO EFEITO ANTIFÚNGICO DE EXTRATOS VEGETAIS NA SUPRESSÃO DO DESENVOLVIMENTO DE *MICROSPORUM CANIS*

Bianca Cristina Alves das Oliveiras - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
biancacoliveiras@sempreceub.com
Ada Moema Dias de Castro Ribeiro Ferreira - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
ada.moema@sempreceub.com
Francislete Rodrigues Melo - CEUB, professora orientadora
francislete.melo@ceub.edu.br
Clara Helena Melo Peressin Duarte - CEUB, colaboradora
clara.helena@sempreceub.com

A incidência de fungos zoonóticos em cães e gatos tem sido relatada frequentemente por veterinários em todo o país. Trata-se dos agentes causadores da dermatofitose, cuja relevância para saúde pública está associada à íntima relação entre animais de companhia com seus respectivos tutores, especialmente quando se refere à patologia causada pelo agente *Microsporum canis*, frequentemente isolado em cães e gatos com a dermatopatia. O tratamento para infecções pelas diversas espécies de dermatófitos, na medicina veterinária, é direcionado ao manejo ambiental sanitário, com a eliminação do agente do ambiente e a erradicação do animal portador da infecção. A administração farmacológica tópica ou sistêmica de drogas fungicidas ou fungistáticas, como griseofulvina e derivados imidazólicos, também é feita, para eliminar o fungo do portador. Apesar de os tratamentos convencionais apresentarem, na maioria das vezes, resultados satisfatórios, a resistência a estes fármacos têm sido cada vez mais frequente. Desta forma, neste trabalho, extratos etanólicos de plantas medicinais foram produzidos e testados *in vitro* contra o fungo *M. canis*, com o intuito de investigar potencial antifúngico para posterior contribuição em tratamento complementar. As plantas utilizadas foram o barbatimão (*Stryphnodendron adstringens*), o alecrim (*Rosmarinus officinalis L.*), o cajuzinho-do-cerrado (*Anacardium humile*) e o capim-limão (*Cymbopogon citratus*). O fungo foi cultivado e utilizado em teste de inibição, pelo método de disco-difusão, durante 7 dias, com observações feitas a cada 24 horas. O extrato de alecrim e de capim-limão causaram leve atenuação do crescimento fúngico, entretanto os demais não causaram qualquer inibição do crescimento do microrganismo. Desta forma, acredita-se que, em razão do baixo potencial inibitório, extratos etanólicos destas plantas não sejam adequados para o combate ao fungo estudado, e, de acordo com a literatura, o uso de óleos essenciais de plantas medicinais poderia representar um fármaco complementar mais eficaz.

Palavras-Chave: capim-limão; dermatofitose; alecrim.

BIOPROSPECÇÃO DE ACTINOBACTÉRIAS ISOLADAS DO SOLO DO CERRADO E AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA

Rebeca Cavalcante Lacerda de Andrade - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
rebeca.cavalcante@sempreceub.com
Anabele Azevedo Lima Barbastefano - CEUB, professora orientadora
anabele.lima@ceub.edu.br

O uso inadequado dos antibióticos vigentes fez que houvesse uma pressão seletiva que impulsiona o aumento na incidência de bactérias multirresistentes aos antimicrobianos. Além disso, há outros microrganismos patogênicos que podem comportar-se como oportunistas, causando infecções, a exemplo do fungo *Candida albicans* e da bactéria *Escherichia coli*. Atualmente, infecções causadas por bactérias multirresistentes matam cerca de 700.000 pessoas no mundo. Nesse cenário, as actinobactérias derivadas de diversos solos, já se mostraram eficientes em produzir metabólitos antimicrobianos competentes. Diante do exposto, em 2014, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu um relatório sobre vigilância da resistência antimicrobiana e declarou como alarmante a situação de resistência antimicrobiana em vários locais do mundo. Nesse sentido, as actinobactérias derivadas de diversos solos mostraram-se eficientes em produzir metabólitos antimicrobianos competentes. Portanto, levando em conta que o solo do cerrado é rico em biodiversidade de microrganismos, o trabalho propôs isolar actinobactérias do solo deste bioma e avaliar a atividade antimicrobiana. Assim, 20% dos testes de actinobactérias neste estudo tiveram atividade antimicrobiana contra a bactéria *Escherichia coli*. Por sua vez, alinham-se as estratégias globais, como a da OMS, ao Plano de Ação Global para a resistência antimicrobiana, que tem como meta, até 2050, diminuir o mínimo possível do uso de antibióticos em detrimento de outros tratamentos antimicrobianos vigentes. Esta pesquisa propõe ser o início de um desenvolvimento biotecnológico para produção de insumo humano e animal. Portanto, há célere corrida por novas fontes de metabólitos bioativos, com o objetivo de obter novos tratamentos antimicrobianos, principalmente, aos agentes bacterianos resistentes.

Palavras-Chave: bactérias multirresistentes; antimicrobianos; actinobactérias.

BIOPROSPECÇÃO DE ACTINOBACTÉRIAS NO CERRADO BRASILEIRO

Layza Alves Miranda Leite - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
layza.leite@sempreceub.com
Kelly Cristina Rodrigues Simi - CEUB, professora orientadora
kelly.simi@ceub.edu.br

Actinobactérias são gram-positivas com organização filamentosa, encontradas na rizosfera. Destacam-se pela produção de importantes metabólitos secundários com grande interesse biotecnológico, como a produção de pigmentos e a atividade antimicrobiana, muito utilizada na indústria farmacêutica. O solo do cerrado apresenta características ambientais especiais, no entanto são realizadas poucas pesquisas específicas e qualificadas sobre as actinobactérias. Contudo, este solo tem potencial para a presença de diversos microrganismos produtores de moléculas com grande interesse biotecnológico e ecológico, em razão da baixa fertilidade. Ao criar um banco dessas bactérias, torna-se possível analisar diferentes potenciais e caracterizá-las, para ser utilizadas pela indústria. Com isso, o objetivo deste trabalho é efetuar a bioprospecção de actinobactérias pela sua alta diversidade cromogênica e, assim, disponibilizar um banco para a execução de análises posteriores. A coleta de amostras foi realizada em 5 parques diferentes na região do Distrito Federal, visando à diferenciação do local e das características do solo. Para o isolamento das bactérias, as amostras de solo foram submetidas a uma diluição 10-1 e inoculadas em meio ISP-3, por 7 dias, selecionando e identificando as colônias separadamente, após o período de incubação a 37°C. Foi realizada a análise morfológica das colônias quanto à coloração do micélio aéreo e vegetativo, ao pigmento melanoide e à caracterização micromorfológica com a técnica de cultivo em lâmina. A avaliação da atividade antimicrobiana, utilizando o método de difusão em meio Ágar Mueller Hinton, revelou que apenas 7 linhagens (11,47%) de 61 colônias de actinobactérias testadas apresentaram possível potencial antimicrobiano com halo de inibição de 1 mm a 10 mm. Foram colecionadas 65 cepas de actinobactérias, contendo 52 tipos cromogênicos, e feita a caracterização micromorfológica de 18 colônias, das quais 14 (77,77%) podem pertencer ao gênero *Streptomyces*. O banco está disponível para acesso, com ressalvas, aos alunos do Centro Universitário de Brasília no *campus* da Asa Norte.

Palavras-Chave: actinobactérias; rizosfera; cerrado.

BIOPROSPECÇÃO UTILIZANDO BORRA DE CAFÉ COM POTENCIAL IMPACTO NO MEIO AMBIENTE E NA SAÚDE

Maria Fernanda Nepomuceno Bueno D'Anaquim Cruz - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluna bolsista
maria.fb@sempreceub.com
Juliana de Mello Primo Ricci - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluna voluntária
juliana.ricci@sempreceub.com
Anabele Azevedo Lima Barbastefano - CEUB, professora orientadora
anabele.lima@ceub.edu.br

Com o intuito de diminuir o impacto dos plásticos convencionais, produzidos a partir de matéria-prima não renovável, como o petróleo, os biopolímeros têm sido uma alternativa encontrada pelos pesquisadores, uma vez que são utilizados insumos menos agressivos ao meio ambiente. Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo desenvolver um produto biodegradável, em que a borra de café foi determinada como principal matéria-prima juntamente a componente líquido e fibras naturais, escolhidos a partir de testes de receitas, com o propósito de apresentar um produto 100% orgânico, sem a adição de produtos químicos e com tempo de decomposição no ambiente reduzido. Para isso, o processo consistiu em testar a aplicação dos tipos de borra de café, fibras presentes em frutas e vegetais, como a casca da cebola e a casca do coco verde, e três componentes líquidos, a água, o álcool e o vinagre, para que, junto com outros ingredientes de fixação e resistência, tais como glicerina bidestilada, polvilho doce e amido de milho, formassem um produto funcional e ecológico. As propriedades mecânicas, térmicas e biodegradáveis do bioplástico resultante foram avaliadas e comparadas com plásticos tradicionais, além de testadas quanto a sua aplicabilidade, quando submetido a diversas situações, como alta temperatura, por exemplo. O uso de borra de café como matéria-prima não só valoriza o resíduo amplamente disponível, mas também contribui para a melhoria das propriedades do bioplástico. Este estudo contribui para o desenvolvimento de materiais sustentáveis, promovendo a produção de bioplásticos a partir de fontes renováveis e resíduos agroindustriais.

Palavras-Chave: bioplástico; borra de café; biodegradável.

BULLYING NA FICÇÃO: COMO SÉRIES DE TV BRASILEIRAS E SUL-COREANAS DENUNCIAM A VIOLÊNCIA ESCOLAR

Nathália Ramos Guimarães - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
nathguimaraes@sempreceub.com
Luiz Claudio Ferreira - CEUB, professor orientador
luiz.ferreira@ceub.edu.br

A presente pesquisa analisa como o *bullying* é abordado na série brasileira *Sonhadores* (2020) e na série sul-coreana *True Beauty* (2020). O estudo parte da premissa de que, além do entretenimento, as séries podem desempenhar um papel educativo e reflexivo, ao retratar injustiças sociais, como a violência escolar e o *bullying*. Portanto, a questão central da pesquisa é se as séries de ficção, com suas características narrativas distintas das de documentários e conteúdos jornalísticos, podem servir como ferramentas de conscientização sobre o *bullying*. A pesquisa busca responder sobre se essas produções audiovisuais podem sensibilizar o público e promover discussões acerca do tema. O objetivo principal do estudo visa identificar a forma como o *bullying* é retratado nas séries brasileiras e sul-coreanas, além de verificar se essas séries oferecem soluções ou formas de enfrentar o problema. O método privilegiou a narratologia, que abrange a análise das narrativas tanto de ficção quanto de não ficção. Nesse processo, foram considerados aspectos, como a construção das personagens e o desenvolvimento dos enredos. A análise da narratologia focalizou os protagonistas, que são o ponto central das histórias. Nesse contexto, foram levadas em consideração características físicas e emocionais das personagens, para compreender as suas decisões e ações que movem a história. Apesar das diferenças culturais e estruturais entre as duas séries, ambas retratam o impacto negativo do *bullying* e a importância do suporte emocional. O estudo conclui que, embora não forneçam soluções definitivas para o problema, as séries ilustram os impactos negativos do *bullying* e a necessidade de buscar ajuda familiar e profissional.

Palavras-Chave: séries; *bullying*; ficção.

CÂNCER DE MAMA: O ADOEDCER, A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO E A QUALIDADE DE VIDA EM MULHERESMASTECTOMIZADAS – UMA LEITURA INTERDISCIPLINAR

Maria Camila Seixas Carneiro - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
maria.carneiro@sempreceub.com
Manoela Seixas Carneiro - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
manoela.carneiro@sempreceub.com
Ligia Fonseca Bias - CEUB, professora orientadora
ligia.bias@ceub.edu.br

Este estudo explora as complexas interações entre o processo de adoecimento, o tratamento e a qualidade de vida de mulheres que passaram por mastectomia em decorrência do câncer de mama. A pesquisa adota a abordagem interdisciplinar, combinando elementos de psicologia e fisioterapia, para compreender como essas mulheres atribuem significado à sua doença e como isso influencia suas escolhas terapêuticas e seu bem-estar geral. O método utilizado foi misto com a análise qualitativa e quantitativa. A coleta de dados envolveu a análise de registros do Sistema de Informação do SUS (DATASUS), para compreender a discussão em termos estatísticos de serviços e custos, nos três níveis de atenção do SUS à população específica. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres que passaram por este processo de adoecimento e receberam tratamento no SUS, explorando suas experiências pessoais e percepções sobre a doença. Os resultados indicam que o processo de adoecimento afeta profundamente a percepção das mulheres sobre si mesmas e seu lugar no mundo. A pesquisa revelou como principais reflexões a questão étnico-racial como um fator de acesso determinante ao SUS, bem como a subnotificação da assistência dos serviços de psicologia. A análise qualitativa reforça que as questões sociais e psicológicas associadas ao câncer de mama são essenciais para a compreensão integral da experiência dessas mulheres, sustentadas também pelos resultados quantitativos.

Palavras-Chave: saúde pública; DATASUS; fenomenologia.

CASO FAVELA NOVA BRASÍLIA *VERSUS* BRASIL: UM ESTUDO DE CARÁTER TRANSFORMADOR DIANTE DA ANÁLISE DA ATUAÇÃO POLICIAL POSTERIOR À CONDENAÇÃO

Jordana Alvim Mendes - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
jordana.alvim@sempreceub.com
Gabriel Haddad Teixeira - CEUB, professor orientador
gabriel.teixeira@ceub.edu.br

Esta pesquisa tem como objetivo observar a existência de caráter transformador no caso Favela Nova Brasília *versus* Brasil, considerando a atuação policial no período posterior à condenação. O constitucionalismo transformador exerce importante papel na implementação de diálogo entre as instituições internacionais e o ordenamento interno, principalmente tratando-se de matéria de direitos humanos, uma vez que busca a consolidação das normas e das diretrizes dos órgãos internacionais de direitos humanos no ordenamento dos países que adotam sua jurisdição, tendo como principal agente o Poder Judiciário. No caso Favela Nova Brasília *versus* Brasil, a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos estipulou diversas instruções e preceitos a ser adotados, com a finalidade de reduzir a letalidade policial e indicar melhores mecanismos de apuração de violências praticadas em intervenções policiais. A análise do caráter transformador da condenação é feita por verificação de medidas e procedimentos praticados, a fim de assegurar o seu cumprimento, bem como determinar a eficácia dessas medidas por meio de informações coletadas, sobre a atuação policial e os procedimentos adotados para diminuição da sua letalidade. Portanto, utilizou-se a ADPF 635, o documento de Supervisão de Cumprimento de Sentença e a análise de dados sobre as audiências de custódia, no Rio de Janeiro, para reunir as devidas informações para a constatação do caráter transformador da condenação. Conclui-se que a atuação do Poder Judiciário na ADPF 635 está em consonância com os preceitos do constitucionalismo transformador, uma vez que sua atuação supriu a ausência das demais instituições em cumprir com suas atribuições e apresenta decisões com resultados positivos, tratando-se da consolidação dos direitos humanos. Entretanto, no documento de Supervisão de Cumprimento de Sentença, é possível perceber a falha do Estado em cumprir grande parte das determinações, bem como são perceptíveis as falhas procedimentais nas audiências de custódia analisadas que impossibilitam a total efetividade do caráter transformador do instituto.

Palavras-Chave: Corte Interamericana de Direitos Humanos; ADPF 635; audiência de custódia; caráter transformador.

CIGARRO ELETRÔNICO: IDENTIFICANDO O CENÁRIO DA RELAÇÃO DE CONSUMO E EPIDEMIOLOGIA ENTRE ALUNOS EM UM CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

Louise Gomide Freitas - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
louisegfreitas@sempreceub.com
Eduardo Mujica Pedrosa - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno voluntário
eduardomujica@sempreceub.com
Alexandre Sampaio Rodrigues Pereira - CEUB, professor orientador
alexandre.pereira@ceub.edu.br

O estudo aborda o consumo de cigarros eletrônicos entre 685 jovens universitários, visando compreender a epidemiologia desse fenômeno. Foi utilizada a metodologia quantitativa, aplicando entrevistas estruturadas, majoritariamente presenciais, a estudantes universitários na Asa Norte, Brasília - DF, entre novembro de 2023 e junho de 2024. Descobriu-se que a faixa etária predominante é de 18 a 22 anos, com distribuição geográfica indicando maior popularidade em áreas específicas e no ambiente universitário. A prevalência de uso varia entre os cursos, destacando-se engenharia civil e biomedicina com altas taxas, enquanto arquitetura e urbanismo apresentam menor incidência. Dos participantes, 66,2% afirmaram não usar cigarros eletrônicos, enquanto 33,8% os utilizam, revelando grande parcela engajada nesse hábito. A maior parte dos usuários tem entre 1 e 2 anos de experiência. A relação entre o uso de cigarros eletrônicos e outros produtos de nicotina é diversificada, com a maioria não sentindo estímulo para consumir outros produtos, mas uma parcela significativa relata diferentes níveis de influência. Quanto ao consumo de álcool, durante o uso de cigarros eletrônicos, os padrões variam, indicando uma gama de comportamentos entre os estudantes universitários. O estudo também explorou as percepções sobre as alterações respiratórias e a capacidade de cessação do uso, revelando estudantes que usam os dispositivos diariamente terem menor confiança em parar, enquanto aqueles com uso ocasional demonstram maior autoconfiança. A pesquisa contribui significativamente para a compreensão da epidemiologia do consumo de cigarros eletrônicos entre jovens universitários, fornecendo dados valiosos, para orientar intervenções e políticas de saúde pública focalizadas nessa população e em outros cenários de consumo.

Palavras-Chave: vapor do e-cigarro; cigarros eletrônicos; e-Cig.

COMPETÊNCIA ALIMENTAR EM PESSOAS COM DOENÇA CELÍACA

Marina de Carvalho Bueno - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
marinacarvalhob@sempreceub.com
Maína Ribeiro Pereira Castro - CEUB, professora orientadora
maina.pereira@ceub.edu.br

A alimentação é uma necessidade biológica básica da humanidade e está associada a aspectos culturais, sociais, econômicos, crenças e ideias. A mudança de hábitos alimentares é algo desafiador para o indivíduo e os profissionais da área da saúde que eventualmente lidam com pessoas que devem obter novas competências alimentares por motivos de prevenção ou tratamento de doenças. No caso dos portadores de doença celíaca (DC), torna-se necessário desenvolver estratégias para manutenção da dieta sem glúten, ao longo da vida. Assim sendo, eles precisam obter nova competência alimentar (CtA) após o diagnóstico. Este trabalho tem como objetivo avaliar a CtA de pessoas portadoras de doença celíaca. Trata-se de uma pesquisa quantitativa de delineamento transversal. Foram incluídos no estudo todos com diagnóstico de doença celíaca há mais de um ano que possuem 18 anos ou mais. A pesquisa foi por meio de formulário eletrônico enviado aos associados da Acelbra-DF, depois do preenchimento do termo de aceite institucional e da aprovação do CEP. Para identificar a autopercepção de mudança da competência alimentar após o diagnóstico de doença celíaca, foram elaboradas questões específicas com base nos instrumentos propostos por Díaz et al. (2018), Souza e Backes (2020) e Queiroz (2022). Os resultados foram tabulados e analisados pelo programa Epi info, versão 7.2.6.0, sendo apresentados por meio de gráficos e tabelas. Observou-se a competência alimentar em 55,36% (n= 31) dos respondentes; entre as pessoas que possuem adesão à dieta livre de glúten, a competência foi de 64,29% (n=27). Conclui-se que existe relação direta entre a CtA e os celíacos que aderem à dieta livre de glúten e, assim, à alimentação saudável de acordo com o guia alimentar para a população brasileira. Dessa maneira, é fundamental a implementação de estratégias de educação alimentar e nutricional (EAN), a fim de propiciar rápida adesão à dieta livre de glúten, à alimentação saudável e à CtA, melhorando, assim, a qualidade de vida dos celíacos.

Palavras-Chave: doença celíaca; competência alimentar; celíaco.

COMPLICAÇÕES VASCULARES, TROMBOSES E ANEURISMAS DE ESPLÊNICA E MESENTÉRICA EM PACIENTES COM PANCREATITE: SÉRIE DE CASOS E REVISÃO DE LITERATURA

Marina Toscano Vieira - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
ninahtoscano@sempreceub.com
Geovanna Calazans Corrêa - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
geovanna.correa@sempreceub.com
Ricardo Jacarandá de Faria - CEUB, professor orientador
ricardo.faria@ceub.edu.br

A pancreatite é uma condição representada pela inflamação do pâncreas, desencadeada pela ativação anormal das enzimas pancreáticas, levando à liberação de mediadores inflamatórios. Os principais sintomas relacionados à doença são dor em faixa, febre, náuseas e vômitos. Sua etiologia é variável, mas a maioria dos casos ocorre em razão da colelitíase ou da ingestão excessiva de álcool, com a faixa etária predominante da doença acometendo mulheres e homens entre 40 e 60 anos. O diagnóstico é feito por meio de critérios clínicos e laboratoriais, associados ou não a exames de imagem, sendo utilizado o critério Atlanta de 2012. No geral, a pancreatite tem evolução benigna, entretanto existem algumas complicações relacionadas à doença que ainda precisam ser melhor esclarecidas, como as vasculares, entre elas, destacam-se tromboses e aneurismas de esplênica e mesentérica. Dessa maneira, o objetivo principal deste estudo é a análise de prontuários de uma série de casos de complicações vasculares em pacientes com pancreatite, além de observar se existe relação de gravidade e avaliar a correlação entre a pancreatite e as complicações vasculares associadas. Sendo assim, entende-se que é importante a realização de um estudo que compreenda as interações entre a pancreatite e o desenvolvimento de complicações vasculares, analisando-se fatores de risco que contribuíram para desenvolver a doença. Foi realizado um estudo retrospectivo descritivo observacional por meio da análise de prontuários de pacientes admitidos no Hospital de Base de Brasília, com pancreatite e complicações vasculares, nos últimos 20 anos.

Palavras-Chave: pancreatite; trombose; aneurisma.

CONDUTAS TÍPICAS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NAS ELEIÇÕES DE 2022

Raifran Vieira Gomes - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno bolsista
raifran.vieira@sempreceub.com
Christine Oliveira Peter da Silva - CEUB, professora orientadora
christine.silva@ceub.edu.br

A presente pesquisa analisa as condutas típicas da violência política de gênero, fenômeno que, embora presente em diversos contextos, tem-se intensificado com a maior participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. A violência política de gênero é caracterizada por práticas que buscam deslegitimar, intimidar ou excluir mulheres de atividades políticas, afetando sua atuação e representatividade. O objetivo da pesquisa é identificar e categorizar o núcleo típico da violência política de gênero, destacando suas manifestações específicas e os impactos na vida política das mulheres. Para tanto, adotou-se a abordagem metodológica qualitativa, utilizando revisão bibliográfica e análise de casos registrados pelo Grupo de Trabalho de Violência Política de Gênero do Ministério Público Federal (MPF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A pesquisa explora as representações recebidas pelo Ministério Público desde a vigência da Lei nº 14.192/2021. Os resultados indicam que as condutas típicas de violência política de gênero incluem desde o assédio moral e psicológico, com ameaças e difamações, até a violência física e sexual. As mulheres que exercem cargos políticos frequentemente enfrentam campanhas de desinformação e difamação, além de serem vítimas de atos que visam intimidar sua credibilidade e impedir sua participação efetiva na política. As conclusões apontam para a necessidade urgente de políticas públicas e mecanismos legais que possam prevenir e combater a violência política de gênero, além da promoção de cultura política que valorize a igualdade de gênero e a diversidade. Este estudo contribui para a ampliação do conhecimento sobre a violência política de gênero e reforça a importância de ações concretas, para garantir a segurança e a participação plena das mulheres na política.

Palavras-Chave: direito eleitoral; violência política; gênero.

CONHECENDO OS CENTROS DE INICIAÇÃO DESPORTIVA DO DISTRITO FEDERAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

João Gabriel Viana da Costa Rebelo - CEUB, PIC Grupo de Pesquisa - GP, aluno bolsista
joaogbriel@sempreceub.com
André Almeida Cunha Arantes - CEUB, professor orientador
andre.arantes@ceub.edu.br

Os Centros de Iniciação Desportiva (CID) foram estabelecidos por iniciativa de professores da Secretaria da Educação do Distrito Federal, em 1981, após o baixo desempenho dos atletas nos Jogos Escolares em Brasília, que são eventos esportivos direcionados a atletas escolares das redes de ensino pública e privada e posteriormente regulamentados em 2004. Têm como propósito proporcionar o acesso a estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública, no turno contrário às atividades curriculares. Conforme a Orientação Pedagógica de 2012, os CID buscam oferecer formação esportiva crítica e inclusão social, identificando e desenvolvendo habilidades específicas para futura especialização e integração no esporte escolar do DF. O objetivo deste artigo é levantar informações sobre as quatro décadas de existência dos CID, considerando seus diferentes formatos e desafios. Esta pesquisa de revisão bibliográfica utiliza bancos de dados online, Google Acadêmico e portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram encontrados 101 textos, dos quais, após a leitura dos títulos e dos resumos, 9 foram selecionados, integralmente lidos e divididos em 3 categorias: esporte e inclusão, políticas públicas e formação cidadã. A análise mostrou que, apesar de financiamentos instáveis, materiais escassos, espaços precários e problemas administrativos, os CID têm papel essencial na inclusão social e na formação para o esporte de competição. Nesta pesquisa, notou-se o importante papel na formação esportiva de estudantes das escolas públicas, entretanto os CID ainda são pouco estudados. Sugere-se que próximos estudos incluam entrevistas com atletas escolares que vivenciaram o CID em sua formação esportiva.

Palavras-Chave: política pública; esporte escolar; Centro de Iniciação Desportiva.

CONSERVAÇÃO DA FAUNA NA APA DO PLANALTO CENTRAL: USO DE MODELAGEM ESPACIAL PARA PROPOSIÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA COMPATIBILIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Mateus Sant'Ana dos Santos - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
mateus.sant@sempreceub.br
Fabricio Escarlate Tavares - CEUB, professor orientador
fabricio.tavares@ceub.edu.br

O cerrado, reconhecido como uma das savanas mais biodiversas do mundo, enfrenta sérias ameaças pela expansão agrícola e urbana, com mais de 55% de sua área já convertidos para usos antrópicos. A Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central, criada em 2002, abrange 503.423,36 hectares, dos quais 75% estão no Distrito Federal (DF), e foi estabelecida para proteger mananciais e regular o uso dos recursos naturais, porém enfrenta desafios relacionados à ocupação do solo, ao desmatamento e ao uso irregular da água, exacerbados pelo crescimento populacional e pela expansão urbana. O presente estudo tem como objetivo levantar e sistematizar os registros de fauna na APA do Planalto Central, focalizando a porção norte da unidade de conservação, que inclui as Zonas de Proteção do Parque Nacional de Brasília (PARNA) e a Reserva Biológica da Contagem (REBIO). A metodologia envolveu a coleta de dados secundários a partir de artigos científicos, publicações acadêmicas e dados bibliográficos, além de entrevistas com moradores da APA, utilizando um cartaz de tipos de mamíferos do cerrado, para auxiliar a identificação das espécies avistadas. Os dados coletados foram georreferenciados e sistematizados, permitindo a elaboração de mapas temáticos com o auxílio do *software* QGIS. A análise revelou que a área de estudo é predominantemente caracterizada por formações savânicas e florestais, embora as zonas circundantes apresentem significativa urbanização e atividades agrícolas. O estudo destaca a importância de utilizar métodos de geoprocessamento, para integrar dados científicos na gestão da unidade de conservação, especialmente considerando que muitos registros de espécies carecem de georreferenciamento. A participação das comunidades locais foi crucial para ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade na APA do Planalto Central, evidenciando a necessidade de estratégias de conservação que conciliem a proteção ambiental com o desenvolvimento econômico. Conclui-se que, para a gestão eficaz da APA do Planalto Central, é essencial a implementação de um modelo que equilibre as necessidades econômicas regionais com a conservação da biodiversidade, utilizando ferramentas de georreferenciamento e geoprocessamento para mitigar lacunas de conhecimento e aprimorar a gestão da unidade de conservação.

Palavras-Chave: conservação da biodiversidade; geoprocessamento; gestão ambiental.

CONSTRUÇÃO DE MODELO COMPUTACIONAL E IMPRESSÃO 3D EM ESCALA DE PÁS PARA AEROGERADORES PARA AUMENTO DA CAPACIDADE ESPECÍFICA DE GERAÇÃO DE ENERGIA

Rafael Campos Lima - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
rafael.campos.lima@sempreceub.com
Marcos Rafael Guassi - CEUB, professor orientador
marcos.guassi@ceub.edu.br

Este artigo explora o desenvolvimento e a análise de modelos computacionais e a impressão 3D de pás para aerogeradores, com foco na melhoria da capacidade específica de geração de energia. A pesquisa aborda a integração de tecnologias avançadas de impressão 3D e simulação computacional, para otimizar o *design* de pás eólicas. Inicialmente, a metodologia inclui a utilização de técnicas de modelagem computacional para a análise aerodinâmica das pás eólicas. O estudo emprega o Método dos Elementos Finitos (FEM) e a Dinâmica dos Fluidos Computacional (CFD), para avaliar o desempenho aerodinâmico das pás, considerando variáveis, como velocidade do vento e forças de sustentação e arrasto. Os resultados das simulações fornecem uma base para a fabricação de protótipos em escala, utilizando impressão 3D. Os protótipos foram impressos em ABS, um material com boas propriedades mecânicas e de durabilidade. A pesquisa comparou pás eólicas horizontais e verticais, examinando seus desempenhos em termos de coeficiente de sustentação, coeficiente de arrasto, força de sustentação e torque gerado. As análises mostraram que as pás horizontais apresentam melhor desempenho em eficiência aerodinâmica e menor arrasto, tornando-as mais adequadas para ambientes onde a direção do vento é relativamente constante. Em contraste, as pás verticais, apesar de maior resistência ao vento e menor eficiência aerodinâmica, podem ser vantajosas em ambientes urbanos ou de vento turbulento, em razão de sua capacidade de captar vento de múltiplas direções. Embora a pesquisa tenha proporcionado uma visão valiosa sobre o desempenho das pás eólicas e tenha demostrado a utilidade da impressão 3D para prototipagem rápida, não foi possível desenvolver novo modelo de pá eólica com características significativamente aprimoradas. O estudo sugere que futuras investigações devem focalizar a exploração de materiais alternativos e técnicas de otimização avançadas, para melhorar a eficiência das pás eólicas.

Palavras-Chave: impressão 3D; dinâmica computacional dos fluidos; pás eólicas.

CORRELAÇÃOENTRE ESTRESSE, HORAS DE ESTUDO E TEMPO DE CURSINHO NA INCIDÊNCIA DE IDEAÇÃO SUICIDA EM ESTUDANTES PRÉ-VESTIBULANDOS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO

Giovanna Borges da Silva Melo - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
giovanna.borges@sempreceub.com
Paloma dos Santos de Albuquerque Costa - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
paloma.albuquerque@sempreceub.com
Sergio Henrique de Souza Alves - CEUB, professor orientador
sergio.alves@ceub.edu.br

O presente estudo investiga a saúde mental de pré-vestibulandos com ênfase na relação entre estresse, carga horária de estudos e tempo de permanência em cursinhos pré-vestibulares, procurando observar possível ligação com a incidência de ideação suicida. Dado o crescente estresse e a pressão enfrentada por esses estudantes na preparação para o vestibular, esta pesquisa busca entender como essas variáveis influenciam a saúde mental dessa parcela populacional. A investigação deu-se por meio de estudo quantitativo, realizado mediante formulário online, com a utilização de testes psicológicos e um formulário sociodemográfico. Foram coletados dados de 103 pré-vestibulandos, configurando uma amostra por conveniência. A análise utilizou métodos, como a correlação de Spearman, o teste ANOVA e o Kruskal-Wallis para interpretação dos dados. Como resultado, foram encontradas correlações moderadas entre altos níveis de estresse e índices elevados de ideação suicida, extensas horas de estudo por dia ou maior quantidade de dias de estudo por semana e maiores níveis de estresse. Em relação a longos períodos em cursinhos e ao aumento de ideação suicida ou ao nível de estresse, entre os participantes, as correlações não foram encontradas. Além disso, foi possível perceber que a grande maioria dos estudantes idealiza a aprovação no curso de medicina e que a média geral de participantes da amostra analisada se encontra com elevados níveis de estresse. Esses achados ressaltam a necessidade de intervenções que promovam o bem-estar mental e estratégias de enfrentamento para esse grupo demográfico, entretanto é importante realizar novas investigações que viabilizem sanar algumas limitações presentes, como tamanho da amostra, variáveis investigadas e análises estatísticas escolhidas para a interpretação dos dados. Outro ponto relevante é que, apesar de ter sido o foco principal do estudo, os níveis de ideação atualmente encontram-se dentro da normalidade, na amostra coletada, entretanto a correlação existente entre estresse e ideação suicida mostrou-se significativa, e a média geral dos estudantes que contribuíram com a pesquisa demonstrou níveis elevados de estresse, enquadrando-se na categoria de estressados. Assim, é possível perceber que, a longo prazo, deve-se voltar a atenção para essa parcela populacional e o possível cenário de desenvolvimento de ideação suicida por níveis elevados de estresse.

Palavras-Chave: sobrecarga; pressão acadêmica; cursinho pré-vestibular.

COZINHAS COMO ESPAÇOS MULTIFUNCIONAIS: UMA ANÁLISE ARQUITETÔNICA DESTE AMBIENTE NO BRASIL

Sofia Alves Pereira - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
sofia.alvesp@sempreceub.com
Sávio Tadeu Guimarães - CEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br

A pesquisa apresenta uma análise histórica e evolutiva das cozinhas brasileiras desde o período colonial até os dias contemporâneos. Inicialmente, esses espaços eram afastados das áreas principais das residências, em razão do calor e da fumaça e eram majoritariamente ocupados por escravos. Após a Abolição, o surgimento de utensílios mais sofisticados e a proximidade das cozinhas com as casas marcaram uma mudança importante. Ao longo da história, a cozinha deixou de ser um espaço puramente funcional, para tornar-se um ambiente de convívio e expressão cultural. As mudanças tecnológicas, como a introdução do fogão de ferro e, mais tarde, a geladeira, transformaram a forma como as pessoas lidavam com a preparação dos alimentos. Durante o século XX, o *design* e a organização das cozinhas passaram por novas mudanças com foco na eficiência e na praticidade, impulsionadas por influências, como as cozinhas compactas e a profissionalização do trabalho doméstico. Também, aborda-se a transição das cozinhas industriais e solidárias, destacando a importância da segurança alimentar, o papel da sustentabilidade e o surgimento de cozinhas modernas, equipadas com tecnologia avançada. Além disso, a globalização e o avanço da gastronomia molecular introduziram novas técnicas e práticas, enquanto a sustentabilidade se tornou um tema central nas cozinhas contemporâneas. A análise também se estende às salas de jantar e sua evolução ao longo do tempo, refletindo mudanças no estilo de vida, nas influências culturais e na função social desses ambientes. No contexto contemporâneo, as cozinhas tornaram-se um símbolo de inovação e individualidade, integrando avanços tecnológicos com uma abordagem mais inclusiva e sustentável.

Palavras-Chave: cozinha brasileira contemporânea; espaços multifuncionais; análise arquitetônica.

CRIOPRESERVAÇÃO ELETIVA DE OÓCITOS (SOCIAL): REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Marcela de Andrade Silva Miranda - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
marcela.miranda@sempreceub.com
Anna Carolina Pereira Gomes - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
anna.carol.bsb@sempreceub.com
Bruno Ramalho de Carvalho - CEUB, professor orientador
bruno.ramalho@ceub.edu.br

A criopreservação eletiva de oócitos (CEO), também conhecida como congelamento social de óvulos, tem-se tornado uma opção cada vez mais procurada pela mulher que deseja adiar a gravidez, preservando o potencial reprodutivo de então e a chance de constituir prole que herde o seu material genético. Com a iniciativa, ela obtém mais segurança, para focalizar sua carreira ou buscar um parceiro ideal sem a pressão da ação negativa do tempo. O principal objetivo deste trabalho é reunir evidências existentes sobre a CEO, seus desfechos reprodutivos, a relação de custo-efetividade e as motivações de médicos e pacientes para a sua realização. Para isso, foi realizada a busca de ensaios clínicos randomizados, estudos observacionais e metanálises na base de dados PubMed, sistematizada de acordo com o *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) *Statement*, seguida de extração e síntese dos dados a partir das diretrizes *Synthesis Without Meta-Analysis* (SWiM). A qualidade dos artigos selecionados foi avaliada a partir dos critérios do Oxford Centre for Evidence-Based Medicine. Entre as motivações para a preservação da fertilidade, a mais frequentemente observada foi a falta de um parceiro. Entretanto, destaca-se a motivação pela possibilidade de cobertura do procedimento pelo empregador, diante do custo elevado. A ajuda decisional, no contexto, aparece como intervenção de interesse, ao oferecer à mulher informações sobre as suas opções e quais os possíveis desfechos, ao escolher a CEO, reduzindo a indecisão. Outro ponto de destaque está no fato de que menos de 20% das mulheres retornam para uso dos óvulos criopreservados. Com relação ao número de oócitos recuperados, a idade, o hormônio antimülleriano (AMH), o nível de estradiol, o índice de massa corporal e a contagem de folículos com diâmetro igual ou maior que 12 mm, no dia do gatilho, foram as variáveis determinantes. As taxas de nascidos vivos (TNV) foram maiores em mulheres mais jovens e menores quando comparadas às observadas para oócitos frescos. O uso de oócitos frescos também foi associado a menores taxas de abortamento quando comparado ao emprego dos oócitos aquecidos. Por fim, as taxas de arrependimento foram maiores entre as mulheres que não realizaram o procedimento quando comparadas às que o realizaram. Conclui-se que a CEO pode ser promissora para mulheres que desejam adiar a maternidade, principalmente as mais jovens. Para tanto, a ajuda decisional e a cobertura do procedimento pelo empregador podem influenciar a escolha. Apesar de as taxas de sucesso serem animadoras, o retorno para a utilização dos oócitos criopreservados ainda é baixo.

Palavras-Chave: criopreservação eletiva de oócitos; congelamento social de oócitos; preservação da fertilidade.

DESCUMPRIMENTO DAS LEIS OU FALTA DE FISCALIZAÇÃO: UM OLHAR À RISCA SOBRE AS INFRAÇÕES AMBIENTAIS COMETIDAS NOS DESASTRES DE MIRAÍ, CONGONHAS, MARIANA E BRUMADINHO

Amanda Cavalcanti Abreu dos Santos - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
amandasantos@sempreceub.com
Mariana Barbosa Cirne - CEUB, professora orientadora
mariana.cirne@ceub.edu.br

A presente pesquisa analisa a existência de insuficiências normativas ou de fiscalização ambiental nos desastres de Miraí (2007), Congonhas (2008), Mariana (2015) e Brumadinho (2019). O estudo justifica-se pelas tragédias decorrentes, envolvendo mineradoras desde 2007, no Brasil. Buscou-se, com este trabalho, responder, em relação aos desastres de Miraí, Congonhas, Mariana e Brumadinho, sobre quais eram as normas aplicáveis e que medidas de fiscalização ambiental foram tomadas; se houve, nesses casos, falta de normas ou fiscalização ambiental insuficiente. O estudo é qualitativo por intermédio de pesquisa bibliográfica e documental, e emprega-se o levantamento de dados por meio de 21 pedidos de lei de acesso à informação dirigidas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), à Agência Nacional de Mineração (ANM), à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e à Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). Fez-se busca de informações nos sites oficiais dos órgãos federais e estaduais. A pesquisa trata do licenciamento ambiental, dos desastres em mineração e da fiscalização ambiental. Conclui-se que existem normas em âmbito federal (Lei Complementar nº 140/2011; Lei 6.938/81; Decreto nº 8.437/2015; Lei n 9.605/98; Decreto n.º 6.514/2008) e em nível estadual (Lei Estadual nº 21.972/2016; Decreto nº 47.383/2018; Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017; Deliberação Normativa nº 219/2018 e Lei Estadual nº 22.796/2017), tratando do licenciamento ambiental e das sanções administrativas. Seria viável, no caso das multas, aplicar sanção de até 50 milhões de reais à instância federal e de 215 milhões de reais ao estado de Minas Gerais. Percebe-se, contudo, que a regulamentação estadual do licenciamento (Deliberação Normativa Copam nº 74/2004) permaneceu a mesma durante todo o período em que os desastres ocorreram, de 2027 a 2019. Apenas após o desastre de Mariana, o governo de Minas Gerais proibiu, em decreto de 2016, novas construções, e não há normas sobre como gerir os riscos das estruturas existentes A partir dos documentos recebidos, conclui-se que, nos desastres, as tragédias não decorreram da falta de normas ambientais, mas, sim, da fiscalização ambiental insuficiente e ineficaz. As normas aplicáveis estavam em vigor, e as sanções foram aplicadas nos quatro casos, sem efeito dissuasório. Nos 4 desastres, foram aplicadas multas, que foram pagas parcialmente. Notou-se o incremento das sanções nos últimos desastres, mas sem evitá-los. Foi possível conhecer a incapacidade de aplicar medidas preventivas eficazes e de garantir o cumprimento das sanções impostas. A pesquisa evidencia a necessidade urgente de revisão profunda das práticas de

fiscalização e de maior transparência e rigor na aplicação das leis ambientais, para evitar que tragédias como essas se repitam.

Palavras-Chave: licenciamento ambiental de mineração; fiscalização ambiental; normas ambientais sobre desastres.

DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO EM DIREÇÃO À MOBILIDADE PARA DEFICIENTES VISUAIS MEDIANTE TECNOLOGIA ASSISTIDA

Caio Marcelo Ribeiro Junior - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluno bolsista
caiomj100@sempreceub.com
Francisco Javier de Obaldía Díaz - CEUB, professor orientador
francisco.javier@ceub.edu.br

A pesquisa tem como objetivo a criação de uma bengala inovadora, equipada com mecanismos eletrônicos avançados, para tornar a locomoção de pessoas com deficiência visual mais acessível e segura. A meta é desenvolver uma solução tecnológica que melhore substancialmente a qualidade de vida desses indivíduos. O estudo começou com o desenvolvimento de um protótipo preliminar, acompanhado do código necessário para seu funcionamento. O protótipo inicial passou por uma série de testes e ajustes, permitindo identificar e corrigir possíveis falhas. Após essa fase, foi construído o segundo protótipo, mais refinado e definitivo, que incorporou todas as melhorias identificadas durante os testes anteriores. O protótipo definitivo foi submetido a uma bateria de testes realizados pelo próprio pesquisador, bem como por parentes e amigos com algum grau de deficiência visual. A bengala eletrônica demonstrou ser uma ferramenta valiosa, proporcionando maior autonomia, segurança e confiança aos seus usuários. Projetada para detectar obstáculos e fornecer *feedback* sonoro, a bengala ajudou as pessoas com deficiência visual a locomover-se com mais facilidade e segurança. Os testes confirmaram a eficácia e a usabilidade do dispositivo em diferentes situações e ambientes. A pesquisa destaca a importância de soluções inovadoras e tecnológicas, para melhorar a vida das pessoas com deficiência visual. A criação da bengala eletrônica representa um avanço significativo na área de acessibilidade, mostrando que a tecnologia pode e deve ser utilizada para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos. Além de contribuir para o avanço tecnológico, a pesquisa traz à tona a necessidade de maior conscientização sobre os desafios enfrentados por pessoas com deficiência visual, reforçando a importância de desenvolver produtos e serviços que atendam às suas necessidades específicas, promovendo uma sociedade mais inclusiva e justa.

Palavras-Chave: cegueira; bengala; acessibilidade.

DESIGUALDADE RACIAL NO ENLUTAMENTO MATERNO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CONTEXTO BRASILEIRO

Gustavo Severo Dantas - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
gustavo.severod@sempreceub.com
Keyla Cooper - CEUB, professora orientadora
keyla.cooper@ceub.edu.br

O presente estudo discorre criticamente sobre a disparidade racial no enlutamento materno, tendo em vista o contexto brasileiro. Reconhecendo-o como um fenômeno complexo e socialmente constituído, verifica-se que, na literatura, o luto aparece majoritariamente como um fenômeno intrapsíquico. Há importantes lacunas quanto à compreensão desse construto como um fenômeno atravessado pela interseccionalidade, ou seja, faz-se necessário agregar a dimensão étnico-racial aos aspectos socioeconômicos e de gênero que moldam as experiências de perda. Dessa maneira, o objetivo geral desta pesquisa é investigar as vivências de mulheres negras diante da perda de seus filhos, buscando compreender a disparidade racial na experiência do luto materno vivenciado por elas. Para isso, utilizou-se a metodologia qualitativa de natureza básica, de tipo exploratória, na qual foi realizado o recrutamento de 2 participantes a partir dos critérios estabelecidos, sendo efetuadas virtualmente 3 entrevistas de base compreensiva com duração média de 1h a 1h30, com cada participante. As entrevistas foram aplicadas de maneira semiestruturada, com a utilização do método de estudo de caso. No que se refere ao processo de coleta de dados, foram utilizados três instrumentos: questionário sociodemográfico, entrevistas semiestruturadas e complemento de frases. Como metodologia para o exame das informações obtidas, foi escolhida a análise de conteúdo, de Laurence Bardin, objetivando, mediante a investigação das falas das participantes, realizar reflexões e interpretações dos relatos, incluindo os temas mais dominantes em torno do objeto de pesquisa, dos diálogos e traçando a contextualização com seus cenários políticos e sócio-históricos. Diante disso, foram elaborados 2 temas e 4 subtemas com conceitos orientadores, a fim de fomentar a interpretação e a discussão dos resultados, que apontam o fato de ser mãe caracterizar uma realidade ameaçadora e solitária, ao mesmo tempo em que configura a resistência como forma de viver. A luta do *maternar*, portanto, aparece como uma resposta aos dispositivos de violência (concreta e simbólica) que regulam as experiências da mulher racializada, representando, fundamentalmente, um ato político. Além disso, o relato das participantes denuncia não só a ausência de suporte ao luto, mas também o desamparo como um produto de um sistema de silenciamento e invisibilidade dos aspectos racializados da morte, considerando seu luto como ilegítimo. Os casos ilustram experiências que atravessam o Sistema Único de Saúde e as instituições religiosas e laborais, sendo possível observar o atravessamento da discriminação nas relações interpessoais e nos processos institucionais. Percebe-se que as relações de opressão e silenciamento que atravessam a vida de pessoas negras são reproduzidas também na morte, isto é, embora tenham tido perdas distintas, assim como sistemas de suporte diferentes, a sensação de desamparo

e solidão para enfrentar o luto aparece como característica comum, constituindo um sofrimento negligenciado e corroborando a deterioração de sua saúde física e mental. Portanto, a morte em si não se mostrou como a principal fonte de dor, mas, sim, as circunstâncias sociais que potencializaram o adoecimento, confirmando a indissociabilidade do luto da sua dimensão sociocultural.

Palavras-Chave: luto materno; disparidade racial; interseccionalidade.

DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL: IMPLEMENTAÇÃO DE MUDANÇAS NOS PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO FISCAL

Victor Hugo Cardozo Oliveira e Silva - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
victorolivh99@sempreceub.com
Míria Soares Enéias - CEUB, professora orientadora
miria.eneias@ceub.edu.br

A pretensão desta pesquisa permeia a manutenção do atual modelo normativo de solução de litígios, bem como o procedimento executivo de demandas de natureza tributária. A título de solucionar a grande quantidade de demandas judiciais dessa matéria, aduz-se que, para tanto, leva-se em conta a relativização da reserva jurisdicional da atividade executiva do Estado, assim como a análise do princípio da eficiência em meio à atividade do Estado, na cobrança de seus créditos. Como objetivo fundamental, sugere-se a leitura sobre a perspectiva da promoção do debate, tendo em vista o objetivo específico de agregar entendimentos, a fim de tornar plausível a via administrativa ser a protagonista nessas demandas. Para isso, esta pesquisa desenvolveu-se pela metodologia exploratória, de natureza básica, de forma qualitativa, quantitativa e orçamentária, e o tema foi abordado de acordo com os procedimentos metodológicos de análise e interpretação de dados estatísticos do CNJ e da PGFN e de aspectos sociais, doutrinários, procedimentais e normativos, sendo, então, uma pesquisa bibliográfica quanto aos procedimentos técnicos. Considera-se como resultado geral a aplicação de princípios bíblicos, entre os quais, menciona-se o disposto pelo próprio Jesus Cristo, encontrado na passagem de Mateus, capítulo 22, versículo 21 e em Romanos capítulo 13 , versículo 7. Outrossim, como resultados específicos, observa-se a disseminação do conteúdo, objetivando a possível implementação legislativa da desjudicialização de demandas tributárias, voltadas a repercutir socialmente em uma melhoria na gestão fiscal, à luz dos preceitos da eficiência e da celeridade. Conclui-se que as argumentações levantadas dizem respeito à democratização do acesso à justiça tributária, que se entende ser alcançável por meio da ampliação de meios alternativos de solução de conflitos tributários e pela manutenção normativa que dispõe sobre a atividade executiva dos créditos tributários, tendo em vista a deslocação de competências atribuídas ao crivo do Poder Judiciário para o âmbito administrativo. Para tanto, constatam-se bons resultados na ampliação das atribuições cartorárias, e observa-se a conclusão de que esta pretensão requer a equalização dos preceitos da regulamentação da transação tributária e do princípio da indisponibilidade do interesse público, da efetividade das decisões administrativas, da inafastabilidade da apreciação de lesão ou ameaça de lesão de direitos pelo Poder Judiciário, da atualização do processo administrativo tributário e da preservação do adequado nível técnico das discussões, do uso de tecnologias, com vistas à localização dos devedores e de seus bens, e dos direitos fundamentais, da congruência e da boa comunicação dos sistemas de buscas patrimoniais, além da securitização das dívidas tributárias.

Palavras-Chave: execução fiscal; princípios bíblicos; desjudicialização; democratização do acesso à justiça tributária.

DISCIPLINAS DE ENSINO ESPECIAL NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PEDAGOGIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E ESTADUAIS DO NORDESTE

Edimundo Antônio Bandeira de Melo Neto - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno bolsista
edimundo.neto@sempreceub.com
Karolina Rodrigues Pereira de Lima - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
karolina.rodriguesl@sempreceub.com
Ingrid Lilian Fuhr - CEUB, professora orientadora
ingrid.fuhr@ceub.edu.br

A pesquisa tem como objetivo compreender a abordagem da educação especial inclusiva nos currículos de licenciatura em pedagogia das universidades públicas federais e estaduais do Nordeste. O foco principal é analisar quais disciplinas dessa área oferecem fundamentos teórico-metodológicos que prepararam os futuros professores para o trabalho efetivo com crianças com deficiência. Considerando a importância crucial da formação inicial, para assegurar a educação de qualidade para todos, especialmente para alunos com necessidades especiais, o estudo procurou identificar as lacunas e os desafios que os educadores enfrentam na implementação das políticas públicas de inclusão. A análise foi realizada por meio dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de pedagogia da região. Os resultados mostram que, embora haja o reconhecimento crescente da importância da inclusão, muitos currículos ainda se apresentam desatualizados e com deficiências em relação à formação específica e aprofundada sobre práticas inclusivas. A pesquisa sublinha que a formação teórica deve ser complementada com experiências práticas, para preparar os futuros professores para o ensino especial. Além disso, é necessário promover um diálogo mais efetivo entre as instituições de ensino superior e as escolas, para alinhar a formação docente às reais necessidades do cotidiano escolar. A inclusão deve ser percebida não apenas como uma obrigação legal, mas também como um compromisso ético e social. Portanto, é essencial que os currículos de pedagogia integrem, mais efetivamente, o atendimento às crianças com deficiência, garantindo uma formação que capacite os professores a atuar com competência e sensibilidade

Palavras-Chave: inclusão; educação especial; nível superior.

EFEITO DA SUPLEMENTAÇÃO DE PROBIÓTICOS NO TRATAMENTO DE TRANSTORNOS DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO

Maria Eduarda Ferreira Leite - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
maria.el@sempreceub.com
Esther Assante Lampert - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
maria.el@sempreceub.com
Camila Melo Araujo de Moura e Lima - CEUB, professora orientadora
camila.moura@ceub.edu.br

Considerando o aumento exponencial de transtornos do tipo depressivo e ansioso nas últimas décadas, foi possível traçar uma conexão direta entre o cérebro e o intestino, na qual o desequilíbrio entre as espécies microbianas localizadas no intestino, denominada disbiose intestinal, pode influenciar a saúde mental. O presente estudo tem como objetivo apontar os mecanismos envolvidos na composição microbiana do trato gastrointestinal, sob suplementação de probióticos e a influência de cepas específicas no bem-estar psicológico, elucidando o papel dos profissionais nutricionistas na mudança de hábitos alimentares e na prescrição adequada de psicobióticos. Assim, trata-se de uma pesquisa transversal, descritiva, em que foi realizada a intervenção nutricional qualitativa de alimentos com compostos anti-inflamatórios ou moduladores da microbiota intestinal, em dois grupos distintos, sendo um associado à suplementação probiótica de cepa mista de *Bifidobacterium* e *Lactobacillus*, visando mitigar os sintomas depressivos e ansiosos e comparar as duas intervenções a partir da melhora na saúde intestinal. O presente estudo avaliou mulheres com o IMC médio de 25,21, selecionadas por possuir algum grau de disbiose intestinal e pontuação elevada na Escala de Percepção de Estresse. Os resultados foram inconclusivos para a melhora de sintomas depressivos e ansiosos, utilizando a suplementação. Foi concluído que a mudança na dieta, focalizada em alimentos benéficos para a saúde intestinal, associada à suplementação probiótica, pode melhorar sintomas ansiosos, depressivos e disbiose, mas mais estudos acerca deste tema são indispensáveis. Além disso, a atuação do nutricionista é essencial para o sucesso do tratamento de indivíduos que possuem ansiedade e depressão.

Palavras-Chave: alimentação; transtorno depressivo; transtornos de ansiedade.

EFEITO DO USO DE BEBIDAS ENERGÉTICAS EM VARIÁVEIS CARDIOLÓGICAS E NA PERCEPÇÃO DO AUMENTO DA ANSIEDADE E DA CONCENTRAÇÃO EM ESTUDANTES DE MEDICINA

Natália de Oliveira Lima - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
natalia.olima@sempreceub.com
Vitória Luísa Silveira Rocha - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
vitoria.luisa@sempreceub.com
Renata Aparecida Elias Dantas - CEUB, professora orientadora
renata.dantas@ceub.edu.br

O uso de substâncias energéticas, como as cápsulas de cafeína, tem-se tornado uma prática comum entre estudantes universitários, especialmente em cursos de alta demanda, como medicina. O objetivo deste estudo é avaliar os efeitos do uso dessas cápsulas nas variáveis cardiológicas e na percepção subjetiva do aumento da ansiedade e da concentração, em estudantes de medicina. Para isso, foi realizada uma pesquisa durante 4 semanas, com 15 estudantes de medicina que deveriam ingerir 1 dose de energético em cápsula, contendo apenas cafeína e taurina, por dia, contudo apenas 6 finalizaram a pesquisa. As variáveis analisadas primariamente incluíram peso, altura, pressão arterial, avaliação do estado de ansiedade e teste de memória. Além disso, os participantes responderam a um questionário sobre quantas horas de sono tinham, quanto consumiam de bebidas estimuladoras (café, energético), e, depois da coleta de dados, fez-se o teste ergométrico. Os resultados mostraram que os usuários de cápsulas energéticas não apresentaram aumento significativo na frequência cardíaca e na pressão arterial. Em relação à percepção subjetiva, os usuários relataram aumento na ansiedade, taquicardia, sudorese, mas também incremento na diminuição do sono, durante os estudos. Conclui-se que, embora as cápsulas energéticas possam proporcionar perda de sono, esse benefício tem de ser avaliado com mais delicadeza. Acredita-se que a pesquisa deveria durar por mais tempo, com o fito de visualizar os reais efeitos dos energéticos no corpo humano. Assim, o uso de tais substâncias deve ser orientado com cautela, pois não foi possível, em razão do número final da amostra, verificar quais efeitos patológicos os energéticos ocasionam e a partir de quanto tempo de uso há efeitos negativos ao corpo humano.

Palavras-Chave: cafeína; concentração; respostas hemodinâmicas.

ESPADAS, ESCUDOS E BALANÇAS: O DIREITO NOS CONFLITOS BÉLICOS DAS SOCIEDADES MEDIEVAIS

Eduardo Henrique Viana de Almeida - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno bolsista
eduardo.valmeida@sempreceub.com
Marcelo Tadeu dos Santos - CEUB, professor orientador
marcelo.santos@ceub.edu.br

O presente trabalho tem como tema a análise da história do poder político e bélico medieval a partir da compreensão dos principais conflitos armados ocorridos entre dois povos antagônicos entre si, os europeus e os muçulmanos, durante a Primeira Cruzada (1096–1099). Com base nos métodos da pesquisa qualitativa e da história comparada, em contraposições e articulações textuais, intenta-se criar uma consonância do saber bibliográfico entre os historiadores W. B. Bartlett e Thomas Asbridge com o jurista Hugo Grotius e os demais pensadores da Guerra Justa. Para tanto, será válido detalhar o contexto sociopolítico mediante o Concílio de Clermont convocado pelo Papa Urbano II, um exemplo de como a sociedade medieval se constitui como uma corporação. Dessa forma, a partir de um olhar científico, epistemológico e hermenêutico das relações jurídicas medievais, sabe-se que os conhecimentos jurídicos, científicos e espirituais estavam atrelados entre si, conservando o caráter canônico e militarizado. Nesse sentido, foram investigados aspectos militares da Cruzadas, as quais tinham o objetivo de libertar Jerusalém do domínio turco, além de comparações de autores citados com outros da contemporaneidade, a exemplo de Sylvain Gouguenheim.

Palavras-Chave: Idade Média; direito bélico; Primeira Cruzada.

ESTUDO DA MORBIDADE CAUSADA PELO ATRASO DO TRATAMENTO CIRÚRGICO ELETIVO DA COLELITÍASE

Helena Pinto Ferreira de Miranda - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
Helena.miranda@sempreceub.com
Jacqueline Bonfim Freitas - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
jacqueline.freitas@sempreceub.com
Alberto Vilar Trindade - CEUB, professor orientador
alberto.trindade@ceub.edu.br

No mundo, a colelitíase é uma doença comum, e, no Brasil, são realizadas mais de 185.000 colecistectomias por ano, através do Sistema Único de Saúde. Essa condição é caracterizada pela formação de cálculos na vesícula biliar, os quais são responsáveis pela sintomatologia. Assim sendo, o padrão ouro para o tratamento dessa condição é a colecistectomia. Quanto maior o tempo sem realização da cirurgia, maior a chance de complicações mais severas, como colecistite aguda, pancreatite, colangite e sepse. Nesse sentido, levando em consideração a prevalência da doença e a possibilidade de um desfecho desfavorável para o paciente, o presente estudo buscou investigar a morbidade causada pela morosidade da colecistectomia eletiva, em pacientes diagnosticados com colelitíase, no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), em Brasília. Diante do exposto, sabe-se que o atraso das cirurgias eletivas é acarretado por diversos fatores, tanto referentes ao paciente quanto ao sistema de saúde. Nesse sentido, recentemente, a pandemia da covid 19 foi um evento expressivo que impactou, de maneira significativa, o andamento das cirurgias eletivas nos hospitais, adiadas de forma indeterminada. Essa conjuntura expôs a população a maior risco de complicações e aumento da morbidade em pessoas já diagnosticadas com colelitíase. Para análise desse contexto, foram entrevistados 16 pacientes voluntários no Hospital Regional da Asa Norte, questionados acerca dos primeiros sintomas, da data de procura ao serviço de saúde, da marcação de cirurgia e das intercorrências durante a espera pela colecistectomia, a fim de avaliar a relação entre o tempo de espera para a cirurgia e a ocorrência de possíveis complicações nesse período decorrente da doença biliar, além de evidenciar as causas para essa problemática.

Palavras-Chave: colelitíase; colecistectomia; cálculos biliares.

ESTUDO DA PANCREATITE AGUDA BILIAR DECORRENTE DA DEMORA NO TRATAMENTO DA LITÍASE BILIAR

Abner Raniel Oliveira Reis - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno bolsista
abner.raniel@sempreceub.com
Pedro Otávio Ottoni Ferreira - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno voluntário
pedro.otavio@sempreceub.com
Alberto Vilar Trindade - CEUB, professor orientador
alberto.trindade@ceub.edu.br

A pancreatite aguda biliar é uma condição inflamatória do pâncreas, desencadeada pela obstrução do ducto pancreático ou da ampola de Vater, por cálculos biliares. Clinicamente, caracteriza-se por dor abdominal intensa, frequentemente localizada na região epigástrica ou no quadrante superior direito e pode estar associada a náuseas, vômitos e, ocasionalmente, febre. O quadro clínico pode evoluir rapidamente, com início súbito e agravamento em questão de dias. O diagnóstico é estabelecido com base em avaliação clínica, exames laboratoriais que mostram aumento dos níveis de amilase e lipase e imagens por ultrassonografia ou tomografia computadorizada, que confirmam a presença de cálculos biliares e inflamação do pâncreas. As possíveis complicações incluem infecções, necrose pancreática, sepse e falência de múltiplos órgãos. O tratamento inicial é conservador, envolvendo suporte clínico, analgesia e nutrição adequada, seguido, em muitos casos, pela realização de colecistectomia, para prevenir episódios futuros. Este estudo visa analisar o tempo de espera entre o diagnóstico da litíase biliar e a ocorrência de pancreatite aguda biliar, além de avaliar a evolução da doença nos pacientes, seus sintomas e possíveis complicações relacionadas à demora no tratamento. A investigação foi conduzida por meio de entrevistas com cinco pacientes internados na unidade de Cirurgia Geral do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN). Foram coletados dados epidemiológicos, registrados os sintomas, a data do diagnóstico, o tempo de espera até a realização da colecistectomia, e analisadas as reinternações e as complicações desenvolvidas, incluindo os aspectos psicológicos relacionados à espera. A análise desses dados pretende proporcionar uma compreensão mais profunda do impacto da demora no tratamento da litíase biliar e suas consequências para a evolução da pancreatite aguda biliar, bem como identificar áreas potenciais, para melhorar o manejo e a intervenção precoce dessa condição.

Palavras-Chave: pancreatite aguda biliar; litíase biliar; tempo de espera.

ESTUDO DAS INDICAÇÕES E DOS ACHADOS DO FAST E E-FAST NA DEFINIÇÃO DA CONDUTA CIRÚRGICA OU CONSERVADORA NOS TRAUMAS TORACOABDOMINAIS

Matheus Henrique Corado Mendonça - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno bolsista
matheus.hcm@sempreceub.com
Guilherme Sabino Moura Gomes - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno voluntário
guilherme.sabino@sempreceub.com
Alberto Vilar Trindade - CEUB, professor orientador
alberto.trindade@ceub.edu.br

O trauma toracoabdominal é um dos principais problemas de saúde pública no mundo, com elevadas taxas de morbidade e mortalidade, e muitos desses óbitos ocorrem pela avaliação inadequada ou tardia dos pacientes. Nesse contexto, o uso do Focused Assessment with Sonography for Trauma (FAST) e de sua versão estendida, o Extended Focused Assessment with Sonography for Trauma (E-FAST), tem-se mostrado uma ferramenta extremamente útil para a avaliação rápida e precisa, identificando fluidos livres na cavidade abdominal e torácica, indicando a presença de lesões que possam requerer intervenção cirúrgica imediata. Dessa forma, o presente estudo propôs verificar, retrospectivamente, as indicações e os achados do FAST e do E-FAST na definição da conduta cirúrgica ou conservadora, nos traumas abdominais. Os dados foram obtidos por meio da análise de cerca de 800 prontuários de pacientes atendidos no Instituto Hospital de Base do Distrito Federal, pela cirurgia do trauma, no ano 2022, sendo incluídos 143 prontuários de pacientes com idade entre 18 e 80 anos, de ambos os sexos, vítimas de trauma toracoabdominal, submetidos ao FAST ou ao E-FAST. Foram excluídos da análise pacientes com lesões toracoabdominais não traumáticas e aqueles cujos prontuários estavam incompletos. Cerca de 83 prontuários não foram adicionados ao estudo, pela descrição "E-FAST/FAST indisponível". A análise revelou que a maioria dos pacientes (81,8%) era do sexo masculino, sendo os acidentes automobilísticos o mecanismo de trauma mais comum (40,5%). Em relação aos exames, o FAST apresentou resultados negativos em 85,3% dos casos, enquanto o E-FAST apresentou uma taxa mais alta de resultados inconclusivos ou não descritos (18,2%). A análise das condutas adotadas mostrou que a laparotomia exploradora foi a abordagem predominante em casos em que somente o FAST foi positivo (50%), enquanto o grupo com ambos os exames negativos foi tratado principalmente com condutas conservadoras (78,57%), ressaltando a importância dos exames como ferramentas de triagem. No grupo de casos de somente o E-FAST positivo, a toracotomia foi a conduta mais frequentemente adotada (55,56%), sendo útil principalmente em detectar hemotórax ou pneumotórax. Foram registrados 2 casos de pacientes com resultados positivos tanto no FAST quanto no E-FAST. A distribuição das condutas foi igual com 50% dos casos tratados com laparotomia exploradora e os outros 50% com uma combinação de laparotomia exploradora e toracotomia. A conclusão do estudo aponta que ambos os exames, FAST e E-FAST são ferramentas eficazes na triagem inicial de lesões intra-abdominais e intratorácicas em pacientes com trauma. No entanto, a alta taxa de resultados inconclusivos no E-FAST

destaca a necessidade de aprimoramento técnico na execução e na documentação dos exames. O estudo sugere que a ampliação do uso desses protocolos em outros centros de trauma poderia melhorar a eficiência do atendimento e reduzir a mortalidade em pacientes com traumas graves. Além disso, recomenda-se a realização de estudos prospectivos, para avaliar diretamente a eficácia desses exames na melhoria dos desfechos clínicos.

Palavras-Chave: trauma; emergência; avaliação sonográfica focada no trauma.

ESTUDO DE VIABILIDADE DA METODOLOGIA BIM PARA GESTÃO E CONTROLE DE MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS E EDIFICAÇÕES

Vinícius Garcia Bortolini - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
vinicius.garciab@sempreceub.com
Calvin Mariano Rêgo Crispim - CEUB, professor orientador
calvin.crispim@ceub.edu.br

A metodologia *Building Information Modeling* – BIM, ou Modelagem da Informação da Construção, é uma abordagem que cada vez mais se torna frequente no contexto da construção civil. Diferentemente do *Computer-Aided Design and Drafting* – CADD, ou Projeto e Desenho Assistidos por Computador, com o BIM e sua metodologia, é possível gerar detalhamentos de modelos 3D associados a automações parciais, possibilitando mais ênfase à fase de concepção do projeto, em que surgem decisões de maiores impactos em relação a um empreendimento futuro. Este projeto de pesquisa estuda a viabilidade da metodologia BIM para a gestão e o controle de manutenção de estruturas e edificações e tem como objetivo analisar a eficácia dessa metodologia para a solução de abordagem integrada e digitalizada dos projetos, para o planejamento, a execução e a gestão de estruturas e edificações existentes. A metodologia BIM é baseada em modelo 3D com capacidade de armazenamento de dados que permite a criação, a visualização e o gerenciamento de informações de um empreendimento em um ambiente virtual. Pode ser aplicada em várias fases do ciclo de vida, de maneira individualizada ou integrada, de uma estrutura ou edificação. Os momentos de readequação de projeto, planejamento e monitoramento foram utilizados para uma avaliação minuciosa, e a produção de novos projetos e de um levantamento quantitativo e orçamentário, para a readequação do projeto de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) e a proposta de revitalização de fachada (Retrofit) de uma estrutura de órgão público, no caso, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). A pesquisa gerou um levantamento que será utilizado para novo projeto fotovoltaico para o órgão. Internamente, o setor de engenharia entendeu que também é viável acrescentar novo critério de licitação para futuros projetos de novas licitações do órgão. O estudo dessa viabilidade será responsável por analisar as vantagens da implementação na gestão e no controle da edificação existente, incluindo a capacidade de planejar e gerenciar melhor os processos de manutenção e futuros projetos, fornecendo informações precisas e atualizadas para a tomada de decisões, prevendo levantamentos, reduções de custos e riscos de segurança, com o intuito de avaliar a adequação da metodologia BIM para a gestão e o controle de manutenção em projetos específicos e fornecer orientações para a implementação bem-sucedida da metodologia e dos projetos de futuras edificações.

Palavras-Chave: metodologia BIM; gestão e controle; implementação.

ESTUDO DOS CASOS DE ÚLCERA PÉPTICA PERFURADA ATENDIDOS NO HRAN

Letícia Rege de Sousa Alves - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
leticiarege@sempreceub.com
Luísa Guedes Cota Manfré - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
luisa.manfre@sempreceub.com
Alberto Vilar Trindade - CEUB, professor orientador
alberto.trindade@ceub.edu.br

Este estudo aborda as principais causas e fatores de risco associados ao desenvolvimento da úlcera péptica perfurada, uma complicação grave que acomete de 2% a 10% dos pacientes com úlcera péptica, frequentemente associada à infecção por H. *pylori* e ao uso excessivo de anti-inflamatórios não esteroidais (AINES). A pesquisa, realizada no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), teve como objetivo analisar o perfil epidemiológico, os fatores desencadeantes e as complicações associadas à úlcera péptica perfurada, além de avaliar a morbimortalidade e o impacto do tratamento precoce. A úlcera péptica é uma condição crônica causada pelo desequilíbrio entre fatores agressivos, como o ácido clorídrico, e fatores protetivos da mucosa gástrica. Embora tenha sua etiologia modificada após a descoberta do H. *pylori*, outros fatores, como o uso crônico de AINES, o tabagismo e o etilismo, também desempenham papel importante no desenvolvimento e na sua principal complicação: a perfuração das úlceras. A pesquisa, de natureza observacional e descritiva, foi submetida aos comitês de ética e realizada no HRAN. Por entraves administrativos e pela redução na incidência de casos de úlcera péptica perfurada, observada no período de estudo, os dados coletados foram limitados. Um só paciente foi identificado, mas, por causa de sua transferência para outra unidade, os dados não puderam ser obtidos. Os resultados sugerem que a diminuição na incidência de úlceras perfuradas pode estar relacionada ao uso crescente de inibidores de bomba de prótons (IBPs) e à redução no uso indiscriminado de AINES. Esses fatores corroboram estudos prévios que associam o uso de IBP a uma diminuição nas complicações graves da úlcera péptica. Além disso, a eficácia nos tratamentos de infecções pelo H. *pylori* é grande avanço, já que se destaca como uma das principais causas de complicações em pacientes com úlcera péptica. A pesquisa enfatiza a importância do diagnóstico precoce e da intervenção cirúrgica rápida no manejo de úlceras perfuradas, além da importância de identificar fatores de risco, como a redução do uso de AINES e o tratamento adequado da infecção por H. *pylori* na redução da incidência de casos de úlcera péptica perfurada.

Palavras-Chave: úlcera péptica perfurada; cirurgia para úlcera perfurada; AINES.

ETNOFARMACOLOGIA E ETNOBOTÂNICA: ALERTA PARA O USO CORRETO DE ESPÉCIES DE PLANTAS MEDICINAIS EM PIRENÓPOLIS-GO

Anita Farago Acosta Cruz - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
anita.cruz@sempreceub.com
Isadora Carvalho de Mello - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
isadora.mello@sempreceub.com
Francislete Rodrigues Melo - CEUB, professora orientadora
francislete.melo@ceub.edu.br
Jean Kleber Abreu Mattos - UnB, colaborador
jkamattos@gmail.com

A etnobotânica investiga como diferentes comunidades utilizam plantas, refletindo seus sistemas de conhecimento, o qual é passado às gerações de forma tradicional. As plantas medicinais contêm princípios ativos com efeitos terapêuticos, porém devem ser identificadas e preparadas adequadamente. Portanto, é essencial usar corretamente as diferentes espécies, para garantir a segurança e a eficácia dos tratamentos fitoterápicos. Nesta pesquisa, foi realizado um levantamento *in loco* sobre o uso tradicional de plantas medicinais, visando à preservação do conhecimento popular e à orientação sobre o uso correto dessas plantas. A área de estudo da pesquisa foi o município de Pirenópolis-Goiás, onde foram realizadas entrevistas com questionário elaborado especificamente para este trabalho (CEP CAAE 6.556.186), visando realizar o levantamento etnobotânico em cerca de 200 residências da cidade. Constatou-se que mais de 62 plantas com potencial fitoterápico são usadas por moradores da cidade. Posteriormente, a partir de registros fotográficos, foram identificadas as plantas medicinais consumidas pelos moradores, a fim de descobrir se eles estavam utilizando as espécies corretas; somente em uma residência, verificou-se o cultivo equivocado de única planta. Em revisita, a moradora foi esclarecida sobre o erro e considerou corrigi-lo. Os resultados encontrados sugerem que o consumo de plantas medicinais em Pirenópolis continua sendo uma prática comum entre os moradores e que as informações etnobotânicas se mantêm fiéis ao longo do tempo.

Palavras-Chave: etnobotânica; etnofarmacologia; plantas medicinais.

FEBRE REUMÁTICA AGUDA E SUA DIFICULDADE DIAGNÓSTICA: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

Milzara Menezes de Souza - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
milzara@sempreceub.com
Júlia Cruvinel Rabello - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
juliacruvinel1@gmail.com
Aline Garcia Islabão - CEUB, professora orientadora
aline.islabao@ceub.edu.br

A febre reumática aguda (FRA) é uma doença inflamatória sistêmica, desencadeada pelo estreptococo beta-hemolítico do grupo A. Seu diagnóstico tardio é extremamente prejudicial à saúde pública, pois é importante causa de cardiopatias tardias e de complicações neurológicas e articulares. Ademais, considerando que esta doença afeta especialmente crianças, compreende-se que os pediatras são os principais profissionais responsáveis pelo seu diagnóstico, sendo essencial a atualização sobre os critérios diagnósticos dessa doença por esses médicos, a fim de reduzir a morbimortalidade dessa enfermidade. Foi realizado, então, nesta pesquisa, um estudo transversal ecológico que avaliou o conhecimento dos pediatras no Distrito Federal (DF), sobre os critérios diagnósticos de 2015 para a FRA. Os dados foram coletados entre os meses de outubro a dezembro de 2023, mediante formulário eletrônico enviado aos membros da Sociedade de Pediatria do DF (SPDF). As informações obtidas incluíram dados demográficos, conhecimento dos critérios diagnósticos e acesso a exames complementares. Diante das informações obtidas, com o total de 68 respostas, evidenciou-se que 29,4% dos membros da SPDF possuíam mais de 20 anos de experiência como pediatras, nenhum dos respondentes relatou ter especialização em reumatologia, e 61,8% afirmaram conhecer os critérios diagnósticos de 2015 para a FRA. Apesar desse resultado, persistem dúvidas quanto aos critérios articulares e à divisão da população em grupos, e, consequentemente, o Brasil está no grupo de maior risco. Os dados reforçam a existência de dúvidas remanescentes sobre os critérios atualizados e a classificação dos pacientes em grupos de risco. Além disso, o acesso a exames complementares também representa um obstáculo para o diagnóstico da FRA, em especial quanto à cultura de orofaringe, teste rápido para estreptococo e Anti-DNAse B, com a respectiva negativa de acesso pelos participantes: 54,4%, 61,8% e 57,4%. Esses achados destacam a necessidade urgente de estabelecimento de políticas públicas contra a FRA e de abordagens mais sensíveis na educação médica, sobre a doença, para reduzir o diagnóstico tardio da FRA e, assim, suas complicações, as quais, além de impactar a qualidade de vida dos pacientes, geram grande custo para a saúde pública do país.

Palavras-Chave: febre reumática aguda; critérios diagnósticos atualizados; pediatria.

GUIA HISTOLÓGICO INTERATIVO INTERFACETADO AO SISTEMA DE LAMINÁRIO VIRTUAL DO LABOCIEN-CEUB

Paula Ramos Sicsu - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluna bolsista
paula.sicsu@sempreceub.com
Karla Pessoa Tepedino Martins - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluna voluntária
karla.tepedino@sempreceub.com
Graziela Silveira Araújo Alves - CEUB, professora orientadora
graziela.araujo@ceub.edu.br

O estudo microscópico de estruturas histológicas desempenha um papel vital na educação em saúde, tanto para áreas básicas do conhecimento, como a citologia e a histologia, quanto para áreas mais avançadas, associadas aos processos fisiopatológicos e de diagnóstico, permitindo a compreensão e a avaliação detalhada de mecanismos biológicos diversos. Dessa forma, este projeto busca desenvolver um guia interativo de histologia, baseado em um laminário digital amplamente diversificado, tornando o ensino mais acessível, flexível e compreensível para estudantes e profissionais da área de saúde. A metodologia adotada consistiu em três vertentes principais: seleção e identificação de imagens, desenvolvimento da interface do usuário e implementação de funcionalidades. Foram escolhidas imagens de alta qualidade de diversos tecidos e órgãos do laminário virtual do LABOCIEN-CEUB que foram identificadas e editadas para veiculação no site. O processo de edição utilizou a ferramenta Canva Pro, garantindo que as imagens fossem otimizadas para visualização online, sem perder a qualidade. A estrutura do site foi desenvolvida com ferramentas, como React e Next.js, e hospedada na plataforma Vercel, com base de dados gerenciada pelo Supabase. Os resultados incluem a criação de um produto tecnológico educacional na forma de um site, com o guia histológico interativo sobre órgãos, tecidos, células e estruturas histológicas, além de um mapa mental abrangente sobre a temática. O guia apresenta interface responsiva e intuitiva, facilitando a navegação e a interação dos usuários com o conteúdo, mediante a ferramenta de botões interativos que permite selecionar marcações nas imagens, tornando o estudo mais didático e personalizado. Este guia promove a democratização do conhecimento em histologia e amplia a diversidade de ferramentas disponíveis para o aprendizado, complementando outras plataformas com abordagens diferentes. Este recurso também serve como um instrumento valioso para docentes e pesquisadores, que podem utilizá-lo para complementar suas aulas e pesquisas de forma dinâmica e aplicada. Assim, espera-se que o produto gerado neste estudo contribua para o processo efetivo de ensino-aprendizagem em histologia, norteando também ações pedagógicas futuras. Recomenda-se a continuidade do projeto com a expansão para outras áreas da biologia e da patologia. Sugere-se também a implementação de ferramentas adicionais, como a gamificação através de *quiz*, além da integração com a inteligência artificial para a identificação automática de estruturas histológicas, assegurando a relevância e a utilidade contínua do guia.

Palavras-Chave: histologia; microscopia; laminário virtual.

IDENTIFICAÇÃO DE DEPRESSÃO OU ANSIEDADE EM USUÁRIOS DE REDES SOCIAIS

Cecília Neves Vieira - CEUB, PIBITI CEUB/CNPq, aluna bolsista
cecilia.nvieira@sempreceub.com
Guilherme Lopes Costa Pereira - CEUB, PIBITI CEUB/CNPq, aluno voluntário
guilherme.lopesp@sempreceub.com
Salvador Alves de Melo Júnior - CEUB, professor orientador
salvador.junior@ceub.edu.br

Considerando a crescente problemática de doenças, como depressão, este trabalho busca desenvolver um modelo preditivo, capaz de classificar postagens realizadas em redes sociais, em relação à depressão, utilizando técnicas de processamento de linguagem natural (PLN). A depressão é uma condição de saúde mental que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, e sua detecção precoce é crucial para oferecer suporte e intervenções apropriadas. Com o aumento da utilização das redes sociais, essas plataformas tornaram-se fonte rica de dados em que as pessoas expressam pensamentos e emoções, tornando o ambiente virtual uma potência para aplicação de técnicas de PLN, desde a coleta e o pré-processamento dos dados até a aplicação de métodos de extração de características de textos e a elaboração de modelos preditivos, para auxílio à questão da saúde mental. Este estudo realiza a revisão bibliográfica de artigos recentes, buscando entender e aplicar as melhores técnicas e modelos, incluindo o uso de algoritmos de *machine learning*, como *Support Vector Machine* (SVM) e o *Random Forest*, e as técnicas de PLN, como TF-IDF e *Bag of Words*, que são essenciais para coleta e limpeza de dados, entendimento das nuanças linguísticas e implementação de algoritmos preditivos. Neste contexto, o objetivo do presente trabalho é desenvolver modelos de análise preditiva que aprendam a identificar discursos com tendências a distúrbios, nas redes sociais, contribuindo para a literatura existente e abrindo novas possibilidades para a aplicação de tecnologias emergentes na área da saúde mental. Espera-se que os modelos desenvolvidos possam alcançar alta precisão na detecção de sinais de depressão e ansiedade, proporcionando uma ferramenta valiosa para profissionais de saúde, plataformas de redes sociais e elaboração de políticas públicas. Os resultados obtidos têm o potencial de melhorar significativamente a identificação precoce desses distúrbios, facilitando intervenções mais eficazes e oportunas. O impacto deste trabalho pode contribuir para auxiliar a promoção de tratamentos preventivos e a diminuição do estigma que há sobre as questões de saúde mental.

Palavras-Chave: depressão; *machine learning*; processamento de linguagem natural.

IDENTIFICAÇÃO E MONITORAMENTO DO PERFIL DE RESISTÊNCIA BACTERIANO EM PACIENTES DE TERAPIA INTENSIVA PARA COVID-19 GRAVE NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO DF (HUB)

Júlia Diniz Pires - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
juliadpires@sempreceub.com
Anabele Azevedo Lima Barbastefano - CEUB, professora orientadora
anabele.lima@ceub.edu.br
Valéria Paes Lima Fernandes - Universidade de Brasília, colaboradora

Identificado em dezembro de 2019, o Sars-Cov-2 é o vírus causador da covid-19, que circula em todos os continentes, por isso foi decretado pela OMS o estado epidemiológico de pandemia há cerca de quatro anos. Trata-se de um vírus pertencente à família *Coronaviridae*, transmitido principalmente pelo ar, acometendo o sistema respiratório, podendo desenvolver sintomas desde formas leves até mais graves, como a evolução para a síndrome respiratória aguda grave (SRAG), além de infecções secundárias por outros microrganismos, como bactérias oportunistas. Nesse sentido, este trabalho busca analisar a possível relação entre os pacientes de terapia intensiva para covid-19 grave, no Hospital Universitário (HUB) de Brasília-DF, e o estabelecimento de um perfil de resistência bacteriano a diferentes antibióticos, nos últimos dois anos, uma vez que estes quadros são adquiridos no ambiente hospitalar, durante o tratamento de covid-19. Para isso, foram analisados prontuários de pacientes internados no Hospital Universitário de Brasília, no período do primeiro semestre do ano de 2021, totalizando 169 pacientes. Foi possível observar que as coinfecções de Sars-cov-2 e de pacientes que desenvolveram infecções bacterianas apresentaram um impacto no perfil de resistência bacteriana, em ambiente hospitalar. Dos pacientes analisados, 52,19% apresentaram cultura positiva para bactérias. Cerca de 39 espécies bacterianas patogênicas foram identificadas e apresentavam algum padrão de resistência a, pelo menos, um dos 46 antibióticos utilizados na terapia.

Palavras-Chave: covid-19; coinfecção; bactérias.

IMPACTO DA COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO COMPLEXO REGULADOR EM SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL (SES-DF)

Carolinne Teodoro Cruz - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
carolinne.tcruz@sempreceub.com
Eduardo Primo da Silva - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno voluntário
primoedu@sempreceub.com
Gustavo Carvalho de Oliveira - CEUB, professor orientador
gustavo.oliveira@ceub.edu.br

A pandemia da covid-19 apresentou desafios significativos à saúde mental dos profissionais de saúde, especialmente no Complexo Regulador de Saúde do Distrito Federal (CRDF), em razão da sobrecarga de trabalho e dos riscos associados. Este estudo analisou os níveis de depressão, ansiedade e transtornos psíquicos menores entre esses profissionais, buscando entender a relação com variáveis socioeconômicas e demográficas. Trata-se de um estudo observacional e transversal que utilizou questionários aplicados, mediante o Google Forms, aos servidores do Complexo Regulador em Saúde da SES-DF. A coleta de dados ocorreu de 18 de fevereiro a 15 de julho de 2024, com divulgação por panfletos e memorandos internos, para convidar os participantes, além de visitas da equipe de pesquisa aos locais de trabalho do CRDF. Ao final da pesquisa, foram preenchidos 60 formulários, todos válidos, com 53,36% de mulheres e 46,64% de homens, indivíduos majoritariamente entre 30 e 49 anos (73,38%). A maioria declarou ser branca (53,32%), casada (68,34%) e ter especialização (54,96%). Os cargos mais comuns foram técnicos de enfermagem (31,68%) e enfermeiros (19,96%), com 71,88% trabalhando 40 horas semanais. Os problemas de saúde mais frequentemente relatados foram doenças crônicas (16,70%) e transtornos mentais (13,34%). Com a análise dos questionários utilizados, verificou-se que 53,34% dos servidores apresentaram algum grau de sofrimento mental. Os sintomas mais relatados foram ansiedade (15% de moderada a grave) e depressão (50% de leve a moderada), além de 36,66% com distúrbios psíquicos menores, mais comuns entre mulheres. Os resultados desta pesquisa revelaram a necessidade de melhorar as condições de trabalho e suporte psicológico para os trabalhadores do CRDF.

Palavras-Chave: saúde mental; covid-19; profissionais de saúde.

IMPACTOS DOS DIFERENTES TIPOS DE CIRURGIAS DE RECONSTRUÇÃO MAMÁRIA NA QUALIDADE DE VIDA, NA DISFUNCIONALIDADE, NA SATISFAÇÃO E NA PERCEPÇÃO DE CUIDADO EM SOBREVIVENTES DE CÂNCER DE MAMA

Lídia Saldanha Camargos Aires - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
lidia.saldanha@sempreceub.com
Mateus Medeiros Leite - CEUB, professor orientador
mateus.mleite@ceub.edu.br

O câncer de mama é uma das principais causas de morte entre mulheres, em todo o mundo. A reconstrução mamária é uma opção importante para muitas sobreviventes, pois pode impactar significativamente a qualidade de vida, a satisfação e a percepção de cuidado. O objetivo deste estudo é analisar os impactos das diversas técnicas de reconstrução mamária na qualidade de vida, na disfuncionalidade, na satisfação e na percepção de cuidado, em sobreviventes de câncer de mama. A pesquisa visa proporcionar uma compreensão mais profunda das experiências vividas por essas mulheres, contribuindo para a prática clínica centrada na paciente. Este é um estudo transversal realizado em duas etapas. A primeira consistiu na divulgação da pesquisa em mídias sociais, como Facebook, Instagram e WhatsApp, para convidar mulheres sobreviventes de câncer de mama a participar. A amostra inicial foi composta por 40 mulheres, das quais 15 foram incluídas após a aplicação de questionários, mediante o Google Forms. Na segunda etapa, as participantes foram selecionadas com base em critérios específicos: mulheres do sexo feminino diagnosticadas com câncer de mama, nos estágios de I a IIIC, que estavam em tratamento ou já haviam concluído os tratamentos radioterápicos ou quimioterápicos. Foram excluídas 25 mulheres que não completaram todas as etapas do questionário ou que não realizaram a cirurgia de reconstrução mamária. O formulário eletrônico foi dividido em 3 partes: assinatura do TCLE; anamnese para delinear o perfil da amostra; questionário BREASTQ®, versão pós-operatória. As mulheres apresentaram a média de idade de 49,8 (± 7,4 anos), a média de 42,1 (± 8,8 anos) de idade no momento do diagnóstico e o tempo de diagnóstico médio de 7,7 (± 3,8 anos). Em relação ao tratamento, 12 mulheres indicaram ter realizado quimioterapia e radioterapia (80%). O implante mamário foi o tipo de cirurgia de reconstrução mamária mais realizado (86,7%). Comparando os resultados obtidos para as subescalas do BREAST-Q ®, de acordo com o tipo de cirurgia mamária, somente implante mamário (n=7) e implante mamário ou outros tipos de cirurgia de reconstrução mamária (n=8), não foram observadas diferenças significativas em nenhum dos escores ($p > 0,05$). Os resultados não conseguiram revelar a relação entre os tipos de cirurgia de reconstrução mamária, com as subescalas do BREAST-Q ®, quanto a qualidade de vida, disfuncionalidade, satisfação estética e percepção de cuidado em sobreviventes de câncer de mama. Foi observada a correlação positiva entre o bem-estar sexual e o tempo de diagnóstico, indicando que mulheres diagnosticadas há mais tempo tendem a ter maior satisfação sexual. Assim, conclui-se que há a necessidade de incluir as preferências e as necessidades das pacientes, ao planejar intervenções cirúrgicas. Novas pesquisas são

sugeridas, considerando amostras maiores e mais diversificadas, para aprofundar a compreensão dos efeitos das cirurgias de reconstrução mamária.

Palavras-Chave: câncer de mama; reconstrução mamária; satisfação da paciente.

IMPRESSÃO DE OSSOS E DE ESTRUTURAS ANATÔMICAS EM 3-D PARA TRATAMENTO DE FRATURAS EM IDOSOS: INOVAÇÃO NO TRATAMENTO PARA REABILITAÇÃO

Fabrício Werner Brenneke Martins - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
fabricio.brenneke@sempreceub.com
Cassiana Marinho Melo - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
cassianammelo@sempreceub.com
Lincoln Agudo Oliveir Benito - CEUB, professor orientador
linconl.benito@ceub.edu.br

A tecnologia das impressoras evoluiu significativamente, desde a década de 80, culminando na criação das impressoras 3-D em 1999. Inicialmente usadas na indústria para objetos menores, essas impressoras passaram a fabricar modelos maiores e são amplamente aplicadas em várias áreas. Na saúde, a impressão 3-D é utilizada para criar ampla gama de estruturas, como vasos sanguíneos, próteses e órgãos artificiais com destaque para a ortopedia na criação de órgãos personalizados, a partir de células-tronco do próprio paciente, permitido a produção de próteses que aceleram a regeneração de tecidos, sendo especialmente útil para idosos com osteoporose, oferecendo peças adaptadas que facilitam a recuperação de fraturas e melhoram a qualidade de vida (QV). O objetivo deste estudo é determinar se as próteses impressas em 3-D oferecem uma alternativa segura, eficaz e econômica, proporcionando maior precisão e recuperação mais rápida para os pacientes idosos e reduzindo complicações pós-operatórias. Para tanto, criou-se um protótipo tridimensional educacional de um osso do tipo fêmur, utilizando uma abordagem experimental comparativa, descritiva, quantitativa e qualitativa. O processo envolve a seleção dos materiais a ser escaneados, a aquisição de imagens, a modelagem 3-D por *software*, a impressão do modelo em uma impressora GTMAX 3D Core H4 e os testes de durabilidade e resistência. Os resultados foram analisados com base na norma NBR 5.739/1994, para ensaio à compressão, utilizando uma máquina de modelo 2T.QL-elétrica da AMC, calibrada e certificada. A peça pesa 164 gramas e foi impressa em duas partes, uma é maior com 89 gramas e 21,5 cm de comprimento, e outra é menor com 75 gramas e 20,1 cm de comprimento. No primeiro teste, a parte menor suportou 1.490 kgf por 8 minutos e 55 segundos e apresentou apenas um rompimento pequeno na base, sem deformações adicionais. No segundo teste, a parte maior suportou 1.500 kgf por 7 minutos e 13 segundos, sem sofrer danos significativos. Os testes de resistência das peças demonstraram a capacidade de suportar forças aplicadas, destacando a qualidade e a durabilidade do material. Pequenos rompimentos e deformações ocorreram apenas sob condições extremas, reforçando a robustez do material e sua aptidão para aplicações que exigem alta resistência.

Palavras-Chave: fêmur; idosos; impressora 3-D.

INFERÊNCIA DE PRECIFICAÇÃO DE PLANTAS ORNAMENTAIS UTILIZANDO INTELIGÊNCIA COMPUTACIONAL COM BASE NO CICLO DE VIDA DE PLANTAS

Leão Pereira Neto - CEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
leao.neto@sempreceub.com
Pedro Henrique Rodrigues Mendes - CEUB, professor orientador
pedro.rmendes@ceub.edu.br

O crescente volume de dados gerado pela expansão tecnológica em diversos setores intensificou a importância da ciência de dados e da inteligência artificial. Esta pesquisa visa conectar duas áreas em ascensão: o aprendizado de máquina e a botânica com finalidade de melhorar a qualidade e a competitividade no varejo de plantas. Focalizando a espécie *Sunpatiens*, conhecida por sua resistência e capacidade de floração consistente em diversas condições climáticas, o estudo explora o desenvolvimento de algoritmos preditivos, para aprimorar a detecção de padrões na comercialização e no manejo das *Sunpatiens*. Nesse sentido, consideram-se os custos empresariais relacionados ao cultivo e à comercialização da *Sunpatiens*, integrando tecnologia para melhorar a qualidade e a competitividade no mercado e aplicando, nas inferências, fatores de custos e preços de venda. Foram realizadas predições sobre os custos e os preços de venda, com a possibilidade de expandir essa análise a outras espécies e incluir tecnologias de análise de solo. Neste projeto, ficou evidente que os custos diários tendem a superar os lucros, resultando em perdas significativas após a primeira semana. O estudo identificou que a venda da planta deve ocorrer na primeira semana, após a floração, antes que os custos superem o preço de venda. O uso de algoritmos, como o *Random Forest*, concluiu pela necessidade de rápida comercialização, para circular o produto e minimizar as perdas empresariais, aproveitando-se o ciclo de floração. Os resultados da pesquisa sugerem duas principais ações: a primeira é a alteração programada do preço de venda das amostras com base no ciclo de vida da espécie; a segunda indica um controle de estoque mais eficiente, determinando os melhores dias para venda e separando os principais fatores que mais a influenciam. Portanto, ao aplicar todas as indicações compiladas neste estudo de otimização de precificação e manejo da planta, proporciona-se o lucro registrado acima de 40% no comércio de *Sunpatiens*.

Palavras-Chave: comércio de plantas; *deep learning*; *Sunpatiens*.

INFLUÊNCIA DA CONDIÇÃO FINANCEIRA NA COMPOSIÇÃO DA DELEGAÇÃO REPRESENTANTE DO DISTRITO FEDERAL NOS JOGOS DA JUVENTUDE DE 2023

João Batista dos Santos Junior - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
joaojuniordf@sempreceub.com
André Almeida Cunha Arantes - CEUB, professor orientador
andre.arantes@ceub.edu.br

Os Jogos da Juventude, evento criado inicialmente pelo Ministério da Educação em 1969, com o nome de *Jogos Estudantis Brasileiros*, ocorre anualmente e demonstrou ser importante na formação de atletas do país. Este trabalho tem o objetivo de verificar se a condição financeira foi determinante, para atletas fazerem parte da delegação do Distrito Federal que participou nos Jogos da Juventude de 2023. A amostra foi constituída por 84 atletas escolares do sexo masculino e feminino entre 15 e 17 anos que participaram da delegação do Distrito Federal. Utilizou-se a plataforma GOOGLE FORMS para elaborar o questionário com perguntas fechadas, enviado, por meio digital, aos componentes da delegação. Diante do exposto, vê-se a necessidade de realizar mais pesquisas que abordem o contexto de estudos relacionados aos estratos econômicos para que as políticas públicas, essenciais para a diminuição de desigualdades entre camadas sociais, possam ser melhor delimitadas para a efetividade do programa de participação de alunos das redes públicas e privadas do Distrito Federal nos próximos jogos da juventude. Sugere-se que este tipo de pesquisa ocorra em outras delegações, para que, comparando-se os resultados, possam traçar-se melhorias das ações públicas no fomento à distribuição de bolsa de incentivos (Bolsa Atleta e apoio do Ministério dos Esportes), que servem de compensação para que os programas garantam as condições mínimas a fim de que os esportistas se dediquem, com tranquilidade, aos treinamentos e às competições.

Palavras-Chave: Jogos da Juventude.; esporte escolar; desporto educacional.

INSTRUMENTOS DE CONTENÇÃO DOS EFEITOS DAS SANÇÕES ECONÔMICAS SOBRE A POPULAÇÃO CIVIL EM PAÍSES-ALVO

Carlos Augusto Martins Verona Nascimento - CEUB, PIC Direito/FAP, aluno bolsista
carlos.verona@sempreceub.com
Felipe Ribadeneira Kowalski - CEUB, PIC Direito/FAP, aluno voluntário
felipe.kowalski@sempreceub.com
Alice Rocha da Silva - CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

As sanções econômicas são instrumentos utilizados pela comunidade internacional para responder a conflitos e violações de normas, mas seus efeitos podem afetar a população civil de modo significativo e complexo. Este estudo examina os instrumentos de contenção desses efeitos, explorando as implicações humanitárias das sanções e a necessidade de mecanismos para proteger os civis. A pesquisa abrange a identificação dos conceitos de sanções, a legitimidade de sua aplicação (tanto coletiva quanto unilateral) e a análise histórica de sua evolução. O estudo aprofunda-se em casos específicos, como Burundi, Cuba, Iraque, Rússia e Venezuela, ilustrando os impactos devastadores das sanções sobre a saúde, a economia e o bem-estar das populações. O poder das sanções é debatido, considerando argumentos a favor e contra, incluindo a mudança de comportamento dos países-alvo, os custos econômicos, a incerteza e os efeitos limitados em regimes autoritários. A pesquisa também explora as contramedidas adotadas pelos países sancionados, para mitigar os efeitos das sanções, como a adaptação, o sacrifício e a reestruturação da economia. A conscientização sobre o lado negativo das sanções e a busca por alternativas que minimizem o sofrimento da população civil são cruciais. A comunidade internacional precisa desenvolver mecanismos melhores, para garantir que as sanções sejam mais direcionadas aos reais responsáveis pelas violações, sem servir de meios de violação de direitos humanos que afetem, direta ou indiretamente, o bem-estar da população.

Palavras-Chave: sanções econômicas; população civil; impacto humanitário.

INTERVENÇÕES NUTRICIONAIS E EXERCÍCIOS RESISTIDOS COMO TRATAMENTO COMBINADO NA PREVENÇÃO DA CAQUEXIA EM PACIENTES ONCOLÓGICOS

Luiz Gustavo de Sant'anna Santos - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
santannagus@sempreceub.com
Sabrina da Cunha Cavalcanti de Almeida - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
drasabrinacavalcanti@sempreceub.com
Alexandre Sampaio Rodrigues Pereira - CEUB, professor orientador
alexandre.pereira@ceub.edu.br

O câncer vitimiza, anualmente, 13% da população mundial. Estudar estratégias que melhorem o prognóstico da doença e a qualidade de vida dos pacientes é uma necessidade. Muitos desfechos negativos em pacientes oncológicos estão relacionados ao desenvolvimento da caquexia, que é definida pela instalação de uma desnutrição do tipo energético-proteico associada a uma redução expressiva de massa muscular, comprometendo, sobremaneira, a sobrevida desses pacientes. O metabolismo das células cancerígenas, por si só, já resulta em efeitos catabólicos para o portador, além disso dificulta a síntese de proteína, culminando em uma depleção acentuada na massa magra, em pacientes oncológicos. Associada a esse metabolismo desfavorável, a ingestão inadequada de nutrientes em pacientes oncológicos, é uma realidade seja pela localização e pelo tamanho do tumor, seja pelos efeitos colaterais inerentes aos tratamentos contra o câncer. Esse desbalanço entre metabolismo catabólico elevado e ingestão energético-proteica baixa favorece a instalação da caquexia. O tratamento trimodal, ou seja, a combinação de exercícios físicos resistidos, suplementação proteica e dieta adequada, é um dos tratamentos mais utilizados na atualidade, em pacientes com desnutrição e caquexia. Assim, o objetivo deste estudo é avaliar se o tratamento trimodal é efetivo na prevenção ou no tratamento da caquexia, em pacientes oncológicos. Na revisão de literatura, encontrou-se correlação positiva entre prática regular de exercícios resistidos, suplementação proteica e nutrição adequada na reversão da desnutrição e na prevenção da caquexia em pacientes oncológicos. Contudo, foi observado que a qualidade de vida desses pacientes não está apenas atrelada ao contexto nutricional. Seu prognóstico e desfechos favoráveis dependem intimamente do contexto no qual os pacientes estão inseridos. A intervenção trimodal mostrou-se efetiva, para minimizar, recuperar e prevenir caquexia em pacientes oncológicos. Entretanto, um plano individualizado de trabalho, que vise ao atendimento global do paciente, deve ser considerado.

Palavras-Chave: desnutrição; câncer; metabolismo.

INVESTIGAÇÃO DOS FATORES ASSOCIADOS AO BAIXO PESO DE RECÉM-NASCIDOS EM UM HOSPITAL PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

Adria Maria Nascimento Junior - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
adria.maria@sempreceub.com
Fabiana Xavier Cartaxo Salgado - CEUB, professora orientadora
fabiana.salgado@ceub.edu.br

O baixo peso ao nascer corresponde ao recém-nascido que pesou menos de 2.500 gramas no parto. Essa condição tem relevância, pois, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, afeta mais de vinte e um milhões de bebês ao ano, no mundo. A ocorrência da patologia é fruto etiológico da soma de múltiplos fatores, como o sociodemográfico e o epidemiológico materno. De igual maneira, impacta a saúde neonatal a curto prazo, por aumentar as chances de mortalidade infantil, assim como, a longo prazo, por vincular-se à maior propensão futura à hipertensão. Este estudo consiste em uma pesquisa quantitativa, transversal de caráter descritivo que investigou fatores associados ao baixo peso de bebês nascidos no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), entre outubro de 2023 e março de 2024. A coleta foi realizada com exploração de prontuários eletrônicos e mediante entrevistas com as puérperas. As variáveis maternas investigadas foram idade, naturalidade, cor, raça, logradouro, grau de instrução, estado civil, ocupação, renda, condições de saneamento básico, local do pré-natal, quantidade de consultas, risco gestacional e antecedentes obstétricos. A amostra foi composta por 81 puérperas e 87 recém-nascidos, ressaltando que 6 neonatos evoluíram para óbito. A prevalência de recém-nascidos de baixo peso foi de 9,35%. As puérperas apresentaram idade média de 28,85±7,64 anos, foram identificadas como pardas (65,43%), residentes no Distrito Federal (87,65%), donas de casa (50,62%), com mais de 9 anos de escolaridade (61,72%), casadas ou em união estável (55,5%). O pré-natal foi realizado por 93,83% das puérperas com, ao menos, 6 consultas (65,43%) iniciadas no primeiro trimestre (80,26%), na rede pública de saúde (93,54%). As principais intercorrências gestacionais relatadas foram as infecções (39,51%), em especial, do trato urinário, seguidas da hipertensão (17,28%). No acompanhamento pré-natal, 92,59% das gestantes receberam prescrição medicamentosa, e 30,86% interromperam o tratamento espontaneamente. Foi observado que 36,15% das gestantes fizeram uso tanto isolado quanto associado de substâncias, como álcool, fumo e drogas ilícitas. Concluindo, os resultados revelaram similaridades de fatores de risco para o baixo peso ao nascer já bem documentados na literatura, excetuando escolaridade, presença de cônjuges juntos às gestantes, bons resultados de condições sanitárias nas moradias e bons índices do acompanhamento pré-natal, que foram discordantes. Neste sentido, intui-se a necessidade de olhar para a qualidade do pré-natal prestado a essas gestantes. Um fator determinante para esta observação foi maior prevalência de recém-nascidos de baixo peso, quando comparados com a média nacional, o uso de drogas lícitas e ilícitas e a descontinuação do tratamento medicamentoso por parte das gestantes. Considerando que o pré-natal deve assegurar o desenvolvimento saudável da gestação com repercussões positivas para o bebê, acredita-

se que os achados deste estudo pontuam algumas lacunas que podem contribuir para melhor qualificação do serviço prestado, sobretudo nos aspectos psicossociais das gestantes, endossando, assim, as atividades educativas, preventivas e de acompanhamento ativo das orientações realizadas pelos profissionais de saúde.

Palavras-Chave: mortalidade infantil; fatores de risco; recém-nascido de baixo peso.

LESÕES DO APARELHO LOCOMOTOR E FATORES ASSOCIADOS EM ATLETAS DA DELEGAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL NOS JOGOS DA JUVENTUDE DE 2023

Felipe Silva Monteiro - CEUB, PIC Parceiros - IPE-HOME, aluno bolsista
fmonteiro@sempreceub.com
Tácio Rodrigues da Silva Santos - CEUB, professor orientador
tacio.santos@ceub.edu.br

A prática de atividade física tem aumentado no Brasil e no mundo. A partir de 1996, com a elaboração da lei que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional (Lei nº 9.394/1996), foi introduzida no país a educação física nas escolas. Apesar de seu notório benefício à saúde, a prática de atividade física pode acarretar, também, o surgimento de lesões e, consequentemente, os profissionais de saúde, os professores, os familiares devem ter precaução com os atletas jovens. Ressalta-se que, independentemente do momento, de treino ou competição, os atletas estão sujeitos a lesões por motivo externo ou interno, como falta de programas preventivos adequados, exposição a fatores que propiciam o aparecimento de lesões ou genética que favorece o surgimento de lesões. O acompanhamento de médicos e de profissionais especializados é uma medida fulcral para minimizar a ocorrência e a gravidade de lesões, que, ocorridas em jovens, podem resultar em deficiências a longo prazo, além de gerar grande impacto na saúde pública, na economia e nos gastos públicos com saúde. É relevante mencionar que as lesões podem causar perda de dias letivos, impactando a educação e o aprendizado que cada atleta recebe ao longo da sua dedicação à prática esportiva. Destaca-se que, atualmente, existe falta de estrutura médica adequada para os atletas, além da necessidade de criar sistemas de avaliação de riscos, intrínsecos e extrínsecos, para cada atleta e programas de prevenção de lesão de forma individualizada, para auxiliar a prevenção de lesões. Diante disso, o presente estudo procura elucidar a necessidade de criar métodos de prevenção e reabilitação de lesões para os atletas, além de proporcionar o acompanhamento global dos atletas por parte de treinadores, psicólogos, profissionais de educação física e da saúde, como médicos, fisioterapeutas e outros, com o objetivo de reduzir lesões e proporcionar a prática esportiva mais segura para os atletas.

Palavras-Chave: adolescentes; medicina esportiva; lesões em atletas.

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DAS REGIÕES NORTE E SUL DO BRASIL: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA FORMAÇÃO DE DOCENTES QUE ATUARÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Franjefferson de Sousa Vieira - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno bolsista
franjefferson.vieira@sempreceub.com
Ingrid Lilian Fuhr - CEUB, professora orientadora
ingrid.fuhr@ceub.edu.br

Este estudo faz parte de uma pesquisa "guarda-chuva", intitulada *Os currículos de pedagogia, o exercício docente e as políticas públicas de educação inclusiva*. Por tratar-se de um projeto de grande porte, pois é de caráter nacional, foi fracionado em quatro partes que focalizaram as quatros regiões do Brasil. O projeto investigou as regiões Norte e Sul, com o objetivo de examinar se os cursos de pedagogia de universidades federais e estaduais ofereciam uma formação em bases teórico-metodológicas que possibilitasse o exercício docente com crianças com deficiência em sala de aula, considerando não apenas as normas, as portarias e os decretos. Foi realizado um levantamento documental dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de licenciatura em pedagogia e das respectivas ementas das disciplinas de ensino especial ou educação inclusiva nas regiões Norte e Sul do Brasil. Espera-se, assim, contribuir com as reflexões sobre a importância do currículo de pedagogia como elemento fundamental para a capacitação de docentes que enfrentam os desafios da prática pedagógica na educação especial da rede de ensino brasileira. Os dados indicam que as universidades dedicam determinado esforço para a formação dos futuros docentes, mas ainda insuficientes para as necessidades atuais. A pesquisa aponta para a incrementação da formação com uma estrutura curricular que concilie a atividade prática compatível com a teoria, tendo em vista que a formação continuada não é totalmente efetiva, ainda mais para professores que já atuam em sala de aula e obtêm os vícios profissionais. A formação dos professores não se limita a prepará-los para a atuação em sala de aula; é também um meio fundamental para garantir que as crianças com deficiência tenham acesso a um ambiente de aprendizagem que atenda adequadamente às suas necessidades.

Palavras-Chave: currículo; licenciatura em pedagogia; educação especial.

MAPEAMENTO COLABORATIVO E ABERTO SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL: INVENTÁRIO VISUAL DE BENS NATURAIS E CULTURAIS DO DISTRITO FEDERAL

Giovana Magalhães Pinto Cardoso - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
giovana.cardoso@sempreceub.br
Sávio Tadeu Guimarães - CEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br

A pesquisa é uma continuidade de uma investigação realizada sobre os bens culturais no Distrito Federal. Nos estudos anteriores, o foco foi a identificação desses bens mediante entrevistas e considerações pertinentes que lhes agregam valor simbólico e cultural à cidade. Porém, a atual pesquisa tem o objetivo de identificar os bens patrimoniais do Distrito Federal com enfoque nos já tombados, de acordo com documentação da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC), além de identificar outros poucos que ainda não são tombados no DF, mas que têm relevância para a cidade. O desafio é categorizá-los mediante um mapeamento informativo, sobre cada um deles e criar representações gráficas, para promover a educação patrimonial de forma mais atrativa, gerando grande valor e reconhecimento para esses bens que devem ser protegidos e reconhecidos na cultura brasiliense. A pesquisa foi desenvolvida com bases doutrinárias e normativas, acerca dos bens culturais e ambientais, explicando conceitos e embasando a educação patrimonial como instrumento de proteção dos interesses da sociedade. Assim, criou-se um estudo que propõe uma iniciativa de educação patrimonial e ambiental, que, por meio da arte, divulga cultura no território em particular, permitindo o protagonismo da população na sua história, além de estabelecer conexões entre as pessoas e o patrimônio que as cerca. As pessoas podem compreender, de forma aprofundada, a sua história no contexto em que vivem e a formação de sua identidade. Para alcançar esse objetivo, criou-se um processo de mapeamento categórico, destrinchando a identidade dos bens mediante a base de dados dos patrimônios culturais e ambientais do Distrito Federal.

Palavras-Chave: educação patrimonial; representação gráfica; categorização de bens culturais edificados.

MEDICINA LEGAL: AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO E PERCEPÇÃO ENTRE ALUNOS DO PRIMEIRO, DO TERCEIRO E DO SEXTO ANO DE MEDICINA NO DISTRITO FEDERAL

Luisa Rasia Montenegro - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
luisa.rm@sempreceub.com
Vivian Miranda Saggioro - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
vivian.ms@sempreceub.com
Fabíola Fernandes dos Santos Castro - CEUB, professora orientadora
fabiola.castro@ceub.edu.br

A medicina legal é uma área que conecta direito e medicina e é essencial para a prática médica, especialmente em questões legais e éticas. No entanto, há grande desconhecimento entre os profissionais médicos sobre esse campo, frequentemente confundido com medicina forense ou perícia médica. É crucial que os médicos conheçam seus direitos e deveres, assim como os trâmites legais em casos de violência, abuso e incapacidade, para garantir o atendimento de qualidade e respeitar os direitos dos pacientes. Entretanto, em razão da complexidade e da intersecção dessa disciplina com outras áreas, há notável deficiência no ensino de medicina legal, nas escolas de medicina. Essa carência deve-se tanto à falta de profissionais qualificados, para ministrar a disciplina, quanto à insuficiente inclusão desse conteúdo na grade curricular. Como resultado, muitos médicos são formados sem a devida preparação, para lidar com situações que envolvem aspectos legais. Apesar de sua importância, o ensino de medicina legal nas universidades, tanto no Brasil quanto no exterior, tem-se mostrado frequentemente inadequado, resultando na falta de preparo entre os médicos recém-formados, para enfrentar os desafios legais da prática médica. Este estudo avaliou o entendimento e as atitudes dos estudantes de medicina em diferentes estágios de sua formação — especificamente no primeiro, no terceiro e no sexto ano — em relação à medicina legal. Foi utilizada a metodologia descritiva e transversal com a aplicação de um questionário dividido em duas seções: a primeira é destinada a medir o conhecimento dos estudantes em várias subáreas da medicina legal; a segunda é voltada para avaliar as percepções dos alunos sobre seu próprio conhecimento e a importância atribuída à área. Os resultados revelaram lacunas significativas no conhecimento dos estudantes, especialmente em áreas, como sexologia forense, em que apenas 2,78% dos alunos responderam corretamente, e aplicação da ética médica com 19,44% de acertos. Em contraste, a traumatologia forense destacou-se com 94,44% de respostas corretas, mostrando-se como a área de maior domínio entre os estudantes. Observou-se que o conhecimento dos estudantes não evoluiu significativamente à medida que avançaram nos anos de curso, com a média de acertos de 50,69% entre todos os participantes, indicando uma deficiência no currículo atual. Além disso, 75% dos estudantes relataram insegurança em aplicar conceitos de medicina legal em situações práticas, sugerindo que a educação recebida nessa área é insuficiente para atender às exigências da prática médica. Também foi constatado que os estudantes dependem fortemente de atividades extracurriculares, como ligas acadêmicas e cursos externos, para obter conhecimento em

medicina legal, em vez de contar com a educação formal do currículo médico. Essa dependência aponta que o currículo atual não aborda adequadamente os aspectos essenciais da disciplina, resultando em compreensão inconsistente e fragmentada entre os alunos. A ausência de ensino formal e estruturado pode levar a consequências significativas na prática médica, como erros legais e éticos, que comprometem o cuidado com os pacientes e a integridade profissional. Conclui-se que há necessidade urgente de revisar e reformar o currículo médico, para integrar, de forma mais eficaz, a medicina legal. Com treinamento mais robusto e prático nessa área, as escolas de medicina podem preparar melhor os futuros médicos para enfrentar os desafios legais e éticos de sua profissão.

Palavras-Chave: educação médica; análise de proficiência; medicina legal.

META-ANÁLISE DE INTERVENÇÕES PARA PROMOVER O COMPORTAMENTO PRÓ-AMBIENTAL: EVIDÊNCIAS PARA A PRÁTICA DA PSICOLOGIA NA CONCRETIZAÇÃO DOS ODS AMBIENTAIS

Amanda Freires Feitosa - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
amandafreires@sempreceub.com
Rosanna Duarte Fernandes Dutra - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
rosanna.dutra@ceub.edu.br
Marília Mesquita Resende - CEUB, professora orientadora
marilia.resende@ceub.edu.br
Ligia Abreu Gomes Cruz - CEUB, colaboradora
ligia.abreu@ceub.edu.br

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu como resposta à insustentabilidade do modelo de desenvolvimento moderno, que compromete a continuidade do progresso em razão do uso excessivo de recursos naturais finitos. A partir disso, surgiu o desenvolvimento sustentável, que visa satisfazer as necessidades atuais, sem comprometer as futuras gerações. Em 2015, a ONU estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a ser alcançados até 2030, com a adesão de 193 países, incluindo o Brasil. Esses objetivos abrangem itens, como eliminação da pobreza, educação e proteção ambiental. A psicologia reconheceu seu papel na promoção da sustentabilidade, enfatizando a importância da mudança de comportamento e da resiliência dos indivíduos. A psicologia ambiental, que estuda a interação entre indivíduos e seus ambientes, tem um papel crucial nesse processo, com foco em como comportamentos pró-ambientais podem ser promovidos. Estratégias podem ser divididas em estruturais (modificação do contexto) e informacionais (modificação de fatores motivacionais). A meta-análise surge como uma ferramenta valiosa, para sintetizar dados de diversas pesquisas, ajudando a avaliar quais intervenções são mais eficazes e em que contextos. A necessidade de meta-análises é destacada, para avaliar a eficácia das estratégias de promoção do comportamento pró-ambiental e ajustar intervenções de acordo com o contexto específico e o público-alvo. Desse modo, esta pesquisa visou realizar a meta-análise dos efeitos de intervenções, para promover comportamentos pró-ambientais, examinando estudos quase experimentais da psicologia. O objetivo foi avaliar a eficácia das estratégias disponíveis, considerando variáveis situacionais e fornecer informações detalhadas, para auxiliar a escolha das melhores intervenções com base em evidências. Quanto aos resultados do estudo, para garantir uma visão completa dos achados em psicologia, sobre comportamentos pró-ambientais, critérios rigorosos foram aplicados na seleção de artigos científicos. Foram incluídos textos publicados em periódicos científicos revisados por pares, com data de publicação a partir de 2021, em inglês e com desenhos quase experimentais ou experimentais. As fontes consultadas foram o Portal de Periódicos da CAPES e o EBSCO. A pesquisa usou palavras-chave relacionadas a comportamentos pró-ambientais e termos experimentais, como, por exemplo, *pro environmental behavior* e *experiment*. Ao

todo, foram levantados 271 artigos, dos quais apenas 27 foram selecionados e classificados em sete diferentes categorias de comportamentos pró-ambientais e cinco categorias de intervenção. Durante a coleta, foram identificadas intervenções relevantes que deveriam ser quase experimentais ou experimentais, além da definição de comportamentos pró-ambientais e do fornecimento de estatísticas para o cálculo do tamanho dos efeitos dos estudos. A meta-análise foi planejada antes da coleta de dados e focalizou comportamentos pró-ambientais e intervenções. Dos 27 artigos coletados, 10 forneceram dados suficientes para a meta-análise. Os resultados indicaram que intervenções de recursos audiovisuais e mudanças de ambiente mostraram maior eficácia na promoção de comportamentos pró-ambientais, com efeitos significativos. Intervenções, como uso de texto e eventos educativos, foram menos eficazes. A meta-análise destacou a importância dos recursos audiovisuais como promotores de comportamento pró-ambiental e sugere que estudos futuros devem investigar o efeito das intervenções mais efetivas, de modo a aprimorar a elaboração de políticas públicas para promoção do comportamento pró-ambiental.

Palavras-Chave: meta-análise; comportamento pró-ambiental; psicologia ambiental.

METILAÇÃO DO DNA, ESTILO DE VIDA E CÂNCER COLORRETAL: UMA RELAÇÃO SOB O OLHAR DA REVISÃO DE LITERATURA

Mariana Amaral Castro - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
mariana.ac@sempreceub.com
Marina Mendes Melo - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
marina.melo@sempreceub.com
Luciana Ramalho de Farias - CEUB, professora orientadora
luciana.farias@ceub.edu.br

A presente revisão bibliográfica exploratória analisa como os fatores epigenéticos, especialmente a metilação do DNA, relacionam-se com o câncer colorretal e são influenciados pelo estilo de vida, de modo que os não saudáveis podem afetar a expressão gênica e, consequentemente, contribuir para a carcinogênese. Nesse sentido, o artigo tem como intuito enfatizar a importância de entender essas interações, para desenvolver estratégias de prevenção e tratamento, além de sugerir a necessidade de mais investigações sobre a relação entre epigenética e estilo de vida na saúde. Os autores destacam que a metilação do DNA, ou seja, a adição de um radical metil na posição 5' de uma citosina do DNA, está relacionada com a repressão gênica, porém existem algumas marcas epigenéticas que estão associadas à carcinogênese. Um exemplo de tal fato é a acetilação das histonas que causa o afrouxamento da cromatina e, com isso, o aumento da replicação do DNA, gerando um caráter oncogênico. É citada também a ação dos microRNA, de modo que a sua desregulação, ou seja, o aumento da expressão de um onco miRNA e a diminuição da expressão de um miRNA supressor de tumor, pode ser notada em células tumorais. Adicionalmente, é abordada a relação entre a disbiose da microbiota intestinal e o surgimento do câncer colorretal, visto que algumas bactérias produzem substâncias cancerígenas, como a *Escherichia coli*. Portanto, conclui-se que o câncer colorretal está correlacionado com as modificações epigenéticas citadas, que não apenas desempenham um papel crucial na regulação da expressão gênica, mas também podem ser moduladas por intervenções no estilo de vida, oferecendo oportunidades para a prevenção e o controle da doença.

Palavras-Chave: câncer colorretal; epigenética; metilação de DNA.

MULHERES INDÍGENAS NA POLÍTICA BRASILEIRA: UM ESTUDO DA ATUAÇÃO NO LEGISLATIVO E NO EXECUTIVO FEDERAL ENTRE 2019 E 2023

Amanda Ribeiro Martins - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
amanda.rm@sempreceub.com
Maria Eduarda Barbosa Leitão - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
maria.eduardabl@sempreceub.com
Mariana Barbosa Cirne - CEUB, professora orientadora
mariana.cirne@ceub.edu.br

A presente pesquisa analisa a limitação e os impactos da representação de mulheres indígenas nos Poderes Legislativo e Executivo, entre os anos 2019 e 2023. Demonstra-se como a presença dessas mulheres pode impactar positivamente as políticas públicas do país, especialmente a representação dos povos originários, nas pautas feministas e ambientais. O Brasil, apesar de ter reconhecida, em sua Carta Magna, a diversidade étnica e cultural, ainda é formado por uma estrutura baseada no patriarcalismo e nas colonialidades. Apenas em 2019, a primeira mulher indígena foi eleita, para ocupar um cargo no Poder Legislativo. No Poder Executivo, essa conquista foi realizada apenas em 2023. Não há nenhuma mulher indígena em um cargo de poder no Judiciário. No Legislativo, há pouca participação de mulheres indígenas em âmbito federal. Apenas 4 foram eleitas deputadas, não havendo nenhuma senadora. No Executivo, o atual governo inaugurou o Ministério dos Povos Indígenas no ano de 2023, nomeando como ministra uma mulher indígena. Esta pesquisa questiona quais fatores limitam a representação das mulheres indígenas na política brasileira, nos Poderes Executivo e Legislativo federais, entre os anos de 2019 e 2023 e se a atuação legislativa das parlamentares indígenas federais e da ministra do Ministério dos Povos Indígenas e da presidente da FUNAI milita pela representação dos povos originários, do movimento feminista e das políticas públicas de impacto ambiental. Por meio de revisão bibliográfica, conjugada com levantamento de dados nos sites oficiais do MPI, da Funai, do Portal da Legislação e da Câmara dos Deputados, foi possível concluir que as mulheres indígenas são responsáveis por 9,02% dos projetos propostos sobre povos originários, 5,02% dos projetos sobre feminismo e 34,32% sobre meio ambiente. Houve 0,61% engajamento na defesa das mulheres. Percebeu-se que uma parlamentar indígena pode não lutar por esses direitos, como é o caso da deputada Silvia Waiãpi. A pesquisa menciona que nenhum projeto de iniciativa das mulheres indígenas parlamentares de 2023 foi aprovado. No Poder Executivo, a pesquisa conclui que se usam os decretos presidenciais para defender os direitos e que há 21 deles materializando essa conquista. A busca pela oitiva, contudo, mostrou-se inviável, pois parece necessário seguir na luta indígenas por mais direitos. Esta pesquisa propõe mostrar a atuação das parlamentares e dos gestores indígenas, para ressaltar os ganhos para o Estado Democrático de Direito.

Palavras-Chave: mulheres indígenas no poder; Poder Legislativo; Poder Executivo.

MULHERES INVISÍVEIS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES LÉSBICAS SOBRE A VACINA CONTRA O PAPILOMAVÍRUS HUMANO

Millena Moreira Costa - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
millena.costa@sempreceub.com
Maria Clara Raposo de Almeida - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
maria.ralmeida@sempreceub.com
Julliane Messias Cordeiro Sampaio - CEUB, professora orientadora
julliane.sampaio@ceub.edu.br

O presente estudo tem como objetivo investigar as representações sociais de mulheres lésbicas sobre as vacinas contra o papilomavírus humano (HPV) e analisar como os fatores sociodemográficos, as crenças pessoais e os estigmas sociais influenciam suas percepções e adesão às vacinações. A pesquisa foi realizada de forma qualitativa, com coleta de dados realizada entre 2023 e 2024, por meio da aplicação de questionário. A amostra totalizou 41 mulheres lésbicas com idade entre 18 e 45 anos e compreendeu aspectos, como idade, escolaridade, profissão, renda, estado de residência e religião. Os dados foram coletados mediante um questionário estruturado, a partir do teste de associação de palavras (TALP) como método de coleta, com a incitação de vacinas de HPV, utilizando a análise do discurso do sujeito coletivo para a organização de dados. Os resultados alcançados na presente pesquisa mostram entendimento sobre a relevância da vacinação. Apesar disso, houve variação significativa no conhecimento sobre o HPV e na percepção sobre sua relevância específica na saúde da comunidade lésbica. O grupo componente da pesquisa expressou a necessidade de inclusão e visibilidade nas campanhas de saúde. Infere-se que, apesar da conscientização sobre a vacina, há uma lacuna na propagação e na acessibilidade para mulheres lésbicas. Desta forma, os presentes aspectos podem proporcionar à enfermagem, aos demais profissionais de saúde e à saúde pública a sistematização do acesso ao cuidado do grupo populacional de mulheres lésbicas, permitindo que as vacinações sejam de entendimento e alcance de todas as mulheres independentemente de sua orientação sexual, implicando que seja criado um fator potencial para o processo de saúde e doença da comunidade lésbica, em relação à saúde sexual.

Palavras-Chave: saúde da mulher; vacinas; atenção primária à saúde.

O BRASIL DIANTE DA GUERRA DA UCRÂNIA: NEUTRALIDADE, AUTONOMIA E EQUIDISTÂNCIA PRAGMÁTICA

Ana Luísa da Silveira Santana Ribeiro - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
anahrib@sempreceub.com
Luciano da Rosa Muñoz - CEUB, professor orientador
luciano.munoz@ceub.edu.br

A presente pesquisa visa examinar a atitude do Brasil em relação ao conflito na Ucrânia, explorando conceitos históricos da política externa brasileira. A introdução posiciona o estudo no contexto dos debates sobre a política externa, destacando a importância da neutralidade, da autonomia e da equidistância pragmática. Na seção inicial, discute-se acerca do campo de estudos históricos da política externa do Brasil. São abordados o conceito de autonomia periférica e a prática da equidistância pragmática, que têm sido características marcantes da diplomacia brasileira em questões internacionais, desde a Segunda Guerra Mundial. Por conseguinte, contextualiza-se o conflito nas dinâmicas internacionais do pós-Guerra Fria, com destaque para eventos, como a assinatura do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), a anexação da Crimeia pela Rússia e a subsequente invasão da Ucrânia. Tal parte verifica as respostas do Brasil a esses eventos e como o país se posicionou diplomaticamente. Por fim, investiga-se a política externa brasileira durante o fenômeno da guerra, com especial atenção ao governo Lula, em 2023. A análise crítica examina a coerência da diplomacia brasileira em manter uma atitude de neutralidade e equidistância pragmática, apesar das pressões internacionais. Surge como premissa de governança o princípio da autonomia pela diversificação, que coloca a diplomacia de Lula em um papel de protagonismo no sistema internacional, por meio da busca de maior participação na criação das regras da governança global que, juntamente com a ênfase da temática social no âmbito interno, formula o princípio da não indiferença. Um exemplo disso, descrito ao final da pesquisa, mostra-se com o caso do G-20 da paz.

Palavras-Chave: diplomacia; política externa; relações internacionais.

O EFEITO DA DIMINUIÇÃO NA MAGNITUDE DO REFORÇO DA RESPOSTA ALTERNATIVA DE UM PADRÃO DE REPETIÇÃO SOBRE A RESSURGÊNCIA DA VARIABILIDADE COMPORTAMENTAL

Giovanna Soares Simões de Barros - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
giovanna.barros@sempreceub.com
Eduardo Walcacer Viegas - CEUB, professor orientador
eduardo.viegas@ceub.edu.br

A ressurgência comportamental é um processo relativo à recaída, no qual uma resposta-alvo (R1), previamente reforçada e posteriormente extinta, volta a ocorrer quando uma resposta atual (R2 ou resposta alternativa) é extinta ou tem suas condições de reforçamento empobrecidas. Diversas variáveis podem influenciar a ressurgência da frequência do comportamento, no entanto há falhas de replicações sobre a ressurgência da variabilidade operante que é outra dimensão do comportamento. O presente estudo, por meio de um delineamento intrassujeito, analisou o efeito da diminuição na magnitude do reforço da R2, na fase 3 de um padrão de repetição sobre a ressurgência da variabilidade comportamental, diante da falta de experimentos relacionados a esta variável. Também foram analisadas particularidades do processo de empobrecimento da magnitude do reforço sobre a ressurgência, de forma a compreender se ela ocorre em razão do empobrecimento absoluto da R2 ou se é necessário um empobrecimento relativo a ela. Para isso, os participantes foram expostos a três fases experimentais. Na fase 1, os participantes foram expostos ao Lag 10. Na fase 2, foram expostos a uma contingência de Rep 3. Na fase 3, foi aplicado o empobrecimento da magnitude do reforço em ordens diferentes entre os participantes (crescente ou decrescente). Foram avaliadas algumas medidas de variabilidade, como o valor U, o tempo de recorrência e o RNG, além das medidas relativas de ressurgência, para verificar o nível e o padrão de variabilidade de cada participante e se houve ressurgência. Os resultados demonstraram que, além do nível (valor U), o padrão de variabilidade (RNG e tempo de recorrência) também ressurge de forma sistemática, o que suporta a tese de que a ressurgência da variabilidade é resultado da história de reforçamento e não apenas induzida pela extinção. Houve, contudo, efeito de ordem, de forma que a ressurgência foi percebida apenas pelos participantes expostos à ordem crescente. Além disso, os resultados sugerem que qualquer forma de empobrecimento da R2 pode ser suficiente para causar ressurgência da R1 (relativa ou absoluta), o que tem implicações significativas para a compreensão do processo de ressurgência comportamental e da variabilidade como dimensão operante do comportamento.

Palavras-Chave: ressurgência comportamental; variabilidade comportamental; empobrecimento.

O EFEITO DA MASSAGEM DO TECIDO CONJUNTIVO EM MULHERES COM DISMENORREIA PRIMÁRIA

Larissa Belezia de Andrade - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
larissa.belezia@sempreceub.com
Leticia Martins Paiva - CEUB, professora orientadora
leticia.paiva@ceub.edu.br

A dismenorreia primária é uma dor em cólica causada por contrações uterinas características do período menstrual feminino e ocorre na ausência de qualquer patologia pélvica macroscópica discernível. Esse distúrbio afeta aproximadamente 50% das mulheres que menstruam, e 10% delas ficam incapacitadas por um ou dois dias. Os sintomas mais comuns são cólicas no baixo ventre, náuseas, êmeses, dejeções amolecidas, tonturas, palidez, sudorese, fadiga, cefaleia, nervosismo, lombalgia e dor nos membros inferiores. Muitas mulheres utilizam terapia medicamentosa para o alívio álgico da dismenorreia, com anti-inflamatórios não hormonais (AINH) e anticoncepcionais orais. O objetivo deste estudo é avaliar os efeitos da massagem do tecido conjuntivo em mulheres que sofrem de dismenorreia primária em seus períodos menstruais, dado que a terapia manual aumenta a oxigenação dos tecidos musculares de forma profunda e auxilia o alívio da tensão muscular, provocando consequentemente o alívio álgico. Os resultados mostraram-se favoráveis, evidenciando a diminuição da escala visual analógica na maior parte das voluntárias, além da diminuição no uso de medicação analgésica. No entanto, é necessária a realização de mais pesquisas neste âmbito, para comprovar a real eficácia deste tratamento a longo prazo.

Palavras-Chave: dismenorreia primária; massagem do tecido conjuntivo; período menstrual.

O EFEITO DO PREÇO, DO TEMPO PARA ALTA E DO ESFORÇO SOBRE A ESCOLHA ENTRE AS TERAPIAS PSICOLÓGICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS E AS PSEUDOCIENTÍFICAS

Giovana Melo Name Ribeiro - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
giovana.melo@sempreceub.com
Eduardo Walcacer Viegas - CEUB, professor orientador
eduardo.viegas@ceub.edu.br

Este estudo investiga as relações entre o preço, o tempo para alta e o esforço necessário, além da sessão, sobre a demanda operante de terapias psicológicas baseadas em evidência e pseudocientíficas. Participaram desta pesquisa 69 indivíduos entre 18 e 61 anos, que responderam a seis questionários em três condições diferentes e a uma escala de ansiedade e depressão. Em cada condição, foram aplicados dois questionários. No primeiro, foi medida a probabilidade de consumo da terapia baseada em evidências para cada custo. No segundo, foi avaliada a probabilidade de consumo da terapia pseudocientífica para cada custo da terapia baseada em evidência. O custo do tratamento científico foi manipulado em três diferentes condições, por meio do aumento do preço, do tempo de alta e do tempo de dedicação semanal, além da psicoterapia, mantendo o custo do tratamento pseudocientífico constante. O aumento das três variáveis resultou na diminuição do consumo da terapia baseada em evidência, embora em níveis diferentes, e houve maior redução quando manipulado o tempo de alta e o menor no custo monetário. Além disso, foi observado o aumento do consumo da terapia pseudocientífica quando foi aumentado o custo nas três condições. Foi observada, portanto, a relação de substituição dos reforços entre os tratamentos, em todas as condições. Ademais, não foram encontradas correlações entre o consumo de terapias baseadas em evidência e a intensidade de sintomas de depressão ou ansiedade. Conclui-se que há alta substituição da terapia baseada em evidência pela pseudocientífica, principalmente com o aumento do tempo de alta. Discute-se que planejar tratamentos mais rápidos e com menos esforço pode aumentar a adesão a tratamentos científicos. Esses dados mostram-se relevantes na atualidade, principalmente ao pensar-se em políticas públicas e nos prejuízos que o consumo de terapias pseudocientíficas pode causar na saúde mental da população.

Palavras-Chave: economia comportamental; demanda operante; terapias científicas e pseudocientíficas.

O IMPACTO DO ANTROPOMORFISMO NA SAÚDE E NO BEM-ESTAR DOS CÃES DE COMPANHIA NA CIDADE DE BRASÍLA, DISTRITO FEDERAL

Priscila de Carvalho Brito - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
priscila.carvalho@sempreceub.com
Francisco José Gonçalves de Oliviera - CEUB, professor orientador
francisco.jose@ceub.edu.br

Os registros evidenciam que a domesticação dos cães se iniciou há cerca de 12.000 anos, porém era uma relação puramente utilitária, em que o papel do cão era auxiliar a caça e a proteção em troca de alimento. A similaridade da estrutura social dos caninos e da sociedade humana fez que surgisse uma identificação entre as espécies. Com o passar do tempo, os cães tornaram-se fiéis companheiros no contexto familiar, atuam como cães de serviço público, são detentores de função social como cães-guias, auxiliam os tratamentos hospitalares e ocupam o papel de cuidadores. Atualmente, a interação entre o ser humano e o cão tem como base o afeto e o apego emocional, e esta relação é benéfica para ambas as partes. Porém, como consequência dessa relação muitas vezes comparada à existente entre pais e filhos, surge o antropomorfismo desses animais. A antropomorfização é o ato de atribuir características e comportamentos humanos a seres não humanos. Estudos prévios preconizavam que a antropomorfização dos cães de companhia gerava, exclusivamente, impactos negativos nos animais, como problemas comportamentais e físicos, porém isso vem sendo amplamente questionado. O presente trabalho tem como objetivo definir, com base em pesquisas bibliográficas, o conceito de antropomorfização e os impactos do antropomorfismo na saúde e no bem-estar dos cães de companhia, identificar as ações antropomórficas que ocorrem na vida desses cães, na região de Brasília, Distrito Federal e avaliar o impacto das ações antropomórficas na vida desses animais. A pesquisa aplicada foi de caráter descritivo exploratório com abordagem quantitativa, mediante a aplicação de questionário eletrônico disponibilizado de forma anônima e voluntária a proprietários de cães de companhia residentes em Brasília, Distrito Federal.

Palavras-Chave: antropomorfização; cão de companhia; bem-estar animal.

O IMPACTO DOS HÁBITOS ALIMENTARES NA SAÚDE DOS REFUGIADOS VENEZUELANOS NA CAPITAL BRASILEIRA

Júlia Resende Rissari - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
julia.rissari@sempreceub.com
Eloyse Moreira de Jesus - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
eloyse.moreira@sempreceub.com
Vanessa Alvarenga Pegoraro - CEUB, professora orientadora
vanessa.pegoraro@ceub.edu.br

A crise humanitária vivenciada na Venezuela suscitou o êxodo de sua população para países vizinhos, sobretudo para o Brasil. Esse processo ganhou repercussão desde 2015, chegando a mais de 58 mil solicitações de refúgio no Brasil, em 2023. Em função do elevado contingente de migrantes venezuelanos, novas medidas foram implementadas, para otimizar as condições de vida dessa população, a inserção e a interiorização no país, como a Operação Acolhida. Sabe-se que os refugiados vivem uma situação de insegurança alimentar e nutricional desde seu país de origem até o acolhedor. Nesse viés, a alimentação constitui um dos principais mecanismos determinantes e influentes no processo de saúde e doença, haja vista as consequências da má alimentação serem associadas aos maiores índices de morbimortalidade. Diante disso, o objetivo geral do estudo visa identificar os impactos alimentares na saúde dos refugiados venezuelanos, em uma instituição filantrópica, na capital brasileira. Trata-se de um estudo transversal, de abordagem quantitativa e qualitativa com análise descritiva e do discurso do sujeito. Evidenciou-se o aumento do número de refeições realizadas pelos venezuelanos no Brasil; 24,66% dos participantes que faziam apenas duas refeições no seu país de origem passaram a realizar 4 no Brasil. Além disso, 15,49% dos participantes que não consideravam a alimentação saudável em seu país passaram a alimentar-se de forma saudável, no Brasil; 21,13% dos participantes que consumiam frutas, verduras e legumes na Venezuela passaram a consumir esses alimentos diariamente, no Brasil; 15% dos participantes que raramente consumiam proteína animal, passaram a consumi-la diariamente. Em relação à antropometria, obteve-se o aumento da média geral do peso atual em detrimento do peso, ao chegar ao Brasil. Em suma, é notório que a maioria dos participantes apresentaram uma melhora em relação ao consumo de alimentos, tanto em quantidade quanto em qualidade. Essa mudança repercute um cenário de maior segurança alimentar e nutricional, além de impactar a diminuição dos índices de morbimortalidade.

Palavras-Chave: alimentação; venezuelanos; refugiados.

O IMPACTO PSICOSSOCIAL DA FERTILIZAÇÃO *IN VITRO* EM MULHERES COM INFERTILIDADE

Bianca Santos Arrais de Lavor - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
bianca.lavor@sempreceub.com
Nicole Beck Bonatto - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
nicole.bb@sempreceub.com
Bruno Ramalho de Carvalho - CEUB, professor orientador
bruno.ramalho@ceub.edu.br

Os fatores psicossociais advindos da falta de apoio social, da pressão familiar pela constituição da prole e do sentimento de fracasso comumente associado à infertilidade têm um impacto significativo no tratamento, afetando o bem-estar das pacientes e os resultados. Assim, o objetivo deste estudo é analisar o impacto psicossocial da fertilização *in vitro* (FIV) em mulheres inférteis, associando-o aos desfechos médicos e aos aspectos emocionais, sociais e interpessoais, tentando identificar medidas de suporte durante e após o tratamento. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, seguindo as diretrizes *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), incluindo ensaios clínicos, ensaios controlados randomizados, revisões sistemáticas ou metanálises. Dos 247 registros identificados inicialmente, 22 estudos preencheram os critérios de inclusão para a revisão. Conclui-se que fatores, como suporte social, aconselhamento baseado em *mindfulness*, atividades físicas e existência de um relacionamento conjugal podem ajudar a diminuir os efeitos da FIV na saúde mental, que incluem aumento da ansiedade e sintomas depressivos.

Palavras-Chave: fertilização *in vitro*; infertilidade; saúde mental.

O LUTO NA DESFILIAÇÃO RELIGIOSA: UM ESTUDO SOBRE AS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ DESASSOCIADAS

Olivia Maria Lopes da Silva - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
olivia.maria@sempreceub.com
Keyla Cooper - CEUB, professora orientadora
keyla.cooper@ceub.edu.br

O luto é um processo universal, cuja manifestação está atrelada às características culturais, históricas, políticas e religiosas de cada sociedade, e acontece diante de perdas que mudam a maneira com a qual se compreende a própria vida. Um dos grandes eixos estruturantes para a construção de sentidos na história humana é a religião, sobretudo no contexto brasileiro, marcado por diversidade religiosa tão presente quanto sua herança cultural. Considera-se nesse escopo a religião como um fenômeno de importância social para os indivíduos que compartilham o mesmo sistema de crenças e doutrinas que estruturam o modo com o qual os sujeitos se compreendem no mundo. Além de mobilizar a produção de sentidos, a religião é palco para o cultivo de vínculos comunitários, contribuindo como rede de apoio, fornecendo amparo social e emocional. Neste sentido, considera-se que a ruptura com a comunidade religiosa pode desencadear processos de luto simbólico. Diante do exposto, este trabalho visa compreender o luto simbólico como o processo decorrente da ruptura com a comunidade religiosa à qual o indivíduo se vincula socialmente e mediante a qual se produz sentido sobre a vida. Para tanto, a partir de entrevistas semiestruturadas e de um grupo focal, realizados online, observou-se o contexto das testemunhas de Jeová desassociadas, no qual a ruptura social religiosa ocorre em processo análogo à desfiliação social, tendo em vista o afastamento do indivíduo de seu fundo social e de estruturas portadoras de sentido nas quais vivia inserido. Depreende-se dos resultados da pesquisa que o pertencimento às testemunhas de Jeová se constitui mediante a manutenção da vulnerabilidade à exclusão, tendo em vista a necessidade de engajar-se, para manter-se filiado à comunidade e que pressupõe a possibilidade de perdas sociais e identitárias diante do desligamento. Vê-se, portanto, que a desfiliação religiosa representa uma forma de *morte social* daqueles que não se adaptam às normas religiosas. Observa-se que a perda ou o enfraquecimento do fundo social pode resultar, além das perdas simbólicas, em prejuízos sociais e socioeconômicoss associados à precarização da vida dos desfiliados. Nota-se que, apesar de a vida familiar estar atrelada ao espaço sociorreligioso, as ex-testemunhas de Jeová podem não romper com a família de origem, mas têm a dinâmica familiar reconfigurada e vivem o luto pela perda da família como se conhecia. Os enlutados por desfiliação religiosa das testemunhas de Jeová enfrentam empecilhos que afetam o processo de elaboração de luto pela ausência de legitimação social de seu sofrimento e pelo desligamento do fundo social que lhes garantia suporte diante das adversidades. Conclui-se que o luto por desfiliação da comunidade religiosa se constitui e elabora-se socialmente. Trata-se de uma perda que não se supera integralmente, mas passa a ser um elemento constitutivo da subjetividade das ex-testemunhas de Jeová. Esta pesquisa contribui para a legitimação

de processos de desvinculação sociorreligiosa como os lutos simbólicos e a compreensão de como esses lutos ocorrem. Contribui também para a compreensão da relação entre religião, comunidade, identidade e pertencimento, situando a religião e o processo de luto como experiências de ordem social.

Palavras-Chave: luto simbólico; morte social; comunidade religiosa.

O *MOUNTAIN BIKE* COMO INTERFACE PARA A PSICOLOGIA AMBIENTAL E DO ESPORTE: O EFEITO DIFERENCIAL E DE INTERAÇÃO DA ATIVIDADE FÍSICA E DO CONTATO COM A NATUREZA NA SAÚDE MENTAL

Gabriel Villela Salgado Egreja - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno bolsista
egreja@sempreceub.com
Ligia Abreu Gomes Cruz - CEUB, professora orientadora
ligia.abreu@ceub.edu.br
Daniel Barbieri Freitas – CEUB, professor coorientador
daniel.freitas@ceub.edu.br

Baseando-se no que já é conhecido sobre o impacto positivo do esporte e a influência dos ambientes naturais no bem-estar humano, esta pesquisa tem como objetivo investigar se a prática do *mountain bike* funciona como atividade articuladora de respectivas bases ao mesmo tempo em que procura quantificar este efeito. Por meio do estudo 1, buscou-se correlacionar variáveis presentes na prática do exercício (e.g., duração, distância e objetivo) com estados conhecidos relacionados ao bem-estar do indivíduo, como ansiedade, estresse e fadiga. Por conseguinte, o estudo 2 permitiu, mediante a metodologia quase experimental, avaliar, em campo, a extensão do impacto da prática dos participantes selecionados, utilizando-se como ação de controle a prática do exercício em contexto urbano. Em ambos os estudos, a amostra foi composta de participantes recorrentes da prática do esporte, sendo os participantes do segundo estudo voluntários da primeira coleta. Observou-se pelos resultados que os efeitos da atividade não estão relacionados à extensão ou à duração do exercício. Os dados também fornecem fortes indícios de que a prática do ciclismo em contexto natural demonstra maior influência positiva no bem-estar do praticante. A interação com ambientes naturais aliada ao exercício físico parece criar uma sinergia que amplifica os efeitos positivos no estado emocional dos praticantes. Dessa forma, a pesquisa contribui para o entendimento dos benefícios do esporte em ambientes naturais, tanto ao trabalhar com um tema recente e emergente, no âmbito acadêmico brasileiro como ao desenvolvê-lo à luz de uma metodologia fundamentada em estudos na área.

Palavras-Chave: psicologia do exercício; exercício verde; intervenção natural.

O PROJETO DA ARQUITETURA ESCOLAR EM RELAÇÃO À PRÁTICA PEDAGÓGICA: ANÁLISE DAS ESCOLAS PÚBLICAS NO DISTRITO FEDERAL (1957-2022)

Marcella Garritano Rodrigues Paiva - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
marcella.garritano@sempreceub.com
Carolina Menzl Celaschi - CEUB, professora orientadora
carolina.celaschi@ceub.edu.br

A interlocução entre história, pedagogia e arquitetura, assim como a ampliação do conjunto de referências utilizadas na concepção da arquitetura na sua interface com a educação, deve considerar os mais diversos campos de pesquisa, no que tangencia o processo de ensino e aprendizagem, para que se criem políticas públicas que não só orientem e regulem a produção desses espaços, mas também ajudem a sustentar um modelo pedagógico coerente com os interesses sociais. Há escassez de estudos que relacionam e evidenciam a importância da arquitetura escolar e, principalmente, de como o espaço educacional pode influenciar a prática docente e condicionar a perpetuação do uso da metodologia tradicional nas escolas de modo sistemático. Por mais que estudos na área de história da educação, didática, pedagogia e segmentos da psicologia e da sociologia da educação tangenciem o espaço escolar a partir de seus recortes temáticos, a lógica de produção do projeto de arquitetura destinado à criação de espaços educacionais não fica evidenciada como parte integrante do projeto educacional, e as vinculações, por mais que existam, estão dispersas em meio a um vocabulário extenso que, em seu cerne, relaciona-se a um só objeto. A produção da arquitetura escolar, apesar dos esforços e das contribuições significativas de Anísio Teixeira, ao propor, aliado ao projeto educacional para Brasília, edificações escolares que deem consonância às suas ideias, o que se evidencia é que a arquitetura escolar se encontra à mercê de uma lógica tecnicista de produção, adotada tão repetidamente quanto o modelo tradicional de ensino. A compreensão da cultura escolar mostra-se enraizada a partir de critérios estabelecidos há dois séculos, que, hoje ainda, são reproduzidos sistematicamente.

Palavras-Chave: arquitetura escolar; ambiente de ensino; prática pedagógica.

O USO DE TELAS E O IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO MOTOR INFANTIL DE PRÉ-ESCOLARES

Ana Clara Marçal Ribeiro dos Santos - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
anamarcal@sempreceub.com
Manuela Ramos Caldas Lins - CEUB, professora orientadora
manuela.lins@ceub.edu.br

A ascensão da tecnologia inseriu, na vida de todos, inclusive das crianças, uma atmosfera globalizada com acesso constante a dispositivos eletrônicos que podem influenciar seu desenvolvimento. Nesse sentido, este projeto tem como objetivo analisar o impacto do uso de telas no desenvolvimento motor infantil, em crianças pré-escolares, com idades entre 3 e 6 anos. Tendo em consideração a relevância do tema, o valor das vivências experimentadas dos primeiros 3 aos 6 anos de idade e a escassez de estudos sobre o assunto, em razão do seu caráter hodierno, verificou-se a necessidade da pesquisa. A amostra do estudo foi de 20 crianças (5 de cada faixa etária) e seus pais ou responsáveis. As crianças participaram por meio da aplicação da Escala de Desenvolvimento Motor (EDM), criada por Rosa Neto (2002), e os pais responderam a uma entrevista estruturada, elaborada para este estudo. A entrevista foi composta por questões que abordam a frequência semanal de exposição a tecnologias, o tempo de uso de tela diário da criança, os tipos de conteúdo consumidos por ela, se existe monitoramento de uso etc. A análise dos dados ocorreu de forma tanto qualitativa, sendo avaliadas as respostas às entrevistas realizadas, quanto quantitativa, por meio de cálculos de correlação de Pearson, entre o tempo de tela diário e os escores obtidos na Escala de Desenvolvimento Motor, em cada um dos aspectos. Os resultados sugerem que o uso excessivo de mídia de tela está negativamente associado a habilidades motoras, principalmente nos aspectos de motricidade global, organização corporal, rapidez, linguagem e organização temporal, corroborando estudos anteriores. Essas descobertas podem alertar os pais para as consequências do uso excessivo dos meios digitais e motivar estratégias de promoção de saúde e educação.

Palavras-Chave: motricidade; tecnologia; crianças.

OS CURRÍCULOS DE PEDAGOGIA, O EXERCÍCIO DOCENTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Matheus Curado de Faria Gomes - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno bolsista
matheus.curado@sempreceub.com
Alice Brandão Cardoso Wagner - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
alice.bcw@sempreceub.com
Ingrid Lilian Fuhr - CEUB, professora orientadora
ingrid.fuhr@ceub.edu.br

A presente pesquisa busca compreender como os currículos de licenciatura em pedagogia das universidades públicas federais e estaduais do Centro-Oeste abordam a temática da educação especial inclusiva. O objetivo geral é examinar que disciplinas da área, com vistas à inclusão, apresentam bases teórico-metodológicas que propiciam a formação acadêmica para o efetivo exercício docente com crianças com deficiência. Visto que a formação inicial dos professores é fundamental para garantir a educação de qualidade para todos, especialmente a alunos com necessidades especiais, este estudo busca identificar as lacunas e os desafios enfrentados pelos educadores na implementação das políticas públicas que orientam a inclusão. Esta investigação foi feita por meio da análise documental dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de licenciatura em pedagogia do Centro-Oeste. Os resultados indicam que, embora haja um reconhecimento crescente da importância da inclusão, muitos currículos de pedagogia ainda carecem de formação mais robusta e específica sobre as práticas inclusivas. Os pesquisadores ressaltam que a formação teórica deve ser acompanhada de experiências práticas que preparem os futuros educadores para lidar com o ensino especial em sala de aula. Além disso, a pesquisa aponta para a necessidade de um diálogo mais efetivo entre as instituições de ensino superior e as escolas, a fim de alinhar a formação docente às demandas reais do cotidiano escolar. Por fim, é enfatizado que a inclusão não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas também como um compromisso ético e social, sendo imprescindível que os currículos de pedagogia integrem, de forma mais efetiva, o atendimento às crianças da educação especial, com vistas a realizar a educação inclusiva, promovendo a formação que capacite os professores a atuar com competência e sensibilidade diante da criança com deficiência.

Palavras-Chave: inclusão; educação especial; nível superior.

OS EFEITOS DOS EXERÍCIOS FÍSICOS EM PACIENTES ONCOLÓGICOS

Isabela de Pinho Moreira - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
isabela.moreira@sempreceub.com
Ana Luiza Santos Lemes - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
ana.slemes@sempreceub.com
Mariana Cecchi Salata - CEUB, professora orientadora
mariana.cecchi@ceub.edu.br

O câncer é uma doença complexa que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, com previsão de aumento de casos nas próximas décadas. Fatores ambientais, como tabagismo, consumo de álcool e dieta inadequada, têm sido associados ao desenvolvimento de tumores malignos. Os tratamentos tradicionais incluem quimioterapia, radioterapia e cirurgia, mas podem causar efeitos colaterais e impactar a qualidade de vida dos pacientes. A prática de atividade física regular e a fisioterapia desempenham um papel importante no tratamento do câncer, reduzindo o risco de morte, diminuindo sintomas, como fadiga e fraqueza, aprimorando a qualidade de vida, preservando a funcionalidade dos órgãos e dos sistemas do paciente. O objetivo da pesquisa é analisar os efeitos dos exercícios físicos e a qualidade de vida em pacientes oncológicos e proporcionar alívio da dor e diminuição da fadiga. Como metodologia, foi realizado um estudo de intervenção no ambulatório de quimioterapia, do Hospital Regional de Taguatinga, onde foram incluídos pacientes de ambos os sexos e com faixa etária entre 18 e 65 anos. A amostra foi composta por 5 pacientes divididos em grupo de intervenção e grupo de controle. Os instrumentos utilizados foram o questionário EORTC QLQ-C30, TCLE e a ficha de caracterização da amostra, preenchidos presencialmente pelos pacientes juntamente com as pesquisadoras que os orientaram sobre as cartilhas de exercícios. Após o período de dois meses, seguindo os exercícios prescritos, os participantes preencheram o questionário novamente. Notou-se que as áreas emocional e social apresentaram melhores resultados, aproximando-se dos valores padrão. O grupo de intervenção obteve desempenho superior na função emocional, e houve melhora nos sintomas, com redução de fadiga, náuseas, vômitos e dor. Conclui-se que, durante o tratamento contra o câncer, a prática de atividades físicas pode desempenhar um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida e na redução da fadiga, em pacientes oncológicos. A importância da fisioterapia para a oncologia é melhorar o condicionamento físico do paciente, a sua qualidade de vida e reduzir os sintomas adversos causados pelo tratamento.

Palavras-Chave: oncologia; exercícios; qualidade de vida.

OS EFEITOS DOS FENÔMENOS DE DESCONTO POR ATRASO E DE DEMANDA COMPORTAMENTAL NAS PRÁTICAS SEXUAIS DE RISCO

Pedro Henrique Meneses do Nascimento - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
pedro.mnascimento@sempreceub.com
Eduardo Walcacer Viegas - CEUB, professor orientador
eduardo.viegas@ceub.edu.br

De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Saúde, cerca de apenas um quinto da população brasileira usa preservativos em todas as relações sexuais. As práticas sexuais desprotegidas têm levado a dados alarmantes, tais como o fato de, no Brasil, de 2007 a 2017, terem sido notificados ao Ministério da Saúde 230.547 casos de infecção pelo HIV e de serem realizadas cerca de 535 internações por aborto, todos os dias, no país. Tendo em vista a já comprovada eficácia do uso de preservativos na prevenção destes problemas de saúde pública, mostra-se fundamental a busca de estratégias acertadas para o aumento de sua utilização. Questões ambientais envolvidas na escolha do uso de preservativo podem ser estudadas por meio do procedimento de desconto do atraso e demanda comportamental. Com base nisso, foi realizada uma pesquisa com o objetivo principal de investigar a impulsividade e a demanda comportamental em um cenário que envolve não só o risco de IST, mas também de gravidez indesejada, identificando se a apresentação de um relato hipotético de caráter negativo de um amigo próximo e o grau de atratividade do parceiro sexual são capazes de influenciar as escolhas do sujeito na utilização de preservativo. Esta pesquisa encontrou os seguintes resultados: houve menor impulsividade nos cenários negativos do que nos cenários neutros, tanto na condição IST quanto na condição de gravidez; houve maior impulsividade na condição de gravidez do que na condição IST, embora o índice tenha sido similar; o grau de atração não afetou a impulsividade; houve maior demanda no cenário negativo do que no neutro; no cenário neutro, a demanda entre as condições (gravidez e IST) foi semelhante; no cenário negativo, a demanda para a condição IST foi muito maior; de modo geral, houve demanda maior para parceiras de baixa atratividade; não houve correlação entre impulsividade e demanda. Discute-se que a gravidez afeta a impulsividade e a demanda de maneira similar, o que tem implicações para a implementação de políticas públicas.

Palavras-Chave: desconto do atraso; demanda comportamental; uso de preservativos.

OUTROS OLHARES: O CARÁTER SIMBÓLICO-CULTURAL E AFETIVO NAS PECULIARIDADES DA ARQUITETURA POPULAR

Nathália Martins de Souza Xavier - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
nathalia.mx@sempreceub.com
Sávio Tadeu Guimarães - CEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br

O título deste trabalho nasce da necessidade de aprofundar e descrever características presentes em obras arquitetônicas populares, como as autoconstruções ou as arquiteturas espontâneas, obras que não são muito analisadas pelo campo da arquitetura e do urbanismo e por outros que abordam a questão espacial. Outro ponto que instigou este estudo é a crescente crítica a visões elitistas que, ainda hoje, não veem valor na criação de espaços por populares que, mesmo desprovidos de recursos financeiros e conhecimentos técnicos ou de uma estética acadêmica, produzem seu espaço e dão-lhe forma e vida, personalidade e vitalidade. Estudar tal realidade e tais objetos pode ser importante pela possibilidade de ampliar o conhecimento e a divulgação de obras dessa linha no Distrito Federal que, por vezes, apresentam significados afetivos e simbólicos para seus moradores, frequentadores ou demais transeuntes que, entre elas, circulam em seu percurso cotidiano. Trata-se de incluir, no mundo acadêmico, o estudo de possível novo estilo arquitetônico, desprezado pela sociedade e que não é abordado nas faculdades.

Palavras-Chave: arquitetura popular; arquitetura espontânea; comunidade e favela.

PACIENTES PORTADORES DE HIV/AIDS ATENDIDOS EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA NO DISTRITO FEDERAL: O QUE SABEMOS SOBRE ELES?

Laura Elena Binder - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
laura.binder@sempreceub.com
Beatriz Castello Branco Liotto - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
beatriz.liotto@sempreceub.com
Fabiana Xavier Cartaxo Salgado - CEUB, professora orientadora
fabiana.salgado@ceub.edu.br

A aids representa uma das pandemias mais representativas desde o seu surgimento, na década de 80, e, ainda hoje, vê-se grande número de novos infectados com o vírus HIV, a cada ano. Decorrente disso, a Organização das Nações Unidas fundou o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), cujo guia é a meta 95-95-95: conquistar o marco de 95% das pessoas vivendo com HIV diagnosticadas; destas, 95% em tratamento; das pessoas em tratamento, 95% com carga viral em supressão, até o ano de 2030. Apesar de muitas conquistas terem sido alcançadas ao longo dos anos, com políticas de enfrentamento desenvolvidas no Brasil, a redução da transmissão do HIV/AIDS no DF ainda é um desafio, e o sucesso das estratégias de enfrentamento depende do conhecimento aprofundado da população acometida. Este estudo analisou o perfil sociodemográfico, epidemiológico e de tratamento de pacientes com HIV/AIDS atendidos no Centro Especializado em Doenças Infecciosas (CEDIN) do Distrito Federal. Para isso, foram investigadas as variáveis: sexo, gênero, idade, escolaridade, etnia, ocupação, principais infecções oportunistas segundo o Critério Rio de Janeiro/Caracas, forma de transmissão do HIV, data do diagnóstico, carga viral (número de cópias virais por mililitro de sangue), contagem de células CD4 e CD8 (em cópias por milímetros cúbicos de sangue) após diagnóstico HIV/AIDS e na vigência do tratamento, terapia antirretroviral, adesão e tolerância à medicação. Trata-se de um estudo transversal, realizado de janeiro a julho de 2023, que incluiu pacientes com 13 anos ou mais que recebiam acompanhamento contínuo no CEDIN. A coleta de dados envolveu revisão de prontuários eletrônicos utilizados no serviço e fichas do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Assim, foram avaliados 269 pacientes com predomínio do sexo masculino (85,50%), com a média de idade de 34,32 ± 10,69 anos, identificados como pardos (54,65%) e com ensino médio ou superior completo (60,97%). A transmissão sexual é a mais comum, totalizando 95,91% dos casos com destaque para relações homossexuais (53,16%). A maioria dos pacientes estava assintomática no momento da notificação, mas, entre os sintomáticos, as manifestações mais frequentes foram caquexia (12,64%), astenia (8,55%) e febre persistente (5,20%). Após o início do tratamento, a maioria dos pacientes alcançou uma carga viral indetectável (42,38%), utilizando principalmente a combinação de tenofovir, lamivudina e dolutegravir (TDF/3TC + DTG). A adesão ao tratamento foi observada em 67,3% dos pacientes. Houve discreta intolerância medicamentosa (9,7%), sobretudo, gastrointestinal. Como conclusão, observou-se que o perfil de pacientes encontrado é semelhante ao visualizado no início

da pandemia de aids. Contudo, a notificação inadequada continua a ser um problema, impactando não só a vigilância e a resposta ao HIV/AIDS, como também o refinamento de estudos sobre os dados epidemiológicos dos pacientes.

Palavras-Chave: HIV; aids; terapia antirretroviral.

PERFIL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES COM ATRESIA ESOFÁGICA EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL DO DISTRITO FEDERAL

Laura de Almeida Lemos - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
laura.lemes@sempreceub.com
Isadora Bontorin de Souza - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
isabontorin@gmail.com
Miriam Martins Leal - CEUB, professora orientadora
miriam.leal@ceub.edu.br
Beatriz de Araujo Nunes Gomes - Hospital Materno Infantil de Brasília, colaboradora
beatrizdearaujo.med@gmail.com

A atresia esofágica (AE) é uma condição congênita rara, caracterizada pelo desenvolvimento incompleto do esôfago, frequentemente acompanhada por uma comunicação anormal entre o esôfago e a traqueia, chamada de fístula traqueoesofágica (FTE), sendo o tratamento a cirurgia. O objetivo desta pesquisa é descrever o perfil epidemiológico e clínico dos pacientes operados de atresia esofágica de uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal de um hospital público de Brasília, Distrito Federal (DF), no período de 5 anos. Trata-se de um estudo transversal retrospectivo, baseado na análise de prontuários de pacientes internados na unidade referida, de janeiro de 2020 a julho de 2024, após aprovação do comitê de ética da Secretaria de Saúde do DF. A análise estatística deu-se por meio do *software* R® e foi realizada a estatística descritiva de frequência média e analítica, e a correlação de Pearson, para identificar dados clínicos relacionados com a mortalidade. Foram avaliados 34 prontuários, dos quais 76,5% dos pacientes eram provenientes do DF, com predominância de nascimento no termo (61,8%), com baixo peso (52,9%) e adequados para a idade gestacional (AIG), 88,2%, sendo o sexo masculino mais frequente (70,6%). A classificação do tipo de AE predominante foi a C (73,5%); em 61,8% dos casos de AE, havia associação de outra malformação; 15,6% foram classificados como graves. O ato operatório de correção da atresia apresentou complicações em 35,3% dos casos, sendo alguns deles colostomia, esplenectomia e óbito. *A posteriori*, 55,9% dos pacientes apresentaram complicações após a cirurgia, sendo mais frequente a deiscência da anastomose (42,1%), seguida de fístula (26,4%). A idade média de início da dieta foi de 10,9 dias, o tempo de dieta zero foi 16,1 dias, a via de dieta predominante foi por sonda transanastomótica (48,5%), seguida pela gastrostomia (39,4%), essas últimas com alto índice de complicações (76,9%), e o tempo médio de nutrição parenteral foi de 25,2 dias. Sepse tardia foi prevalente em 64,7% dos pacientes, sendo registrados apenas 27,3% de infecção de acesso venoso, e o tempo médio de uso de acesso central foi de 12,4 dias. O óbito ocorreu em 23,5% dos casos, porcentagem mais alta do que a da literatura, a média do tempo de internação na unidade de neonatologia foi de 45,7 dias, e a média de internação hospitalar foi de 57,6 dias. Houve correlação positiva fraca para o uso de drogas vasoativas e muito fraca entre o tempo de drenagem torácica e a mortalidade. Conclui-se que a incidência de AE foi de 7 casos por ano, na referida unidade, com alta

taxa de mortalidade. A pesquisa demonstra haver fatores de risco mitigáveis que podem ser modificados com aprimoramento dos cuidados desses recém-nascidos, no pós-operatório.

Palavras-Chave: atresia esofágica; perfil epidemiológico; perfil clínico.

PERFIL DOS PRESOS DO SISTEMA CARCERÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

Janaina Lacerda Resende - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
janaina.resende@sempreceub.com
Victor Minervino Quintiere - CEUB, professor orientador
victor.quintiere@ceub.edu.br

O presente estudo é um projeto de iniciação científica da graduação em direito do Centro Universitário de Brasília. O problema de pesquisa investiga qual é o perfil dos presos do sistema carcerário do Distrito Federal. Os objetivos são levantar parâmetros, como idade, escolaridade, cor da pele, religião, estado civil, tipo de crime, tempo de condenação e regime prisional; compará-los com os da população carcerária de outros estados brasileiros; compará-los com os da população brasileira em geral. A coleta de dados foi realizada mediante solicitação à Secretaria de Estado do Sistema Penitenciário do DF (SEAPE), após autorização da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal (VEP). No total, foram encontrados 16.911 presos. A população carcerária do Distrito Federal objeto deste estudo é, em sua maioria, parda (57%), evangélica (45%), solteira (69%) e tem ensino fundamental incompleto (44%); 50% dos presos tinham entre 30 e 45 anos. A maior parte foi condenada a até 15 anos de prisão (42%) e cumpre pena em regime fechado (48%); 18% são presos provisórios. Prevalecem os crimes contra o patrimônio e contra a pessoa. Entre eles, é mais comum o roubo qualificado, seguido por furto qualificado e roubo simples. Entre os crimes contra a pessoa, o mais comum é o homicídio qualificado, seguido por ameaça e injúria. Para alguns parâmetros, notou-se que o número de presos que possuem dados não informados é grande. Conclui-se que é importante melhorar a coleta de dados, fazer novos estudos e rever as políticas criminais no DF, além de ações, para diminuir o número de presos provisórios.

Palavras-Chave: perfil dos presos do Distrito Federal; sistema carcerário; direito penal.

PERSISTÊNCIA DE *PSEUDOMONAS AERUGINOSA* E *ACINETOBACTER BAUMANNII* COMPLEXO NOS LEITOS DE UTI EM HOSPITAIS DE BRASÍLIA-DF APÓS A HIGIENIZAÇÃO TERMINAL

Katrine Prado Faustino - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
katrine.prado@sempreceub.com
Beatriz Gonçalves Pessoa - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
biaaagoncalves@sempreceub.com
Fernanda Nomiyama Figueiredo - CEUB, professora orientadora
fernanda.nomiyama@ceub.edu.br
Magali Meirelles e Silva - IGES/DF, colaboradora
magalimeirelles@yahoo.com.br

As infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) têm-se tornado um problema crescente, especialmente em razão da capacidade de bactérias oportunistas, como *Pseudomonas aeruginosa* e *Acinetobacter baumannii* complexo, formarem biofilmes, tornando-as resistentes a desinfetantes antimicrobianos e, assim, dificultando o controle e a disseminação de infecções oportunistas. Este trabalho tem como objetivo analisar a presença de *P. aeruginosa* e *A. baumannii* complexo em colchões e grades de UTI, em hospitais públicos do DF, antes e depois da higienização, comparando a persistência desses microrganismos depois da higienização terminal, além de observar as cepas resistentes e sensíveis aos antimicrobianos mais utilizados na medicina. Foram coletadas 32 amostras de 8 colchões e 8 grades dos leitos da UTI, e realizadas análises microbiológicas e antibiogramas manuais, além da confirmação automatizada por método MALDI-TOF. Os resultados mostraram a presença de *Pseudomonas aeruginosa* em 2 amostras (10%), tanto antes quanto após a higienização. Além disso, outra cepa de *Pseudomonas*, a *P. putida*, foi detectada em 9 amostras (28%), antes e depois da limpeza, sendo a mais prevalente deste estudo. A persistência de *Acinetobacter baumannii* complexo não foi observada, mas outra cepa de *Acinetobacter* foi encontrada em uma amostra (3%), a *A. lwoffii*. As bactérias estavam presentes nas amostras, tanto antes quanto depois da limpeza, com sensibilidade significativa a vários antimicrobianos, utilizados na rotina hospitalar.

Palavras-Chave: *Pseudomonas*; *Acinetobacter*; persistência bacteriana.

PRESERVAÇÃO DA FERTILIDADE DE MULHERES COM CÂNCER DE MAMA: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Luana Rafael de Albuquerque Oliveira - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
luana.albuquerque@sempreceub.com
Isabela Lacerda Pedersoli - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
isabelapedersoli@sempreceub.com
Bruno Ramalho de Carvalho - CEUB, professor orientador
bruno.ramalho@ceub.edu.br

O câncer de mama é a neoplasia maligna mais comum em mulheres e a principal causa de morte em mulheres jovens. Com o aprimoramento da terapia anticancerígena e, assim, o aumento da sobrevida dessas mulheres em idade reprodutiva, tornou-se crucial a abordagem da preservação da fertilidade para aquelas que desejam a maternidade, uma vez que os tratamentos anticâncer são potencialmente gonadotóxicos, podendo causar infertilidade em mais de 80% dos casos. As estratégias para preservação da fertilidade em mulheres adultas incluem a criopreservação de embriões, oócitos e tecido ovariano, a transposição cirúrgica dos ovários e a supressão ovariana. A criopreservação de oócitos é atualmente a estratégia de escolha. No entanto, é uma técnica inserida na prática clínica, há pouco mais de 10 anos, portanto tem número de evidências ainda escasso na literatura. Nosso estudo objetiva investigar os desfechos reprodutivos da criopreservação de oócitos em mulheres com câncer de mama. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, seguindo as diretrizes *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), incluindo os ensaios clínicos e os randomizados controlados, cujos níveis de evidência foram definidos de acordo com os critérios do Centro de Oxford para Medicina Baseada em Evidências, em 2009. Dos 64 estudos identificados inicialmente, preencheram os critérios de inclusão 7; entre eles, foram avaliadas 245 referências, tendo-se incluído mais 11, totalizando 18 estudos para a revisão. Conclui-se que não há evidências que confirmem semelhança ou diferença na quantidade total de oócitos recuperados de mulheres com câncer de mama ou hígidas submetidas à estimulação ovariana controlada para preservação da fertilidade. Da mesma forma, a literatura acusa semelhança estatística entre os números de oócitos maduros recuperados e, dessa forma, aptos à fertilização *in vitro* no futuro. Para a obtenção dos oócitos, a escolha do protocolo de estimulação não parece interferir nos resultados. É possível, entretanto, que a estimulação iniciada na fase folicular precoce resulte em mais oócitos recuperados quando comparada à iniciada na fase lútea. Não se observam diferenças nas taxas de fertilização entre os grupos, embora os dados de gravidez, gravidez clínica, gravidez em curso e nascidos vivos sejam escassos para mulheres que criopreservaram oócitos na vigência do câncer de mama; das evidências disponíveis, a taxa de gravidez parece não diferir entre as mulheres em remissão da doença, quando comparadas às hígidas.

Palavras-Chave: preservação da fertilidade; câncer de mama; oncofertilidade.

PREVALÊNCIA DE LESÕES DO APARELHO LOCOMOTOR EM ATLETAS ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL

Luíza Merchede Sampaio de Oliveira - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
luiza.merchede@sempreceub.com
Tácio Rodrigues da Silva Santos - CEUB, professor orientador
tacio.santos@ceub.edu.br

O futuro do esporte profissional depende dos jovens atletas de hoje. Assim, a análise das principais ocorrências de lesão nessa população assume grande importância no mundo do esporte. As principais lesões, as principais causas e as tendências relacionadas à modalidade, ao sexo e à forma de treinamento são campos importantes de pesquisa. Diversos estudos já foram feitos a partir dessa premissa, porém não foram encontrados muitos estudos relacionados aos atletas escolares do Jogos Escolares Brasileiros ou do Distrito Federal. O objetivo deste estudo é determinar a prevalência das lesões nos atletas escolares do Distrito Federal. A amostra foi formada a partir da delegação de atletas do Distrito Federal, para os Jogos Escolares Brasileiros (JEB) de 2023, dos quais 84 participaram. Os dados foram obtidos por meio de um questionário adaptado, enviado por e-mail aos participantes. Os resultados demonstram a prevalência de ocorrência de 53,57% de lesão durante a prática da modalidade, sendo 27,38% nos membros inferiores, 19,05% nos membros superiores e 7,14% em outros locais (cabeça, pescoço ou tronco). Não foi estatisticamente comprovada nenhuma diferença significativa no número de lesões, em nenhuma análise feita neste estudo. Contudo, foi encontrada uma diferença significativa nos locais das lesões quando comparadas as modalidades que apresentam o salto como um fundamento inerente ao esporte e aquelas modalidades que não têm o salto como característica específica. Ademais, foi observado um padrão crescente de ocorrência de lesões relacionado à faixa etária, ao tempo de prática e à quantidade de horas semanais de treino dos jovens atletas.

Palavras-Chave: jovens atletas; jogos escolares brasileiros; esportes.

PREVALÊNCIA DE SÍNDROME METABÓLICA EM INDIVÍDUOS COM HIPOPITUITARISMO ACOMPANHADOS EM UM AMBULATÓRIO DE ENDOCRINOLOGIA DE UM HOSPITAL TERCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

Laura Carbonel Michelutti - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
laura.cm@sempreceub.com
João Vitor Rodrigues Bezerra - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno voluntário
joaorodriguesbezerra@sempreceub.com
Isabella Santiago de Melo Miranda - CEUB, professora orientadora
isabella.mmiranda@ceub.edu.br
Lara Benigno Porto Dantas - Hospital Regional de Taguatinga, colaboradora

O hipopituitarismo é caracterizado pela deficiência total ou parcial dos hormônios produzidos pela hipófise. Embora seja uma condição rara, está associada ao aumento significativo na morbimortalidade, especialmente em razão de complicações cardiovasculares. Alguns estudos demonstraram aumento da prevalência de síndrome metabólica (SM) em indivíduos com hipopituitarismo. Definida como um conjunto de fatores clínicos e bioquímicos que aumentam o risco cardiovascular, a SM pode contribuir para maior morbimortalidade nessa população. Este estudo avaliou a prevalência de síndrome metabólica em indivíduos com hipopituitarismo que são acompanhados no ambulatório de endocrinologia de um hospital terciário do Distrito Federal. Além disso, também foram descritas as características clínicas e laboratoriais desses indivíduos. Entre os pacientes com hipopituitarismo acompanhados no ambulatório, foram selecionados 11 participantes que preenchiam os critérios. Desta amostra, oito apresentaram critérios para SM (72,72%). A maioria dos indivíduos do grupo com SM eram do sexo masculino (62,5%). A principal etiologia foi a ressecção cirúrgica de tumores hipofisários (54,54%), e o eixo hipofisário mais acometido foi o tireotrófico em dez pacientes (90,9%), seguido pelo corticotrófico (72,72%) e pelo gonadotrófico (63,63%). Observou-se maior prevalência de obesidade central e hipertrigliceridemia e menor frequência da glicemia alterada como critérios da SM. Apesar de a SM ser importante fator de risco para doenças cardiometabólicas, nenhum dos participantes com SM apresentou desfechos cardiovasculares. As principais limitações do estudo incluem o tamanho da amostra e a dificuldade na obtenção de dados completos pela natureza retrospectiva e pelo acompanhamento esporádico dos pacientes. Essas limitações destacam a necessidade de estudos adicionais, multicêntricos, para avaliar melhor a relação de aumento da prevalência de SM nesses indivíduos.

Palavras-Chave: hipopituitarismo; síndrome metabólica; prevalência.

PROCEDIMENTOS DE HIGIENIZAÇÃO EM RESIDÊNCIAS: VIABILIDADE DE FORMAÇÃO DE BIOFILMES

Caio Venzi Gonçalves de Moraes - CEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
caio.venzi@sempreceub.com
Maria Cláudia da Silva - CEUB, professora orientadora
maria.silva@ceub.edu.br
Luiz Gabriel Marques Camargos - CEUB, colaborador
luiz.mcamargos@sempreceub.com
Marivaldo da Silva Batista - CEUB, colaborador
marivaldo.batista@uniceub.br

Durante a produção de alimentos, existem vários riscos de contaminações em diversas etapas, desde o recebimento da mercadoria. Durante o processamento, estão as etapas críticas em que, se não forem adotadas medidas preventivas, ocorrerá a multiplicação ou a sobrevivência de bactérias, principalmente durante o processamento, em que ocorrem práticas inadequadas que permitem a introdução, a sobrevivência e a multiplicação de microrganismos patogênicos, como a falta de higienização das superfícies. Segundo dados epidemiológicos, no período de 2016 a 2023, a maioria dos surtos de doença de transmissão hídrica e alimentar (DTHA) ocorrem em residências. Segundo a literatura, isso acontece pelas práticas inadequadas na manipulação dos alimentos. O uso de equipamentos de material inadequado, associado às práticas inadequadas de higienização de superfícies, apresenta condições para o desenvolvimento de micro-organismos bem como a contaminação dos alimentos manipulados. O presente trabalho tem como objetivo levantar a viabilidade de formação de biofilmes em áreas de manipulação de alimentos de residências. O trabalho aconteceu com amostra de conveniência, para a seleção das residências cujos responsáveis foram convidados a participar depois de assinar um TCLE. Em seguida, foi realizada uma coleta de amostras das superfícies selecionadas para realização de contagem de bactérias aeróbias mesófilas; simultaneamente, foi realizada a análise das condições em que se encontravam esses utensílios. Também foi levantado o procedimento de higienização realizada nas residências. Em relação à contagem de bactérias mesófilas, todas apresentaram resultados em torno de 100 vezes a mais do que o esperado, em uma superfície higienizada. Quanto ao estado de conservação dos equipamentos, apresentaram-se os resultados bom, médio e ruim. Quanto ao procedimento de higienização, nenhuma residência realiza o processo completo de higienização, 100% das residências apenas lavam os utensílios para retirada das sujidades visíveis. Diante dos resultados apresentados na contagem de bactérias aeróbias mesófilas, percebe-se o risco de formação de biofilmes aliado ao estado de conservação dos materiais utilizados. Além do uso de madeira em diversos utensílios, a má higienização permite o acúmulo de sujidades, somando aos microrganismos presentes uma combinação e um dos pré-requisitos para a formação de biofilmes em superfícies, sendo o potencial risco para a contaminação cruzada e a ocorrência de surtos de DTHA. É necessário que as residências

se tornem alvos de campanhas educativas para os manipuladores de alimentos, para que adotem práticas adequadas de manipulação e higienização de superfícies.

Palavras-Chave: biofilmes; risco para DTHA; procedimento de higienização.

PRODUÇÃO DE BIOCORANTES MICROBIANOS PARA A INDÚSTRIA TÊXTIL

Carolina Gonçalves Penna - CEUB, PIBITI CEUB/CNPq, aluna bolsista
carol.penna@sempreceub.com
Fernanda Mulinari Fontana - CEUB, professora orientadora
fernanda.fontana@ceub.edu.br

A produção de biocorantes microbianos é uma alternativa sustentável aos corantes sintéticos utilizados na indústria têxtil, podendo ser utilizados como importante ferramenta biotecnológica, uma vez que a biodiversidade microbiana tem a capacidade de produzir diversos pigmentos, como carotenoides, prodigiosinas, monascinas e melaninas com potencial aplicação industrial. Esses biocorantes oferecem vantagens, como menor toxicidade e impacto ambiental, além de apresentar uma gama de cores que podem ser aplicadas como colorantes em diferentes tipos de tecidos. Visando à produção de biocorantes microbianos a partir de bactérias isoladas do solo do cerrado, amostras de solo foram coletadas no Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek-DF e submetidas a processos de isolamento e cultivo de microrganismos em meios de cultura ISP3 sólido e líquido. Posteriormente, os pigmentos produzidos por esses microrganismos foram utilizados no tingimento dos seguintes tecidos: cambraia, linho, tricoline, algodão e seda. Os corantes produzidos neste projeto apresentaram cores, como azul, vermelho, marrom, laranja, rosa claro e branco. Estes pigmentos foram capazes de tingir os tecidos em meio líquido, demonstrando variações de intensidade, dependendo do tipo de fibra. Sendo assim, este estudo reforça a viabilidade dos biocorantes microbianos como uma alternativa ecológica e sustentável aos corantes sintéticos, amplamente utilizados na indústria têxtil e contribui para o desenvolvimento de soluções biotecnológicas, ajustando-se às demandas contemporâneas carentes de práticas ambientalmente corretas.

Palavras-Chave: coloração; tecido; tingimento.

PROPOSTA DE IMPRESSÃO EM 3-D DO OSSO FÊMUR DE PESSOAS IDOSAS VITIMADAS DE FRATURA

Guilherme de Paula Stortti Meirelles - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
guilherstorttimeirelles@gmail.com
Sarah Valadares Bomtempo - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
sarah.valadares@sempreceub.com
Lincoln Agudo Oliveira Benito - CEUB, professor orientador
linconl.benito@yceub.edu.br

A invenção da impressora 3-D, em 1984, por Charles Hull revolucionou a fabricação de objetos complexos e personalizados, oferecendo um conjunto de possibilidades em diversos campos, incluindo a medicina. O método *Fused Deposition Modeling* (FDM), amplamente utilizado por sua acessibilidade e versatilidade, permite a criação de estruturas corporais, como órgãos e ossos, impulsionando avanços na medicina regenerativa. O presente estudo experimental, comparativo e descritivo, com abordagem quantitativa e qualitativa, tem como objetivo a impressão 3-D de um protótipo de fêmur para fins educacionais, com foco em pessoas idosas vítimas de fraturas, um grupo particularmente vulnerável em razão da prevalência de condições, como osteoporose e osteomalácia, que fragilizam os ossos e aumentam o risco de fraturas. A pesquisa envolveu a tomografia de um fêmur sintético e natural, seguida da configuração e da impressão 3-D do protótipo, utilizando o método FDM e o filamento PLA PRO, um material biocompatível e acessível. Testes de compressão demonstraram que o protótipo suporta a carga média de 10.33 KN, equivalente a 1.053 toneladas-força, indicando sua resistência e seu potencial para aplicações em substituição a transplantes, suportando o peso de um paciente e resistindo à tração. A impressão 3-D de estruturas ósseas apresenta-se como uma alternativa promissora e econômica em comparação com próteses convencionais, com potencial para beneficiar pacientes e sistemas de saúde, além de contribuir para a educação médica, permitindo a criação de modelos anatômicos precisos para planejamento cirúrgico e treinamento. No entanto, mais pesquisas são necessárias para avaliar a segurança e a eficácia, a longo prazo, da aplicação dessa tecnologia a situações cotidianas, como quedas, especialmente em populações idosas, considerando as necessidades clínicas específicas desse grupo. A impressão 3-D tem o potencial de revolucionar o tratamento de fraturas e outras condições ósseas, oferecendo soluções personalizadas e acessíveis, impulsionando avanços na área da saúde e melhorando a qualidade de vida dos pacientes. Adicionalmente, a tecnologia pode democratizar o acesso a próteses e implantes, tornando-o mais acessível a pessoas em países em desenvolvimento.

Palavras-Chave: fêmur; idosos; impressora 3-D.

PROTÓTIPO PARA AUXILIAR A DETECÇÃO DE TDAH POR *NEUROFEEDBACK* COM A UTILIZAÇÃO DO MICROCONTROLADOR ARDUÍNO EM SUA CONCEPÇÃO

Gabriel Ferreira de Menezes - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
gabriel.menezes@sempreceub.com
Luciano Henrique Duque - CEUB, professor orientador
luciano.duque@ceub.edu.br

O estudo teve por objetivo desenvolver um protótipo de sistema de controle de um atuador, utilizando sinais neurais captados por uma placa EEG Mindflex®, integrada a um microcontrolador Arduino, com foco na criação de uma solução acessível para a coleta e a interpretação de dados neurais, aplicados à reabilitação cognitiva de indivíduos com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). A pesquisa fundamenta-se na relação entre os padrões alterados da atividade cerebral, como o aumento das ondas Theta e a redução das ondas Beta em indivíduos com TDAH, e a eficácia do *neurofeedback* como estratégia terapêutica. O protótipo foi desenvolvido a partir da captura dos sinais EEG pela placa Mindflex, os quais são transmitidos por um módulo de rádio frequência para o Arduino, que processa os dados e controla um atuador. A técnica de *neurofeedback* é implementada por meio de estímulos visuais e auditivos, proporcionando feedback motivacional em tempo real, conforme o nível de atenção do usuário. O funcionamento do sistema envolve a conversão dos níveis de concentração em sinais luminosos de cores distintas e a transmissão dos dados para um *software* desenvolvido em Processing, que exibe gráficos em tempo real da atividade cognitiva do usuário. A coleta de dados ocorre com o participante utilizando o protótipo, permitindo a captação das ondas cerebrais e sua análise instantânea. O sistema ajusta os estímulos luminosos com base nas variações dos sinais, fornecendo um *feedback* contínuo que auxilia o desenvolvimento das habilidades de concentração e autorregulação. Os resultados indicam que a tecnologia aplicada pode ser uma alternativa promissora para a reabilitação cognitiva de indivíduos com TDAH, contribuindo para o avanço das pesquisas sobre *neurofeedback* e sua aplicação clínica. Conclui-se que o protótipo representa uma ferramenta viável para a coleta e a análise de sinais neurais em tempo real, com potencial para aprimoramento futuro na precisão dos dados e na diversificação dos estímulos utilizados.

Palavras-Chave: *neurofeedback*; TDAH; EEG.

QUALIDADE DE VIDA E NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA EM ATLETAS DE COMBATE APOSENTADOS

Gustavo Silva Oliveira - CEUB, PIC Parceiros - IPE-HOME, aluno bolsista
gustavo.s.oliveira@sempreceub.com
Yan Gabriel Zelaya Vilela - CEUB, PIC Parceiros - IPE-HOME, aluno voluntário
yan.zelaya@sempreceub.com
Tácio Rodrigues da Silva Santos - CEUB, professor orientador
tacio.santos@ceub.edu.br

Analisa-se a qualidade de vida e o nível de atividade física de ex-atletas de combate. A versão curta do questionário IPAQ e a versão brasileira do questionário SF-36 foram aplicadas em 63 participantes de forma online, mediante um formulário Google, divididos em três grupos: atletas aposentados, atletas em atividade e não atletas para avaliação da qualidade de vida e do nível de atividade física. Os dados obtidos foram associados às características demográficas, às condições de saúde e ao estilo de vida e foram estudados por meio de análise univariada e multivariada. A idade média foi de 31 anos (desvio-padrão de 10,4 anos). De acordo com os resultados atingidos no questionário IPAQ, 74% dos indivíduos foram classificados como muito ativos, 14% foram classificados como ativos, 7%, classificados como irregularmente ativos(A), 3%, classificados como irregularmente ativos(B), e 2% foram classificados como sedentários. No questionário SF-36, o grupo de atletas aposentados alcançou a pontuação média mais alta na maioria dos domínios (limitação por aspectos físicos, aspectos sociais, limitação por aspectos emocionais). No domínio de saúde mental, os grupos de atletas em atividade e de aposentados atingiram a mesma pontuação média, enquanto o grupo de não atletas obteve a pontuação média menor que os outros grupos. A conscientização sobre a importância de manter um estilo de vida saudável, com foco na saúde física e mental, é fundamental para os atletas idosos na nova fase da vida.

Palavras-Chave: saúde; qualidade de vida; aposentados.

QUANDO A MORTE É UMA CORRESPONSABILIDADE: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE VIVÊNCIAS EM UMA COMUNIDADE COMPASSIVA

Victória Regina Paiva Araújo - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
victoria.regina@sempreceub.com
Isabela Araújo Lima - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
isabela.lima2@sempreceub.com
Keyla Cooper - CEUB, professora orientadora
keyla.cooper@ceub.edu.br

Os cuidados paliativos são uma abordagem de atenção à saúde que se opõe ao modelo biomédico, visando oferecer o cuidado abrangente e integral às pessoas com doenças que ameaçam a continuidade da vida. As comunidades compassivas, baseadas nos cuidados paliativos, representam um modelo de assistência que visa capacitar indivíduos para cuidar de seus membros em processo de adoecimento ou fim de vida, integrando a responsabilidade social neste contexto. A presente pesquisa visa discutir e suscitar reflexões a respeito das relações de cuidado estabelecidas na atuação de cuidados paliativos, em uma comunidade compassiva, a partir da narrativa de seus agentes. Adotou-se a metodologia qualitativa, utilizando os instrumentos de observação participante e entrevista semiestruturada. Foram realizadas três visitas de campo para observação participante e nove entrevistas individuais com representantes do grupo de agentes envolvidos na atuação da comunidade compassiva estudada. Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo temática proposta por Bardin. Assim, surgiram 4 categorias: conhecendo a prática de uma comunidade compassiva; comunidades compassivas: construindo uma organização abrangente de cuidado; resquícios do modelo biomédico; caminhos a percorrer. Na primeira categoria, os resultados apresentam o contexto investigado, trazendo discussões acerca da implementação e da operacionalização da comunidade compassiva objeto deste estudo. A segunda categoria revela as demandas amplas de cuidado observadas, enfatizando o papel da comunidade compassiva na promoção do cuidado multidimensional; além disso, discute-se o papel complementar dessas iniciativas diante das responsabilidades estatais, na assistência de fim de vida e a importância dos voluntários locais. Na terceira categoria temática, examina-se a persistência dos pressupostos teóricos do modelo biomédico no contexto investigado; os resultados revelam que, por vezes, ocorre um afastamento da premissa de oferecer o cuidado integrado e descentralizado, defendido pelos cuidados paliativos, na prática da comunidade compassiva. Por fim, na quarta categoria, os apontamentos revelam a presença de barreiras culturais no contexto investigado, além da discussão a respeito do papel das comunidades compassivas, no fortalecimento dos cuidados paliativos, no Brasil. Conclui-se que ainda são necessários avanços para a integração das comunidades compassivas na responsabilização pelos cuidados de fim de vida, no Brasil, principalmente no que tange às políticas públicas e às questões culturais. Apesar dos obstáculos ainda presentes para a concretização desta estratégia, reconhece-se o

potencial desse modelo comunitário de cuidado, para ampliar e democratizar o acesso aos cuidados paliativos.

Palavras-Chave: cuidados paliativos; comunidades compassivas; populações vulneráveis.

REFUGIADOS.DOC

Juliana Almeida Weizel de Fontoura Barreto - CEUB, PIBITI CEUB/CNPq, aluna bolsista
juliana.weizel@sempreceub.com
Luiz Claudio Ferreira - CEUB, professor orientador
luiz.ferreira@ceub.edu.br

Este relatório aborda reflexões a respeito da produção de vídeos para o projeto de iniciação científica *Refugiados.doc*. Entre os temas trazidos para estudo, inclui-se o poder da linguagem audiovisual, as características da linguagem do documentário e as discussões sobre o *webdocumentário*. O tema trabalhado, o dos refugiados na capital de Brasília, consiste-se em um desafio em vista de que cidadãos contactados nem sempre concordaram em aparecer em vídeo. No entanto, os materiais registram posicionamentos sobre temas variados, ligados à cidadania e aos direitos humanos dessas pessoas. Ao todo, foram entregues dois vídeos como matrizes referentes a cada uma das entrevistadas, mais catorze com cortes para redes sociais das principais respostas. Este material contempla perguntas sobre educação, meio ambiente, trabalho, redes de apoio, gênero e identidade. Um aspecto notável da produção foi a visibilidade dada às mulheres, o que ressalta a importância de considerar a perspectiva de gênero e as particularidades culturais em futuras produções sobre o tema. Optou-se por entregar ao público duas personagens com histórias distintas, demonstrando vivências e entendimentos diferentes sobre o refúgio e o ato de migrar. O método de investigação utilizado foi a imersão e o diálogo contínuo com a comunidade refugiada, o que permitiu a compreensão mais profunda das suas realidades e desafios. O projeto serviu não apenas para documentar as experiências de vida, mas também enfatizou o papel crucial da mídia na promoção da inclusão social e na defesa dos direitos humanos. O trabalho realizado fornece uma base sólida para futuras iniciativas que busquem ampliar a representação e o entendimento das experiências dos refugiados, promovendo maior conscientização e empatia nas audiências.

Palavras-Chave: documentário; refugiados; jornalismo.

RELAÇÃO ENTRE HÁBITOS ALIMENTARES, COMPOSIÇÃO CORPORAL E PADRÕES DE DESCONTO DO ATRASO DE RECOMPENSAS FINANCEIRAS

Fernanda Clouz Ferreira dos Santos - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
fernanda.clouz@sempreceub.com
Paulo Roberto Cavalcanti - CEUB, professor orientador
paulo.cavalcanti@ceub.edu.br

A alimentação é percebida como uma das atividades humanas mais complexas e significativas, considerando que não pode ser entendida meramente como um aspecto biológico, mas também é um fenômeno social, psicológico e econômico. Nessa perspectiva, a investigação dos hábitos alimentares requer uma compreensão mais aprofundada do processo cognitivo relacionado às escolhas individuais. A economia comportamental tem sido aplicada, para investigar as escolhas relacionadas à saúde, como alimentação, atividade física, comportamentos relacionados à obesidade, abuso de substâncias e comportamentos impulsivos. Na compreensão do processo de escolhas, discute-se a opção intertemporal, baseada na ideia de que os indivíduos tendem a valorizar mais os eventos que ocorrem no presente, em detrimento do que possa vir a ser um resultado no futuro. Em paralelo, o desconto por atraso é a tendência do indivíduo de valorizar mais as recompensas imediatas e menores em detrimento das recompensas futuras e maiores. Desse modo, o presente estudo tem como objetivo verificar a relação entre a impulsividade nas escolhas alimentares, a composição corporal e os padrões de desconto de atraso de recompensas financeiras. Participaram deste estudo 75 indivíduos com idade entre 19 e 65 anos, 42 do sexo feminino e 33 do sexo masculino. Os participantes foram divididos em 2 grupos (eutróficos e não eutróficos), de acordo com o percentual de gordura corporal aferido a partir de uma avaliação antropométrica por bioimpedância. Na coleta de dados, foi aplicado um formulário, de forma presencial e individual, pela plataforma Google Forms, com uma tarefa, para avaliar o desconto de atraso em situações hipotéticas alimentares, outra tarefa, para verificar o desconto de atraso em situações hipotéticas financeiras, e o Questionário Holandês do Comportamento Alimentar (QHCA). Após análises inferenciais, não foram observadas diferenças significativas em padrões de desconto por atraso em recompensas alimentares, em comparação com recompensas financeiras. Em uma análise secundária, foram conduzidas correlações entre os parâmetros *k* (alimentar e financeiro) e todas as medidas coletadas, resultando em uma associação positiva entre os parâmetros *k* alimentar e *k* financeiro da amostra geral e entre o parâmetro *k* alimentar e o parâmetro de ingestão externa, subescala obtida pelo QHCA. Este estudo, portanto, ressalta a importância da integração de campos, como a nutrição e a psicologia, para a compreensão ampla de comportamentos alimentares e processos psicológicos relacionados.

Palavras-Chave: comportamento alimentar; desconto do atraso; impulsividade.

RESPOSTAS FISIOLÓGICAS E PERCEPTIVAS AGUDAS DE SOBREVIVENTES DE CÂNCER DE MAMA SUBMETIDAS AO TREINAMENTO DE FORÇA DE DIFERENTES INTENSIDADES

Isabel Pinto Ferreira de Miranda - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
isabel.miranda@sempreceub.com
Renata Aparecida Elias Dantas - CEUB, professora orientadora
renata.dantas@ceub.edu.br

O câncer de mama é o tipo de câncer mais incidente em mulheres, no Brasil e no mundo. O Instituto Nacional do Câncer estima que mais de 73 mil novos casos de câncer de mama serão diagnosticados no Brasil, apenas em 2024. Nesse sentido, a investigação de estratégias que atenuem os efeitos colaterais tardios e persistentes, induzidos tanto pelo câncer quanto pelo tratamento, é urgente, incluindo a prática de atividade física e o treinamento de força. O objetivo deste estudo é investigar as respostas fisiológicas e perceptivas agudas de sobreviventes de câncer de mama submetidas a protocolos de treinamento de força de diferentes intensidades. Para isso, treze mulheres sobreviventes de câncer de mama foram submetidas a dois protocolos de treinamento de força de diferentes intensidades, contendo 5 exercícios. Antes e após o protocolo de treinamento de força, as participantes foram avaliadas quanto à concentração de cortisol, à percepção de esforço da sessão, à percepção de dor tardia, à funcionalidade e à força geral. Em relação a resposta do cortisol sanguíneo, na sessão moderada de intensidade, não foi observada diferença significativa entre os momentos pré-exercício e pós-exercício. Na sessão de alta intensidade, menores valores de cortisol ($p = 0,029$) foram observados no momento pós-exercício, em relação aos valores pré-exercício. Entre as sessões, foi observado que a intervenção de alta intensidade gerou menores valores de cortisol pós-exercício do que a intervenção de intensidade moderada, embora sem diferenças significativas. Em relação à percepção subjetiva de esforço, percebeu-se que os valores foram condizentes com as intensidades propostas para cada sessão, e, no que concerne à dor tardia, constatou-se que a percepção de dor das participantes decresceu entre o pré-exercício e o pós-esforço, em ambas as intensidades e que, nos dias subsequentes às duas intervenções, a percepção de dor decresceu. Assim, sobreviventes de câncer de mama podem realizar treinos de moderada a alta intensidade, tendo em vista que o treinamento de força nas faixas de intensidade estudadas pode ser prescrito, para promover adaptações positivas nessa população.

Palavras-Chave: câncer de mama; treinamento de força; cortisol.

SAÍ DO ARMÁRIO! E, AGORA? JOVENS LGBTQIAP+ REVELANDO A ORIENTAÇÃO SEXUAL PARA A FAMÍLIA

Laíra Gomes Lacerda - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
laira.glacerda@sempreceub.com
Linda Jessica Bezerra Souza - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
linda.souza@sempreceub.com
Julliane Messias Cordeiro Sampaio - CEUB, professora orientadora
julliane.sampaio@ceub.edu.br

O momento da revelação da orientação sexual de jovens LGBTQIAPN+ para a família envolve questões sensíveis que podem impactar diversas áreas da vida desses indivíduos, entre elas, a saúde mental e a mudança no estilo de vida, nas relações familiares e na sociedade. Assim, o objetivo desta pesquisa é identificar quais são as representações sociais de jovens LGBTQIAPN+, ao revelarem-se para a família. Na coleta de dados, foi utilizada a técnica "bola de neve", em que participaram quarenta e quatro jovens com idade superior a 18 anos que já tivessem revelado sua orientação sexual para a família. Foi utilizado um questionário semiestruturado com dados sociodemográficos e duas perguntas sobre sua experiência. A análise de dados foi baseada no discurso do sujeito coletivo, com a criação de nuvens de palavras, para a visualização das respostas. Desse modo, foram identificados elementos que colaboram ou dificultam a autoaceitação e as mudanças no contexto familiar, os quais variam desde os sentimentos negativos, como medo, angústia, desespero, aflição por ruptura dos laços familiares, até os positivos, como fortalecimento dos laços, acolhimento e aceitação. É importante a discussão acerca da diversidade das orientações sexuais, principalmente dentro da estrutura familiar, que é o primeiro ambiente de convívio do jovem e o que tem maior impacto no momento da revelação da sexualidade. A discussão sobre a diversidade tem o intuito de criar um espaço de acolhimento e compreensão no âmbito familiar, para proporcionar melhor aceitação da sexualidade do indivíduo e diminuir possíveis danos, provisórios ou permanentes, à saúde mental dos jovens que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN.

Palavras-Chave: acontecimentos que mudam a vida; minorias sexuais e de gênero; saúde mental.

SAÚDE DA MULHER INDÍGENA BRASILEIRA: PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO

Leila Ismail Hamed Karajá - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
leilakaraja@sempreceub.com
Isabela de Carvalho Soares - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
isabelacsoares2000@sempreceub.com
Luciana Benevides Ferreira - CEUB, professora orientadora
luciana.benevides@ceub.edu.br

O câncer cervical é o quarto tumor maligno mais comum entre mulheres, globalmente, com maior incidência em países menos desenvolvidos e em populações vulneráveis. A detecção precoce e a vacinação contra o papiloma vírus (HPV) são essenciais para a prevenção da neoplasia, mas a cobertura é insuficiente quando se trata de mulheres indígenas em razão das inúmeras dificuldades encontradas no processo de rastreamento. Este estudo qualitativo busca analisar os indicadores de incidência do câncer de colo de útero e do HPV, assim como identificar os serviços de saúde atuais destinados à prevenção, ao controle e ao tratamento dessas doenças por meio de análise de fontes documentais e entrevistas semiestruturadas realizadas com cinco profissionais da saúde que trabalham com povos indígenas. A partir do estudo, observou-se que o câncer de colo uterino se apresenta como uma das neoplasias mais prevalentes na população indígena feminina, por fatores de risco, como a infecção pelo HPV, a sexarca precoce, a multiparidade e as dificuldades de acesso à informação e aos serviços de saúde. Os entrevistados apontaram como os principais obstáculos para o rastreamento: a dificuldade de implementação de planejamento específico para essa comunidade, a infraestrutura insuficiente, a falta de recursos e equipamentos adequados, a falta de orientação adequada aos agentes de saúde e a fragilidade dos sistemas de registro utilizados na monitoração da neoplasia. Superar essas dificuldades requer uma abordagem integrada que considere as necessidades específicas das mulheres indígenas. É fundamental o aprimoramento da infraestrutura de saúde, a adaptação da comunicação e dos programas de saúde existentes às realidades culturais, o aumento do acesso a recursos, o aperfeiçoamento do sistema de registro de dados utilizado atualmente e a implementação de políticas públicas eficazes que garantam a equidade no atendimento e a promoção da saúde. Destaca-se a extrema dificuldade em obter informações e referências acerca da população tratada, pela escassez de fontes epidemiológicas, além da dificuldade de contato com profissionais da área.

Palavras-Chave: saúde da mulher; saúde indígena; câncer de colo do útero.

SELEÇÃO DE HABITAT E USO DE ESTRATO VEGETACIONAL PELA CHOCA-DE-ASA VERMELHA (*Thamnophilus torquatus*)

Ana Beatriz Costa Machado - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
anabeatriz.costa@sempreceub.com
Raissa Demtchuk Galves - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
raissa.galves@sempreceub.com
Raphael Igor da Silva Corrêa Dias - CEUB, professor orientador
raphael.dias@ceub.edu.br

Um habitat é um conjunto de fatores bióticos e abióticos que oferece condições favoráveis à vida de uma espécie, sendo a sua seleção crucial para a sobrevivência e a reprodução de animais. Na família Thamnophilidae, existem espécies especializadas e generalistas em micro-habitats, com preferências por diferentes amplitudes verticais para forrageamento. A choca-de-asa-vermelha (*Thamnophilus torquatus*), encontrada em ambientes tropicais e savânicos da América do Sul, ocupa áreas de cerrados e bordas de mata de galeria onde há presença frequente de arbustos, associações de plantas higrófilas, com destaque para o buriti (*Mauritia flexuosa* L.f.), e estrato rasteiro com densidade variável, conforme a natureza do substrato. Este estudo visa caracterizar o habitat e o uso do estrato vegetacional pela choca-de-asa-vermelha na Estação Ecológica de Águas Emendadas, localizada na região de Planaltina/DF, entre 2023 e 2024. Foram registrados dados comportamentais e vegetacionais para 55 indivíduos, incluindo altura do poleiro utilizado em relação ao solo, vocalização e forrageamento. Dados vegetacionais foram registrados do ponto onde a ave foi observada e de um ponto de controle. Os resultados da comparação entre os pontos indicaram que a choca-de-asa-vermelha apresenta preferências significativas em relação aos elementos vegetacionais e à altura máxima da vegetação de seu habitat. Ao comparar os comportamentos apresentados em diferentes pontos, foi possível observar que atividades de forrageamento estão limitadas à menor amplitude vertical do que os locais usados para a realização de vocalizações. Além disso, os pontos utilizados pela choca-de-asa-vermelha apresentaram vegetação mais densa e maior altura em relação aos aleatórios utilizados como controle.

Palavras-Chave: micro-habitat; Thamnophilidae; vegetação.

SEXO: QUEM É MAIS IMPULSIVO? PADRÕES DE DESCONTO DO ATRASO DE INDIVÍDUOS SOLTEIROS E EM RELACIONAMENTO ESTÁVEL

Bárbara Dias Oliveira de Souza - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
barbara.dods@sempreceub.com
Paulo Roberto Cavalcanti - CEUB, professor orientador
paulo.cavalcanti@ceub.edu.br

Este estudo visa explorar a existência de um padrão de comportamento nas escolhas sexuais, variando entre maior impulsividade e autocontrole, em indivíduos que estão em relacionamentos e aqueles que são solteiros. Para isso, foi utilizado o conceito de desconto do atraso em relação a cenários sexuais hipotéticos. O desconto do atraso refere-se à diminuição do valor de dado reforçador em função do intervalo esperado para recebê-lo; assim, quanto maior o desconto, maior sua relação com padrões impulsivos de escolha. O método adotado foi um estudo empírico de natureza quantitativa, envolvendo 101 participantes, sendo homens e mulheres universitários, cisgêneros com idade superior a 18 anos, tanto em relacionamentos quanto solteiros. Os dados mostram que tanto os indivíduos em relacionamentos quanto os solteiros apresentaram níveis semelhantes de desconto (U = 269, z = -1,038, p = 0,29). No entanto, os participantes em relacionamentos reportaram maior satisfação sexual. Esses resultados foram coletados mediante os instrumentos QSRS e uma tarefa de desconto do atraso, com atividades sexuais hipotéticas. Analisar como solteiros e pessoas em relacionamentos tomam decisões sexuais pode contribuir para a compreensão de questões de saúde relacionadas ao comportamento sexual e ao bem-estar geral. Observou-se a tendência de maior impulsividade sexual entre indivíduos em relacionamentos, influenciada por fatores, como o contexto emocional e a qualidade da relação, além da associação positiva entre o *status* de relacionamento e a satisfação sexual.

Palavras-Chave: desconto do atraso; satisfação sexual; impulsividade.

SIMULAÇÃO COMPUTACIONAL SOBRE A TROCA DE ÓRBITAS DE UM SATÉLITE ARTIFICIAL

Nícolas Tomaschewski Lopes - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
nictlopes@sempreceub.com
Ednardo Paulo Spaniol - CEUB, professor orientador
ednardo.spaniol@ceub.edu.br

Este trabalho apresenta o desenvolvimento de simulações computacionais que auxiliam os estudos sobre órbitas descritas por satélites artificiais, com foco na manobra de Hohmann, uma técnica fundamental para a transferência eficiente de satélites entre órbitas circulares. Além das aplicações na indústria aeroespacial, este artigo contribui para o desenvolvimento contínuo dos estudos sobre órbitas, um tema essencial e relevante da física, especialmente na área que lida com simulações computacionais. O objetivo central do trabalho é construir programas robustos, otimizados e desenvolvidos, utilizando a linguagem Python, com auxílio de suas bibliotecas, capazes de representar, com a maior precisão possível, a manobra descrita matematicamente, em detalhes, ao longo dos tópicos do projeto. Durante o desenvolvimento, diversas ideias foram colocadas em prática, o que é útil para acompanhar as diferentes versões e a evolução do projeto. O estudo foi bem-sucedido em demonstrar a eficiência da manobra de Hohmann, bem como sua importância na indústria. A versão do código desenvolvida para simular as múltiplas trocas em única manobra merece atenção, pois trata-se de uma prática real da indústria aeroespacial que o trabalho conseguiu contemplar com sucesso, além de apresentar exemplos de órbitas realmente utilizadas. A pesquisa abrange diferentes versões da manobra de Hohmann com foco especial em uma representação bidimensional do sistema, enquanto considera brevemente as possibilidades e as limitações de estudos tridimensionais. Os resultados obtidos não apenas confirmam a eficiência da manobra de Hohmann, mas também destacam sua relevância prática na dinâmica orbital e sua aplicação na indústria aeroespacial moderna.

Palavras-Chave: manobra de Hohmann; simulação computacional; transferência de órbitas.

SÍNDROME DE NOONAN: UM RELATO DE CASO

Letícia Cristina Barbarini Nogueira - CEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
leticia.nogueira@sempreceub.com
Fernanda Costa Vinhaes de Lima - CEUB, professora orientadora
fernanda.lima@ceub.edu.br

A síndrome de Noonan (SN) é uma condição genética de caráter autossômico dominante, caracterizada por um fenótipo clínico variado, incluindo dismorfismos faciais, cardiopatias congênitas, baixa estatura e atraso no desenvolvimento neuropsicomotor. A etiologia da síndrome está frequentemente relacionada a mutações em genes da via RAS/MAPK, sendo o gene PTPN11 um dos mais comumente afetados. Este trabalho teve como objetivo apresentar um relato de caso de um indivíduo do sexo feminino com diagnóstico de síndrome de Noonan, contextualizado pelos avanços mais recentes na compreensão, no diagnóstico e no tratamento dessa condição genética, fundamentados por meio de revisão bibliográfica narrativa de artigos e livros publicados entre 2020 e 2024. A paciente LCBN, do sexo feminino, foi diagnosticada na infância, por meio da presença de características clássicas da síndrome, como cardiopatia congênita, baixa estatura e características faciais típicas. O diagnóstico inicial foi baseado em critérios clínicos e posteriormente confirmado por sequenciamento de nova geração (NGS), que identificou uma mutação patogênica no gene PTPN11. A participante foi tratada com hormônio de crescimento recombinante humano (rhGH), desde os 6 anos, resultando em aumento significativo na estatura, com ganho total de 48 cm, ao longo de cerca de oito anos de tratamento. A administração de rhGH foi cuidadosamente monitorada e ajustada ao longo do tempo, o que permitiu a otimização dos resultados e o acompanhamento do desenvolvimento de LCBN. Este estudo de caso ressalta a importância do diagnóstico precoce e do tratamento contínuo para a melhoria da qualidade de vida em pacientes com SN, além de destacar a relevância de tecnologias avançadas, como o NGS, para a confirmação diagnóstica e a individualização do tratamento.

Palavras-Chave: síndrome de Noonan; terapia com hormônio de crescimento; PTPN11.

SINTO, LOGO EXISTO – ENTRE O REAL E O ILUSÓRIO: AS TRANSFORMAÇÕES SUBJETIVAS PROVOCADAS PELO ALZHEIMER NA PERSPECTIVA DE FAMILIARES CUIDADORES E DOS PRÓPRIOS SUJEITOS DIAGNOSTICADOS COM A DOENÇA

João Guilherme Bittencourt Duarte Coelho - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
jguidbc9@sempreceub.com
Lucas Alves Amaral - CEUB, professor orientador
lucas.amaral@ceub.edu.br

A pesquisa aborda as transformações subjetivas provocadas pela doença de Alzheimer, focalizando a experiência tanto dos indivíduos diagnosticados quanto de seus familiares cuidadores. O objetivo principal é investigar as percepções e as vivências dos cuidadores familiares e dos diagnosticados, buscando entender as dinâmicas de cuidado e os efeitos desse diagnóstico nas relações interpessoais e na identidade de cada um. O problema central reside na compreensão de como a doença impacta a saúde mental e a subjetividade dos envolvidos, considerando as complexidades emocionais e sociais que emergem dessa condição. Com isso, é importante aprofundar a etiologia das demências e abstrair-se da forma clínica e unilateral de pensar sobre os processos demenciais, de forma concreta, buscando compreendê-los mediante a diversidade subjetiva que cada indivíduo possui. Para alcançar esses objetivos, foi utilizado o método qualitativo, conduzido por meio de entrevistas semiestruturadas, permitindo que os participantes compartilhem suas histórias de vida e reflexões de maneira mais livre e espontânea. Dessa forma, é possível contextualizar também os outros fenômenos, tanto os socioculturais quanto os emocionais e os psicológicos. Participaram seis duplas; em cada uma, havia um cuidador e seu familiar com DA. Foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin, em que os resultados apontaram para um panorama complexo e multifacetado das experiências de cuidadores e indivíduos com Alzheimer. Nesse sentido, os cuidadores frequentemente relataram sentimentos de sobrecarga emocional, ansiedade e medo de ser esquecidos, mas também sentiram uma aproximação com seus entes queridos, pela convivência e pelo cuidado. Por outro lado, os indivíduos diagnosticados expressaram uma luta constante entre a perda progressiva que o Alzheimer abrange e o ganho de experiências cotidianas, refletindo sobre suas memórias e a forma como a doença altera sua percepção do mundo ao seu redor. Apesar das limitações cognitivas, muitos diagnosticados demonstram sensibilidade crescente aos estímulos sensoriais e buscam experiências que resgatem memórias afetivas, evidenciando uma conexão com o mundo e a subjetividade que persiste mesmo diante da progressão da doença. Foi observado que os suportes emocional e social são cruciais para mitigar os efeitos negativos da doença. A construção de redes de apoio e a promoção de um diálogo amplo sobre a saúde mental e a subjetividade, em contextos de doenças crônicas, são recomendadas como caminhos, para melhorar a qualidade de vida dos sujeitos. Em 2015, aproximadamente, 46,8 milhões de pessoas foram diagnosticadas com demência, e, em 2050, esse número poderá atingir 131,5 milhões. Com isso, ressalta-se a necessidade de ouvir as vozes dos afetados e promover o cuidado mais empático e consciente além da

relevância de futuras investigações que continuem a explorar essas questões, ampliando o conhecimento sobre o impacto do Alzheimer na vida dos indivíduos e de suas famílias e propondo práticas que valorizem a dignidade e a individualidade de cada pessoa.

Palavras-Chave: doença de Alzheimer (DA); subjetividade; cuidadores familiares.

SISTEMA DE COLETA DE DADOS AGRÍCOLAS UTILIZANDO MICROCONTROLADORES CONECTADOS À REDE MESH

Raphael Vilela de Paiva - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluno bolsista
raphael.paiva@sempreceub.com
Francisco Javier de Obaldía Díaz - CEUB, professor orientador
francisco.javier@ceub.edu.br

Este estudo apresenta um projeto de pesquisa aplicada, exploratória e descritiva que emprega uma abordagem qualitativa e quantitativa, para monitorar os dados climáticos do ambiente. Para isso, utilizam-se dois equipamentos, "Home" e "Externo", aparelhados com vários sensores, incluindo BME280, DS18B20, AHT10, sensor capacitivo de umidade do solo (SCUS.) e o sensor de composição do solo 7 em 1, que conseguem aferir temperatura, pressão, umidade, pH, NPK e condutividade elétrica. Esses equipamentos comunicam-se por meio de uma rede *mesh* sem fio. O "Home" recebe e armazena mensagens de outros dispositivos na rede, em um arquivo de texto, em um cartão microSD. O "Externo" monitora os dados climáticos em uma área de cultivo específica. Os dados coletados são inicialmente armazenados como texto e posteriormente convertidos para o formato CSV, para análise em planilhas. Em seguida, gráficos são gerados, para facilitar a análise. Os gráficos mostraram o acompanhamento de 1 dia na mudança de temperatura, umidade e pressão, podendo observar correlações de parâmetro para parâmetro, que, quando um é alterado, implica a mudança do outro. Também foi possível, nesta pesquisa, utilizando esses equipamentos e o sistema, testar a mudança da composição química de amostras, podendo simular alguns tipos de solo com as diferentes amostras, exemplificando diferença de pH, diferença da composição de NPK e condutividade elétrica. Esta pesquisa demonstra a aplicação eficaz da tecnologia no monitoramento ambiental e climático, podendo gerar e fornecer dados valiosos para diversas aplicações no ambiente agrícola e influenciar positivamente a agricultura de precisão.

Palavras-Chave: monitoramento climático; agricultura de precisão; rede *mesh*.

SUSCETIBILIDADE DE TRANSTORNOS ALIMENTARES EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Júlia Eloi Cohen - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
julia.eloi@sempreceub.com
Mariana Ferreira Fratelli - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
mariana.fratelli@sempreceub.com
Roberto Nascimento de Albuquerque - CEUB, professor orientador
roberto.albuquerque@ceub.edu.br

Os transtornos alimentares afetam mais de trinta milhões de pessoas e são caracterizados como comportamentos físicos e alimentares inadequados, persistentes e relacionados às emoções extremas que podem impactar diretamente a saúde física e psicossocial do indivíduo. Estudantes universitários podem ser particularmente vulneráveis a transtornos alimentares, dada a diversidade de fatores, como o ingresso em um ambiente acadêmico novo e desafiador, a saída do convívio familiar, a adaptação à rotina de estudos e as intensas atividades extracurriculares. Ademais, a pressão social e as expectativas em relação ao desempenho acadêmico e à imagem corporal (IC) podem ser fatores de risco para o desenvolvimento desses distúrbios alimentares, comuns nessa população. Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo verificar a suscetibilidade de transtornos alimentares entre estudantes universitários da área da saúde de uma instituição privada de ensino superior do Distrito Federal. Trata-se de uma pesquisa quantitativa por meio de um estudo descritivo, transversal, com a aplicação de dois questionários: um sociodemográfico, acadêmico e alimentar e outro com a versão brasileira do *Sick, Control, One Stone, Fat, Food Questionnaire* (SCOFF-BR), validada em dezembro de 2021. Participaram 251 estudantes do curso de enfermagem em sua maioria do sexo feminino, entre 21 e 23 anos, autodeclarados brancos e matriculados no período matutino. Observou-se que 15,5% dos estudantes já possuem o diagnóstico de algum transtorno alimentar, contudo apenas 43,6% estão em tratamento; 53,4% admitiram piora dos hábitos alimentares durante a pandemia de covid-19; 50,8% afirmaram que houve piora dos hábitos alimentares, ao ingressar na universidade e alegaram que os alimentos mais consumidos, durante o processo formativo, foram os industrializados (55%) e os chocolates (43,4%). Em relação ao SCOFF-BR, 10% dos estudantes afirmaram ter a prática de atos purgativos; 60,2% perderam o controle em relação à comida; 25,5% relataram perda de peso; 39,4% acreditaram estar acima do peso; 25,9% revelaram que a comida tem domínio sobre suas vidas. Além disso, o SCOFF-BR apontou que mais da metade (50,2%) dos estudantes pesquisados tem a suscetibilidade de apresentar transtornos alimentares. Assim, notou-se que a suscetibilidade de transtornos alimentares não é apenas uma questão de saúde individual, mas também uma preocupação que deve ser percebida pelas instituições de ensino superior. O ingresso na vida universitária gera estresse, ansiedade e dificuldades de adaptação ao novo ambiente. Isso traz consequências preocupantes, como baixa autoestima, depressão e transtornos alimentares. Portanto, as instituições de ensino superior precisam estar preparadas para acolher os estudantes que sofrem de

transtornos alimentares. Sugere-se a criação de espaços de discussão e enfrentamento a esse problema, como apoio emocional, nutricional e psicológico em universidades com cursos superiores de enfermagem, nutrição e psicologia.

Palavras-Chave: transtornos alimentares; estudantes; universidades.

TECNOLOGIA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: APLICAÇÃO DA REALIDADE AUMENTADA

Rafael Irvine Sousa Senra - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
rafael.irvine@sempreceub.com
Roberto Avila Paldes - CEUB, professor orientador
roberto.paldes@ceub.edu.br

Esta pesquisa explora, sob a perspectiva intencional, os resultados da utilização dos dispositivos móveis em conjunto com a realidade aumentada, em um ambiente natural, voltado para a aprendizagem. O objetivo é desenvolver um aplicativo de realidade aumentada destinado a usuários de trilhas ecológicas da região do cerrado brasileiro, para avaliar o seu uso como ferramenta pedagógica para a educação ambiental, nos ambientes naturais próximos aos centros urbanos. Para tanto, a metodologia da revisão de literatura foi utilizada, com o propósito de identificar, selecionar, analisar, comparar e sintetizar o conteúdo dos estudos, para extrair as respostas das questões de pesquisa. Além disso, um questionário e entrevistas foram elaborados e respondidos pelos usuários participantes do estudo, a fim de obter resultados quantitativos e qualitativos, que mostram um impacto extremamente positivo na aprendizagem, pois torna o ambiente totalmente interativo, divertido e controlado em razão da segurança e do entretenimento proveniente do uso da realidade aumentada, tornando o processo de aprendizagem mais didático e inclusivo, além de contribuir para a conscientização ambiental dos usuários. A utilização da realidade aumentada no ambiente natural também se mostrou bem promissora e eficaz em vários aspectos, principalmente no contexto motivacional e social. A complexidade na utilização dos dispositivos móveis, os problemas técnicos relacionados à dificuldade inicial de lidar-se com a realidade aumentada e o custo elevado dos dispositivos móveis são os principais desafios encontrados. A conclusão corrobora os resultados obtidos e salienta que a realidade aumentada, de fato, cria um ambiente de aprendizagem onde o usuário se mantém motivado e focado durante o uso.

Palavras-Chave: trilhas ecológicas; meio ambiente; aprendizagem.

TESTES EM PROCESSOS SELETIVOS: EFICIÊNCIA OU BANALIZAÇÃO?

Cristiano Crispim Costa Filho - CEUB, PIC Psicologia/FAP, aluno bolsista
ccrispimcf@sempreceub.com
Stela Gomes Faiad - CEUB, professora orientadora
stela.faiad@ceub.edu.br

Considerando a necessidade de identificar os melhores candidatos a um cargo e os critérios de cientificidade e importância dos testes psicológicos, esta pesquisa propõe questões sobre o uso desses testes no processo seletivo como forma de complementação e identificação de melhores critérios de avaliação, além de analisar a possibilidade do uso, ou não, deles nas empresas. Este estudo é classificado como descritivo, tem abordagem mista (qualitativa e quantitativa), recorte transversal e apresenta como objetivo analisar um processo seletivo em uma organização privada, para identificação dos aspectos facilitadores e dificultadores, na utilização de testes psicológicos. Nesta pesquisa foram utilizadas 3 técnicas distintas: mapa de competências; teste psicológico; roteiro de entrevista semiestruturada. Para definir o teste que seria utilizado na empresa, foi elaborado um mapa de competências, destacando-se os conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessárias para cada tarefa exercida pelo cargo selecionado. Para o estudo, foram utilizados múltiplos métodos e instrumentos, compostos por: roteiro de entrevista semiestruturada com participantes-chave, como colaboradores, psicólogos ou não, que participam do processo seletivo da organização alvo; mapa de competências necessárias para cada tarefa; levantamento informativo dos testes psicológicos e suas possibilidades de uso em processos seletivos. Estes múltiplos métodos e instrumentos visam à triangulação de fontes, garantindo a descrição íntegra do processo seletivo. Sendo assim, foi descrita cada etapa do processo seletivo, e foi identificada a contribuição do uso desse teste. A bateria psicológica para avaliação de atenção foi escolhida após uma análise de competências do cargo, em conjunto com as informações obtidas na entrevista. Ao final, foi sugerida a utilização do teste psicológico como possível implementação no processo seletivo da empresa, uma vez que a utilização dos testes pode contribuir na decisão sobre quem pode ser considerado mais “apto” ao cargo e a atenção é fundamental na realização das atividades do cargo estudado.

Palavras-Chave: processo seletivo; testes psicológicos; eficiência.

TRIBUNAL DO JÚRI: A DECISÃO DE LEIGOS ENTRE *PERFORMATIVIDADES* E RESPONSABILIDADE JUDICIAL

Giovanna Luzini Machado Ribeiro Barbosa - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
giovanna.lb@sempreceub.com
Carolina Costa Ferreira - CEUB, professora orientadora
carolina.ferreira@ceub.edu.br

O Tribunal do Júri é uma instituição que permite a participação direta de cidadãos leigos na administração da justiça, especialmente no julgamento de casos de crimes dolosos contra a vida. Este estudo investiga a problemática da decisão de leigos no Tribunal do Júri, com foco nas camadas entre *performatividades* – o que se *performa* pelos atores do sistema de justiça criminal – e responsabilidade judicial – o controle do júri pelo juiz, que é técnico, e precisa informar os jurados leigos a respeito de institutos jurídicos. A pesquisa debruça-se sobre o caso representativo da Boate Kiss, ocorrido em 2013, em Santa Maria (RS), onde um incêndio resultou na morte de 242 pessoas e feriu outras 636. Este caso foi escolhido em razão de sua complexidade e da intensa cobertura midiática, que influenciou a percepção pública e, possivelmente, a decisão dos jurados. A decisão de leigos no Tribunal do Júri levanta questões sobre a capacidade desses cidadãos de compreender e aplicar corretamente os princípios jurídicos e as provas apresentadas. A falta de formação jurídica dos jurados pode levar a decisões baseadas mais em emoções e percepções pessoais do que em uma análise técnica e imparcial dos fatos. No caso da Boate Kiss, a pressão social e a comoção pública foram fatores significativos que podem ter influenciado o julgamento. A pesquisa analisa como a *performatividade*, ou seja, a maneira como os atores do julgamento (promotores, advogados de defesa e juízes) apresentam seus argumentos e evidências, pode impactar a decisão dos jurados. A teatralidade e a retórica utilizadas no tribunal podem desviar a atenção dos jurados sobre aspectos técnicos e legais do caso, levando-os a decisões baseadas em impressões subjetivas. Além disso, a responsabilidade judicial dos jurados é um ponto crucial. Embora sejam leigos, os jurados têm o poder de decidir sobre a liberdade e a vida dos réus, o que implica grande responsabilidade. A pesquisa discute se é justo e eficaz delegar essa responsabilidade a cidadãos comuns, que podem não estar preparados para lidar com a complexidade e a gravidade das questões jurídicas envolvidas. Este estudo conclui que, embora o Tribunal do Júri seja uma expressão importante da participação popular no sistema de justiça, há necessidade urgente de revisar e aprimorar os mecanismos de formação e suporte aos jurados leigos. A pesquisa sugere que medidas, como a educação jurídica básica para jurados e a presença de especialistas técnicos durante os julgamentos, poderiam contribuir para decisões mais justas e informadas, garantindo, assim, a integridade do Tribunal do Júri. Ao final da pesquisa, anexa-se projeto de lei elaborado, a fim de pensar-se nos desafios para a implementação de mais responsabilidade judicial ao Tribunal do Júri.

Palavras-Chave: *performatividade* judicial; responsabilidade dos jurados; Boate Kiss.

TUDO IMPRESSO, TUDO EXPRESSO, TUDO PELO SUCESSO: UM ESTUDO SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DE AUTORIDADES POLÍTICAS A PARTIR DE SUA COMUNICAÇÃO

Yeso Selpis Borges dos Santos - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
yesoselpis@sempreceub.com
Gabriel Haddad Teixeira - CEUB, professor orientador
gabriel.teixeira@ceub.edu.br

A criminologia midiática é compreendida como o fenômeno em que diversos institutos atinentes ao direito penal são divulgados e "ensinados" pela mídia, ausentes de qualquer traço de cientificidade e com abuso do senso comum, com o intuito de causar, muitas vezes, a violência e a repressão como as soluções para os problemas criminais existentes. No Brasil, o referido fenômeno ganhou espaço com a Operação Lava Jato, que foi o conjunto de investigações realizadas pela Polícia Federal, com o fim de apurar um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo políticos e empresários dos diversos ramos. A ascensão da Operação acarretou a mutação das fontes que legitimam o processo penal brasileiro, levando as pessoas a crer que a introdução de novas normas restritivas de direitos e garantias fundamentais é a solução eficaz para combater a criminalidade. Neste ponto, citam-se as "10 medidas contra a corrupção", campanha apresentada em 2015 por membros do Ministério Público Federal (MPF), com o intuito de promover severas alterações na lei penal e processual penal, de modo a criar outros tipos penais e aumentar os prazos prescricionais, com o fim de combater a "criminalidade". Tal campanha é um exemplo clássico do "eficientismo penal", discurso que busca, com base no imediatismo e na polarização social, promover mudanças na política criminal, com o intuito de aumentar a repressão para "manter a lei e a ordem". A criminologia midiática também se amolda ao neopunitivismo, conceito de direito penal internacional caracterizado pelo aumento do poder punitivo estatal e com o desrespeito a diversas regras básicas do direito criminal, tais como o princípio da presunção de inocência, da irretroatividade da lei penal e do juiz natural. Por isso, as perspectivas apresentadas no presente trabalho visam averiguar e estudar qual tipo de direito penal está sendo repassado pela mídia, se existe uma luta do "bem contra o mal" e se a criminologia midiática contribui ou não para a propagação do discurso punitivo.

Palavras-Chave: criminologia midiática; discurso; direitos fundamentais.

UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Wanessa dos Santos Vieira de Araújo - CEUB, PIC Psicologia/FAP, aluna bolsista
wanessa.santos@sempreceub.com
Luana Elayne Cunha de Souza - CEUB, professora orientadora
luana.elayne@ceub.edu.br

A violência contra a mulher é definida em termos de ameaças, ações ou condutas, pautadas no gênero, que culminem em morte ou promovam danos ou sofrimento físico, sexual ou psicológico. Diante do caráter estrutural e alarmante deste fenômeno, o presente estudo tem como objetivo geral construir um instrumento de medida capaz de avaliar a percepção da violência contra a mulher (EPVCM) e reunir evidências de seus parâmetros psicométricos. Em complemento, os objetivos específicos consistiram em adaptar a *Acceptance of Myths About Intimate Partner Violence Against Women Scale* (AMIVAW) ao contexto brasileiro e investigar se a percepção da violência contra a mulher se difere em função de gênero, nível de escolaridade, classe social e orientação política dos indivíduos. No estudo 1, exerceu-se o processo de construção e reunião de evidências de validade de conteúdo da EPVCM mediante a análise de juízes. No segundo estudo, averiguaram-se as propriedades psicométricas da EPVCM em uma amostra de indivíduos maiores de 18 anos (N = 318), reunindo evidências de validade de construto, validade convergente-discriminante e consistência interna. Os participantes responderam a um questionário online, composto por 7 blocos: questões sociodemográficas (bloco 1), Escala de Percepção da Violência contra a Mulher (bloco 2), perguntas sobre ideologia política (bloco 3), perguntas sobre participação nas eleições (bloco 4), Escala de Justificação do Sistema para Relações de Gênero (bloco 5), Inventário de Sexismo Ambivalente (bloco 6) e Escala de Aceitação dos Mitos da violência contra a mulher por parceiro íntimo (bloco 7). A escala final contém 33 itens e configurou-se em uma estrutura tetrafatorial: fator 1 – violência psicológica e moral (α =0,96); fator 2 – violência física (α = 0,89); fator 3 – violência sexual (α =0,78); fator 4 – violência patrimonial (α =0,85). Os escores da percepção da violência contra a mulher demonstraram correlação negativa com a Escala de Justificação do Sistema para Relações de Gênero, o Inventário de Sexismo Ambivalente e a Escala de Aceitação dos Mitos da Violência Contra a Mulher por Parceiro Íntimo, certificando, assim, a validade convergente discriminante. A Escala de Aceitação dos Mitos da Violência Contra a Mulher por Parceiro Íntimo foi adaptada, mediante os processos de tradução e retrotadução, por 3 voluntários bilíngues, assim como foi submetida à análise fatorial exploratória, resultando em uma escala unifatorial, composta por 14 itens e com índice de consistência interna satisfatório (α=0,83). Assim, tais dados sinalizam a sua possibilidade de aplicação em estudos futuros. Os resultados atestaram que a EPVCM acumulou evidências de validade concernente ao conteúdo, estrutura interna e precisão, o que sinaliza seu potencial de uso, para averiguar a percepção da sociedade brasileira sobre a violência contra mulheres no Brasil.

Palavras-Chave: violência doméstica; escala; validade.

VARIAÇÃO SAZONAL NOS PADRÕES DE ATIVIDADE DA CHOCA-DE-ASA-VERMELHA (*Thamnophilus torquatus)*

Ana Carolina de Aragão Souza - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
asouzaa2001@sempreceub.com
Luana Guimaraens Beze - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
luana.gbeze@sempreceub.com
Raphael Igor da Silva Corrêa Dias - CEUB, professor orientador
raphael.dias@ceub.edu.br

A fenologia é o estudo do tempo dos eventos biológicos, e relaciona fatores bióticos e abióticos que influenciam a vida dos indivíduos. Nos ciclos de vida dos animais, eventos variados são influenciados pela sazonalidade, como reprodução, migração, padrões de sono, vigilância, forrageamento e interações sociais. Diversos estudos já foram feitos, para investigar mudanças comportamentais de aves influenciadas pela sazonalidade ao longo do ano, comparando períodos reprodutivo e não reprodutivo, além de relacionar fatores ambientais e climáticos com seus comportamentos. Nesta pesquisa, investiga-se a variação comportamental, ao longo do ano, do passeriforme neotropical choca-de-asa-vermelha (*Thamnophilus torquatus*) de acordo com variações das condições do tempo e do período do ano. Avalia-se se a temperatura instantânea, a umidade instantânea e a precipitação têm algum impacto nas frequências de vocalização, vigilância, forrageamento e deslocamento dos indivíduos. Adicionalmente, comparam-se tais frequências entre os períodos reprodutivo e não reprodutivo. A temperatura afetou positivamente o tempo de defesa de território dos indivíduos, e a umidade afetou negativamente o número absoluto de vocalizações e o tempo de defesa de território. As variáveis dependentes não apresentaram relação significativa com as demais variáveis independentes. Entre as estações, a frequência de vigilância e o tempo dedicado à defesa de território aumentaram durante o período reprodutivo, e a frequência de forrageamento foi maior durante o período não reprodutivo.

Palavras-Chave: período reprodutivo; sazonalidade; temperatura.